

DARLENE ARLETE WEBLER

**AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DOS OPERÁRIOS EM
EMPREENDIMENTOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
AUTOGESTIONÁRIA**

PORTO ALEGRE, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: ANÁLISE DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: TEORIA DO TEXTO E DISCURSO

**AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DOS OPERÁRIOS EM
EMPREENDIMENTOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
AUTOGESTIONÁRIA**

DARLENE ARLETE WEBLER

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANA ZANDWAIS

Tese de Doutorado em Análise do Discurso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE, 2008.

A ABELHA E A FLOR

Gibran Kahlil Gibran

*É o prazer da abelha
Coletar o mel da flor,
Mas é também o prazer da flor
Ceder seu mel à abelha.
Pois para a abelha,
Uma flor é fonte de vida,
Para a flor, a abelha é
Uma mensageira do amor,
E para as duas, abelha e flor,
O dar e receber prazer são
Uma necessidade
E um êxtase.*

Aos meus pais, Celso e Therezinha,
porque cedo me ensinaram a sonhar, a lutar e a ousar.

Ao Pedro, ao Dioges e à Dieli,
os grandes amores na e da minha vida,
porque se fazem companheiros certos sempre.

AGRADECIMENTOS

À professora Ana Zandwais, pelos muitos e fecundos momentos de reflexão, pela persistente e desafiadora dedicação, pela rigorosa e incansável motivação com que orientou a produção desta tese; e minha grande admiração pelo compromisso ético que norteia suas práticas.

Aos professores Florence Carboni (PPGL/Ufrgs) e Enrique Padrós (PPGH/Ufrgs), por suas leituras, avaliações e sugestões importantes durante a banca de qualificação do trabalho.

Aos professores Christina R. Lopreato (UFU), Lucília Romão (USP) e Nilton Fischer (UFRGS), pelas atentas e qualificadas avaliações da tese na banca de defesa da mesma.

À professora Freda Indursky (PPGL/UFRGS), que me acolheu carinhosamente como aluna especial (2004) e regular (2005) e com quem aprendi muito de Análise do Discurso.

Aos atores da e na autogestão, trabalhadores-associados da CTMC, sujeitos das instâncias sindical, política e ANTEAG, que tão atenciosa e gentilmente concederam entrevistas.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida durante a realização deste doutorado.

Aos amigos da ACIS e do Pré-vestibular Popular, pela amizade e pelas parcerias.

Aos meus familiares e amigos, que entenderam e respeitaram a necessidade de relativo distanciamento; sem, no entanto, deixar de apoiar e incentivar nossas opções.

Ao Dioges e à Dieli, pelas inúmeras manifestações de carinho, apoio e compreensão, ainda que não entendessem nosso percurso de estudos pela pouca idade.

Ao Pedro, pelo amor, amizade e companheirismo nas leituras e discussões, nas práticas sócio-políticas e na vida.

RESUMO

Esta tese apresenta nossa pesquisa acerca das práticas discursivas de trabalhadores-associados em empreendimentos de produção industrial na modalidade da autogestão, no Rio Grande do Sul. Trata-se de empreendimentos autogestionários que se instauraram a partir de empresas de gestão capitalista – ou seja, de massas falidas – e que se apresentam atualmente como alternativas de geração de trabalho e renda e de construção de novas relações sociais de produção.

Nosso propósito principal reside em comprovar que as práticas discursivas emergentes na organização operária autogestionária instituem um novo campo discursivo, o que significa dizer que se trata de um acontecimento discursivo. Assim, o estudo passa pela observação dos discursos que emergem dos e sobre os sujeitos autogestionários, revelando novas concepções de trabalho, novas práticas discursivas que são atravessadas por saberes confluentes, contraditórios e até antagônicos à autogestão.

A opção teórica, para o presente estudo, está alicerçada na perspectiva da Análise do Discurso, de linha francesa, a partir de Michel Pêcheux, caracterizando-se pelo enfoque nos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais, em uma compreensão de que a ideologia é constitutiva desses processos e determinante dos discursos, dos sujeitos e dos sentidos. Pêcheux apresenta sua teoria, inicialmente, na perspectiva do marxismo-althusseriano, o que significa uma opção ancorada na teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, considerando como questão relevante as lutas de classe.

É à luz desta teoria que refletimos fundamentalmente sobre as noções de *Formação Social*, *Condições de produção*, *Formação Ideológica* e *Formação Discursiva*, com vistas a investigar sob que condições ocorrem relações de reprodução e de transformação no interior de uma formação discursiva. Trouxemos também, para nossas abordagens, noções leninistas e gramscianas como a *categoria da contradição*, a *hegemonia*, o *bloco histórico* e os *intelectuais orgânicos*. Articulamos as questões teóricas do campo da Análise do Discurso e do campo das Ciências Sociais aos novos discursos operários que, ao mesmo tempo, são possíveis de serem encontrados ao longo da história: *os discursos dos operários em empreendimentos industriais autogestionários no Rio Grande do Sul*.

Relativamente à materialidade discursiva utilizada para fins de análise, tomamos as produções discursivas de operários da autogestão, assessores, sindicalistas, políticos e simpatizantes, que foram obtidas, prioritariamente, através de entrevistas, mas também através de materiais de formação sócio-político-administrativa e de materiais de informação – seja de circulação restrita, seja de circulação aberta à população. Ressaltamos que esta pesquisa, ao analisar os processos de discursivização de operários inseridos em empreendimentos industriais autogestionários sobre suas práticas sociais, desnuda um fascinante novo jeito de trabalhadores se organizarem em uma dinâmica adversa à das empresas tradicionais capitalistas. Considerando que a gestão coletiva operária tem seu surgimento a partir do fracasso administrativo da gestão empresarial, observamos, à luz dos Estudos da Linguagem, como e em que medida as formas de exploração capitalista são “desarranjadas” e “re-arranjadas” para ter, no cooperativismo autogestionário, uma dinâmica solidária, democrática e autônoma de planejamento, de gerenciamento e de distribuição dos resultados econômicos.

Finalmente, nosso percurso teórico-analítico nos permite dizer que a organização autogestionária não remete apenas a espaços democráticos de decisão, mas à apropriação do próprio processo produtivo e de comercialização por parte dos trabalhadores. Na perspectiva da Análise do Discurso, concluímos que a organização de autogestão operária se revela um acontecimento discursivo e constitui uma nova formação discursiva: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários.

RÉSUMÉ

Le présent travail analyse les pratiques discursives de travailleurs associés dans des entreprises de production industrielle fonctionnant sur la base de l'autogestion, dans l'État du Rio Grande do Sul (Brésil). Ces entreprises autogestionnaires sont apparues après le dépôt de bilan d'entreprises capitalistes et représentent actuellement des alternatives pour la génération d'emploi, de revenu et la construction de nouvelles relations sociales de production.

L'objectif du travail est de démontrer que l'organisation ouvrière autogestionnaire institue un nouveau champ discursif, c'est-à-dire un événement discursif. L'observation des discours des et sur les sujets autogestionnaires révèle de nouvelles conceptions du travail, de nouvelles pratiques discursives traversées par des savoirs concordants, contradictoires ou même opposés à l'autogestion.

L'analyse théorique s'inscrit dans la perspective de l'Analyse française du Discours de Michel Pêcheux, qui met l'accent sur les processus de production de sens et sur leurs déterminations historico-sociales, en partant du fait que l'idéologie est constitutive de ces processus et un élément déterminant des discours, des sujets et des sens. Pêcheux base sa théorie sur le marxisme althusserien, un choix ancré dans la théorie des idéologies sur la base de l'histoire des formations sociales et de ses modes de production, avec comme question importante la lutte des classes.

C'est à la lumière de cette théorie que sont analysées les notions de *Formation Sociale*, *Conditions de production*, *Formation Idéologique* et *Formation Discursive*, afin de voir dans quelles conditions ont lieu les relations de production et de transformation au sein d'une

production discursive. Sont également abordées des notions léninistes et gramsciennes telles que la *catégorie de la contradiction*, l'*hégémonie*, le *bloc historique* et les *intellectuels organiques*. Les questions théoriques du domaine de l'Analyse du Discours et du domaine des Sciences Sociales sont articulées aux nouveaux discours ouvriers, que l'on peut également rencontrer au cours de l'histoire : *les discours des ouvriers dans les entreprises industrielles autogestionnaires dans l'État du Rio Grande do Sul*.

Le matériel discursif utilisé à des fins d'analyse se compose des productions discursives d'ouvriers autogestionnaires, d'assesseurs, de syndicalistes, de politiciens et de sympathisants, obtenues principalement à travers des entretiens, mais également de matériels de formation socio-politico-administrative et de matériels d'information – privés et publics. En analysant les processus de discursivisation d'ouvriers insérés dans des entreprises industrielles autogestionnaires sur leurs pratiques sociales, la recherche met à jour un nouveau type singulier d'organisation des travailleurs, dans une dynamique contraire à celle des entreprises traditionnelles capitalistes. En partant du fait que la gestion ouvrière collective est née de l'échec administratif de la gestion entrepreneuriale, nous observons, à partir des Études du Langage, combien les formes d'exploitation capitaliste sont « désajustées » et « réajustées » pour l'obtention dans le coopérativisme autogestionnaire d'une dynamique solidaire, démocratique et autonome de planification, de gestion et de distribution des résultats économiques.

Finalement, notre parcours théorico-analytique nous permet d'avancer que l'organisation autogestionnaire ne renvoie pas seulement à des espaces démocratiques de décision, mais également à l'appropriation du processus productif et de commercialisation de la part des travailleurs. Dans la perspective de l'Analyse du Discours, nous en concluons que l'organisation autogestionnaire ouvrière s'avère être un événement discursif et constitue une nouvelle forme discursive : la Formation Discursive des Ouvriers Autogestionnaires.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS	19
1.1. Formação Social	20
1.1.2. Modo de Produção: forças produtivas e relações de produção	20
1.1.2. Teses Althusserianas sobre a Teoria Marxista: as interpretações a partir da Revolução Bolchevique	27
1.2. Condições de Produção	36
1.2.1. Condições de Reprodução e Transformação das Relações de Produção	36
1.2.2. Condições de Produção do Discurso a partir da ótica de Pêcheux	46
1.2.3. Formas de Subjetivação do Sujeito	53
1.3. Formação Ideológica	72
1.3.1. Hegemonia, Bloco Histórico e Intelectuais Orgânicos	73
1.3.2. Aparelhos Ideológicos de Estado	87
1.3.3. Ideologia e Formação Ideológica	96
1.4. Formação Discursiva	103
1.4.1. Heterogeneidade da Formação Discursiva e da Posição-sujeito	112
1.4.2. Interdiscurso e Intradiscurso	116
II – UM PERCURSO HISTÓRICO-DISCURSIVO DA CLASSE OPERÁRIA	121
2.1. Dispositivo Metodológico	126
2.1.1. Procedimentos Metodológicos	126

2.1.2. Sobre a constituição do <i>corpus</i>	129
2.2. Um Pouco de História da Organização Operária	131
2.2.1. A Organização Operária Internacional	131
2.2.2. A Organização Operária no Brasil	153
2.3. Formação Discursiva de Referência: Operários Autogestionários	168
2.3.1. Outras Formações Discursivas em Jogo	175
2.3.1.1. A formação discursiva empresarial (FDE)	177
2.3.1.2. A formação discursiva política-pedagógica autogestionária (FDPPA)	181
III – OS DISCURSOS DA E NA AUTOGESTÃO	190
3.1. Breve Contextualização do Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)	192
3.2. Saberes Empresariais que Emergem nas Práticas Discursivas Autogestionárias ...	198
3.2.1. Identificação com saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) sob a perspectiva da relação empregado/mão-de-obra	199
3.2.2. Identificação com saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) sob a perspectiva da relação tomada de decisão/cumprimento de tarefas	211
3.3. Saberes que Rompem com os Saberes Empresariais	220
3.3.1. Algumas Reflexões sobre Economia Popular Solidária	222
3.3.2. A autogestão a partir dos saberes da instância sindical	223
3.3.3. A autogestão a partir de saberes da instância político-partidária	232
3.3.4. A autogestão a partir dos saberes da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)	244
3.4. Novos Saberes que Instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA)	255
3.4.1. A emergência da subjetividade nas práticas autogestionárias	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285
ANEXO I : LISTA DE SIGLAS	299
ANEXO II : LISTA DE QUADROS	302
ANEXO III: MATERIAIS DE ANÁLISE	303

ANEXO IV: QUESTÕES DIRIGIDAS AOS OPERÁRIOS AUTOGESTIONÁRIOS DA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE CANOAS DURANTE ENTREVISTAS EM 2006, 2007 E 2008	305
ANEXO V: QUESTÕES DIRIGIDAS AO ASSESSOR EDSON PILATTI, DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG), DURANTE ENTREVISTA REALIZADA EM 18/04/2006	307
ANEXO VI: QUESTÕES DIRIGIDAS AO REPRESENTANTE SINDICAL FLÁVIO JOSÉ FONTANA DE SOUZA, VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CANOAS (STIMMEC) E VICE-PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS METALÚRGICOS/RS, DURANTE ENTREVISTA EM 29/02/2008	308
ANEXO VII: QUESTÕES DIRIGIDAS AO REPRESENTANTE POLÍTICO-PARTIDÁRIO PEDRO ROQUE GIEHL, DIRETOR DA SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEDAI/1999-2002), DURANTE ENTREVISTA EM 22/03/2008	309
ANEXO VIII: QUESTÕES DIRIGIDAS AO DEPUTADO ESTADUAL ELVINO BOHN GASS, COORDENADOR DA BANCADA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, DURANTE ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2006	310
ANEXO IX: FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	311

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga discursos operários inseridos em empreendimentos de produção industrial na modalidade da autogestão na região metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos. Pretendemos identificar, no plano discursivo dos sujeitos envolvidos, manifestações da cultura e consciência de cooperação – o que justifica a opção pela autogestão operária –, inseridas em um movimento de práticas sociais e políticas confluentes, contraditórias e até antagônicas.

Considerando que a organização associativa autogestionária de trabalhadores tem recente reflorescimento no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, tendo em vista que seu desenvolvimento se efetiva a partir do início da década de 1990, encontramos, no meio acadêmico, pesquisas e até núcleos de estudos que se situam, em linhas gerais, na perspectiva das ciências sociais e econômicas, principalmente com o objetivo de mapear e caracterizar o processo de autogestão no período contemporâneo. Além disso, precisamos observar que, nas referidas áreas, tais investigações e discussões acadêmicas integram suas práticas acadêmicas há, pelo menos, uma década.

Já, no campo dos estudos de linguagem, desconhecemos o desenvolvimento de pesquisas sobre os discursos políticos, sindicais e operários enfocando as práticas discursivas que emergem e estão situadas sob a Economia Popular e Solidária, ou seja, os discursos dos operários autogestionários e de seus apoiadores. Fazê-lo na perspectiva da Análise do Discurso, portanto, significa conferir um caráter pioneiro à pesquisa aqui proposta. Ressaltamos que a opção de tomar como objeto de estudo as práticas discursivas de sujeitos envolvidos no processo de organização da autogestão é relevante tanto para o mundo dos trabalhadores como para os

estudos da Análise do Discurso, uma vez que a busca dos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais, através da articulação de processos lingüísticos e discursivos, permite que aprofundemos reflexões em torno dos compromissos sociais que os intelectuais precisam assumir para intervir em uma sociedade capitalista, que se nutre da exploração desenfreada do trabalho assalariado. Em suma, a relevância deste estudo está colocada não só para o enriquecimento das discussões acadêmicas, mas também fundamentalmente para os sujeitos históricos e sociais do processo de autogestão.

Nesse sentido, observamos que nossa pesquisa poderá somar-se aos estudos já realizados e em andamento em outros campos das ciências, contribuindo para a identificação e análise do perfil da autogestão operária, bem como de estrangulamentos do próprio processo de organização autogestionária, observadas a partir da rede discursiva que, ao fazer emergir determinadas concepções no fio do discurso, está articulando diferentes saberes do interdiscurso em diversas ordens.

Cabe fazer ainda o registro de que outra justificativa para a opção de tomar as práticas discursivas, sociais e políticas dos operários autogestionários como objeto de pesquisa tem motivação pessoal alimentada, nos últimos anos, pelo fascínio por este *novo* jeito de trabalhadores organizarem-se em uma dinâmica que é adversa a das empresas tradicionais capitalistas, experimentando verdadeiras relações de solidariedade, sobre as quais já formulavam reflexões e implementavam práticas sociais intelectuais orgânicos como Kropotkin, Lênin, Trotsky, Gramsci e outros. Entendemos e insistimos que nada mais adequado para atingir estes propósitos do que fazê-lo na perspectiva da Análise do Discurso, visto que as bases epistemológicas da Análise do Discurso permitem que façamos a incursão de abordagens de ordem sócio-histórico-política, à luz do materialismo histórico, situando-as nos estudos da linguagem em uma articulação de teoria e prática.

Ao propor a análise da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), temos em vista a observação de traços da cultura e da consciência associativa no discurso destes operários e de discursos provindos de outras formações discursivas, bem como das contradições que possivelmente permeiam e se revelam de diferentes formas no processo de organização autogestionária. Nessa linha de investigação, ficaremos atentos a saberes da formação discursiva na qual se inscrevem os sujeitos operários autogestionários – aqui

chamaremos de Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) – que ora se discursivizam, ora silenciam (ou são silenciados), apagando concepções sócio-históricas provindas de saberes anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, comunistas, e/ou até de saberes liberais. Isso nos conduz a pensar sobre a relação de imbricamento do plano interdiscursivo com o plano intradiscursivo, da dimensão vertical ou histórica (onde se produzem os saberes de uma formação discursiva) com a dimensão horizontal (onde os elementos destes saberes se transformam em objetos da enunciação).

Considerando que o objeto central desta pesquisa é a organização autogestionária, a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) é tomada como a Formação Discursiva de Referência (FDR), levando-nos a pensar nas outras formações discursivas que a permeiam, e que, aqui, agrupamos em duas: a Formação Discursiva Empresarial (FDE) e a Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Naquela, na FDE, se inscrevem saberes próprios das relações empresariais capitalistas, em que figuram patrão (dono dos meios de produção) e empregado (dono da força de trabalho), em uma permanente relação de submissão/dominação entre capital e trabalho. Trata-se de saberes que são antagônicos aos saberes da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) e, por isso, precisam ceder lugar para que a autogestão operária efetivamente se instaure. Relativamente aos saberes da FDPPA, observamos que, de modo geral, podem ser associados aos saberes e práticas da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), atravessando-a e servindo de apoio para a implementação das práticas autogestionárias. Portanto, a FDOA, aqui a Formação Discursiva de Referência (FDR), tendo em vista a peculiaridade de ser oriunda de massa falida capitalista, é permeada predominantemente por saberes advindos de formações discursivas articuladas às concepções de solidariedade, mútua ajuda e autogestão – a FDPPA –, mas também de formações discursivas antagônicas que representam saberes e práticas liberais, individualistas e competitivas – a FDE.

Pretendemos pensar, na presente pesquisa, sobre as condições de produção do discurso autogestionário, que se instaura, por um lado, na emergência do acontecimento da falência da empresa capitalista e posterior constituição organizativa da empresa de autogestão operária e, por outro, na própria história do proletariado internacional com vistas à sua emancipação e à superação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é imprescindível considerar diferentes questões acerca do fato de operários inseridos em empresa tipicamente

capitalista, com uma cultura individualista e competitiva nela fortemente impregnada, idealizarem e efetivarem um processo produtivo autogestionário. Isso nos conduz a pensar e avaliar se houve desidentificação de uma forma-sujeito e identificação com outra forma-sujeito já existente; e, se houve, de que forma e em que medida isso ocorreu. Devemos observar cuidadosamente as relações de reprodução-transformação das práticas discursivas e sociais dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente na modalidade de produção industrial autogestionária, suas tomadas de posições e seus efeitos, o processo de assujeitamento pela qual os indivíduos se constituem como sujeitos de seu discurso.

Nessa perspectiva, é importante considerarmos as diversas variáveis implicadas nesse processo – por exemplo, a opção pela autogestão por absoluta necessidade de sobrevivência, por simpatia à proposta associativa de trabalho, por convicção à modalidade coletivista de gestão como alternativa às relações capitalistas e sua superação. Cabe ressaltar a importância da reflexão sobre a heterogeneidade discursiva, efeito da articulação de diferentes saberes que emergem de instâncias sindicais, políticas, educacionais, governamentais e outros, que perpassam, em diferentes medidas, os discursos operários.

Tendo em vista as questões apresentadas até aqui e as metas a que nos propomos, em nossa tese, organizamos três grandes capítulos, a saber: **I – Fundamentos Teóricos**, **II – Um Percorso Histórico-Discursivo da Classe Operária** e **III – Os Discursos da e na Autogestão**. O primeiro capítulo está dividido em quatro seções, nas quais desenvolvemos uma abordagem sobre a linguagem, articulando concepções do quadro teórico da Análise do Discurso e do Materialismo Dialético-Histórico, a saber: 1.1. *Formação Social*; 1.2. *Condições de Produção*; 1.3. *Formação Ideológica*; e 1.4. *Formação Discursiva*. Em meio a essas reflexões, trouxemos questões como modo de produção, forças produtivas e relações de produção; condições de reprodução e transformação das relações de produção, condições de produção dos discursos, subjetivação do sujeito; hegemonia, bloco histórico, intelectuais orgânicos, aparelhos ideológicos de Estado; heterogeneidade discursiva, interdiscurso/intradiscurso, entre outras, apoiando-nos nas formulações teóricas de Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine, bem como de Michel Foucault, Louis Althusser, Antônio Gramsci.

No segundo capítulo, apresentamos uma abordagem sobre o percurso histórico-discursivo da classe operária, tendo em vista especialmente a produção discursiva que emerge da

organização autogestionária de operários gaúchos, nas últimas duas décadas. Nessa ótica, o capítulo está dividido em três partes que são: 2.1. *Dispositivo Metodológico* (procedimentos metodológicos e constituição do corpus); 2.2. *Um Pouco de História da Organização Operária* (organização em âmbito internacional e nacional); e 2.3. *Formação Discursiva de Referência: Operários Autogestionários* (e outras formações discursivas em jogo: FDE e FDPPA). Resgatar saberes da organização operária internacional a partir da sua história permite pensar nos desdobramentos da história operária brasileira e nas condições de formação de saberes autogestionários.

Já o terceiro capítulo se caracteriza pelo perfil analítico dos saberes e práticas discursivas da formação discursiva que tomamos como referência na presente tese – a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), bem como das relações que se estabelecem entre ela e os diferentes domínios de saberes que constituem a Formação Discursiva Empresarial (FDE) e a Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Nosso percurso de reflexões e análises está organizado nas seguintes seções: 3.1. *Breve Contextualização do Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)*; 3.2. *Saberes Empresariais que Emergem nas Práticas Discursivas Autogestionárias*; 3.3. *Saberes que Rompem com os Saberes Empresariais*; e 3.4. *Novos Saberes que Instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA)*. Salientamos que a trajetória analítica, caracterizada pela estreita articulação da teoria e da prática, sobre as concepções de autogestão e sobre a experiência operária autogestionária aqui tomada como referência, ou seja, a CTMC, prevê análises de seqüências discursivas (Sds), recortadas de materiais impressos (formação e informação) e, principalmente, de entrevistas com sujeitos que se inscrevem na Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), e análises de seqüências discursivas de referência (Sdrs), recortadas de entrevistas com sujeitos autogestionários, ou seja, com trabalhadores-associados da CTMC. Nas práticas discursivas destes últimos sujeitos, procuramos observar como se dá o processo de desarranjo de saberes empresariais e o re-arranjo destes para que predominem os saberes associativos-autogestionários sobre aqueles, contribuindo para a transformação das relações de dominação/submissão de padrões sobre operários em relações alicerçadas na solidariedade, mútua ajuda, co-gestão e autonomia de novos trabalhadores.

Estas e outras questões nos permitem pensar se o discurso da autogestão remete a um *acontecimento* (que é da ordem do não-repetível) e, neste caso, identificá-lo como

acontecimento discursivo – aquele em que há o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva – ou *acontecimento enunciativo* que implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma formação discursiva. Enfim, nos propomos a traçar um percurso teórico e de análise sobre os discursos operários autogestionários e somos desafiados, de forma prazerosa, a pautar a articulação de saberes emergentes de diferentes lugares, bem como a pensar sobre o protagonismo operário na história da luta de classes. Temos uma modesta expectativa de que nossa pesquisa possa contribuir para o enriquecimento das discussões acadêmicas e, principalmente, para os sujeitos da autogestão.

Queremos lembrar, nessa perspectiva, um pouco da trajetória e corajosa opção de muitos dos imigrantes – nossos avós, bisavós, tetravós (...) – e registrarmos nosso reconhecimento e nosso orgulho pela construção da história que temos o compromisso de dar continuidade, pelos primeiros e tão difíceis passos de organização operária e camponesa, seja nas pequenas, próximas e longínquas comunidades rurais, seja nos espaços urbanos, seja nos locais de trabalho e outros. Esta história far-se-á presente, de forma sutil ou não, nas próximas páginas, e será manuseada por nós com dosada paixão e envolvimento.

Capítulo I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

“Cada palavra remete a um ou a diversos contextos, nos quais ela viveu sua existência socialmente subentendida.” (M.I Bakhtin)

A Análise do Discurso de linha francesa a partir de Michel Pêcheux tem seu foco voltado para os estudos sobre as condições históricas e sociais de produção do discurso, entendendo a ideologia como constitutiva desse processo e determinante dos discursos, dos sujeitos e dos sentidos. Apresentando-se como uma teoria crítica da linguagem, caracteriza-se por um viés de *ruptura* com toda uma conjuntura política e epistemológica positivista, e pela necessidade de relacionar-se articuladamente com outras áreas das ciências humanas, especialmente a lingüística, o materialismo histórico e dialético e a psicanálise. Pêcheux formula inicialmente sua teoria na perspectiva do marxismo-althusseriano, o que significa uma opção alicerçada na teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, considerando como uma questão de fundamental relevância as lutas de classe que podem ser abordadas no âmbito de uma Filosofia da Linguagem de base marxista.

É à luz desta teoria que pretendemos refletir sobre as noções de **Condições de Produção (CP)**, **Formação Social (FS)**, **Formação Ideológica (FIId)** e **Formação Discursiva (FD)** articulando-as, ainda que timidamente neste momento da elaboração escrita, com um discurso novo/recente e, ao mesmo tempo, possível de ser encontrado ao longo da história: **o discurso dos operários em empreendimentos industriais autogestionários**. Tais

empreendimentos se apresentam atualmente como alternativas de geração de trabalho e renda e de construção de novas relações sociais de produção. Do ponto de vista da Análise do Discurso (AD), podemos pensar se se trata de uma nova FD que se produz a partir de determinadas condições de fracasso administrativo e econômico de instituições privadas e que visam a fins lucrativos, o que oportuniza a institucionalização de novas instituições permeadas por saberes que atendem aos interesses das forças orgânicas que passam a administrá-las, ou seja, os operários, os trabalhadores assalariados que antes sobreviviam à custa da mais-valia de seus empregadores no interior de uma formação ideológica, a instituição industrial. Podemos nos colocar o desafio da reflexão sobre até que ponto a transformação que se opera na experiência de autogestão operária consegue superar as práticas de reprodução das relações de exploração capitalista – relações estas contraditoriamente tão distantes e tão próximas ao processo autogestionário. Considerando os efeitos das relações desiguais como condições de reprodução-transformação da forma-sujeito, pensemos no modo como os saberes capitalistas se deslocam, como estes saberes se fragilizam em determinadas condições de produção e como as práticas de gestão operária se discursivizam a partir desse processo. Diante disso, entendemos que é fundamental, num primeiro momento, buscar as definições de *Formação Ideológica* e *Formação Discursiva* na Análise do Discurso, bem como – e anteriormente a estas – as noções de *Formação Social* e *Condições de Produção* das Formações Discursivas.

1.1. FORMAÇÃO SOCIAL

1.1.1. Modo de Produção: forças produtivas e relações de produção

Abordar tais questões nos conduz a pensar sobre como as pessoas vivem, como se organizam historicamente em sociedade – na dimensão familiar, escolar, religiosa, de trabalho, etc. –, as origens e os efeitos dessa forma de organização da vida. Inspirado em Antonio Gramsci, Louis Althusser (1999: 12), nos fala da sociedade civil como o “conjunto das instituições, privadas ou públicas, através das quais se efetua a *hegemonia* das classes dirigentes, a preeminência de sua ideologia”. Esta concepção está colocada em oposição à de sociedade política que compreende o conjunto dos órgãos estatais no sentido estrito. Sobre as instituições, afirma que elas representam os “elementos da máquina estatal pelo qual a burguesia garante a sua

dominação” (*idem*, p. 12). Consideremos o caráter revolucionário da concepção marxista do “todo social”: Marx (1985) concebe a estrutura da sociedade como constituída pela infraestrutura ou base econômica (unidade de forças produtivas e relações de produção) e a superestrutura (no nível jurídico-político e no nível ideológico). A grosso modo, a estrutura da sociedade é constituída pelas forças orgânicas, pela base econômica, jurídico-política e ideológica. O filósofo e economista político Marx, a partir da sua obra *Miséria da Filosofia* (1982), rejeita a noção de “sociedade”, sob a alegação de tratar-se de uma noção não-científica. Esta noção é substituída por “Formação Social”, amplamente utilizada por Marx e, posteriormente, por Lênin (1980[a/b]; 1982¹). Para compreendermos como funciona determinada formação social, de acordo com Marx, é necessário fazer intervir o conceito de *modo de produção* proposto por este. O modo de produção se constitui por uma unidade que possui suas forças produtivas e suas relações de produção. As forças produtivas de um modo de produção, também conforme Althusser (1999), “são constituídas pela unidade de um jogo complexo e regulamentado que coloca em cena o *objeto de trabalho* (...); os *instrumentos de produção*; os *agentes de produção* (ou força de trabalho)”. O objeto de trabalho e os instrumentos de trabalho são designados por Marx de *meios de produção* e integram a famosa equação que caracteriza determinado modo de produção:

Forças Produtivas = (unidade) Meios de Produção + Forças de Trabalho

Esta equação, de acordo com Althusser (1999: 48), tem a vantagem teórica de colocar em evidência a separação entre meios de produção e forças de trabalho, especialmente, para compreendermos o que se passa em uma sociedade de classes com formação social capitalista, por exemplo, na qual os meios de produção não estão em posse dos detentores da força de trabalho, mas de personagens exteriores aos processos de trabalho, ou seja, de exploradores capitalistas. Especificamente, neste estudo, a experiência da autogestão operária não se cria por “geração espontânea”, mas é instituída, no seio da sociedade capitalista, a partir das condições de falência das práticas de gestão industriais, comerciais, que tomam como alicerce econômico as relações de produção ancoradas na “mais-valia”. Nesta condição, constatamos que os agentes

¹ A referência de datas é da publicação brasileira de *Obras Escolhidas – Tomo 1, 2 e 3*, pela Editora Alfa-Omega, embora os textos tenham sido escritos por Lênin no início do século XX (1899 a 1923).

possuidores da força de trabalho também passam a ter a propriedade dos meios de produção. Relativamente às relações de produção, Althusser (*Idem*) diz que

são relações de um tipo muito particular que existem, nas Sociedades sem classes, entre os agentes da produção quando todos os membros de uma formação social são agentes da produção ou, nas Sociedades de classes, entre os agentes da produção e outros personagens que não são agentes e, no entanto, intervêm na produção. (1999: 51)

Conforme Marx (1987), a taxa da mais-valia depende da relação entre a parte do dia de trabalho necessária para renovar o valor da força de trabalho e o trabalho excedente ou tempo empregado em excesso destinado ao capitalismo. Em nossa sociedade, que é organizada em classes bem demarcadas, observamos relações de produção da *exploração* capitalista – exploração que significa fundamentalmente extorsão da mais-valia, do lucro – mas tais práticas também estão sujeitas à falibilidade. Althusser (1999) chama a atenção de que, no interior da produção capitalista, as relações se traduzem em efeitos de classe e de luta de classe, resultando numa dominação irredutível da divisão social sobre o trabalho. No capitalismo, temos a existência das classes dominantes que, além de explorar e espoliar, tem a função social que corresponde à necessidade objetiva da sociedade de assegurar a acumulação, a transmissão e o acesso aos conhecimentos, que interessam às classes dominantes, bem como a possibilidade de ampliação, ou seja, de reprodução. Conforme Mandel (1987), as classes dominantes vivem do trabalho dos outros e monopolizam as funções de gestão e acumulação – poderíamos caracterizá-las, por isso, como essencialmente parasitárias.

Marx e Engels (*Obras Escolhidas, s/d*²), numa das teses do *Materialismo Histórico*³, observam que as classes sociais se desenvolveram e se transformaram de uma formação social para outra. A organização social passa e passará por estágios sucessivos, segundo eles, da sociedade primitiva sem classes, na qual o povo se organizava de maneira autônoma, evoluindo para diferentes formas de sociedade de classes até a sociedade comunista sem classes. Na obra *Conceito de Classes Sociais*, Theotônio Santos (1991) observa que Marx dá ao conceito de classe

² Reportamo-nos à edição brasileira, sob a responsabilidade da Editora Alfa-Omega, de *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, em três volumes, realizada com base na edição soviética preparada pelo Instituto de Marxismo-leninismo, anexo ao Comitê Central do P.C.U.S. e publicada em Moscou, no ano de 1953, pela Ediciones en Lenguas Extranjeras.

³ Conforme Marx (em *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, Vol. I, p. 301), o materialismo histórico consiste na tese segundo a qual “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência”, o que conduz à relação entre estrutura econômica e superestrutura ideológica.

não só uma dimensão científica, mas atribui-lhe o papel de base de explicação da sociedade e de sua história. O autor pontua que o conceito de classes sociais é resultado da análise das forças produtivas e das relações de produção que assumem certos modos possíveis de relações na história; modos que são contraditórios e definem as leis gerais de funcionamento e desenvolvimento dos modos de produção classistas. Em *Miséria da Filosofia* (1982), Marx é enfático quanto às relações sociais estarem intimamente ligadas às forças produtivas. Assim, os homens, ao adquirir novas forças produtivas, transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando o modo de ganhar a vida, transformam todas as suas relações sociais. Segundo Marx (*idem*, p. 106), os princípios, as idéias, as categorias que os homens produzem de acordo com as suas relações sociais “são tão pouco eternas quantos as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios”.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels escrevem:

A história de toda sociedade que existiu até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres⁴ e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (*umgestaltung*) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta. (1988: 66)

O conceito de classes deve ser compreendido, portanto, num quadro de contradições num determinado modo de produção e numa determinada formação social. A superação de uma determinada formação social está diretamente relacionada à luta de classe.

A noção de classes sociais se constitui teoricamente dentro do conceito de luta de classes que está relacionada com o antagonismo, a mais-valia e a exploração de uma classe por outras. A preocupação com o caráter das classes sociais, isto é, as condições e conseqüências dos seus antagonismos e lutas na sociedade capitalista, é uma constante nas obras de Marx. A historicidade está relacionada com o desenvolvimento desses antagonismos e lutas. De acordo com Ianni (1988), o confronto entre as duas classes substantivas do regime – o proletariado e a burguesia – é o que, fundamentalmente, conduz à crise ou ao colapso do capitalismo. O autor (*idem*, p. 55) conceitua brevemente a burguesia como “a classe revolucionária que constrói o capitalismo, depois de ter surgido com o desenvolvimento e a desagregação das relações de

⁴ Mestres (*zunftbürger*): membro de uma corporação com todos os direitos, mestre da mesma, e não seu dirigente. Ainda, de acordo com *História da Filosofia – Volume 3* (1991: 198): “membros das corporações e aprendizes”.

produção do feudalismo” e o proletariado como “a classe revolucionária que nega o capitalismo e luta para criar a sociedade sem classes, no socialismo”. Ianni (*idem*) situa a teoria da luta de classes como uma contribuição revolucionária tanto no contexto da obra de Marx quanto a tudo o que havia em sua época e anteriormente a ele. O próprio Marx (1852) diz que a descoberta da existência de classes ou da luta entre elas numa determinada sociedade não é mérito seu, já que, antes dele, muitos economistas e historiadores burgueses haviam descrito a anatomia econômica das classes e o desenvolvimento histórico da luta de classes. No entanto, Marx (1852) afirma que o que fez de novo foi provar:

(1) que a existência de classes somente tem lugar em determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; (2) que a luta de classes necessariamente conduz à ditadura do proletariado; (3) que esta mesma ditadura não constitui senão a transição no sentido da *abolição de todas as classes (...)*⁵ (*In: Ianni, 1988: 56*)

A partir daí, Ianni (*idem*, p. 56) recoloca duas questões que consideramos importantes trazer para nossas reflexões: (a) “em que medida a teoria da luta de classes de Marx vai se produzindo ao longo da sua obra?” e (b) “em que medida ela responde ao desenvolvimento lógico da sua interpretação do capitalismo?”. Relativamente à primeira questão, o autor vai observando uma trajetória teórica na qual Marx focaliza as relações de alienação e de antagonismo que estão na base do capitalismo; retoma as implicações econômicas e sociais da divisão social do trabalho; caracteriza a sociedade capitalista na qual a burguesia e o proletariado são classes sociais revolucionárias e antagônicas; pondera que, com o desenvolvimento do capitalismo, o proletariado se transforma em classe revolucionária – de classe econômica em classe política – passando a lutar politicamente pela destruição do Estado burguês; e prevê “a instauração da ditadura revolucionária do proletariado como fase de transição para a sociedade sem classes” (*idem*, p. 59).

Quanto à segunda questão colocada (como a teoria da luta de classes corresponde a uma exigência lógica da sua análise do capitalismo), Ianni pontua que Marx produz a sua interpretação do capitalismo considerando as contribuições da filosofia hegeliana, do socialismo utópico, da economia política clássica e da sua militância política. Marx aprofundou a análise de questões não resolvidas ou resolvidas de forma equívoca pelas correntes do pensamento

⁵ A citação é trazida por Octavio Ianni (1988: 56) e, em nota de rodapé, situada como: Karl Marx, “Marx to J. Weydemeyer in New York”, carta datada de 05 de março de 1852, em K. Marx and F. Engels, *Selected Correspondence*, pp. 67-70; citação da p. 69.

hegeliano, por exemplo. Em seu trabalho intelectual, inicia tematizando a questão da mercadoria que exprime uma relação determinada de alienação entre operário e capitalista. A mercadoria aparece como valor de uso e, mais adiante, como valor de troca e valor de trabalho – este representa o trabalho social cristalizado na mercadoria. Além das categorias de valor de uso, valor de troca, valor de trabalho e trabalho social, no curso de suas análises, Marx desenvolve as categorias de trabalho necessário, trabalho excedente, mais-valia absoluta, mais-valia relativa e outros. Está na centralidade das suas formulações a mais-valia por revelar uma relação determinada de alienação e antagonismo, opondo operário e capitalista. Enquanto essas categorias vão exprimindo relações necessárias, surgem progressivamente a verdadeira condição da classe operária e a verdadeira condição da classe capitalista. A mesma condição alienada da existência da classe operária (como classe) é que constitui a base da sua posição crítica. Ela, a classe operária, vai se dando conta, aos poucos, da sua posição histórica privilegiada quanto às condições de luta política contra a burguesia. Trata-se de um processo político de desenvolvimento da contradição de classes no capitalismo, por meio do qual se dá a metamorfose da classe operária de uma *classe-em-si* para uma *classe-para-si*, elementos que o capitalismo tenta e tende a eliminar. Conforme Ianni (1988: 62, 63), a teoria da luta de classes é o resultado combinado de dois movimentos do pensamento de Marx: (1) elaboração de “sua compreensão das classes sociais, seus antagonismos e lutas à medida que se desenvolvem as suas reflexões, desde a crítica da filosofia hegeliana e neo-hegeliana até a crítica do socialismo utópico francês e da economia política clássica inglesa” sempre associada à sua participação política direta em lutas operárias do seu tempo; e (2) a ênfase na análise das relações de produção específicas do capitalismo. Em ambos os movimentos, que se desenvolvem dentro do curso da interpretação crítica do capitalismo, Marx reencontra as classes sociais em suas relações necessárias e antagônicas.

De acordo com uma concepção marxista-leninista, a análise sobre/das classes sociais não pode, de forma alguma, limitar-se à questão econômica, mas é fundamental fazer intervir aspectos políticos e ideológicos. Nesse sentido, consideramos pertinente tomar o conceito de classes sociais, formulado por Poulantzas (1976), segundo o qual:

As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica. (...) Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação

social: mas o político e o ideológico, enfim a superestrutura, desempenham igualmente um papel muito importante. (1976: 13)

Pensar as noções de classes sociais, relações sociais, relações de produção, forças produtivas, modos de produção, somos levados ao que vem sendo o fio condutor da abordagem até agora: a formação social. Nas palavras de Althusser (1999), a noção de formação social pode ser entendida como segue:

É um conceito científico enquanto faz parte de um sistema teórico de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de “sociedade”⁶.

(...) uma formação social designa toda “sociedade concreta” historicamente existente, e que é *individualizada*, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí. É assim que se pode falar em formações sociais ditas “primitivas”, da formação social romana escravista, da formação social francesa de servidão (“feudal”), da formação social francesa capitalista, de tal formação social “socialista” (em vias de transição para o socialismo), etc. (1999: 42)

A noção de formação social, nesta pesquisa, nos remete às particularidades da sociedade concreta em que vivemos cujo modo de produção dominante é o capitalismo neoliberal⁷. Na América Latina, podemos falar em reprodução dos modos de produção capitalistas, em que as relações de exploração sobre os trabalhadores vêm se agigantando. Por um lado, ocorre um aprofundamento, a partir da década de 90, do grupo social de excluídos do processo de trabalho e, conseqüentemente, da participação econômica, social, política, cultural entre outras dimensões. Por outro lado, isto nos permite compreender alguns “fenômenos sociais” proletários que ocorrem à revelia do sistema dominante e que parecem se encaminhar para uma via socialista – como, por exemplo, a autogestão operária. Tomando diretamente Marx e Engels (*Obras Escolhidas*, s/d), nas teses do Materialismo Histórico, vamos encontrar referência a “modos de produção distintos” cujas relações de produção são estáveis e se reproduzem mais ou menos automaticamente. Lembra-nos Mandel (1987) que, ainda nestas teses, Marx e Engels elucidam que um modo de produção corresponde a uma estrutura social, não podendo ser modificada de

⁶ Tratar a noção de sociedade como *idealista*, remete a considerar a concepção, antes de Marx, de natureza das “sociedades humanas” como dominada por princípios ideológicas e dependentes de uma “Filosofia da História” idealista – e não de uma verdadeira teoria científica da história. Assim, a concepção de sociedade, numa perspectiva idealista, é não-científica, já que vem sobrecarregada de ressonâncias morais, religiosas, jurídicas, etc.

⁷ Segundo Carlos Ruiz Del Castillo (1986: 814), o termo neoliberalismo designa “uma doutrina que aspira a renovar certas posições do velho liberalismo, mas permanecendo fiel às raízes do mesmo”.

forma gradual, somente derrubada por uma revolução. Em relação ao nosso objeto de estudo, concordamos em parte com Marx, no que tange à forma de estruturação da sociedade como um todo, e discordamos em parte também, tendo em vista que determinadas “fraturas” no modo de produção das relações de produção também propiciam “esfacelamentos” nos modelos de produção capitalista, abrindo “brechas” nas quais o proletariado pode se instalar. É esse o caso da autogestão operária.

1.1.2. Teses Althusserianas sobre a Teoria Marxista: as interpretações soviéticas a partir da Revolução Bolchevique

Considerando a fundamental importância desta discussão, aproveitamos a reflexão sobre formação social e modo de produção para trazer quatro teses clássicas na teoria marxista, lembradas por Althusser (1999: 42, 43, 44):

1ª) **Toda formação social concreta depende de um modo de produção dominante.** Isso significa que co-existem um modo de produção dominante e um ou mais modos de produção dominados – estes podem ser aqueles que subsistem do passado da antiga formação social bem como aqueles que estão por nascer.

2ª) **O modo de produção como unidade com correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção**⁸. Trata-se da unidade interior de um modo de produção, o que é diferente da unidade (sempre contraditória) entre os modos de produção dominados e o modo de produção dominante que existem em determinada formação social. Considerando o caso de as relações de produção não mais corresponderem às forças produtivas e isto representar o “motor de toda revolução social”, conforme Althusser (1999: 43), estamos diante da *contradição*, por um lado, entre as forças produtivas do conjunto dos modos de produção existentes na formação social e, por outro, entre as relações de produção do modo de produção dominante. Não se trata

⁸ As forças produtivas de um modo de produção são a unidade de um jogo complexo que coloca em cena o objeto de trabalho (natureza, matéria-prima), os instrumentos de trabalho e os agentes de produção (força de trabalho), conforme Althusser (1999: 48). Remetendo à equação apresentada anteriormente neste trabalho, as forças produtivas representam a unidade dos meios de produção e a força de trabalho. Em *Salário, Preço e Lucro* (1987: 49), Marx afirma que as forças produtivas do trabalho dependem das condições naturais do trabalho e do aperfeiçoamento contínuo das forças de trabalho sociais.

Relativamente às relações de produção, estas não são relações puramente técnicas e nem relações jurídicas. Por exemplo, as relações produtivas capitalistas são relações da exploração capitalista, da extorsão da mais-valia.

simplesmente de uma questão de correspondência e não-correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Esta tese é, teoricamente, uma busca de engajamento entre o modo de produção e as relações de produção que possibilite investigar a reprodução das relações de produção.

3^a) **O modo de produção possui uma base material que são as forças produtivas que, por sua vez, só podem funcionar em e sob suas relações de produção.** Acerca desta questão, Althusser (1999: 44) pontua que “com base e nos limites das forças produtivas existentes, são as relações de produção que desempenham o papel determinante”; no entanto, o autor também chama a atenção de que se trata de uma tese bastante polêmica entre os marxistas, embora já tenha sido comentada em obras de Lênin (1980[a/b]; 1982) e de Marx (1985; 1988). Considerando a questão sobre qual o elemento – forças produtivas ou relações de produção – que deve ser dado, teórica e politicamente, como determinante, optamos por nos deter em ponderações no sentido de trazer diferentes práticas e posições de teóricos. Na defesa de que o primado deve ser o das forças produtivas sobre as relações de produção, encontram-se líderes da II Internacional⁹, como os teóricos Bernstein e Kautsky¹⁰ – ambos assumem uma posição revisionista em torno de conceitos marxistas e de questionamento à III Internacional¹¹. Althusser (1999: 233), ainda nesta posição do primado das forças produtivas sobre as relações produtivas, situa Stalin¹². No entanto, considerando a prática stalinista à frente da URSS, cuja compreensão de ditadura do proletariado é totalmente diferente – é inversa – da ditadura aspirada e proposta por Lênin, podemos pensar e avaliar em que medida Stalin valorizou as práticas produtivas.

⁹ Em 1864, K. Marx fundou a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) com o propósito de incentivar o movimento socialista e coordenar as forças dos trabalhadores em todo o mundo. No entanto, a I Internacional logo se dissolveu devido a dissensões internas. Então, em 1889, fundou-se, em Paris, a II Internacional, com os partidos socialistas da Europa e da América, dissolvida em agosto de 1914 e reorganizada após a I Guerra Mundial. (Quintana. *In: Dicionário de Ciências Sociais*, 1986: 631)

¹⁰ Bernstein e Kautsky figuram como principais representantes da II Internacional e integram a corrente preocupada em reexaminar o conceito marxista de uma revolução proletária inevitável como meio de alcançar o socialismo.

¹¹ A III Internacional ou Internacional Comunista foi criada em 1919, em um congresso internacional realizado em Moscou. Tem sua base ideológica nos princípios do marxismo revolucionário e da luta de classes, incluindo todos os partidos comunistas do mundo. Teoricamente, ela se dissolveu em 1943, conforme Quintana (*Dicionário de Ciências Sociais*, 1986: 631).

¹² Stalin é Iosif Vissarianovitch Djugatchvili (1879-1953). Ele participa da Revolução Soviética de Outubro e da guerra civil. Como “membro do Comitê Central e do órgão do Partido Bolchevique em 1917, torna-se seu secretário em 1922. De 1924 a 1926, elimina da direção do Partido e do Estado os seus adversários políticos (Trotsky, Zinoviev, Lev Kamenev e Nokolai Bukharin).” (M. Lowy. *In: Dicionário de Ciências Sociais*, 1986: 1179, 1180) Stalin pertenceu à III Internacional e, após assumir a direção da URSS, revela-se um grande ditador e burocrata. Ele passa a exercer influência sobre as orientações da III Internacional, o que rende críticas acirradas por parte de lideranças e teóricos. A IV Internacional é resultado da discordância em relação aos rumos da III Internacional.

Já em Lênin e Mao¹³, de acordo com Althusser (1999), encontramos a posição de que se deve dar o primado às relações produtivas. Na reflexão sobre esta questão, Althusser (1999), que assume uma posição marxista-leninista, declara que:

Não é um acaso que Lênin e Mao tenham levado seus Partidos comunistas à vitória da Revolução.

(...) Se Lênin e Mao tivessem tomado ao pé da letra, nem que fosse por um instante, a tese central do Prefácio¹⁴: “uma formação social nunca desaparece antes que tenham sido desenvolvidas todas as forças produtivas que ela é capaz de conter, e novas relações de produção nunca tomam o lugar das antigas antes que suas condições materiais tenham amadurecido-desabrochado na antiga sociedade” – como é que Lênin e Mao teriam conseguido, nem que fosse por um instante, colocar-se à frente do Partido e das Massas e fazer triunfar a Revolução socialista? (1999: 234)

Althusser lembra que houve críticas endereçadas a Lênin sobre sua postura e forma de condução do processo emergente que culminou na Revolução Russa de 1917. A acusação era no sentido de que esta (a revolução) aconteceu cedo demais em um país atrasado, já que nem as forças produtivas nem as forças orgânicas estavam, naquele momento, suficientemente desenvolvidas. Em outras palavras, o proletariado como bloco sócio-econômico não reunia forças suficientes para a tomada do poder soviético e sua manutenção, sendo questionado como bloco hegemônico.

Avaliamos que cabem aqui algumas palavras sobre o conceito de hegemonia para Lênin. Muitos marxistas usam tal conceito como se referindo à designação de um determinado bloco sócio-político no poder, como bloco hegemônico, ou à hegemonia no poder de determinada classe. Também Lênin partilha desta conceituação marxista de bloco histórico¹⁵, porém esta é desenvolvida por Gramsci à luz das concepções da III Internacional Comunista.

Importante frisarmos aqui que Lênin, tão presente e vivendo entre as massas, articulou e coordenou passos importantes do proletariado soviético na implantação do Estado Bolchevique – no entanto não teve “tempo suficiente” para teorizar sobre esta prática. Já para

¹³ Mao Tsé-tung é o líder da luta revolucionária do povo chinês contra a invasão imperialista e o domínio dos proprietários de terras e da burguesia pró-imperialista de 1919-1949. O maoísmo ou pensamento de Mao Tsé-tung, assim como a ideologia do movimento comunista na China, “foi concebido na época da derrota da revolução de 1925-27, desenvolvendo-se no período da luta com Chang Kaichek e erigindo-se em ideologia hegemônica do Partido Comunista chinês em 1935”. (Tanaka. *In: Dicionário de Ciências Sociais*, 1986: 719)

¹⁴ Trata-se de um dos textos de Marx, considerado bastante ambíguo por Althusser: “Prefácio” de *Contribuição para a crítica da economia política*, produzido em 1859 e relacionado nas Referências Bibliográficas deste trabalho, como parte da publicação de *Obras Escolhidas – Vol I, s/d.*

¹⁵ Segundo Gramsci, o bloco histórico corresponde ao grupo dominante ideologicamente que representa o bloco sócio-econômico no poder ou bloco hegemônico. (Vide p. 73)

Gramsci, as bases lançadas por Lênin rumo à instauração de um Estado de tipo novo – o Estado proletário – foram fundamentais para a tarefa prática de teorizar sobre tais questões. Assim, as elaborações gramscianas não representam um processo natural; mas, compreendendo o movimento histórico em curso na Rússia e prevendo a extensão deste movimento da luta de classes em âmbito internacional, Gramsci constrói reflexões e análises preciosas a partir da realidade italiana e das práticas leninistas. Em outras palavras, ele dá um passo para além de Lênin. Podemos ainda dizer que se trata de um processo de ajuste da teoria e da prática, em que a prática política anda junto com a teoria.

Gramsci (1979), ao tematizar que no bloco histórico não há apenas uma classe que é dominante, ou seja, uma única classe no poder, mas a combinação e sobreposição, no poder político, de diversas classes dominantes, cada uma delas com seu diferente estatuto sócio-histórico, resultando em um bloco no poder (ou bloco dominante), apresenta um aprimoramento e, ao mesmo tempo, um questionamento desafiador do conceito de hegemonia de Lênin. Uma determinada classe das que compõem o bloco dominante se sobressai e marca o ritmo de tal bloco, o que Gramsci chama de sua hegemonia. Conforme Velho (1986: 544), “precisamente, dessa situação de pluralismo de classes no poder origina-se um aparelho hegemônico que tem dois aspectos fundamentais: primeiro, que há uma divisão de poderes como resultado da luta pela hegemonia entre a sociedade civil e a sociedade política; segundo, que naturalmente os três poderes são também órgãos da hegemonia política”.

Relativamente à colaboração de Gramsci na discussão da noção de hegemonia, registramos que ela tem sido particularmente importante por chamar a atenção para: (a) os aspectos ideológicos da dominação em contraste com a visão reificada do puro domínio da força; (b) a concepção equivocada de que a hegemonia se constitui em torno da ação de representantes de uma única classe da sociedade.

Retornando à questão polêmica sobre qual o elemento dominante, no Modo de Produção, se são as forças produtivas ou as relações de produção, observamos que Althusser (1999) contrapõe às ressalvas e críticas feitas a Lênin, sobre uma eventual/suposta precocidade da revolução russa de 1917, à política de Stalin que, a partir dos anos 30, é tratada como a *política consecutiva ao primado das forças produtivas sobre as relações de produção*. Althusser lembra

que, especificamente, em 1938, Stalin retoma textualmente as teses do “Prefácio” de 1859¹⁶. Ao sugerir que se examine a política equivocada de planificação de Stalin, Althusser (*idem*, p. 235) chama a atenção, por exemplo, para a forma de qualificar o “homem como o *capital* mais precioso da força de trabalho, isto é, como um puro e simples instrumento das forças produtivas”. Talvez a justificativa dessa política, enuncia Althusser, estivesse na necessidade urgente de dotar a URSS de forças produtivas e de uma indústria pesada como forma de enfrentar a guerra (II Guerra Mundial); ou estivesse voltada para a acumulação primitiva socialista que só podia ser feita às custas da classe camponesa; ou ainda, tivesse relação com o fato de que a maior parte dos operários participantes da Revolução de 1917 divergia frontalmente das orientações e práticas políticas stalinistas. Althusser (*idem*, p. 235) conclui duramente sua reflexão dizendo que após diversos massacres de lideranças operárias e anos de fome, “o Partido de Stalin já não podia mais ser o Partido de Lênin”. Obviamente, o método de Lênin de organização do partido – bastante diferente do caráter ditatorial e burocrata de Stalin – era baseado na liberdade de discussão interna e na mais completa unidade de ação política através da nomeação dos *soviets*¹⁷, que representavam os anseios dos bolcheviques. Conforme Trotsky (1981: 103), “na época contemporânea, o soviete foi uma *expressão organizada da vontade do proletariado como classe...* o soviete é o primeiro poder democrático da história moderna da Rússia” instaurado por Lênin. Observamos que, ironicamente, Stalin havia sido inicialmente um *soviete*, sendo ali que ele começou a exercer sua liderança e que acabou por projetá-lo no partido.

Em seus textos, Trotsky (1981) deixou registrado que, alguns meses antecedentes à revolução de outubro de 1917, somente Lênin possuía uma concepção revolucionária clara e referida nos seus mínimos detalhes aos princípios da revolução. Embora alguns quadros russos do partido estivessem dispersos e consideravelmente confusos, o partido tinha autoridade entre os

¹⁶ Trata-se do “Prefácio” de *Contribuições para a crítica da economia política*, produzido por Marx, em 1859, e que consta entre os textos das *Obras Escolhidas – Vol.1*.

¹⁷ Os soviets são conselhos representativos de trabalhadores que surgiram durante a revolução russa de 1905-07. Tornaram-se grupos de pressão extremamente influentes. De acordo com Lênin, em seu relatório ao I Congresso em 1917 (publicado em *Ordine Nuovo*, a. I, n° 15, 23 de agosto de 1919), o regime dos soviets, com a ditadura do proletariado, constitui uma forma prática que permite ao proletariado exercer sua dominação, o que explica que, a partir de outubro de 1917, o poder tenha sido exercido em nome dos soviets. Utechin (*In: Dicionário de Ciências Sociais*, 1986: 1179) pontua que, para o Partido Bolchevique, os soviets eram instrumentos de insurreição e órgãos embrionários de um novo regime.

Conforme a *Grande enciclopédia soviética* (1956), os soviets de representantes do povo trabalhador são órgãos do poder estatal central e local, cujos membros são eleitos pelo voto popular... e representam uma forma aprimorada de organização estatal que visa à total emancipação da opressão e exploração dos trabalhadores, visa à ditadura do proletariado e visa à construção da sociedade comunista.

operários avançados e Lênin sobre o partido. Conforme Trotsky (*idem*, p. 129), “o partido alinhou rapidamente sua política, fazendo-a corresponder à concepção de Lênin, isto é, com o verdadeiro curso da revolução”. Assim Lênin obteve o firme apoio de dezenas de milhares de trabalhadores avançados, o que resultou, em alguns meses, na capacidade do partido em convencer a maioria dos trabalhadores, organizada em sovietes, sobre a reformulação de sua política. Trotsky (*idem*) enfatiza que Lênin representava a maturidade do proletariado e personificava a tradição revolucionária da classe operária.

Decorrida a revolução russa e tomada a dianteira do processo de implantação do socialismo na URSS, Lênin, em 1922, já enfermo, estava atemorizado com o crescimento ameaçador do burocratismo de Stalin – então secretário geral do Partido Bolchevique. De acordo com Trotsky (*idem*), Lênin começou a preparar um trabalho contra a facção de Stalin, que havia feito de si próprio o eixo da máquina do partido, como um primeiro passo para a captura do aparelho de Estado. Tal postura stalinista veio acompanhada da ação de “recrutação leninista”, que nada mais é do que abrir o partido para todos (trabalhadores, clérigos, funcionários, etc) que são pessoas sem experiência, sem independência e ainda presas ao velho hábito de se submeter a autoridades. O objetivo dessa manobra política de Stalin era dissolver a antiga vanguarda revolucionária. Assim, o centralismo democrático de Lênin deu lugar ao centralismo burocrático de Stalin. Infelizmente o estado de saúde de Lênin se agravou muito, o que o impediu de lançar suas forças contra a reação interna. Após a morte de Lênin, todo o esforço de Stalin foi no sentido de retirar a máquina do partido do possível controle de seus membros. Segundo Trotsky (*idem*, p. 147), Stalin passou a considerar a Internacional Comunista (referindo-se à III) como “um mal necessário que poderia ser usado tanto quanto possível apenas com o propósito de ser uma arma nas suas relações com outros governos”. Em relação ao Partido, afirma que só significava, aos seus olhos, “um apoio submisso à máquina administrativa”.

Relativamente ao stalinismo¹⁸, Trotsky (1981) é enfático ao afirmar que:

O stalinismo é a praga da URSS, é a lepra do movimento operário internacional. Ele não é nada no domínio das idéias. (...) Ninguém – e não faço exceção a Hitler – aplicou ao socialismo um golpe tão mortal. Hitler destrói o marxismo; Stalin o prostitui. (...) O socialismo significa regime de perfeita transparência, no seio do qual os trabalhadores administram por si mesmos os seus interesses. **O stalinismo se funda no complô dos governantes sem os governados.** (...) O regime stalinista

¹⁸ Ressaltamos que o stalinismo nada tem em comum com o marxismo-leninismo.

infiltrou de arrivismo, de traição, de mentira, as relações sociais. Stalin não é um fator determinante de nenhum caminho na História.¹⁹ (1981: 175, 176)

Podemos pensar – e o fizemos a partir de avaliações trotskistas – que a Revolução de Outubro divide-se em antes e depois de Lênin: o primeiro período representa a época da conquista do poder pelos proletários, da instituição do Estado Bolchevique, das opções sociais e econômicas; ao passo que o segundo caracteriza-se pelo dualismo na participação do poder. Conforme os escritos de Trotsky, datados de 01 de maio de 1929, no texto de abertura do livro “A Revolução Desfigurada” (1979), esse dualismo diz respeito, por um lado, ao proletariado, participante fundamental da conquista do poder em outubro de 1917, que é relegado a segundo plano após a enfermidade e morte de Lênin; e, por outro, a camadas formadas por funcionários do Estado, dos sindicatos, do Partido e das cooperativas, por profissionais liberais e intermediários – como vemos no fragmento “ao seu lado, atrás dele e às vezes diante dele, surgem outros elementos, outras camadas sociais, frações de outras camadas que ocuparam uma boa parte, senão do poder, pelo menos, da influência sobre este” (Trotsky, 1979: X). Ponderamos que essas camadas referidas pelo autor, por um conjunto de razões materiais, culturais e morais, de ordem interna e externa, distanciam-se cada vez mais do proletariado, caindo sob a influência de interesses burgueses.

Possivelmente o maior crime da política posterior a Lênin, de acordo com Trotsky (1979), não foi fazer concessões importantes a camadas sociais capitalistas no interior da URSS, no Ocidente e na Ásia, mas

foi apresentar graves concessões como sucessos do proletariado, recuos como progressos, interpretar o acréscimo das dificuldades internas como um avanço vitorioso para uma sociedade socialista nacional.

Esta tarefa, traidora no fundo, de desarmamento teórico do Partido e de sufocação da vigilância do proletariado, foi realizada no decorrer dos seis últimos anos sob a capa de luta contra o “trotskismo”. As pedras angulares do marxismo, os métodos essenciais da Revolução de Outubro, as principais lições da estratégia leninista foram submetidas a uma rude e violenta revisão, na qual o impaciente desejo de ordem e de tranquilidade do funcionário pequeno-burguês renascente achou sua expressão. A idéia da revolução permanente, isto é, do laço indissociável e real que une o destino da República Soviética à marcha da revolução proletária no mundo inteiro, teve o dom de irritar, acima de tudo, as novas camadas sociais conservadoras, intimamente convencidas de que a Revolução,

¹⁹ Os grifos são nossos.

tendo-as elevado ao primeiro plano, tinha assim cumprido sua missão.
(Trotsky, 1979: XIV, XV)

O processo de deturpação do caráter internacional marxista e as tentativas de separação dos destinos do Estado Soviético do desenvolvimento revolucionário mundial em geral estavam postos. Aos que foram os sustentáculos das idéias da Revolução de Outubro e do internacionalismo proletário, armas foram apontadas e uma impiedosa caçada, imposta. Como que prevendo tal quadro, Lênin (1987a) inicia seu livro “O Estado e a Revolução” com as seguintes palavras:

Depois de sua morte, tenta-se convertê-los em imagens inofensivas, canonizá-los, por assim dizer, rodear seus nomes de uma certa auréola de glória para “consolar” e enganar as classes oprimidas, castrando o conteúdo de sua doutrina revolucionária, tirando o corte revolucionário desta, aviltando-a. Nessa “conciliação” do marxismo dão-se as mãos atualmente a burguesia e os oportunistas do movimento operário. Esquecem relegam a segundo plano, confundem o aspecto revolucionário desta doutrina, seu espírito revolucionário. Fazem passar ao primeiro plano, exaltam, o que é ou parece ser aceitável para a burguesia. (Lênin, 1987a: 53)

Consideramos oportuno lembrar que, em 1939, às portas da Segunda Guerra Mundial, Hitler e Stalin celebraram um acordo: o pacto germânico-soviético. A propósito deste acordo, no artigo *A URSS na Guerra*, escrito em 25 de setembro do mesmo ano, Trotsky (*Apud Mancuso, 2001: 100*) fez a seguinte previsão: “Agora Hitler é um aliado e amigo de Stalin; porém se com a ajuda de Stalin, Hitler conseguir sair vitorioso na frente Oeste, na manhã seguinte, voltará seus canhões contra a URSS” e posteriormente acrescentou: “Sob estas condições, os partidários da Quarta Internacional²⁰ (...) colocarão, como a mais urgente tarefa do momento, a resistência militar contra Hitler. (...) Este tipo de *defesa da URSS*, naturalmente será diferente – tanto quanto o céu é diferente da terra – da defesa oficial” (feita pelo stalinismo). A resistência da qual fala Trotsky diz respeito, primeiro, à defesa coerente das idéias que nortearam a revolução russa, ou seja, a luta proletária do socialismo de Lênin; e, segundo, tem relação com a priorização de uma concepção de construção socialista internacional, sem a burocratização do partido e o

²⁰ A IV Internacional foi criada em 1938, por Trotsky e um núcleo de comunistas opositora ao reformismo e stalinismo. Foi, a partir de 1933, que eles (Trotsky e os demais) tomaram em mãos a tarefa de construir uma nova direção revolucionária para o proletariado mundial, pontua Mandel (1982). A IV Internacional, conforme Konder (2003), continua funcionando, mas tem enfrentado crises sucessivas, diversas cisões internas e, apesar da combatividade de seus seguidores, tem pouca influência na vida política internacional.

engessamento do Estado, sem acordos momentâneos com governos claramente identificados como inimigos dos trabalhadores – como Hitler. Tal resistência se faria sob o lema: “*Pelo socialismo! Pela Revolução Mundial! Contra Stalin!*” (In: Mancuso, 2001: 100).

Enfim, recolocando a terceira tese²¹ de Althusser (1999), salientamos sua insistência no *primado das relações de produção sobre as forças produtivas* que só pode ser invocado, nas palavras do autor,

com base e nos limites objetivos fixados pelas forças de produção existentes, levando em consideração o fato de que, sendo seus limites também precisos, isto é, dependentes das condições precisas, o essencial das forças produtivas modernas – a saber, a tecnologia, em seu nível elevado – está, daqui em diante, à disposição de qualquer país que, tendo sido bem-sucedido em sua Revolução, pode recuperar em condições, outrora, inatingíveis, o atraso de suas forças produtivas. Entre 1917 e 1941, a URSS foi a prova disso. (Althusser, 1999: 236)

A divergência de concepções está colocada e, conforme já enunciado anteriormente, é polêmica entre os marxistas soviéticos como, por exemplo, da vertente stalinista e seguidores de Bernstein e Kautski; e da vertente leninista, trotskista, a cuja vertente se filia Althusser.

4^a) **A unidade que possui sua base material nas forças produtivas que são determinadas pelas relações de produção é diferente da unidade – muito complexa – que possui Superestrutura e Infra-estrutura.** Esta unidade (superestrutura e infra-estrutura) remete à compreensão de que a infra-estrutura econômica é determinante em última instância. Assim, segundo Althusser (1999: 44), na Infra-estrutura, “são as relações de produção que, com base e nos limites materiais das forças produtivas existentes, são determinantes”. Diante disso, podemos dizer que as relações sociais de produção é que determinam a reprodução/transformação e as formas predominantes do direito, das ciências, da filosofia, da religião, dos costumes, da literatura de cada época. Esta concepção, por sua vez, nos leva à segunda tese do Materialismo Histórico: *a existência social condiciona a consciência social*. Neste sentido, como é a classe dominante que controla o *sobreproduto social* – ou seja, parte do produto social produzido através do trabalho social pela espécie humana, que se constitui num conjunto de bens

²¹ Lembramos que as teses apresentadas até aqui são: I – Toda formação social concreta depende de um modo de produção dominante; II – O modo de produção como unidade com correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção; e III – O modo de produção possui uma base material que são as forças produtivas que, por sua vez, só funcionam *em* e *sob* suas relações de produção.

correntemente produzidos dispensáveis à manutenção da força de trabalho e dos instrumentos de trabalho existentes – e, portanto, toda a ideologia; a ideologia da classe dominante geralmente é a ideologia *dominante* em cada época.

Mandel (1987) pontua que (1) enquanto o sobreproduto social for insignificante, a divisão da sociedade em classes será impossível; (2) enquanto o sobreproduto social for real, mas insuficiente para liberar a grande maioria da sociedade da obrigação de consagrar o essencial de seus esforços à produção/reprodução de sua existência material, a divisão da sociedade em classes será inevitável. O autor complementa afirmando que “a partir do momento em que o sobreproduto social tornar-se tão grande e importante que o produto necessário seja o resultado de um esforço bastante reduzido (algumas horas de trabalho por dia), surgirá a base material para o advento de uma sociedade sem classes” (*Idem*, p. 29), ou, pelo menos, sem estratificações sociais que permitam aos sujeitos usufruir, de modo igualitário, do produto do trabalho, como ocorre nas sociedades sociais-democratas, a exemplo dos países nórdicos. Desde esta ótica, o sujeito operário (as forças orgânicas) deixa de ser pensado como mero instrumento das relações de produção, à moda stalinista, para ser pensado como sujeito agente das relações de produção/reprodução/transformação.

1.2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

1.2.1. Condições de Reprodução e Transformação das Relações de Produção

Muito próximo da noção de formação social encontramos a noção de *condições de produção* que é de grande importância para a teoria materialista e fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa. De acordo com Althusser (1999 e 2003), a condição última de produção é a reprodução das condições da produção. Tendo presente a concepção de que toda formação social depende de um modo de produção dominante, para o autor, o processo de produção utiliza as forças produtivas existentes sob relações de produção definidas. Decorrente disso, encontramos a seguinte afirmação de Althusser (2003: 54): “toda formação social para existir, ao mesmo tempo em que produz, e para poder produzir, deve reproduzir as condições de sua produção. Ela deve, portanto, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes”. A existência da necessidade da reprodução das condições materiais da

produção foi discutida por Marx (1988), da mesma forma que o teórico discute a reprodução da força de trabalho. Ao tratar da necessidade da reprodução das condições materiais da produção, ou seja, da reprodução dos meios de produção, Althusser (1999) observa que ela não pode ser pensada no nível da empresa, pois não é nesta que a reprodução existe nas suas condições reais. Como ilustração, o autor traz a figura de um economista – ou de um capitalista, já que ambos exprimem o ponto de vista de uma empresa – cuja preocupação central está na necessidade de substituição anual daquilo que se esgota na produção (matéria-prima, máquina, prédios, etc.). Nessa linha de raciocínio, Althusser (*idem*, p. 72) afirma que “o que se passa no nível da empresa é um *efeito* que nos dá somente a *idéia* da necessidade da reprodução, mas não permite absolutamente pensar em seus mecanismos”. De acordo com Marx (1988), a reprodução das condições materiais da produção deve ser pensada no nível da *cadeia de produção*, uma vez que, num determinado ramo de produção – numa empresa –, ocorre também a reprodução de todos os elementos relacionados a ela direta ou indiretamente (matéria-prima, máquinas, ferramentas, etc.); por sua vez, a reprodução das condições de produção destes e, assim, sucessivamente, numa rede infinita. Nas palavras de Althusser (1999), encontramos a seguinte afirmação:

para pensar esse mecanismo que desemboca em uma espécie de “parafuso sem fim”, é necessário acompanhar o procedimento “global” de Marx e, sobretudo, estudar *as relações de circulação* do capital entre o Setor de produção dos meios de produção e o Setor de produção dos meios de consumo, e a realização da mais-valia. (1999: 73)

Lembramos que a mais-valia é sempre um excedente.

A reprodução das condições materiais de produção está presente em todo o processo em proporções distintas, implicando e influenciando na dinâmica de todos os níveis do processo produtivo, de forma que a demanda em meios de produção (para a reprodução) possa ser satisfeita pela oferta.

Quanto à reprodução das forças produtivas, tomemos Althusser (1999) ao observar que a reprodução que distingue as forças produtivas dos meios de produção é a reprodução da força de trabalho. Na autogestão, esta força de trabalho tem um sentido que se confunde com a própria vida, diferente do que ocorre nas relações capitalistas, na qual ela se caracteriza como uma “mercadoria” e como tal pode/deve ser vendida obedecendo às leis de mercado. Esta “mercadoria” força de trabalho traz embutido um valor que pode ser subdividido em: *valor real* (todo valor agregado ao produto após sua transformação, sem sobre-valor ou mais-valia), *valor*

de uso (necessidade da força de trabalho e uso que se faz dela) e *valor de troca* (obedece às leis de oferta e procura). O salário, por sua vez, é a garantia da força de trabalho. Ele representa o valor da força de trabalho que, segundo Marx (1987: 56), é “determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade indispensáveis para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho” – determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua conservação e reprodução. Althusser (1999: 74) observa que o valor do trabalho também vem das necessidades de um mínimo histórico – historicamente variável²² – que, por sua vez, pode ser duplamente histórico “no sentido de que não é definido pelas necessidades *reconhecidas* pela classe capitalista, mas por necessidades históricas impostas pela luta da classe operária”. Esta luta de classe remete à luta contra o aumento da jornada de trabalho – ao contrário, remete à luta pela redução do número de horas diárias e semanais trabalhadas – e contra a diminuição dos salários. Relativamente ao valor do salário, precisamos ter presente que, como os valores das mercadorias estão sujeitos às flutuações dos preços de mercado que, por sua vez, obedecem à dinâmica da lei de oferta e procura, os salários também sofrem alterações (redução e elevação) de acordo com tal dinâmica. Preocupado em enunciar, numa linguagem (mais) científica, a questão da reprodução das relações de produção, como ela se reflete na força de trabalho, garantindo as relações de dominação existentes em uma sociedade capitalista e a estagnação das formações sociais e das forças orgânicas, sobretudo do proletariado, Althusser (2003) afirma que

a reprodução da força de trabalho não somente exige uma reprodução de sua qualificação, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante. (2003: 58)

É nessa perspectiva que Althusser mostra como os Aparelhos Ideológicos de Estado cumprem um papel de importância fundamental para dar suporte às relações de reprodução. Podemos tomar, como exemplo, o Aparelho Ideológico religioso que através de seus rituais e discursos de “evangelização silenciosa” – gestos, dizeres, símbolos, vestimentas, etc. – mantém o atrelamento de um conjunto de pessoas, reproduzindo orientações/concepções ideológicas que dizem respeito

²² Trata-se não apenas de uma reprodução da força de trabalho determinada pelas necessidades biológicas, mas do que Althusser chama de ‘mínimo histórico’ que poderíamos dizer ‘cultural’, pois tem a ver com o aspecto sócio-cultural de um povo – Marx costumava ironizar que os operários ingleses precisam de cerveja e os operários franceses de vinho. (Althusser: 1999: 56, 57).

ao pensar e ao agir delas – certamente, na maior parte das vezes, tais orientações são no sentido da acomodação e conformismo. Assim, salvo raras exceções²³, o Aparelho Ideológico Religioso contribui na formação de sujeitos que nada questionam, que aceitam submissos as relações de desigualdades sociais, de exploração capitalista e – o mais grave – que se integram na divulgação e no convencimento de outros em relação a esses dogmas e fanatismos, reproduzindo, inclusive, entre os mais próximos tais relações, tudo em nome de uma promessa de “recompensa pós-vida terrena” – observamos que há um paradoxo na expressão “pós-vida”. Enfatizamos que, no período contemporâneo, assistimos a um fenômeno de crescente isolamento e fundamentalismo religioso – especialmente na Igreja Católica –, em que não há mais lugar para reflexões e práticas sociais libertadoras da opressão capitalista, das diferenças e submissões de gênero, da diversidade étnico-racial, sem qualquer possibilidade de diálogo ecumênico verdadeiro.

Considerando o Aparelho Ideológico escolar, podemos pensar que, de modo geral, “molda” ou “formata” indivíduos, durante vários anos, para que estes saibam aquilo que o Estado e as Instituições Civis consideram importante, tendo em vista a dinâmica mercadológica globalizada, e aprendam a agir sob o princípio do individualismo – porque esta é uma das características do sistema capitalista. As crianças, muitas vezes, quando chegam à escola, por volta dos seis (06) ou sete (07) anos, no Brasil, são vítimas de um processo que podemos caracterizar como de violência simbólica, visto que elas são consideradas, muitas vezes, como seres sem nenhuma experiência de aprendizagem, como se nada tivessem aprendido – ou aprendido de forma equivocada – no seio de sua família e nas relações sociais até ali vivenciadas. A escola, nesse sentido, é aquela que vai “ensinar” e tornar a criança um sujeito “preparado” para agir adequadamente na sociedade capitalista – como “bons” empregados, técnicos, administradores a serviço de “bons” capitalistas que, por sua vez, são os “responsáveis” pelos avanços tecnológicos da humanidade.

Cabe salientarmos que, além desta forma de “fazer” educação, encontramos duas outras que tomam direções completamente distintas entre si: por um lado, há propostas pedagógicas libertadoras – por exemplo, a pedagogia à luz de Paulo Freire – assumidas, muitas vezes, isoladamente por grupos de professores em escolas, em iniciativas de educação popular

²³ Um dos domínios de saberes ou posição-sujeito que pode ser considerada exceção dessa caracterização do Aparelho Ideológico Religioso da Igreja Católica é a Teologia da Libertação – corrente teológico-filosófica questionadora dos princípios ortodoxos da Igreja Católica.

(ONGs, associações, sindicatos, etc.); por outro lado, engessamento e falta de implementação de qualquer prática pedagógica, cujo resultado está no precário ou ausente processo de ensino-aprendizagem – e aqui lembramos a máxima “professores fazem de conta que ensinam e alunos fazem de conta que aprendem” – infelizmente, não raro de ser constatado em escolas.

Avançando para além das primeiras experiências de vida escolar de uma pessoa, observamos que, de modo geral, o aprendizado caracteriza-se pela instrução básica aos operários de “chão de fábrica”, pela instrução técnica aos operários ou quadros com funções técnicas e pela especialização de alguns quadros superiores – como, por exemplo, os engenheiros. Num período mais recente, surgiram as “Escolas de Fábrica” e as escolas técnicas públicas (em sua maioria) assessoradas por determinados setores da iniciativa privada como forma de dar conta da demanda de formação de técnicos, em grande número, para atuarem na indústria e comércio, servindo aos interesses de empresas capitalistas. Importante ponderarmos que, em alguns casos, as “escolas de fábrica” têm sido assumidas/coordenadas por organizações não-governamentais (ONGs) de educação popular – por exemplo, a FUNDSOL²⁴ – com recursos públicos da União, através de projetos populares, dando um cunho mais humano e reflexivo à concepção de trabalho e ao fomento de modelos alternativos como o é a autogestão. Assim, dizemos que, embora, na maioria dos casos, trata-se de indivíduos preparados especialmente para a competição e inovação mercadológica, cuja força de trabalho é assalariada com baixos salários, gerando, ao mesmo tempo, grandes margens de lucro, há uma parcela de jovens e adultos encaminhados/estimulados para libertarem-se do processo de exploração da relação patrão-empregado. Enfatizamos que o objetivo aqui não é nos estendermos sobre a caracterização, causas e efeitos dos modelos e práticas educacionais vigentes em nosso país, mas de mostrar brevemente as formas como o Aparelho Ideológico escolar está a serviço da propagação do pensamento capitalista e como repercute nas práticas sociais e políticas dos trabalhadores.

As reflexões de Althusser (1999: 75), há algumas décadas, por exemplo, são um alerta para o que acontece em muitas escolas e em parte das universidades onde, ao invés de aprender “ciência”, os estudantes são conduzidos a resultados científicos, métodos de raciocínio e de demonstração que respondem aos interesses das classes hegemônicas. Em outras palavras, os estudantes aprendem a resolver problemas ou fazer trabalhos práticos, sendo a ciência

²⁴ FUNDSOL: é a Fundação Solidariedade de Formação e Capacitação de Trabalhadores, ou simplesmente Fundação Solidariedade, que surgiu em 1997, em Porto Alegre, e atua na Região Metropolitana e na Região do Vale dos Sinos.

simplificada a apenas técnicas de manipulação e utilização de certos métodos e resultados científicos completamente desvinculados da vida dos mesmos.

Precisamos ponderar, entretanto, que existem iniciativas e instituições, tanto na dimensão escolar quanto na religiosa (assim como em outros AIEs), que são diversas e cultuam saberes antagônicos às instituições que atendem aos interesses do capitalismo – por exemplo, o estudo de línguas estrangeiras destinado a operários e seus familiares, curso pré-vestibular popular, oficina de teatro e de leitura, cursos de economia solidária, entre outros, promovidos pela Associação pela Cidadania e Inclusão Social Dom Helder Câmara (ACIS), em bairros de Canoas e arredores bastante empobrecidos econômica e intelectualmente. Podemos dizer que são iniciativas e instituições que buscam, muitas vezes contraditória ou adversamente, como fim último, a solidariedade entre as pessoas, a libertação da ideologia capitalista, a emancipação proletária, cumprindo, portanto, um papel adverso aos rumos da história da formação social capitalista. Podemos dizer que os saberes que estas iniciativas e instituições cultivam contribuem, em alguma medida, para a formação de intelectuais orgânicos populares/proletários que serão, por sua vez, críticos às orientações capitalistas e propagadores de idéias emancipatórias. Estes intelectuais orgânicos, por outro lado, precisam desconstruir os saberes que as diferentes escolas e instituições oficiais – que formam o AIE escolar – reproduzem. Não se trata de um processo natural e linear; pelo contrário é uma tarefa desafiadora, um processo lento não-linear. Os intelectuais orgânicos são constantemente tentados – sutilmente ou não – à cooptação dos interesses do capital. Cabe, entretanto, chamar a atenção para o cuidado que devemos ter diante dos verdadeiros interesses de iniciativas e instituições *ditas* alternativas, uma vez que, constantemente assistimos a situações em que determinados sujeitos, filiados a ONGs, associações e cooperativas, aparecem como intelectuais orgânicos e a serviço da emancipação proletária, mas são falsos aliados dos trabalhadores. Atrevemo-nos em trazer, como ilustração, as experiências de algumas cooperativas de trabalho, gerenciadas por um pequeno grupo, que não trabalha, mas contrata trabalhadores extremamente empobrecidos e sem auto-estima por baixíssimos salários ou “prêmios” como *mão-de-obra terceirizada* – na linguagem capitalista. Estas cooperativas são conhecidas como “cooper-gatos”. Observamos, por um lado, que elas têm o bônus da legislação que regulamenta o funcionamento das cooperativas com vantagens em

relação às empresas capitalistas²⁵, como a isenção de alguns impostos e facilidade em conseguir recursos financeiros subsidiados, com menores taxas de juros; e, por outro, que ocorre o afrontamento aos reais princípios do cooperativismo como a não-exploração de uns sobre os outros, a gestão democrática e transparente, a autonomia dos sujeitos envolvidos diretamente no processo de produção, etc.

É importante não perdermos de vista que, predominantemente, as diferentes instituições do Estado (escola, igreja, exército...) cumprem o papel de assegurarem, de uma forma ou outra, a submissão do proletariado à ideologia dominante, através dos agentes da produção, da exploração e da repressão. Dessa forma, cada aparelho e, no interior deste, cada instituição tem seus meios de reproduzir as relações de dominação, suas práticas de assujeitamento, de domesticação dos sujeitos através de dogmas – uma das expressões de violência simbólica. As instituições, portanto, se constituem em formas concretas dos modos como o poder se materializa, em um determinado regime de governo, a serviço da reprodução de concepções, por exemplo, da formação ideológica capitalista. Os agentes propagadores das relações de reprodução ideológica, de modo geral, não se dão conta desse papel que cumprem, pelo assujeitamento que também sofreram e continuam sofrendo. Por vezes, não reproduzem as práticas sociais dominantes e nem os saberes dominantes, o que desnuda relações de desigualdade, de contradição no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado, da mesma forma que há relações heterogêneas entre os aparelhos que, por sua vez, se agrupam na sua heterogeneidade.

Na perspectiva da Análise do Discurso, Pêcheux (1997) apresenta a abordagem dessa questão sob a expressão *condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção*, situando-a nos fundamentos de uma teoria materialista do discurso. Relativamente à expressão, Pêcheux (1996) enfatiza que o campo da ideologia não é o único elemento em que se dá a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social – por isso o uso de “condições ideológicas” – visto que há as determinações econômicas como condicionantes fundamentais desta reprodução/transformação. Ele também salienta que qualquer modo de produção que se baseia numa divisão de classes tem caráter contraditório, visto que estão em jogo

²⁵ Aqui cabe pontuarmos que as grandes empresas contam com uma política de incentivos fiscais, instaurada pela maioria dos governos estaduais brasileiros, na qual são isentadas de um conjunto de obrigações (impostos) e ainda têm à sua disposição vantajosas linhas de crédito. Esta política gera uma verdadeira “guerra” fiscal entre os estados. Cabe registrar que tal política não é extensiva às micro, pequenas e médias empresas, embora haja uma política de incentivos específica para micro e pequenas empresas em âmbito federal.

idéias e práticas contraditórias e também antagônicas. Assim, as ideologias como práticas materiais servem à *reprodução* mas também à *transformação* das relações de produção – que são inseparáveis. Como a luta de classe perpassa o modo de produção como um todo, é um erro situar separadamente aquilo que contribui para a reprodução das relações de produção daquilo que contribui para sua transformação. Toda transformação pressupõe a reprodução – há uma relação de contradição e não de oposição. Podemos dizer que para a revolução, por exemplo, a utopia é necessária e presentifica-se em um dado momento, ao mesmo tempo em que a reprodução não é completamente igualitária. Lênin falava em “paciência histórica”, visto que a prática revolucionária nunca ocorre em um dia, ela precisa de seu tempo para o amadurecimento revolucionário. A relação entre revolução, reprodução e transformação é marcada, portanto, pelo caráter de contradição e não de oposição.

Se tomarmos algumas das ponderações de Pêcheux e Fuchs (1975: 165), vamos encontrar a observação de que, embora a instância econômica se defina a partir do modo de produção, é insuficiente considerar a superestrutura ideológica como expressão da base econômica, como se “a ideologia fosse constituída pela ‘esfera das idéias’ acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos, etc.”. Nesse sentido, a região ideológica deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre outras bases materiais que lhe dão sustentação. Consideremos a formulação de Pêcheux e Fuchs (1975) relativamente à instância ideológica e ao processo de interpelação do sujeito, enunciada nas seguintes palavras:

a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta e, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais²⁶ antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração da classe ligada a uma delas). (1975: 165, 166)

A instância ideológica pode ser entendida como a instância em que o sujeito se reconhece como sujeito, sem se dar conta, mas tendo a sensação de que o faz livremente. Em outras palavras, ela representa um processo de interpelação, no processo de subjetividade, em que o indivíduo se

²⁶ Ponderamos que a afirmativa de Pêcheux sobre a existência de apenas duas classes, referindo-se à classe dominante e à classe dominada, somente é possível no início do século XX. Hoje tal leitura não cabe mais, pois há várias e diferentes formas de classes e diferentes modalidades de produção. Como exemplos de classes orgânicas, temos os políticos, os ruralistas, os industriais, etc.

reconhece como sujeito a partir do lugar social que entende ocupar no interior de uma sociedade de classes sustentada pelas relações de produção econômica.

Precisamos ter como norteador o que está no cerne da teoria da Análise do Discurso e que Pêcheux (1997) enfatiza frequentemente: o princípio da luta de classes como aquele que atravessa o modo de produção em seu conjunto. Isso remete aos Aparelhos Ideológicos de Estado apresentados por Althusser (1999 e 2003) como sistema que garante a reprodução das relações de produção – e assim as condições de produção e de transformação devem ser consideradas no interior do Aparelho de Estado. Quanto à reprodução das relações de produção, Pêcheux (*idem*, p. 145) pondera – e esboça o motivo que o faz avançar da idéia de “reprodução” para “reprodução/transformação” – que os “Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)”. Em outras palavras, embora os aparelhos ideológicos sejam mecanismos que cumprem um papel importante para a manutenção de uma determinada forma de governo e, especialmente, de uma dada formação social, através de práticas de violência simbólica e física, eles também são mecanismos disputados por grupos que pretendem subverter este papel não mais para reproduzir, mas para transformar as relações de produção. Assim, por exemplo, no interior do Aparelho Ideológico de Estado (AIE) escolar de base capitalista, há iniciativas, instituídas e reconhecidas ou não pelo Estado, cujos sujeitos podem ser considerados agentes históricos que assumem o compromisso de questionar e subverter a ordem “oficial”, estimulando e protagonizando reflexões e experiências de cunho socialista, comunista ou anarquista. Muitas vezes, tais iniciativas não são isoladas e espontâneas. Há implícito um longo processo de amadurecimento de concepções ideológicas articulado com outras iniciativas no interior dos AIEs. Como exemplo, citamos aquelas ONGs de educação popular – como a Escola Oito de Março, de Novo Hamburgo/RS – que desenvolvem projetos de educação sindical e política, ministram cursos para trabalhadores, prestam assessoria a iniciativas e empreendimentos populares, etc. e que têm sua origem no seio do sindicato e/ou do partido efetivamente proletário.

Os próprios empreendimentos de autogestão operária são um exemplo evidente de transformação das relações de produção, na medida em que a iniciativa de sujeitos inverte a ordem da estrutura empresarial e econômica capitalista em vigor. Assim, ainda que tais empreendimentos, por uma questão de sobrevivência, precisem se tornar competitivos na

dinâmica das relações de mercado, fomentam, no seu funcionamento interior, concepções e princípios diversos aos dos capitalistas e que repicam nas cadeias produtivas em redes que acabam por estabelecer com outros empreendimentos de autogestão operária. Podemos pensar em um processo que ocorre no entremeio de setores dos AIEs sindical e político. Entendemos que há um processo, ao mesmo tempo, de reprodução e de transformação nas práticas produtivas – possivelmente as práticas de reprodução estejam mais vezes implícitas em relação às de transformação.

Salientamos que a Análise do Discurso traz grandes contribuições nas reflexões sobre as relações de produção/reprodução/transformação, visto que Pêcheux (1997), mesmo tomando por base, inicialmente, Althusser (1999), consegue fazer uma leitura crítica da noção de reprodução avançando para a concepção de reprodução/transformação. Não haveria revolução, por exemplo, se não houvesse condições de transformação. Para Pêcheux (*idem*, p. 145), as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção são contraditórias e “constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta”. É *conjunto complexo* em função das relações de *contradição-desigualdade-subordinação* entre seus ‘elementos’, dadas suas propriedades *regionais*²⁷ que, dependendo do estado de luta de classes em uma dada formação social, tem maior ou menor importância no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado. Importante ponderarmos que o modo como os aparelhos ideológicos de Estado funcionam hoje tem uma complexidade maior do que há algumas décadas, uma vez que as próprias classes são diferentes e em número maior. As relações que se estabelecem na luta de classes, observam Pêcheux e Fuchs (1975), em um dado momento, se caracterizam pelo confronto de posições políticas e ideológicas numa correlação de forças entre as classes. Considerando a intervenção de uma força em confronto com outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento, os autores seguem seu raciocínio e apresentam a noção de *formações ideológicas*²⁸ (referida aos aparelhos ideológicos de Estado) sobre a qual afirmam possuir um caráter regional e comportar posições de classe. Diante disso, Pêcheux (1997) explica que “as ideologias práticas são práticas de classe (de luta de classes) na Ideologia” e isso significa que

²⁷ A regionalidade, no campo filosófico, é a própria especificidade dos saberes.

²⁸ A Formação Ideológica, em linhas gerais, representa a instância ideológica em sua materialidade concreta. Esta noção será detalhadamente discutida nas próximas páginas.

não há, na luta ideológica, “posições de classe” *que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas* aos diferentes “objetos” ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc. É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico, na medida em que não são os “objetos” ideológicos regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da *luta ideológica de classes*. (1997: 146)

Em breves palavras, a instância ideológica, na sua materialidade concreta, caracteriza-se pelas relações de desigualdade-subordinação que vão ao encontro da concepção de caráter contraditório de reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

Pêcheux (*idem*) afirma que esta forma de contradição, que é inerente à luta ideológica entre classes antagônicas, não é simétrica, visto que cada classe tenderia a realizar, em proveito próprio, a mesma coisa que outra(s) classe(s). Nesse sentido, o autor chama a atenção para a relação de classes que é dissimulada no funcionamento dos aparelhos de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza. Isso, muitas vezes, leva ao equívoco de pensar que a sociedade, o Estado e os sujeitos seriam produzidos-reproduzidos como *evidências naturais*; e, ainda outro equívoco de que a contradição consistiria em opor reprodução e transformação. Em outras palavras, não podemos pensar as relações de produção colocando, de um lado, aquilo que contribui para sua reprodução e, de outro, aquilo que contribui para sua transformação. Pêcheux (*idem*, p. 148) declara, em contrapartida, que “a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um *processo objetivo*”. As práticas de reprodução e de transformação coexistem em relação de conflito, de dependência, de desigualdade.

1.2.2. Condições de produção do discurso a partir da ótica de Pêcheux

Ao articularmos a problemática das condições ideológicas de reprodução / transformação das relações de produção, é importante que pensemos ainda sobre a relação entre *ideologia* e *discurso*, cujas noções não podem ser tratadas estática e isoladamente. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975), o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside na materialidade lingüística. Nessa perspectiva, Courtine (1981) pondera

que, se as ideologias têm uma “existência material”, o discursivo será considerado como um dos aspectos materiais. Assim, o discursivo sendo um dos aspectos da materialidade ideológica, o autor preconiza que as formações ideológicas, acima mencionadas, comportam necessariamente uma ou mais formações discursivas interligadas. Estas derivam de condições de produção específicas e identificáveis a partir das relações no interior de determinado aparelho ideológico, inscritas numa relação de classes. Como as formações ideológicas desempenham um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, em função de suas características *regionais* e de suas características de classe, “as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes” (Pêcheux; Fuchs, 1975: 167) – isto é, as formações discursivas precisam ser necessariamente pensadas ao modo como elas refletem as práticas sociais em relação à formação ideológica.

Relativamente às condições de produção do discurso, as formulações de Pêcheux (1969) conduzem para a compreensão de condições de produção de um discurso a partir da instância em que ele ocorre. Em suas palavras, encontramos a seguinte proposta de designação: “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (Pêcheux, 1969: 74) e “mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” (*idem*, p. 78). Já, em 1975, as formulações de Pêcheux em conjunto com Fuchs tratam inicialmente da noção de condições de produção como estáveis e homogêneas no processo discursivo; no entanto, os autores admitem a possibilidade de haver “certas ambigüidades” – remetendo a determinações que caracterizam um processo discursivo e a características múltiplas de uma “situação concreta” –, e, diante disso, apontam para “a necessidade de reconhecer a defasagem entre o registro do imaginário e o exterior que o determina” (*idem*, p. 182). Podemos pensar que os autores já estão abrindo uma “brecha” para o princípio da heterogeneidade. Importante observar que, conforme Courtine (1982), entre o período de formulação da Análise Automática do Discurso de 1969 e de 1975 (AAD/69 e AAD/75), Pêcheux é fortemente influenciado pelas teses althusserianas. Nessa perspectiva, é pela existência dos aparelhos ideológicos de Estado que a reprodução das relações sociais é materialmente assegurada.

É Courtine (1981) que desenvolve a concepção segundo a qual as condições de produção dos discursos são heterogêneas umas em relação às outras, o que vai resultar em diferentes efeitos-sujeito. Distancia-se, assim, da visão pecheuxteana de condições de produção em uma compreensão de homogeneidade e estabilidade. Em 1981, Courtine afirma que a noção

das condições de produção de um discurso, tanto pelo seu lugar no sistema conceitual da Análise do Discurso, quanto pela sua heterogeneidade, muitas vezes, contraditória das definições de seu conteúdo, parece constituir o lugar e o sistema de tais dificuldades.

Com a intenção de aprofundar a discussão sobre a noção de condições de produção dos discursos como heterogêneas, Courtine (1981) faz um percurso teórico – que consideramos importante trazer sinteticamente para o presente trabalho – no qual recupera as origens da noção: (1) uma primeira origem está na psicologia social, em que se encontra a noção de “análise do conteúdo” – cujo objeto de análise são as “condições de produção de textos”; (2) uma segunda origem pode ser encontrada na sociolinguística, cujo caráter é de origem indireta – conforme o autor, a admissão de parâmetros sociolinguísticos como condições de produção do discurso está na sua reintegração no quadro da *análise sociolinguística francesa do discurso*, ao mesmo tempo, na sua analogia com as variáveis constitutivas do plano das condições de produção do discurso na prática da análise de conteúdos pelos psico-sociólogos; e (3) uma terceira origem o autor aponta para os trabalhos de Harris (1952), na linguística, tratando-se de uma origem implícita (ou espontânea ou ainda involuntária). Observamos que é essa a noção inicial de Pêcheux. Harris incorporou à linguística noções de sujeito e de situação, provenientes da sociologia e da psicologia, apresentando o termo “situação” em uma correlação com o discurso: “correlação entre as características individuais de um enunciado e as particularidades de personalidade derivadas da experiência do indivíduo nas *situações interpessoais condicionadas socialmente*” (Apud Pêcheux, 69: 10). A partir desta formulação sobre a noção de “situação”, Courtine (1981) inscreve o lugar do *impensado*, que é o lugar de ancoragem do extralingüístico do exterior no objeto lingüístico específico. É esse lugar do impensado que põe em questionamento a noção de condições de produção dos discursos como vetor, de acordo com Pêcheux /69, visto que ocorre não mais uma direção orientada, mas deslocamentos dos sentidos previstos. Isto se dá em função da relação contraditória da formação discursiva com seu interdiscurso.

Courtine (*idem*) postula uma transformação da noção das condições de produção do discurso, subdividindo esta noção em uma dimensão teórica e outra empírica. Teoricamente, a noção vem associada a uma determinada formação discursiva, em uma determinada contingência histórica. Na perspectiva empírica, na medida em que Courtine revê o discurso como objeto empírico, ele repensa as condições de produção do discurso. O autor critica a concepção pecheuxteana de que as condições de produção, como ato de enunciação, situam-se a partir de

lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares onde a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos (Pêcheux, 1969). Tal definição, de acordo com Courtine (1981), não rompe com as origens de uma concepção de relação com as determinações históricas do discurso, ameaçando transformar a noção das condições de produção do discurso em “simples circunstâncias onde interagem os ‘sujeitos do discurso’, o que remete a situar no ‘sujeito do discurso’ a fonte de relações das quais ele é o portador ou o efeito” (*Idem*, p. 22).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos dizer que uma das grandes contribuições de Courtine (1981) é a redefinição do conceito de condições de produção do discurso, que ele chama de *condições de formação da produção do discurso*. Ele reordena esta noção “na análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva” (*Idem*, p. 22). Assim, as condições de produção do discurso situam-se, por um lado, na contingência histórica e, por outro, na emergência do acontecimento.

Como as determinações históricas estão relacionadas aos processos discursivos na forma de descontinuidade, de ambigüidade, de contradição, e a formação discursiva, cujas fronteiras são instáveis, se caracteriza pela sua condição de *contradição* (pelas relações de contradição que povoam o seu interior), temos como resultado a heterogeneidade das condições de produção do discurso.

Courtine, ao falar da contradição como princípio constitutivo de qualquer formação discursiva, remete a Pêcheux (1975) quanto ao espaço da reprodução/transformação/contradição das relações de produção. Observamos que só a diferença não basta para haver contradição, é preciso uma forte relação de contradição – por exemplo, a relação entre a Teologia da Libertação (a mais progressiva corrente da Igreja Católica) e a cúpula conservadora dirigente da Igreja Católica (o grupo que representa o vaticano). Trata-se de diferenças tão profundas nas relações que se estabelecem entre elas que, muitas vezes, são projetados domínios de saberes completamente divergentes entre si. Isso vem a mostrar o acentuado caráter heterogêneo da formação discursiva católica.

Considerando que a categoria da contradição é fundamental na análise do discurso, aproveitamos para trazer as palavras de Althusser (*Apud* Courtine, 1981) sobre o caráter desigual da contradição:

A classe capitalista e a classe operária não têm a mesma história, elas não têm o mesmo mundo, não têm os mesmos meios, a mesma luta de classe, entretanto, confrontam-se. É mesmo uma contradição, já que a relação de seu confronto reproduz suas condições. (1981: 10)

Pensando no discurso dos operários da autogestão, podemos dizer que sua condição de autogestionários é resultado do aprofundamento das relações contraditórias entre capitalistas (patrões) e operários (empregados) – fundamentais para a sobrevivência do capitalismo. Mas não podemos dizer que, no interior da autogestão, dada a eliminação da relação patronal, não há mais contradição. Esta se produz e reproduz para além das fronteiras de domínios de saberes e também no seu interior. Poderíamos pensar que isso se deve unicamente a uma “cultura de firma” incrustada entre os operários-proprietários, que é superada com as práticas de autogoverno no empreendimento. É preciso pensar nas diferentes relações práticas que são produzidas, reproduzidas, transformadas desigual e contraditoriamente.

Por outro lado, pensemos nas relações heterogêneas que permeiam as condições de produção do discurso e que nos permitem pensá-las como espaços de permanente luta, já que os sentidos não são estáticos e nem postos a priori, mas vão se constituindo e reconstituindo constantemente em relações desiguais de contradição. Nesse sentido, dizemos que as formações discursivas são alimentadas a partir de suas diferenças. Considerando o discurso concreto – as seqüências discursivas –, Courtine (1981: 09) chama a atenção para seu caráter duplamente determinado: “pelas formações ideológicas que levam este discurso a formações discursivas definidas e pela autonomia relativa da língua, não sendo possível traçar, a priori, uma linha de demarcação entre o que sobressai de uma ou de outra destas determinações”. É nesta relação entre a base lingüística e os processos discursivos/ideológicos, conforme o autor, que se pode pensar as relações de contradição, antagonismo, aliança. É ali que os sujeitos falantes, inseridos numa determinada conjuntura histórica com suas relações sociais, “podem concordar ou confrontar-se sobre o sentido dado às palavras, falar diferentemente, falando a mesma língua” (*idem*, p. 09).

Nessa perspectiva, pensemos na constituição do corpus discursivo de análise. Ele necessariamente é atravessado por relações contraditórias, antagonônicas e de aliança, com outros discursos – o que o caracteriza como heterogêneo e não-linear. De acordo com Courtine (1981: 24), o corpus discursivo se apresenta como “um conjunto de seqüências discursivas, estruturado conforme um plano definido em referência a esse estado das condições de produção do discurso”.

Portanto, para constituir um corpus deve-se seguir um plano de pesquisa. Diante do universal do discurso – totalidade do discurso operário – a operação de coleta do corpus tem seu início pela extração de seqüências que delimitam um campo discursivo de referência – nesta pesquisa, o discurso operário industrial autogestiniário, que se situa no entremeio do discurso político e sindical.

Considerando importante a retomada do que dizemos anteriormente sobre as formações discursivas intervirem como componentes nas formações ideológicas, remetemos a Pêcheux (1997) quando declara, ancorado na leitura de Althusser (1999 e 2003) sobre o Materialismo Histórico, que os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia, com a ressalva de que a *Ideologia* nunca se realiza “em geral”, mas através do conjunto complexo de formações ideológicas.

Para melhor compreendermos a concepção da interpelação do sujeito, é importante examinarmos duas proposições fundamentais, formuladas por Althusser (*idem*), que são as seguintes: (a) não existe prática senão através de e sob uma ideologia, e (b) não existe ideologia senão através do sujeito e para o sujeito. Em relação à noção de ideologia, observamos que o artigo indefinido “uma”, na primeira proposição, conduz a pensar a pluralidade diferenciada da instância ideológica sob a forma de um todo complexo com dominante, no qual cada um dos elementos é uma formação ideológica – em síntese, *uma ideologia*. Já na segunda proposição, o termo ideologia recebe uma determinação geral, significando que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, configurando-se assim um efeito ideológico. Temos, então, a tese central de Althusser: *A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*. A partir dela, Pêcheux (1997: 155) postula que a mesma designa exatamente que “o não-sujeito é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia”, cujo paradoxo tem um efeito retroativo “que faz com que todo sujeito seja ‘sempre-já-sujeito’”. Courtine e Marandin (1981) ponderam que esta tese da interpelação do sujeito sempre funcionou como “*a ideologia interpela os sujeitos da enunciação em sujeito-escravo de um discurso particular e senhor imaginário do discurso em geral*” (1981: 30). Nesta perspectiva, é pelo próprio ato de falar, pela língua, que o indivíduo se constitui em sujeito. Os autores ainda falam do discurso como uma das instâncias materiais da ideologia o que conduz a definição de eficácia ideológica como

um processo de repetição mais ou menos regulada – polimorfa no discurso cotidiano, ritualizada no discurso do aparelho – onde as palavras

se prendem nas redes de reformulações: repetição sobre o modo de reconhecimento dos enunciados e sobre o modo de desconhecimento do interdiscurso. (1981: 30, 31)

No interior dessa tese central de Althusser, especialmente na concepção da interpelação, conforme Pêcheux (1997), a constituição do sentido junta-se à constituição do sujeito, cuja concepção de evidência precisa ser desconstruída. Quanto ao sujeito, ninguém questiona a noção de sujeito numa evidência de sujeito livre, cartesiano²⁹ – contra a concepção de subjetividade da teoria marxista –, no entanto, essa evidência oculta que o *sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito*. Isso resulta numa identificação-interpelação do sujeito, cuja origem é *estranhamente familiar*. Decorre daí que, o sujeito, que não tem clareza das condições histórico-políticas que o determinam (o lugar da determinação), ser falado antes que ele fale de si mesmo. Nas palavras de Pêcheux (*idem*, p. 156), trata-se do efeito de pré-construído que consiste “numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”. Esta discrepância entre o sujeito (“a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente” – usando as palavras de Pêcheux, 1997: 156) e o indivíduo (sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos), conduz ao paradoxo através do qual o indivíduo é chamado a ser sujeito, não isento de contradição.

Não só o sujeito, mas o sentido também não é evidência. Segundo Pêcheux (*idem*), o caráter material do sentido é dependente do todo complexo das formações ideológicas, cujo entendimento dessa dependência pode ser desdobrado em: (a) o sentido de uma palavra, expressão, proposição, etc. é determinado pelas “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (*idem*, p. 160) – em outros termos: essas palavras, expressões ou proposições recebem seus sentidos da formação discursiva na qual são produzidas; (b) a formação discursiva dissimula, “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (*idem*, p. 162) – este é compreendido como o todo complexo com dominante das formações discursivas. A ilusão da transparência dos sentidos, na verdade, mascara a dependência da

²⁹ A concepção cartesiana refere-se a teorias cognitivistas, desenvolvimentistas para as quais a origem está no próprio ser: “eu sou a causa do que falha”. Trata-se de uma concepção de si mesmo não como uma condição/determinação subjetiva-histórica.

formação discursiva em relação ao interdiscurso – este deve ser entendido como um lugar em que estão todos os elementos de sentido de uma formação discursiva.

No decurso dessas formulações, Pêcheux (*idem*) chama a atenção para dois tipos de discrepâncias que são determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso: o efeito de encadeamento do *pré-construído* e o efeito de *articulação*³⁰. O pré-construído corresponde, observa o autor (*idem*, p. 164), “ao *sempre-já-aí* da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’); ao passo que a ‘articulação’ *constitui o sujeito sem sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*”. Trata-se de dois tipos de elementos do interdiscurso que determinam o sujeito, impondo e dissimulando-lhe seu assujeitamento à forma-sujeito.

1.2.3. Formas de subjetivação do sujeito

Ao tratar da noção ideológica de sujeito e suas modalidades de subjetivação, chamamos a atenção, inicialmente, para o caráter materialista que toma o sujeito como efeito e resultado num processo de práticas (políticas e ideológicas) atravessado por desigualdades e por contradições e não como ponto de partida e ponto de aplicação de operações tal qual a concepção idealista neopositivista o faz. Pêcheux (1997: 129) alerta para o erro central à luz do idealismo que “consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *idéias* e não como *forças materiais* e, de outro lado, em conceber que têm sua origem *nos sujeitos*, quando, na verdade, elas *constituem os indivíduos em sujeitos*”, remetendo à expressão de Althusser (1999). O autor (*idem*, p. 130) observa que, na perspectiva idealista, se coloca como estrangulamento a questão do *conjunto* (povo, massa, comunidade, etc.) para a qual a solução idealista “consiste em partir do sujeito individual concreto, ao mesmo tempo, como elemento de um conjunto e como fonte da metáfora constituída pela personificação desse conjunto, que funciona ‘como um único homem’”. Tomemos as exemplificações de Pêcheux (1997: 117) ao perguntar se “homem/Homem”, nas proposições (1) “O **homem** que é racional é livre” e (2) “O **Homem** caminhou sobre a lua”,

³⁰ Cabe registrar que Pêcheux, ao tratar da distinção entre pré-construídos e articulação, retoma a distinção dominação/determinação para observar que “a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante*, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante*” (1997: 164)

corresponde, no primeiro caso, a todos os homens normalmente constituídos são racionais, e, no segundo, ao nome próprio do povo dos habitantes da Terra. Então, diz que a análise “baseia-se em alguma coisa fundamental que está em jogo antes” e não pode ser reduzida à análise da extensão e da compreensão da noção “homem/Homem”. Ainda relativamente a esta compreensão, consideremos as palavras de Althusser (*Apud* Pêcheux, 1997) ao explicar que *as massas não são um sujeito*:

(...) pode-se ainda considerar [a propósito das massas] que estamos tratando de um “sujeito”, identificável pela unidade de sua “personalidade”? Ao lado do “sujeito” de J. Lewis, o “homem”, simples e frágil como um belo caniço de pesca ou uma gravura de moda, que se pode segurar pela mão ou apontar com o dedo, o “sujeito” *massas* põe sagrados problemas de identidade, de identificação. Um sujeito é também um ser do qual se pode dizer: “é ele!”. Diante do “sujeito” de massas, como *poderemos* dizer “é ele”? (1997: 130)

Não podemos, à luz de uma teoria materialista, simplesmente reproduzir o sujeito ideológico como “sempre-já-dado”. Na Análise do Discurso, uma *teoria materialista da subjetividade* é fundamental, uma vez que, a partir dela, podemos compreender os processos de imposição/dissimulação que constituem o sujeito, situando-o sobre *o que ele é* e, ao mesmo tempo, dissimulando-lhe tal situação. Dessa forma, o sujeito tem a ilusão de autonomia – constitutiva do sujeito – como se fosse a origem de suas palavras e atos. Segundo Pêcheux (1997), esta teoria articula inconsciente e ideologia e é determinada por regiões como a *subjetividade* e a *discursividade*. Cabe registrar que, embora o autor ainda enumere como uma destas regiões a *descontinuidade ciências/ideologias*, este princípio já foi refutado (ou fraturado) por Lênin e, posteriormente, por Foucault. O próprio Pêcheux, referindo-se especialmente à questão *ciências/ideologias*, chama a atenção sobre a necessidade de se levar em conta de modo adequado a inter-relação entre as regiões acima citadas para que alguns pontos não se tornem obscuros e incompreensíveis. Ele especifica, dizendo: “o que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a *prática política* e, igualmente, a *prática de produção dos conhecimentos*”. Conforme Indursky (2000), o sujeito, para Pêcheux, além de social é histórico, ideológico e dotado de inconsciente.

Pêcheux (1997) observa que os fundamentos iniciais da teoria do sujeito em Análise do Discurso estão nas formulações de Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, quando apresenta a teoria das condições ideológicas de reprodução / transformação das relações de

produção – nela sua tese central *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos* – e declara que “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão para que ele ‘realize por si mesmo’ os gestos e atos de sua submissão” – seu assujeitamento (Althusser, 1999: 104).

O sujeito com “S” maiúsculo, acima citado, corresponde ao *Sujeito Universal* da formação discursiva em que se inscreve. Em outras palavras, o sujeito (indivíduo interpelado em sujeito), ao identificar-se com os saberes de uma determinada formação discursiva que o domina, identifica-se com o Sujeito do saber dessa formação discursiva. Este Sujeito, então, corresponde à forma-sujeito de uma formação ideológica que comporta saberes que se apresentam como o “é isso”, num contraponto ao estranhamento diante de algo que pareça/soe diferente/estranho. Nessa identificação (sujeito/Formação Discursiva/Sujeito Universal), o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, ao mesmo tempo, o sujeito é produzido como “causa de si”. Portanto, dizer que o sujeito “realiza por si mesmo” – conforme declaração de Althusser – tem sua razão no fato de o sujeito se constituir pela sua sujeição.

Finalmente, a interpelação dos indivíduos em sujeitos se efetua em nome do Sujeito Universal da Ideologia. Assim, o Sujeito determina, por exemplo, a forma como os sujeitos agem, pensam, falam. Nos termos de Pêcheux (1997),

o Sujeito Universal da Ideologia *representa* para os sujeitos “a causa que os determina” e lhes representa essa causa *na esfera sem margens da forma-sujeito*. Portanto, pode-se dizer que o Sujeito Universal da Ideologia representa na *forma-sujeito* o processo sem sujeito (na medida em que este último é a causa do sujeito), de modo que um passa espontaneamente para o outro, separando-os, apenas, uma simples *nuance*. (1997: 272, 273)

Cabe dizer que o sujeito, segundo Pêcheux (1997), está preso através de uma rede de significantes. A ilusão de que a condição que o torna sujeito não é a rede de significantes e sim que ele é a origem, a causa de si como se fosse senhor de si, de seus sentidos. De acordo com o autor (*idem*), o fato de se tratar de uma ilusão, segundo a qual o sujeito se encontra na fonte do sentido, não impede a necessidade desta ilusão. Em Pêcheux e Fuchs (1975), acerca desta ilusão necessária, encontramos as designações *esquecimento 1* – lugar da conversão do indivíduo em sujeito – e *esquecimento 2* – lugar da ilusão de autoria. Relativamente ao esquecimento de nº 1, o sujeito tem a ilusão de que faz suas próprias escolhas (“Sou isto e não aquilo” ou “x” e não “y”);

ao passo que, no esquecimento de nº 2, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do seu sentido, a ilusão de que é “dono” do seu dizer.

O esquecimento 2 abre espaço para o processo parafrástico. Aqui precisamos chamar a atenção para a paráfrase discursiva que é diferente da paráfrase lingüística. Tomando como exemplo de paráfrase lingüística as seqüências (a) “PC³¹ onerou os cofres públicos” e (b) “PC *gastou o dinheiro* dos cofres públicos”, observamos que há uma substituição sinonímica, de forma que um elemento é mutável por outro com a manutenção do sentido. Já, na paráfrase discursiva, ocorre um processo de ressonâncias interdiscursivas, um processo de identificação de sentidos antagônicos ou contraditórios que são colocados como equivalentes, sendo apagadas as evidências de saberes nas diferentes formações discursivas. Podemos dizer ainda que se trata de um fenômeno de produção de sentido múltiplo que abarca discursos antagônicos. Por exemplo, na seqüência discursiva “Vamos unir *capital e trabalho*” (Lula³², 2002), a paráfrase *esconde* a aliança entre discursos antagônicos (o discurso liberal e o de esquerda), cujo ponto de encontro são diferentes discursos e que encontram contingência histórica para se propagar. Por um lado, a ferocidade liberal é amenizada pelo medo diante das massas, do seu crescimento organizacional ameaçador; por outro, a vontade política de militantes da esquerda é substituída pelo fascínio por um poder possível de acordo com cálculos estratégicos de quem toma a dianteira no processo de aliança. Ocorre o apagamento de saberes que não são endereçados às massas populares – aqueles que estão numa situação, muitas vezes, de miserabilidade por causa da exploração promovida justamente por sujeitos que representam e detêm o capital. A propagação e aceitação de tal discurso de aliança entre interesses antagônicos pelas massas encontram repercussão em determinados momentos históricos – podemos dizer que são vários os elementos de ordem econômica, social, cultural (...) responsáveis por esta propagação e, simultaneamente, por uma “aparente” fragilização ou vulnerabilidade do movimento operário. Pensando a paráfrase discursiva, dizemos que estão em jogo, portanto, nos discursos de aliança, as formas de

³¹ PC, Paulo Cezar Farias, foi o tesoureiro da campanha política de Fernando Collor de Melo para presidência da República, em 1989, e protagonista de um grande escândalo de corrupção nacional que resultou, em 1992, na cassação (*impeachment*) do mandato do então presidente Fernando Collor de Melo. Na história brasileira, PC representou e continua representando um símbolo de apropriação imoral e indevida dos recursos dos cofres públicos.

³² Lula é Luís Inácio Lula da Silva, operário metalúrgico que disputou, pelo Partido dos Trabalhadores, pela quarta vez em 2002, a presidência da República do Brasil, sendo vitorioso, neste pleito. Após a demarcação acentuada de confronto de saberes, durante a campanha eleitoral de 1989, o PT (e o candidato Lula) optou, nos pleitos eleitorais de 1994 e 1998, por uma progressiva “suavização” no discurso do candidato, fazendo ecoar, em 2002, um entendimento de aproximação entre *capital e trabalho*, isto é, entre patrões e trabalhadores.

apropriação de saberes de formações discursivas antagônicas ou contraditórias, cujos saberes são articulados e/ou reformulados.

Tomemos ilustrativamente um discurso motivador bastante usado durante o 1º, 2º e 3º Fórum Social Mundial (FSM)³³, realizado em Porto Alegre (2001, 2002, 2003), que promove a apropriação de saberes liberais (globalização capitalista) e o deslocamento para saberes populares: “Vamos nós promover a *globalização*”. Usada normalmente entre os capitalistas, “globalização” tinha seu sentido relacionado apenas com a dinâmica de mercado internacional, numa progressiva construção de acordos entre grandes capitalistas para além das fronteiras dos países e continentes. Nesse sentido, as massas ficavam excluídas dos benefícios da globalização do capital, restando-lhe, no máximo, um lugar periférico, já que sua participação limitava-se ao processo de geração de mais-valia aos grandes capitalistas. Podemos dizer que a progressiva (re)articulação internacional das massas populares, nas duas últimas décadas, através de concepções ideológicas e práticas sociais e políticas emancipatórias, mostra-se, entre outras, pela apropriação da noção de “globalização” e redimensionamento do(s) seu(s) sentido(s) – agora fazendo ecoar uma concepção de integração, de coletivização e de autonomia do proletariado. Acrescentamos que parece haver, de modo geral, um movimento inverso entre as seqüências discursivas (a) “Vamos unir *capital e trabalho*” e (b) “Vamos nós promover a *globalização*”. A primeira (a) remete, prioritariamente, a apagamentos de discursos antagônicos – de discursos que vêm de domínios de saber antagônicos: discurso liberal **X** discurso da esquerda –, ao passo que a segunda seqüência (b) revela, em última instância, a reapropriação de saberes populares historicamente negados e/ou espoliados pela classe burguesa/capitalista. Pensemos, nesse sentido, nos diferentes saberes da classe operária, na qual se situam diferentes formações discursivas como a anarquista, a do PT, a do PCO, a do PSTU, a da CUT, a da CGT, etc., cuja instituição ideológica a qual se inscrevem está permeada por discursos heterogêneos – que representam, por sua vez, as formações discursivas. A questão é que os discursos, embora se mostrem heterogêneos entre si, são antagônicos em relação aos que se inscrevem, por exemplo, em uma

³³ O Fórum Social Mundial (FSM) é uma instância de integração e organização das massas populares em contraponto ao Fórum de Davos, no qual participam os principais representantes do capital. Ambos os eventos têm se realizado, normalmente, no mesmo período, mas em lugares diferentes: o Fórum de Davos ocorre sempre na Suíça, em meio a ostentações luxuosas; ao passo que o Fórum Social Mundial acontece em diferentes lugares – considerados periféricos pelo capital internacional – e nos quais a mobilização popular é mais intensa. As primeiras três edições ocorrem em Porto Alegre/RS, durante governos populares em âmbito municipal e estadual, seguidas pela Índia, países africanos e latino-americanos.

formação discursiva empresarial. Cabe pontuar, aqui, que a articulação entre os sentidos que emergem a partir das seqüências discursivas acima e os diferentes domínios de saber não se efetiva simplesmente por um viés lingüístico, mas na perspectiva da relação entre formação discursiva e paráfrase discursiva.

Retomando as noções de esquecimento 1 e esquecimento 2, observamos que Pêcheux e Fuchs (1975: 177) remetem-nas à oposição entre “a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu (*outro* com *o* minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito” – este é o *Outro* com *O* maiúsculo proposto por J. Lacan. Nesse sentido, podemos dizer que o sujeito trabalha sob o efeito do inconsciente: o esquecimento 1 – da ordem do inconsciente, do não-reformulável – e o esquecimento 2 – da ordem do pré-consciente/consciente, do reformulável, o que leva à heterogeneidade constituída (importante noção em AD). Nas palavras dos autores (*idem*), “o recalque que caracteriza o ‘esquecimento n° 1’ regula, afinal de contas, a relação entre o dito e o não-dito no ‘esquecimento n° 2, onde se estrutura a seqüência discursiva. Isto deve ser compreendido no sentido em que, em Lacan, ‘todo discurso é ocultação do inconsciente’” (1975:178).

Segundo Pêcheux (1997), o que está em jogo é a identificação pela qual todo o sujeito “se reconhece” como homem, mulher, operário, brasileiro, socialista, etc. e como é a relação com aquilo que o representa. O modo como o sujeito se reconhece como evidência não é transparente, precisa ser pensado como um processo determinado historicamente, mas possível de contradição. Dessa forma, é preciso pensar de que modo os indivíduos recebem como evidências os sentidos que ouvem, registram e com os quais convivem.

Considerando que a forma-sujeito corresponde ao Sujeito Universal, retomamos Pêcheux (*idem*, p. 266) ao dizer que nela coexistem indissociavelmente interpelação, identificação e produção do sentido, sendo assim a forma-sujeito é aquela que “realiza o *non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira*”. Aproveitamos para trazer a questão do discurso na forma-sujeito, cuja prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito. Isso remete, ainda segundo Pêcheux (*idem*, p. 214), à constatação de que “todo sujeito é constitutivamente *colocado*

como autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve” – e não que uma prática seja a *prática do sujeito* no sentido de ações.

Os processos de interpelação do indivíduo em sujeito conduzem a pensar sobre diferentes formas de “captura” do sujeito em um processo de *identificação* ou *desidentificação* com a forma-sujeito. Antes, porém, pensemos no desdobramento do sujeito do discurso, proposto por P. Henry (*Apud* Pêcheux, 1997: 214), em: (a) o *sujeito da enunciação* (sujeito enunciador ou locutor) é aquele que *toma posição* a partir do lugar em que se reconhece como sujeito, cujas opções acredita serem de sua total responsabilidade e tomadas livremente; e (b) o *Sujeito Universal*, sujeito do saber de uma formação discursiva ou do que se pretende como tal – conforme Zandwais (2006: 146), é o que inscreve o sujeito em determinações históricas e pela ordem do simbólico em uma forma-sujeito na qual está inscrito. Considerando as formulações de Courtine (1981: 50), a instância do Sujeito Universal ou Sujeito do saber próprio a uma formação discursiva se situa na constituição do Enunciado³⁴ como elemento de saber e sob a dominação do interdiscurso. Este desdobramento do sujeito em sujeito enunciador e Sujeito Universal não é uma questão simples de ser tratada, considerando que “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracterizam a instância ideológica em condições históricas dadas” (Pêcheux, 1997: 213).

As *modalidades discursivas do funcionamento subjetivo*, designação de Pêcheux para os processos de identificação e desidentificação do sujeito com a forma-sujeito, são as seguintes: (a) identificação plena do sujeito; (b) contra-identificação do sujeito (ou identificação parcial do sujeito); e (c) desidentificação do sujeito. Observamos que estas modalidades não podem ser tomadas de maneira rígida e estanque/estática, uma vez que as formas de captura do sujeito podem sofrer alterações no decurso do tempo/de sua vida. Pode um sujeito ser plenamente identificado com determinada forma-sujeito e ocorrer um processo de contra-identificação que evolua inclusive para a desidentificação e, por conseqüência, a identificação com outra forma-sujeito antagônica àquela.

³⁴ Este é o **Enunciado** tratado sob a forma de uma escrita com E maiúsculo, pois é ele que dá sustentação aos **enunciados** que pertencem ao plano da estrutura lingüística.

Na primeira modalidade, o sujeito é capturado totalmente pelos saberes pré-construídos³⁵ que determinam a sua história. Há uma identificação plena entre o *sujeito da enunciação* (indivíduo que se reconhece como sujeito no interior de uma formação discursiva) e o *Sujeito Universal*, de modo que o processo de assujeitamento (como “livremente consentido”) seja realizado através da “tomada de posição” do sujeito. Dizemos que o sujeito da enunciação assume a posição do Sujeito Universal. Uma posição de sujeito, então, representa uma ligação determinada – neste caso, uma ligação de identificação –, segundo Courtine (1981), que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o Sujeito do saber de uma dada formação discursiva, a partir da qual se produzem diferentes efeitos de sujeito no discurso. Trata-se do discurso do *bom sujeito*. Neste discurso, o Sujeito Universal é refletido espontaneamente. Dizemos, então, que o assujeitamento livremente consentido é um efeito “espontâneo” da ideologia. Nas palavras de Pêcheux (1997: 215), “o interdiscurso determina a formação discursiva na qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’”. Como ilustração, trazemos a figura daquele operário de empresa capitalista falimentar que não acredita e não concorda, em hipótese alguma, com a re-fundação de novas dinâmicas de trabalho como a encontrada na autogestão que se alicerça em relações de solidariedade, democracia, transparência e autonomia dos trabalhadores – diferente da tradicional relação de exploração entre patrão e empregado. Ao longo do processo de organização da gestão operária em uma empresa, tal operário reproduz o pensamento e discurso dos empresários capitalistas quanto à falta de capacidade/competência e disciplina dos trabalhadores em autogestionar um empreendimento e, simultaneamente, torná-lo competitivo e lucrativo no mercado uma vez que os próprios empresários não o conseguiram. Trata-se daquele operário que sai da empresa falimentar em busca de outra empresa capitalista crente que sua única função é ser/continuar assalariado, e só volta, ao agora empreendimento autogestionário, em caso de extrema necessidade. Ressaltamos que, nesta situação, sua busca é apenas por um posto de trabalho. Considerando este sujeito, podemos dizer que ele tem a ilusão de pensar e agir livremente como um sujeito “crítico” a um jeito socialista de gestão – para ele, algo absurdo –, no entanto, está refletindo uma postura que

³⁵ Os Pré-construídos são conhecimentos anteriores, saberes que estão num “antes” e vêm de um “outro lugar”. No plano da materialização discursiva, é aquilo que parece já ter sido pensado ou dito anteriormente. Esta noção ainda será melhor desenvolvida nas próximas páginas

evidencia sua plena identificação com os saberes de um Sujeito Universal da Formação Ideológica burguesa, dominante na Formação Social capitalista.

Por outro lado, também é exemplo de plena identificação entre sujeito-enunciador e o Sujeito Universal (oposto ao do exemplo anterior) aquele sujeito da autogestão, operário ou simpatizante, que vai reproduzir apenas as máximas e os argumentos formulados pelos intelectuais orgânicos à frente das idéias e organizações da cooperativa associativa, sem perceber que as palavras que enuncia como se fossem suas não são realmente suas. Normalmente tal sujeito não questiona nada relativamente às formas de implementação da autogestão, seus limites e contradições. Trata-se de um sujeito que tem enormes dificuldades de avaliar verdadeiramente o processo autogestionário em determinados empreendimentos e também de contribuir para a resolução de estrangulamentos e para avanços nas relações próprias da autogestão.

Na segunda modalidade, ocorre um processo de contra-identificação entre o sujeito-enunciador e o Sujeito Universal. Trata-se do discurso daquele sujeito ao qual Pêcheux (1997) chama de *mau sujeito* por assumir uma tomada de posição de dúvida, contestação, revolta, questionamento, distanciamento em relação ao que o Sujeito Universal lhe “dá a pensar” – em relação ao que a sua formação discursiva lhe impõe. Assim, há um *discurso contra*, ou seja, uma contra-identificação com a formação discursiva que determina o sujeito. Conforme Courtine (1981), o sujeito-enunciador, a partir do próprio lugar em que se inscreve como sujeito, rechaça as evidências não-questionáveis que lhes são apresentadas pelo sujeito do saber de uma formação discursiva. Zandwais (2005b: 146) esclarece que “como a captura não é tão plena, ele ‘desconfia’ da eficácia dos saberes do Sujeito universal, embora não os desacredite, e passa a intervir no processo de reformulação dos saberes que o representam, passando a representar-se sob a modalidade de uma posição contraditória no interior da forma-sujeito que o circunscreve”.

Para fins de ilustração, podemos considerar aqueles militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) que, diante das iniciativas reformistas do governo federal petista e da avalanche de denúncias de corrupção envolvendo companheiros do partido, assumem uma posição de questionamento e contestação a práticas políticas de dirigentes do partido e do governo. Tais militantes continuam participando da instância partidária, reivindicam a moralização das condutas anti-éticas e anti-democráticas, e parte deles propõe a *re-fundação* do partido. Em outras palavras, ocorre um processo de contra-identificação destes militantes com a

forma-sujeito, alicerçado em relações conflitantes, no interior da formação discursiva do Partido dos Trabalhadores, que vão produzindo novas práticas políticas no sentido de reorientar (ou ajustar) saberes desta formação discursiva.

Pensemos ainda naquele sujeito operário de uma empresa capitalista falimentar ou pré-falimentar, que está profundamente frustrado com as relações que se estabelecem entre empregado-patrão e com a má administração de quem, para ele, entende de gerenciamento competitivo – os donos e administradores capitalistas. Considerando sua frustração e desconforto, de forma mais ou menos consciente, em relação às concepções burguesas que norteavam sua vida até aquele momento, bem como seu contato com os primeiros movimentos rumo à implementação da autogestão operária na referida empresa, este operário começa a perceber que as relações solidárias, democráticas, transparentes e autônomas como possíveis em um empreendimento que precisa ser competitivo no mercado capitalista. Há, na verdade, em curso, um processo de progressiva percepção, mais ou menos consciente, do sujeito em relação à sua condição de operário assalariado que historicamente sofreu/aceitou de forma passiva e que passa a questionar e recusar. Estabelecem-se relações conflituosas do sujeito em face aos saberes próprios da formação discursiva na qual se inscreve. É, neste momento, que o sujeito-enunciador está vivenciando um processo de contra-identificação com o Sujeito Universal – a forma-sujeito patronal/burguesa. Um estágio posterior provável é quando ele passa a apostar na autogestão e assume uma condição de proprietário dos meios de produção e da força de trabalho, e não mais só como possuidor da força de trabalho, vulnerável às instabilidades do mercado capitalista, da lei de oferta e procura, aos caprichos de presunçosos patrões, etc. Eis que se trata de um processo gradual e simultâneo (a) de crítica operária sobre as relações de exploração patronal e (e) de simpatia quanto ao estabelecimento de relações de trabalho nas quais desaparecem as figuras do patrão e do empregado, fundindo-se os papéis do proprietário e do trabalhador. De maneira nenhuma estamos diante de uma mudança simplista de concepções relativamente à dinâmica do mundo do trabalho; ao contrário, trata-se de um complexo movimento que passa pela compreensão, desconstrução e reconstrução de saberes próprios desta dinâmica, o que Pêcheux (1997) chama de relações de desarranjo e rearranjo. Nessa perspectiva, podemos dizer que o operário assume e passa a vivenciar as relações de trabalho na modalidade autogestionária, num primeiro momento, como alternativa de geração de renda e trabalho com vistas ao seu sustento; num segundo momento, como implementação de novas relações de trabalho no interior de uma

determinada empresa; e, posteriormente, como práticas sociais e políticas que se colocam em posição adversa à dinâmica capitalista, demarcando a contraposição de novos saberes em relação aos que comumente representam as relações de patrão-empregado e conduzindo à transformação destas relações de trabalho. Pensemos, então, na hipótese de que há um “deslizamento” desse sujeito-operário para uma nova forma-sujeito (nova concepção de relações de trabalho e gestão), vinculada a uma nova formação discursiva, na qual há a ressonância de saberes associativos e solidários, cuja origem está em outras formações discursivas (anarquistas, socialistas, comunistas...) – antagônicas às formações discursivas burguesas.

Tendo apresentado as duas modalidades discursivas do funcionamento subjetivo, a identificação e a contra-identificação, que remetem respectivamente ao processo de aceitação livremente consentida e ao processo de recusa, pensemos nas relações de desarranjo/rearranjo de saberes que determinam os modos como se deslocam estes saberes e como as práticas discursivas se re-configuram; conseqüentemente, as práticas sociais e políticas são reorientadas. Nesta ótica, conforme Zandwais (2005b: 149), “o que se designa como tomada de posição, somente pode ser entendido em relação ao modo como determinados saberes passam a re-configurar as fronteiras de uma formação discursiva, a posição identitária de uma FD”. Eis que estamos tratando de uma terceira modalidade, acerca da qual Pêcheux (1997: 217) pontua que “*integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito*, efeito que toma a forma de uma *desidentificação*”, quer dizer, que representa uma *tomada de posição* que se volta contra o próprio sujeito do saber da formação discursiva. Para compreendermos o funcionamento desta terceira modalidade, optamos por retomar algumas questões que estão na centralidade das formulações de Pêcheux e, portanto, fundamentais na Análise do Discurso.

Começemos situando a ciência marxista-leninista na história e distinguindo-a das outras ciências. As condições de aparição e desenvolvimento das ciências em geral são determinadas pelas condições infra e superestruturais da reprodução e transformação das relações de produção. A especificidade da ciência (marxista) da história, pondera Pêcheux (1997: 203), reside justamente na questão de que essa reprodução/transformação das relações de produção é o objeto da teoria e da prática desta ciência de tipo novo, “de modo que os interesses *teóricos* do materialismo e os interesses *práticos* (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis”. Em outras palavras, a união da prática teórica do materialismo histórico e a prática política do movimento operário ligada a um conhecimento científico da luta de classes.

De acordo com Pêcheux (*idem*), não há e não poderia haver somente *ciência burguesa* da História, uma vez que as formas burguesas da prática política exprimem os interesses de classe da burguesia. O complexo desigualdade-contradição-sobredeterminação das ideologias teóricas representa a principal característica e o efeito da divisão em classes do modo de produção capitalista e se evidencia dessa forma ao nível das ideologias práticas. O reconhecimento da dependência existente entre as ideologias teóricas e práticas burguesas/capitalistas nas condições de surgimento de uma ciência é fundamental para a instauração de um campo teórico novo. Pêcheux (*idem*, p. 204) fala em *efeito diferencial do assujeitamento ideológico* ao remeter às ideologias práticas o lugar onde está “representada a ‘relação imaginária’ dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Como as condições reais de existência do proletariado não podem ser apagadas pela ideologia dominante, a representação da relação do proletariado com tais condições conduz ao reconhecimento da exploração de sua força de trabalho e produz determinados efeitos. Por exemplo, o operário assalariado, por mais alienado à ideologia burguesa que esteja, a partir das suas condições reais de existência, tem possibilidades de perceber-se como explorado e submisso nas relações desiguais de produção e agir sobre tais relações. Decorrente disso, segundo E. Balibar (*Apud* Pêcheux, 1997: 205), “a teoria marxista não foi mumificada ou progressivamente rejeitada pelo movimento operário, mas transformada por ele ao mesmo tempo em que ela o transformava”, de forma que esta teoria se configura, nas palavras de Pêcheux (*idem*, p. 205), como “ciência experimental da história”, na qual conhecimento e transformação andam juntos.

Considerando que o processo de produção dos conhecimentos científicos é afetado por interesses de classe, predominantemente por saberes que emergem de classes dominantes, e, portanto, não atendem aos interesses do proletariado, surgem margens que propiciam o desenvolvimento de práticas políticas à revelia dos interesses dominantes do modo de produção capitalista e das condições de reprodução das relações de produção. Por isso, Pêcheux sustenta que os proletários, em sua prática política, precisam tratar dos efeitos do conhecimento científico a fim de promover o desarranjo/rearranjo das relações de desigualdade-subordinação inerentes às relações de produção capitalista. Nesse sentido é que o autor pontua que a via do marxismo-leninismo – essencialmente, *teoria* científica dos processos históricos e *prática* política dos trabalhadores – representa um corte prático na região da política. É, fundamentalmente, pela prática política proletária que, na relação contraditória da reprodução/transformação das relações

de produção, a transformação predomina sobre a reprodução. Nas palavras de E. Balibar (*Apud* Pêcheux, 1997: 207), “A revolução não é concebida simplesmente como um ato, mas como um processo objetivo”. Trata-se da prática política do proletariado que rompe com a forma-sujeito, promovendo a *transformação da forma-sujeito*; por exemplo, na Primeira República, a prática revolucionária da Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 1906, que foi instituída a partir da convergência de todos os setores de esquerda do país (anarquistas, socialistas e operários), com vistas ao enfrentamento das oligarquias e do patronato brasileiro, sofrendo duríssimas repressões e perseguições por parte destes. Cabe assinalar que Zandwais (2005b) chama a atenção para os interesses de classe que devem acompanhar determinadas formas de desarranjo/rearranjo de saberes, o que não ocorre na prática política de alianças entre capitalistas e trabalhadores, cujos interesses são antagônicos – isto já se evidenciou em alguns momentos da história brasileiro, como no período do governo Vargas e, mais recentemente, no discurso de Lula sobre a articulação do “capital e trabalho”.

Retornando às formulações de Pêcheux sobre as modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e, especificamente, a relação de reprodução/transformação das relações de produção, consideramos pertinente trazer, para este texto, as palavras conclusivas de Pêcheux (1997) acerca da modalidade da *desidentificação*, que são as seguintes:

Para resumir esse ponto, diremos que a prática política do proletariado rompe com o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, na medida em que as formas empírico-subjetivas da prática política tornam-se a matéria-prima de uma transformação que, incidindo sobre o aparelho (jurídico-político) de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado, afeta, por isso mesmo, a forma-sujeito: o trabalho desidentificador da ideologia proletária, parte integrante da prática política do proletariado, se desenvolve, paradoxalmente, através de novas identificações em que a interpelação funciona *às avessas*, isto é, em referência a “não-sujeitos” como a História, as massas, a classe operária e suas organizações.

E, em particular, é essa determinação específica da política do proletariado que rege o funcionamento dos processos discursivos que nela se inscrevem, por exemplo, o funcionamento de uma *palavra de ordem* tomada numa conjuntura política dada. (1997: 271)

Para fins de ilustração da terceira modalidade, tomemos a experiência de histórias de vida daqueles operários industriais autogestionários gaúchos, objeto desta pesquisa, que se organizam em forma de cooperativa para assumir todo o processo produtivo de determinado empreendimento falimentar, não mais apenas como possuidores da força de trabalho mas também

com a propriedade dos meios de produção. A autogestão operária resulta de uma longa e histórica prática política proletária, tendo em vista a busca da construção hegemônica do proletariado, onde a “desconstrução” de saberes e práticas da ideologia dominante, isto é, o processo de desarranjo de saberes e práticas já cristalizadas que atendem aos interesses burgueses para rearranjá-los de acordo com os interesses das classes do proletariado deve ser uma prática permanente. Trata-se de uma prática política que encontra espaço e se produz a partir de “brechas” deixadas pelo próprio modo de produção capitalista. Lembrando que a ideologia dominante não consegue promover o apagamento das condições reais de existência do proletariado, portanto a representação da relação dos proletários com tais condições contribui para o reconhecimento das relações desiguais e contraditórias capitalistas, e, nelas, da sua condição de submissão e exploração. Em decorrência disso, efeitos são produzidos, como a organização dos operários em sindicatos e partidos (ou intervenção neles), em uma modalidade de economia popular e solidária com suas cooperativas e empreendimentos de autogestão. Podemos dizer que os empreendimentos operários autogestionários são uma evidência clara de predomínio da transformação sobre a reprodução nas relações de produção e que os operários autogestionários se enquadram na modalidade da desidentificação em que ocorre o “descolamento” (não mais a identificação e nem a contra-identificação) do sujeito-enunciador em relação ao Sujeito Universal sob a forma-sujeito burguesa, e acontece o “deslizamento” para uma outra forma-sujeito antagônica, ou seja, a inscrição em uma formação discursiva antagônica em relação à anterior.

Cabe ponderar, no entanto, que este processo de desidentificação não é evidente e nem facilmente apreensível. Ele traz no bojo questões práticas contraditórias, práticas discursivas heterogêneas. Aproveitamos para trazer uma das ponderações de Zandwais (2005b: 150), em forma de questionamento extremamente pertinente e desafiador, a saber: “de que forma é possível considerar o processo de desidentificação como um modo de subjetivização conseqüente, se este não pode desvencilhar-se das práticas de coerção políticas, econômicas ou educacionais antagônicas aos interesses do proletariado, sem estar sujeito também à reprodução?”. Esta questão se coloca fortemente nas relações entre os operários autogestionários no interior do empreendimento antes capitalista, cujas práticas demandam certo tempo para serem totalmente transformadas segundo os princípios da autogestão – se é que é possível a total transformação. Trata-se de práticas adversas ao “curso regular da história” e ao modo de

produção capitalista, que se reproduzem nas redes solidárias entre cooperativas com o mesmo perfil. Como são empreendimentos que precisam manter-se competitivos por uma questão de sobrevivência no mercado, as relações que se estabelecem com empresas capitalistas não são possíveis de serem articuladas na mesma forma, já que atendem a interesses antagônicos. Nessa condição, constantemente as práticas políticas solidárias são colocadas à prova por saberes burgueses e/ou revisionistas (em ambos) emergentes da ideologia dominante. Por isso, a necessidade permanente da formação operária, da comunicação transparente, do planejamento e tomada de decisões coletivamente, da retomada e discussão dos princípios cooperativos (autogestão/autogoverno), da avaliação das práticas políticas, etc.

Dentro dessa perspectiva – na qual as condições de transformação predominam sobre as de reprodução –, é que surge e se desenvolve a idéia das “redes solidárias”, no período histórico mais recente, que *são articulações, em âmbito local, regional, nacional e/ou internacional, de industrialização, comercialização, consumo (...) numa cadeia produtiva formada por empreendimentos de economia solidária como forma, por um lado, de ampliar sua capacidade de produção e da demanda dos produtos e, por outro, de constituição de um movimento que visa à superação das relações capitalistas*. Não se trata simplesmente de uma organização com a finalidade de agilizar e viabilizar a entrega de bens e serviços, fazendo uso ou não da informatização ou da comunicação, com vistas a aumentar cada vez mais o “excedente” (o lucro), a modo de empresas capitalistas. Estas estão sempre privilegiando os interesses de um pequeno grupo em detrimento de uma maioria. Diferentemente das relações de produção em uma economia de base capitalista, cuja racionalidade se caracteriza pela acumulação de capital, o sistema de cadeia produtiva de uma economia solidária tem, na centralidade, a reprodução da própria vida, a proliferação de formas alternativas de sobrevivência, a socialização do saber e da cultura. Salientamos que, para os associados, não se trata apenas da satisfação imediata dos meios de sobrevivência biológica, mas também da satisfação daquelas necessidades que o Estado não lhes proporciona, como necessidades de caráter social, educacional, cultural. As redes solidárias se caracterizam pelo compromisso de mútua ajuda entre os envolvidos, numa lógica de inclusão – inversa à lógica excludente capitalista. Por isso nelas se articulam solidariamente empreendimentos de autogestão³⁶, experiências associativas comunitárias e populares,

³⁶ Empreendimento de autogestão é uma forma de organização social – e não um modo de ser da firma – na qual os trabalhadores gerenciam coletivamente todo o processo da produção ou do serviço. A autogestão só é possível

organizações não-governamentais³⁷, numa busca de entre-ajuda e comunicação de trabalhadores e ativistas sociais em âmbito local, regional, nacional e internacional. Nas malhas das redes solidárias, são reproduzidos valores como justiça econômica e social, defesa dos direitos humanos dos trabalhadores, respeito e valorização pluricultural, equilíbrio social e ecológico, participação nos processos decisórios, etc. Destacamos, no entanto, os limites, impasses e desafios da economia popular de solidariedade, considerando os diferentes significados dos empreendimentos para os próprios trabalhadores associados, a divisão do trabalho, os graus de solidariedade nas relações de trabalho, as relações de mercado e as instâncias de produção e socialização do saber.

Consideremos, para fins de ilustração, diferentes experiências solidárias de cooperativas na Região Sul do Brasil e observemos algumas peculiaridades que evidenciam semelhanças e diferenças quanto à concepção de solidariedade e às práticas solidárias. Optamos, então, por trazer ilustrativamente as experiências da *Arcoo*, da *Bruscor* e da *CTMC*.

A Cooperativa de Trabalho Transdisciplinar Arcoo Ltda, da região metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, nasceu de uma estratégia intercooperativa estabelecida para o desempenho do trabalho, na solução de problemas habitacionais. Trata-se de uma rede intercooperativa chamada Sistema Habitacional Strategia (SHS) que compreende cooperativas de trabalho, de habitação e de crédito. A Arcoo, com cerca de 35 associados com formação em diversas áreas (arquitetura, engenharia, agronomia, economia, sociologia, educação, direito, psicologia, administração, contabilidade, cooperativismo e permacultura), presta assessoria na organização popular de cooperativas habitacionais. Com este enfoque, ela priorizou, na década de 90, o resgate da Cooperativa de Crédito Sul Riograndense, por avaliar sua importância estratégica, ampliando sua atuação para 23 municípios da região metropolitana e promovendo sua adesão ao Sistema Sicredi – com a sigla Sicredi Metrópolis. Atualmente a cooperativa de crédito urbano Sicredi Metrópolis é uma exceção, já que a legislação só permite a criação de cooperativas de crédito urbanas fechadas em categorias profissionais, que são as chamadas

quando os trabalhadores controlam os meios e os produtos da produção. Esse controle se torna explícito no direito de todos de participar em todas as tomadas de decisões, na capacidade de constantemente aumentar o conhecimento técnico dos trabalhadores e em sua autonomia legítima para entender os valores e objetivos da organização.

³⁷ As organizações não-governamentais (ONGs) surgiram na década de 70 em países desenvolvidos e rapidamente se espalharam por todo o mundo, visando responder às demandas legítimas de governabilidade de seus associados. Elas criaram políticas alternativas às burocracias estatais. As ONGs começam a atuar no sentido de formar novas alternativas de gestão das relações de produção que promovem a ruptura da reprodução da desigualdade social.

cooperativas de economia e crédito mútuo, às quais os funcionários de uma empresa ou categoria podem se associar. A Arcoo tem firmado, na última década, parcerias com prefeituras – como Alvorada, Viamão, Porto Alegre – para a assessoria e estruturação de cooperativas habitacionais baseadas na poupança prévia e projetos permaculturais³⁸, além de incentivar a mútua ajuda entre as cooperativas e experiências habitacionais. Segundo o cooperativado Otávio Chaves³⁹ (2000), quando parcerias com prefeituras e organizações sociais ocorrem é porque há, de alguma forma, interesse de ambas as partes em resolver a problemática das condições precárias – ou até inexistentes – de habitação para parte da população empobrecida.

Consideramos importante chamar a atenção de que a Arcoo é uma cooperativa que não precisa encontrar saídas habitacionais para seus próprios associados – pelo menos, não como satisfação de uma necessidade imediata –, mas para outras pessoas e grupos que ela vai credenciando. Ela é uma cooperativa que gera renda aos seus associados na medida em que presta serviços de assessoria a prefeituras, ONGs, outras cooperativas e iniciativas da sociedade civil. Em relação à sua estrutura interna, observamos que ela funciona coletivamente organizada em diferentes conselhos (fiscal, administrativo, técnico e de educação) que se reúnem periodicamente através de seus representantes.

Como segundo exemplo, trazemos a empresa autogestionária Bruscor (Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda) – parte da associação autogestionária Empresa Alternativa de Produção Socializada (EAPS) –, que teve início, em 1986, em Brusque (SC), com um grupo de cinco jovens, ligados a organizações da sociedade civil e a pastorais sociais. Diferentemente da Cooperativa Arcoo, acima apresentada, cujos cooperados têm uma formação especializada e prestam assessoria a outras experiências e empreendimentos, os sócios da Bruscor – atualmente com cerca de 15 associados – são todos proprietários e trabalhadores. A necessidade de formação dos associados é bastante específica ao tipo de produção e à autogestão, considerando a opção pelo sistema de rotatividade funcional, ou seja, o rodízio periódico de funções com vistas a um maior aprendizado para todos os membros, quebra de rotina, conhecimento de todo o processo da

³⁸ A *permacultura* está relacionada à idéia de cultura permanente que visa ao equilíbrio ecológico, respeitando o ciclo da natureza e articulando as energias naturais: sol, vento, água e energia biológica. A meta é trazer do meio externo a menor quantidade de energia artificial e demandar para o exterior do habitat a menor energia poluente. Como todas as energias devem ser aproveitadas no próprio local onde elas se encontram, são produzidas edificações autônomas, infra-estruturas integradas e paisagismo produtivo.

³⁹ Otávio Urquiza Chaves é associado da Cooperativa de Trabalho Transdisciplinar Arcoo Ltda, desde sua fundação, em 1983. Atuou intensamente no resgate do equilíbrio financeiro da Cooperativa de Crédito Sul Riograndense Ltda, hoje sob a sigla Sicredi Metrópolis.

empresa, realização e ou necessidades pessoais, melhoria e autonomia na empresa, etc. Cabe assinalar que esta rotatividade de função é facilitada pela natureza de produção da Bruscor, bem como pela sua estrutura de funcionamento: comissões, conselho administrativo e gerenciador. Além disso, todos associados se reúnem mensalmente em assembléias deliberativas e em encontros anuais de planejamento.

Tomemos ainda as cooperativas de operários industriais – normalmente de porte maior do que as cooperativas acima – sem uso de trabalho terceirizado⁴⁰, em especial a CTMC (Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas), como terceiro exemplo, cuja história de formação se deu num processo que teve início imediatamente após a confirmação de estado falimentar da Empresa Metalúrgica Vogg, que encerrou suas atividades em 2001. No mesmo ano, com importante respaldo e acompanhamento do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, 101 funcionários se uniram para gerenciar a fábrica. Atualmente são mais de 140 sócios autogestionários. Grande parte dos seus associados vivenciou fortemente tanto experiências de competitividade quanto de solidariedade: primeiro, como trabalhadores explorados na empresa capitalista; depois, como trabalhadores angustiados e temerosos em função da instabilidade gerada pelo período pré-falimentar; e, posteriormente, como protagonistas de um processo em que assumiram coletivamente a gestão da empresa falimentar. Vínculos muito peculiares, frutos destas experiências, se desenvolvem e, como efeito, trazem no bojo efeitos diferentes do que daquelas cooperativas constituídas sem uma estrutura anterior, sem uma história produtiva de cunho capitalista; em outras palavras, experiências associativas criadas a partir de necessidades comunitárias ou sociais de um grupo que decide organizar-se em uma determinada cooperativa. Por outro lado, os operários industriais da autogestão precisam enfrentar vícios e culturas capitalistas profundamente impregnados em suas concepções e práticas, e que não são superados automaticamente com a instauração de um novo tipo de gestão. O desafio de promover a transformação de mentalidades e colocar em prática os princípios da autogestão vem acompanhado da tarefa de *re-fundar* uma empresa que, mais do que sobreviver no mercado capitalista, precisa tornar-se competitiva e, ao mesmo tempo, estabelecer relações

⁴⁰ Alguns empreendimentos industriais autogestionárias fazem uso de trabalho terceirizado temporária ou permanentemente, cujos trabalhadores contratados são assalariados à moda de uma empresa capitalista. Consideramos que esta dinâmica fere profundamente os princípios da autogestão, pois a reprodução das relações de exploração de trabalho assalariado com todos os seus vícios continua acontecendo e em nada contribui para a transformação destas relações e emancipação de outros trabalhadores, embora a democracia, a transparência e a autonomia na tomada de decisões ocorram entre os operários-sócios, em nível imediato.

solidárias com outros empreendimentos autogestionários. Assim, nasce a Rede Nacional de Cooperação Industrial (Renaci S.A.) que promove a união dos empreendimentos autogestionários CTMC, GeralCoop, Coopermetal, Coopermefer e Netrópolis para disputar, por exemplo, o mercado de construção de vagões de carga no Brasil⁴¹.

Cabe registrar que as redes de cooperação solidárias têm sido promovidas especialmente, na sociedade civil, através da Associação Nacional de Trabalhadores em Empreendimentos de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), por setores sindicais e partidários, e, em menor escala, por iniciativas pastorais e sociais. Considerando o âmbito governo/Estado, observamos que o incentivo e a promoção às experiências e redes solidárias ocorrem nos casos de governos populares que fazem de seu trabalho uma aposta na busca de saídas para as necessidades mais prementes da população empobrecida, instigando a participação popular. Um dos maiores efeitos e problemas que tem se evidenciado é a dependência da experiência associativa ou cooperativa por recursos e assessoria estatais / governamentais, o que nos leva a questionar sobre o objetivo da emancipação proletária por via da autogestão – do autogoverno.

Quanto às tomadas de decisão, observamos que, nas três cooperativas ilustradas aqui, elas são realizadas de forma coletiva, embora a dinâmica seja distinta considerando a peculiaridade de cada uma delas (objetivos específicos, tipo de produção, número de sócios, etc.): reuniões representativas dos conselhos na Arcoo, reuniões mensais e planejamentos anuais com a participação de todos os sócios na Bruscor, reuniões de cada conselho e assembléias periódicas (semanais e mensais, dependendo das demandas) com a participação de todos os associados na CTMC. É preciso ponderar que a democracia na tomada de decisões depende não apenas da organização de uma estrutura que possibilite a participação de todos os operários/associados, mas pela efetiva opção e práticas participativas destes. A prática coletiva – ou, podemos dizer, prática solidária – repercute, de modo geral, nas relações com outras experiências de cooperativas e de autogestão por uma questão de aposta de projeto sócio-político alicerçado na economia solidária e também por uma questão de sobrevivência – em que essas experiências estabelecem relações de troca, de proteção e ajuda mútua. Assim, vemos parcerias entre empreendimentos de autogestão,

⁴¹ Registramos que, nos dois próximos capítulos, trataremos da organização dos operários autogestionários em cooperativas industriais de autogestão operária, da articulação entre elas em cadeias produtivas, em estrutura de organização nacional e internacional.

bem como de organizações não-governamentais, sendo firmadas em cadeias produtivas de economia solidária em nível local, regional e internacional.

Considerando nossa abordagem sobre as condições de produção, em que se articulam simultaneamente a reprodução e a transformação, e pensando na apresentação das modalidades discursivas do funcionamento discursivo, propostas por Pêcheux (1997), observamos que a *identificação* e a *contra-identificação* são modalidades que coexistem na forma-sujeito. Isso conduz ao entendimento de que a instauração da diferença e da desigualdade de saberes é possível no interior da mesma formação discursiva. Diferentemente destas duas modalidades, no movimento de *desidentificação*, o sujeito não apenas diverge dos saberes da formação discursiva em que se inscreve, mas rompe com ela para identificar-se a outra. Simultaneamente, também rompe com a forma-sujeito, na medida em que esta organiza os saberes da referida formação discursiva. Cabe a ponderação de que o sujeito, ao se *desidentificar* com a forma-sujeito, não se torna livre, mas ocorre um deslizamento de uma forma de subjetivação para outra. Chamamos a atenção, mais uma vez, de que não se trata de um processo estático e evidente quanto teoricamente possa aparentar.

1.3. FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Para tratar da noção de formação ideológica, faremos um percurso teórico que passa por uma abordagem sobre a própria concepção de ideologia, as semelhantes e distintas formas de compreendê-la ao longo da história; por reflexões materialistas cunhadas a partir de práticas sociais e políticas à luz de análises teóricas não-lineares que visitam (e revisitam) Karl Marx, Vladimir Ilitch (Lênin), Antônio Gramsci, Louis Althusser, Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine.

Optamos por trazer, inicialmente, as formulações de Gramsci (1981) acerca da instância ideológica, cujo entendimento é de que a ideologia é “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (*Idem*, p. 16). A partir deste conceito, ele declara que é no terreno das ideologias que os homens tomam consciência de sua posição social (e, conseqüentemente, de

suas tarefas). As ideologias devem ser vistas como forças ativamente organizadoras, que moldam o terreno em que os homens e as mulheres agem, lutam e se conscientizam de seus lugares sociais. Nessa ótica, Gramsci desenvolve predominantemente as concepções de hegemonia, bloco histórico e intelectual orgânico – noções aprofundadas na próxima secção. Cabe registrar que, conforme já referimos anteriormente, as questões teorizadas pelo autor foram formuladas a partir das práticas sociais e políticas de Lênin à frente da tomada do poder político pelo proletariado soviético e da implantação do Estado Bolchevique.

1.3.1. Hegemonia, Bloco Histórico e Intelectuais Orgânicos

Desenvolver uma abordagem sobre de *bloco histórico, hegemonia e intelectuais orgânicos* – cunhadas por Gramsci na perspectiva do materialismo histórico – articulada à discussão da ideologia e suas implicações nas práticas sociais e políticas encontra sua justificativa na importância que tal abordagem representa nos estudos acerca do movimento proletário.

Devemos enfatizar que, para Gramsci (1981), a ideologia é o cimento, a base, o alicerce do *bloco histórico*. De acordo com o teórico, todo bloco histórico – que é o grupo dominante ideologicamente que representa o bloco sócio-econômico no poder ou o bloco hegemônico – é constituído pela sociedade civil (base e conteúdo ético da sociedade; lugar onde se elaboram e difundem as ideologias) e política⁴². Em outras palavras, o bloco histórico, em Gramsci, é uma nova camada intelectual, constituída por intelectuais orgânicos que não se consideram nem independentes, nem atuam de forma apartada das relações de produção de sua época. Em palavras gerais, podemos pensar que ele reúne o conjunto da estrutura e da superestrutura, representando as classes subalternas e o sistema hegemônico – numa relação de dominação desta sobre aquela.

Relativamente ao quadro conceitual das noções cunhadas por Gramsci, brevemente apresentamos a *hegemonia* como a unidade ideológica que está em posição de direção intelectual e moral numa dada formação social. Quanto ao intelectual orgânico, trata-se do sujeito agente intelectual que tem o papel de organizar a infra-estrutura (povo) com vistas a articular a

⁴² Esta concepção de bloco histórico foi fundamental para as formulações de teóricos posteriores a ele, como Althusser, por exemplo.

emancipação do povo da submissão e exploração capitalista. Observamos que estas noções serão aprofundadas ao longo das reflexões na presente secção.

A análise gramscista da hegemonia, conforme Portelli (1977: 80), leva a seguinte subdivisão – sobre a qual ponderamos que não é rígida e cujos fins são metodológicos – de grupos sociais no interior do bloco histórico: (1) a classe fundamental que dirige o sistema hegemônico (a classe hegemônica); (2) os grupos auxiliares que servem de base social à hegemonia; e (3) as classes subalternas que são aquelas excluídas do sistema hegemônico. Entre a classe dirigente e as classes subalternas, há um regime de dominação com uso predominante ou exclusivo da sociedade política. Dependendo da predominância de um ou outro momento superestrutural, a hegemonia traduz-se na prática por um regime ditatorial ou regime de transformação. Como exemplo de prática ditatorial, podemos pensar nos governos fascistas, nacional-socialistas, etc., cujos líderes, na verdade, não são exemplos de intelectuais orgânicos, mas intelectuais que se tornaram inorgânicos. Eis porque as ideologias fascistas têm legitimidade. Percorrendo a história brasileira, no último século, encontramos o Governo Vargas que se caracterizou por práticas ditatoriais de implementação de políticas interessantes aos segmentos patronais, de atrelamento das organizações sindicais operárias, de perseguições e extradições de lideranças políticas, e, simultaneamente, de práticas políticas sedutoras da classe proletária com a concessão de vários direitos à classe. Tudo isso em nome de um nacionalismo, do fortalecimento do Estado Nacional em relação às oligarquias internacionais. Assim, ganhou a simpatia das classes burguesas – as quais representava – e das classes proletárias. O atrelamento dos sindicatos ao Governo Vargas foi tão fortemente orquestrado, através da legislação e controle sindical rígido, que o mesmo se manteve nas décadas posteriores. Decorrente da relação de submissão e dependência dos sindicatos ao Estado, o governo brasileiro detinha o poder de permitir ou não o seu funcionamento; ao permiti-lo, o Estado comportava-se como uma instância reguladora (e “castradora”) dos sindicatos, sempre no sentido de desconstruir concepções anarquistas, socialistas, comunistas, chegando a patrocinar a formação de vários quadros sindicais, nos Estados Unidos, sob os preceitos nacionalistas burgueses. A herança desta história de inversão de princípios sindicais proletários se desdobra em uma organização sindical relativamente frágil após a abertura política nos anos de 1980, visto que muitos dos sindicatos proletários, sejam dos camponeses, sejam dos operários urbanos, continuam ainda hoje sem uma identidade realmente proletária, cumprindo apenas uma função assistencialista.

Ainda para fins de ilustração de sistema hegemônico e de sistema ditatorial, aproveitamos para trazer um pouco da história soviética. Na primeira metade do século XX, mais especificamente nas duas primeiras décadas, os proletários russos sob a liderança de Lênin protagonizaram um processo de organização proletária, com a integração de operários e camponeses, que culminou na implantação do Estado Bolchevique ou Proletário, cuja característica principal era o centralismo democrático. Portanto, o bloco proletário consagrou-se no poder num *sistema hegemônico*. No entanto, após a morte de Lênin e com Stalin à frente do poder, iniciou-se um processo de burocratização que transformou este sistema hegemônico dos proletários num *sistema ditatorial*, em que as instâncias de participação proletária nas decisões do Estado Bolchevique, os sovietes, bem como as instâncias partidárias, foram perdendo espaço e substituídas progressivamente por mecanismos de controle anti-democráticos, rígidos e sangrentos do governo stalinista.

Diante destes exemplos e pensando nas experiências de empreendimentos de autogestão, cujas características que estão na centralidade são as relações solidárias, democráticas, transparentes e autônomas, precisamos pensar qual deve ser o papel dos intelectuais orgânicos em uma sociedade que visa às condições de transformação das relações de produção. Acrescentemos a esta questão, a preocupação com a manutenção desses intelectuais como verdadeiros orgânicos, evitando que se tornem inorgânicos e façam prevalecer/repercutir princípios que não mais correspondam aos proletários. Nesta perspectiva, nossa reflexão encontra alicerce nas formulações de Gramsci acerca da hegemonia, dos intelectuais orgânicos, dos fins éticos para que são utilizados e servem os conhecimentos.

Ao tratar sobre o Estado, Gramsci (1980) afirma ser este a soma da sociedade política e sociedade civil, cuja hegemonia é revestida de coerção. Afinal, (o leitor pode estar perguntando) o que é *hegemonia*? De acordo com Gramsci (1981: 16), hegemonia é “a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia”. Podemos pensá-la como um fato filosófico, cultural e moral, antes de ser político; como direção intelectual e moral de uma classe economicamente ativa. Assim, a grosso modo, uma classe é hegemônica quando consegue manter articuladas “consensualmente” os grupos sociais heterogêneos. Pensemos ainda a noção da hegemonia como o aprofundamento do pensamento marxista-leninista.

Para Portelli (1977), a característica essencial mais pensada, nos últimos anos, de hegemonia consiste no conceito “histórico-político”. A origem desta noção está na obra e ação política de Lênin que a concebe como a *ditadura do proletariado*⁴³. Considerando o vínculo entre hegemonia e ditadura do proletariado, Gramsci (1923-1924) pondera que a hegemonia do proletariado depende de alianças de classes subalternas que lhe permitirá mobilizar-se contra o capitalismo e o Estado burguês – assim, a noção de hegemonia remete à idéia de alargamento da base social que dirige a sociedade civil. Ele afirma que “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo essencial da atividade econômica” (*Apud* Portelli, 1977: 63, 64).

Nesse sentido é que tomamos as ponderações de Gruppi (1978) para pensar sobre o conceito de hegemonia segundo Gramsci, que é da ordem do político, do econômico, do moral e do ideológico. Nas palavras de Gruppi, temos o seguinte raciocínio:

É a conexão de teoria e prática que permite a Gramsci afirmar que a teoria e a realização da hegemonia do proletariado (e com esse termo, referindo-se a Lênin, indica a ditadura do proletariado) têm um grande valor filosófico, já que a hegemonia do proletariado representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural. Como tal, ela não tem conseqüências apenas no nível material da economia ou no nível da política, mas no nível da moral, do conhecimento, da “filosofia”. Portanto, a revolução é entendida por Gramsci – e ele continuamente o repete – como reforma intelectual e moral. (1978: 02)

Neste fragmento, o conceito de hegemonia é posto como algo que extrapola o funcionamento da estrutura econômica e a organização política da sociedade, uma vez que opera também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas. Ao afirmar que a relação entre teoria e realização da hegemonia do proletariado tem grande valor filosófico, Gruppi (*idem*) refere-se ao princípio teórico-prático da hegemonia – segundo o qual a hegemonia do proletariado promove a transformação da sociedade e também do modo de pensar – associando as contribuições teóricas de Lênin à filosofia da práxis. É por isso que, segundo Gruppi (*idem*: 04, 05), “Gramsci diz que a

⁴³ A ditadura do proletariado, conforme Portelli (1977: 62, 63), é a “direção” e a “dominação” da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política, cujo resultado só pode ser obtido se a classe operária alargar sua base social de direção a partir de um sistema de alianças. O autor observa que, embora aparentemente Gramsci – assim como Stalin – considere o conceito leninista de hegemonia próximo do de ditadura do proletariado, Gramsci distingue as duas noções.

máxima contribuição de Lênin à filosofia está na ditadura do proletariado, está na obra de transformação revolucionária. (...) É o caso de Lênin, dirigente da ditadura do proletariado, como teórico e como prático”. Em linhas gerais, a partir das ponderações de Gruppi (1978), podemos inferir que Gramsci quando fala de hegemonia em Lênin entende-a como a ditadura do proletariado, que é “a forma política na qual se expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia” (*idem*, p. 05).

Ancorados ainda nas discussões de Gruppi (*idem*) acerca da concepção gramsciana de hegemonia e da sua proximidade conceitual da leninista, destacamos a seguinte passagem em que o autor afirma que:

A hegemonia é capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia. (1978: 05)

Aqui é pertinente chamar a atenção para o fato de que Lênin evitou, em suas formulações teóricas, o uso do termo “hegemonia”, preferindo a utilização da noção de “ditadura do proletariado”, exceto durante a revolução russa de 1905 em que a usou repetidas vezes.

Gramsci desenvolve consideravelmente a análise de Lênin – na verdade, Gramsci vai além de Lênin ao refletir pontos em que este estagnou – e mostra que o Estado é a combinação da sociedade política e sociedade civil. Conforme já referimos anteriormente, neste trabalho, a prática política de Lênin na dianteira do processo proletário que culminou na instauração do Estado Bolchevique foi muito importante para o trabalho de elaboração teórica de Gramsci sobre Estado, hegemonia e intelectuais orgânicos.

Quanto ao processo de luta pela hegemonia, precisamos ter presente que ela tem perfil e exigências diferentes nas fases pré-revolucionária, revolucionária e pós-revolucionária. Para Lênin, na fase pré-revolucionária, a conquista da hegemonia passa pela conquista do aparelho do Estado, ou seja, pelo controle da sociedade política. Fica evidente que Lênin é profundamente influenciado pelas condições de luta dos bolcheviques contra o czarismo russo, caracterizadas essencialmente pela violência. Pondera Gramsci (1979) de que isto não é regra, mas se trata de uma tese válida na situação concreta da sociedade russa, visto que o Estado russo tem grande poder em detrimento da sociedade civil que é frágil e primitiva. Considerando o

Ocidente, a conquista da hegemonia significa dar a direção intelectual e moral, conduzindo a sociedade civil, já que as instituições civis estão bastante desenvolvidas e têm uma relação diferente com o Estado. Eis um ponto em que os estudos gramscianos vão para além do pensamento de Lênin: mostra que a conquista da hegemonia se alicerça na combinação da sociedade civil e da sociedade política. Portanto, inversamente à análise leninista, a concepção de hegemonia em Gramsci é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. De acordo com Gruppi (1978: 11), uma diferença de significado entre Gramsci e Lênin relativamente à hegemonia, está no fato de que, segundo o entendimento leninista, ela se constitui sobretudo na função dirigente, ao passo que, na concepção gramsciana, hegemonia está relacionada, por vezes, à capacidade dirigente e, por outras, à direção e à dominação. Em Lênin (*Apud* Gruppi, 1978), encontramos a afirmação de que “Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem se bate com energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer incoseqüência”, que revela, em linhas gerais, o elemento da decisão na ação revolucionária como condição fundamental à hegemonia.

Em função desta divergência, Portelli (1977) chama a atenção para o fato de que a diferença não se limita apenas à conquista do poder, mas à concepção de Estado. Se em Lênin, a luta pela conquista da hegemonia se projeta contra a classe dirigente que detém o aparelho de Estado, a direção ético-política; em Gramsci, o terreno essencial da luta se situa contra a classe dirigente na sociedade civil, visto que “o grupo que controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política)” (Portelli, 1977: 65). Em suma, para Gramsci, a hegemonia representa a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política, o que é inverso na concepção leninista. Conforme Portelli (1977: 65), “a concepção gramsciana da ‘sociedade regulada’, a condenação de qualquer ‘estadolatria’ mostra o caráter hegemônico da concepção gramsciana da ditadura do proletariado: esta é concebida como a direção ideológica (hegemonia, sociedade civil) e a dominação político-militar (ditadura, sociedade política) da classe operária”. Em outras palavras, trata-se da crítica que Gramsci faz em relação à ditadura do proletariado – questão que Lênin não conseguiu resolver. A base hegemônica significa, portanto, a dimensão ético-política acrescida da dimensão econômica.

Nesse sentido, a relação das forças na sociedade civil e política, em cada país e conjunto/grupo de países, deve ser avaliada cuidadosamente, exigindo um plano de estratégia revolucionária teorizada e aplicada com o devido respeito às peculiaridades sócio-culturais de cada realidade. Salientamos que, simultaneamente à avaliação e consideração da especificidade de cada realidade, a forte articulação proletária internacional não pode ser deixada de lado. Em outras palavras, podemos dizer que, apesar de a luta proletária pela hegemonia ser semelhante em âmbito internacional, não se pode esquecer ou desprezar as peculiaridades histórico-culturais de cada povo/nação. Deste modo, importa, sobretudo, explicar as condições de formação do proletariado em cada realidade sócio-histórica, e não tratá-la, simplesmente, como um bloco homogêneo.

Na perspectiva de análise da questão da hegemonia, nas fases revolucionária e pós-revolucionária, Staccone (1987: 45) lembra dois princípios de Marx: (1) “nenhuma sociedade assume para si encargos para cuja solução não existam as condições necessárias e suficientes”; (2) “nenhuma sociedade se dissolve ou pode ser substituída por outra, antes dela desenvolver e completar todas as formas de vida implícita nas suas relações”. As classes subalternas devem conseguir distinguir uma *crise conjuntural* – fenômeno interno do bloco histórico – de uma *crise orgânica* – conflito entre burguesia e proletariado. Enquanto que naquela, na crise conjuntural, a origem está no conflito entre os vários grupos sociais dominantes e o modo como devem conduzir as práticas políticas; na orgânica, a situação é altamente desgastante e coloca em jogo a hegemonia dominante.

Cabe aqui articular a noção de bloco ideológico ou intelectual que vincula os intelectuais à classe dirigente como um dos sustentáculos hegemônicos. Embora a primazia econômica da classe fundamental seja uma condição necessária para a hegemonia, ela não é suficiente. Faz-se necessária a formação de um bloco ideológico e, para tal, a articulação e contribuição dos intelectuais. De acordo com Gramsci (*Apud* Portelli, 1977),

A hegemonia de um centro diretor sobre os intelectuais afirma-se através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida e uma filosofia que ofereçam aos aderentes uma “dignidade” intelectual, que crie um princípio de distinção e um elemento de luta contra as velhas ideologias que dominam pela coerção; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interessem e proporcionem atividade própria, no domínio técnico, a essa fração dos intelectuais, que é a mais homogênea e numerosa (os educadores, do mestre-escola aos professores universitários). (1997: 66)

Observamos que este pensamento revela, na sua essência, um verdadeiro processo de formação e desenvolvimento da própria sociedade civil. Considerando que a hegemonia, de modo geral, tem sido historicamente da classe burguesa, salientamos o quão importante é para o proletariado, ao conquistar sua hegemonia, contar com um bloco de intelectuais para fazer frente às tentativas de sobrevivência da antiga classe dirigente.

Em relação à segunda linha apontada acima, registramos nossa avaliação e preocupação quanto a sua implementação, tendo presente a situação escolar brasileira contemporânea que se caracteriza em um quadro geral de progressiva e intensa desvalorização social dos educadores: por um lado, a baixa remuneração econômica e as precárias condições de trabalho; e, por outro, a desqualificação técnica e formativa. Em consequência, observamos a crescente baixa auto-estima dos educadores que, por sua vez, vai repicando em estudantes e seus familiares. Nesse sentido, podemos dizer que a classe dirigente contribui com o atendimento de demandas de mercado, como a necessidade de indivíduos que tenham o mínimo de formação técnica, que sejam individualistas, competitivos e não críticos a tais demandas e nem à classe dirigente – o que representa uma ameaça à hegemonia burguesa. Razão pela qual as escolas operárias, criadas pela COB, foram tão reprimidas na Primeira República e as escolas do MST, surgidas após o período da Ditadura Militar, tão questionadas pela burguesia, cuja crítica tem eco na sociedade civil. Cabe registrar que estas escolas são reconhecidas institucionalmente apenas por partidos de esquerda, em governos locais – por exemplo, no RS, pela Frente Popular, constituída em uma aliança de partidos de esquerda, ou seja, partidos da classe proletária, na virada do século XX para XXI (1999-2002).

Portelli (1977) postula que o bloco ideológico (intelectual) exerce um duplo papel num sistema realmente hegemônico: por um lado, os intelectuais da classe dirigente orientam os intelectuais de outros grupos sociais, articulando uma certa solidariedade entre todos os intelectuais; e, por outro, os representantes da classe dirigente orientam, por intermédio do bloco ideológico dirigente, outras camadas sociais. Cabe observar que há uma prática bastante comum da classe dirigente no sentido da agregação dos intelectuais das classes subalternas à classe dirigente, com a finalidade de enfraquecer e até eliminar a direção destes grupos sociais (classes subalternas). Tal prática é, na verdade, a *cooptação*, que objetiva o transformismo ou o revisionismo. Trata-se, segundo Portelli (1977), de um processo ativo que traduz uma prática política da classe dominante que reflete a recusa de qualquer compromisso com as classes

subalternas; e, ao mesmo tempo, que atrai lideranças políticas destas classes subalternas, atrelando-as aos interesses da classe dirigente – enfim, o movimento que os dirigentes burgueses fazem para cooptar lideranças intelectuais das classes populares. Podemos dizer que é um processo de cooptação de intelectuais orgânicos das classes subalternas, que passam a ser inorgânicos para estas, na medida em que tais intelectuais se associam, se aliam ao bloco ideológico da classe dirigente. Esse processo permite observar a complexidade das relações entre a hegemonia (em que a sociedade civil predomina sobre a sociedade política) e a ditadura (primazia da sociedade política sobre a sociedade civil). Por um lado, a hegemonia utiliza o bloco dos intelectuais para orientar e controlar grupos auxiliares, levando em conta os interesses da classe dirigente burguesa; por outro lado, a dominação usa o bloco dos intelectuais para neutralizar as outras classes, ignorando totalmente seus interesses (destas outras camadas sociais).

Quanto à questão da “cooptação”, podemos retomar nossas reflexões sobre as políticas ditatoriais de Getúlio Vargas⁴⁴, para pensá-las como parte essencial do processo de degeneração do movimento operário brasileiro e, mais do que isto, como processo de rebaixamento econômico e de precarização das condições de trabalho em nome do “desenvolvimento industrial”.

Considerando o papel fundamental do bloco ideológico para qualquer/determinado sistema hegemônico, é fundamental que a classe operária consiga instigar uma cisão à esquerda do bloco intelectual que dá sustentabilidade à classe dirigente, a fim de desagregar o bloco burguês/capitalista. A desagregação do bloco burguês, conforme Portelli (1977: 67), “substitui a atração ‘espontânea’ pela ‘força’, de forma mais ou menos nebulosa e indireta, ‘até as medidas policiais puras e simples e os golpes de Estado’”. Nessa perspectiva, remetemos a governos fascistas, anteriormente já mencionados, para ilustrar uma situação de crise do bloco hegemônico. Entendemos que o fascismo é justamente uma forma de ditadura ou dominação de um determinado grupo social que não é hegemônico, mas que impõe sua direção pelo uso da força. Assim, há a detenção do aparelho de Estado, mas não a direção ideológica.

Pensemos ainda em outro caso de crise do bloco hegemônico: a situação de uma classe que aspira à hegemonia (sem que a tivesse tido) e apropria-se, durante um certo período, do aparelho de Estado. Embora instaure uma ditadura, não se trata de um fenômeno fascista.

⁴⁴ Vide página 74.

Como exemplo deste tipo de ditadura, Portelli (1977) traz a Revolução Russa de 1917. Apesar de Lênin e Trotsky terem compreendido o período revolucionário e pós-revolucionário russo como de ditadura do proletariado do Estado Soviético, período fundamental e transitório para as necessárias transformações sociais e políticas, ponderamos que a concepção de ditadura do proletariado de Lênin parece lacunar na medida em que ele não aprofundou suficientemente uma concepção de hegemonia como faz Gramsci. Cabe registrar que, ainda que nossos limites sejam grandes para tal reflexão, não queríamos deixar de trazer a questão da ditadura do proletariado na concepção leninista.

Nesse sentido, a existência e a articulação dos intelectuais têm papel essencial no seio do bloco histórico. No momento em que se produz o intercâmbio de indivíduos entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, temos a organicidade/articulação orgânica: os intelectuais orgânicos no interior do bloco histórico. Assim, uma revolução, embora vise às condições de transformação da infra-estrutura, precisa também estar calcada na capacidade de transformar a base superestrutural. Cabe salientar que Gramsci estuda essa categoria social (dos intelectuais) como a dos agentes capazes de estabelecer vínculos entre a superestrutura e a infra-estrutura, e não como uma noção corrente e vulgar de intelectual voltado às suas individualidades. Outra questão importante é que os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos provindos e/ou vinculados a diferentes classes.

A função dos intelectuais orgânicos, resgatada das formulações de Gramsci por Portelli (1977), tem triplo aspecto, a saber:

- (1º) o vínculo orgânico entre o intelectual e o grupo que ele representa e sua função no seio da superestrutura;
- (2º) as relações entre intelectuais do bloco histórico e os do antigo sistema hegemônico;
- (3º) a organização interna do *bloco intelectual* no seio do bloco histórico.
(1997: 84)

O intelectual da classe proletária/operária deve estar ativamente presente na sociedade como pensador permanente e como organizador no processo de construção de uma nova hegemonia. Sua função é elaborar e difundir uma concepção do mundo antagônica à da classe burguesa. Ele pode ser um sujeito que é dirigente político, militante, dirigente sindical; enfim, um intelectual deve se tornar um dirigente (especialista e político) e deve ter consciência e paciência histórica.

No trabalho teórico de Gramsci sobre o bloco histórico, a ênfase está colocada no caráter orgânico do vínculo entre infra-estrutura e superestrutura. É ali que se define o intelectual orgânico no interior de determinado bloco histórico, cuja condição é a de ser agente da sociedade política com o papel é o de organizar a infra-estrutura, isto é, organizar o povo, as massas humanas e não “domesticá-las” – neste último caso, estes intelectuais deixam de ser orgânicos para tornarem-se inorgânicos. A classe dirigente, que representa os interesses burgueses, busca insistentemente cooptar os intelectuais orgânicos das classes subalternas (populares / proletárias) através de vantagens econômicas; diante do insucesso em sua tentativa de cooptação, tem início um processo de “destruição” dos intelectuais orgânicos.

O vínculo orgânico entre infra-estrutura e superestrutura é fundamentalmente dialético, visto que a camada social de intelectuais é ligada às classes fundamentais do domínio econômico e, ao mesmo tempo, elabora e gerencia a superestrutura que dá unidade – na verdade, unidade e diversidade – na direção do bloco histórico. Nesta ótica, pensemos nos diferentes vínculos fundamentais que Portelli (1977) apresenta em suas reflexões: (1) vínculo entre o intelectual e a classe fundamental; (2) vínculo entre o intelectual e a superestrutura; e (3) vínculo orgânico e autonomia.

Relativamente ao primeiro, o vínculo é especialmente orgânico quando o intelectual se origina da classe que representa – salientamos que a função do intelectual predomina sobre sua origem. O autor chama a atenção para o nível de consciência de classe que se revela menos acentuado nas classes subalternas do que nas camadas sociais dominantes, de forma que aquelas se vêem diante da necessidade de, muitas vezes, “importar” seus intelectuais – particularmente os “grandes intelectuais”. Nas palavras de Portelli (*idem*),

isso explica a grande vulnerabilidade dessas classes (as classes subalternas): a “consciência de classe” de seus intelectuais pode ser menos elevada e os dirigentes das classes dominantes tentarão permanentemente integrar esses intelectuais à classe política, particularmente através do recurso do transformismo. (1997: 85)

Salientamos que este recurso, o transformismo ou revisionismo, é falso, pois ao invés de caminhar para a transformação, promove apenas reformas. Os intelectuais orgânicos precisam estar preparados e travar uma luta permanente contra as tentativas de cooptação ou anulação/destruição por parte da classe dirigente.

Outro aspecto sobre o qual Gramsci insiste é que o intelectual precisa realmente ter/manter vínculo orgânico com sua classe social; caso contrário, sua intelectualidade será “improdutiva”, pois qualquer intelectual isolado de sua classe, assumindo uma posição independente, autônoma, tem importância desprezível quanto às ideologias que produz. Dessa forma, o pensamento que considera os intelectuais como uma categoria “cristalizada”, autônoma, *descompromissada* com a luta de classes, deve ser radicalmente rejeitado/rechaçado.

Ao tratar do caráter superestrutural da função intelectual, Gramsci postula que as camadas de intelectuais conferem, aos grupos sociais dos quais são oriundos, a unidade das diversidades e a consciência de sua própria função, tanto no plano econômico quanto no plano político e social. É, em meio a essas discussões, que Gramsci articula a expressão “funcionários das superestruturas”, referindo-se aos intelectuais que, conforme Portelli (1977: 87) “elaboram a ideologia *da classe dominante*⁴⁵, dando-lhes assim consciência de seu papel, e a transformam em ‘concepção de mundo’ que impregna todo o corpo social”, tendo a tarefa de “animar e gerir a ‘estrutura ideológica’ da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil e de seu material de difusão”. Cabe ponderar que os funcionários da sociedade civil e os agentes da sociedade política ocupam dois lugares distintos.

Quanto ao vínculo orgânico e à autonomia, Gramsci observa que há uma relativa autonomia dos intelectuais em relação à estrutura sócio-econômica, cujas razões dizem respeito especialmente à origem social da maioria dos intelectuais, que provém tanto da classe dirigente como das classes auxiliares, e à posição autônoma que a própria função de agentes da superestrutura lhes confere. Segundo Portelli (*idem*, p. 88), “o intelectual é, pois, autônomo em relação à classe fundamental, na medida em que não evolui no mesmo nível que o bloco histórico. Sua função é exercer a direção ideológica e política de um sistema social, homogeneizar a classe que ele representa”. Remetendo essa questão aos intelectuais orgânicos vinculados às classes proletárias, especialmente aos intelectuais da autogestão, observamos que são em número reduzido os que têm sua origem nas classes populares (subalternas). Precisamos ter presente que os grandes intelectuais não brotam espontaneamente, é preciso haver um grande investimento para a sua formação. Além disso, as formas de assédio sobre os intelectuais orgânicos das camadas sociais populares são diversas e intensas, da mesma forma que as ameaças

⁴⁵ Os grifos são nossos para chamar a atenção de que entendemos que se trata da ideologia de um grupo, de uma facção dominante e não de uma classe como um todo.

sutis e evidentes de destruição destes intelectuais, que precisam permanentemente renovar sua opção por continuar animando e articulando a organização das massas, elaborando e orientando-as ideologicamente.

Gramsci (1979) nos fala que a camada dos intelectuais foi radicalmente modificada, em cada país, pelo desenvolvimento do capitalismo. Assim, temos o velho tipo de intelectual, ou seja, o elemento organizador de uma sociedade de base essencialmente camponesa e artesanal, e o novo tipo de intelectual que é especialista para a indústria, outro para o comércio, e assim por diante. Estes últimos são intelectuais orgânicos fomentadores e articuladores da experiência autogestionária industrial – foco desta pesquisa. Para que um intelectual orgânico possa partir de uma concepção autogestionária de sociedade, precisa intervir não só nas formas de transformação das relações materiais de produção, mas, sobretudo, criar condições intelectuais para que as forças orgânicas (antes objeto da mais-valia) venham a ocupar papéis hegemônicos nas relações de produção, segundo, sobretudo, os saberes que regem as práticas marxistas-leninistas de transformação das relações de produção.

É, nesta perspectiva, que remetemos às formulações de Gramsci (1979) sobre o sistema escolar (a escola), que representa um importante instrumento para preparar os intelectuais de diversos níveis. Em suas palavras:

A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. (...) O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. Do mesmo modo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação; escolas e instituições de alta cultura são similares. (1979: 09)

Especificamente, nesse preciso ponto, queremos lembrar a preocupação de Lênin, no início do século XX, em relação ao AIE escolar (Aparelho Ideológico de Estado) – entre outros, secundariamente – para garantir o próprio futuro da ditadura do proletariado e a passagem para o socialismo. Lênin (1980) aponta para a necessidade de uma profunda revolução cultural e

de ensino com a superação do caótico estado de analfabetismo generalizado da população operária e camponesa russa.

Propriamente falando resta-nos apenas uma coisa: tornar a nossa população tão civilizada que compreenda todas as vantagens da participação de todos na cooperação e organize essa participação. Apenas isto. Não precisamos agora de nenhuma outra sabedoria para passar ao socialismo. Mas para realizar isto apenas é necessária toda uma revolução, toda uma fase de desenvolvimento cultural da massa do povo. (1980: 662)

No caso dos empreendimentos autogestionários, no RS, podemos perceber a preocupação de lideranças (político-partidárias, sindicais, pastorais, etc.) e assessores (ANTEAG⁴⁶, Escola 8 de Março, ADS⁴⁷, UNISOL⁴⁸, etc.) em relação aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) especialmente ao sindical que, ao longo dos últimos anos, de modo geral, têm servido muito mais como um instrumento justificador da relação de subserviência do operariado à classe patronal, às classes burguesas / dominantes. O AIE sindical precisa estar efetivamente nas mãos do proletariado e servir como meio, lugar e forma da luta de classe rumo ao esgotamento do capitalismo e à construção da sociedade socialista. Simultaneamente a isto, os demais AIEs precisam estar sendo colocados a serviço da classe proletária. Precisamos assinalar que a conquista e manutenção da hegemonia nesses aparelhos são tarefas importantes dos operários em conjunto com seus intelectuais orgânicos.

Aproveitamos para partilhar com o leitor a idéia de que, para Gramsci, assim como para Lênin, Rosa de Luxemburgo e Trotsky, a ação política real das classes trabalhadoras, enquanto política de massa, passa pela unidade da “espontaneidade” com a “direção consciente”.

Passemos agora à discussão da concepção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado, seus desdobramentos nos estudos de Análise do Discurso e suas implicações na presente pesquisa.

⁴⁶ ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

⁴⁷ ADS: Agência de Desenvolvimento Solidário.

⁴⁸ UNISOL: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil.

1.3.2. Aparelhos Ideológicos de Estado

A concepção de que a ideologia não brota da “vida em si”, mas só passa a existir na medida em que a sociedade é regulada pelo Estado vem de Althusser. Ele nos diz que a teoria das ideologias “repousa em última análise na história das formações sociais e, portanto, dos modos de produção combinados nas formações sociais, e das lutas de classe que se desenvolvem nelas” (2003: 82). Posteriormente, o autor nos apresenta a tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia: *A Ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência* (*Idem*, p. 85). Esta tese de Althusser desdobra-se em duas outras: (1) “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”; (2) “A ideologia tem uma existência material” (*Idem*: 88). Podemos pensar sobre o que se passa com os indivíduos – “representação do mundo determinada (religiosa, moral, etc.) cuja *deformação*⁴⁹ imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe” (2003: 89). Apesar de sua representação imaginária, a ideologia de um sujeito se traduz em atos inscritos em práticas que, por sua vez, são reguladas por *rituais* – por exemplo, um dia de aula na escola, um enterro, um jogo de futebol. Nesse sentido, tomemos Pêcheux (1997) que é enfático ao afirmar que “as ideologias não são feitas de *idéias*, mas de *práticas*” (*idem*, p. 144) e ainda que “as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia” (*idem*, p. 146).

Althusser (1999; 2003) trabalha teoricamente a questão do Estado enquanto *aparelho* que só tem sentido em função do *poder* de Estado – a diferença estabelecida entre poder de Estado e aparelho de Estado faz parte da “teoria marxista de Estado” (Marx), da mesma forma que fazem parte desta teoria concepções como a de que o Estado é o aparelho repressivo da *civitas*, de que “o objetivo da luta de classes diz respeito ao poder de Estado e, conseqüentemente, à utilização do aparelho de Estado pelas classes que detêm o poder de Estado em função de seus objetivos de classe” (Althusser, 1999: 263; 2003: 66) e de que o proletariado deve tomar o poder do Estado para destruir o aparelho burguês existente e substituí-lo por um aparelho proletário e elaborar um processo com vistas à destruição do Estado. O teórico propõe acrescentar à teoria marxista do Estado a concepção – ou ‘realidade’, conforme o teórico – de *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Ele observa que já em Gramsci encontramos a noção de Estado

⁴⁹ Itálico nosso para chamar a atenção para o termo “deformação” que consta em duas publicações brasileiras: Althusser, 1999 (p. 206) e 2003 (p.89). Este termo pode ser entendido como “representação”.

associada à idéia de *aparelho repressivo de Estado* e, embora faltasse sistematizar, Gramsci (1979) começava a pontuar que algumas instituições da “sociedade civil” seriam parte dele. A grosso modo, podemos dizer que tais instituições são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que, conforme Althusser (1999), mostram-se sob a forma de instituições distintas e especializadas (AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, cultural, de informação) e geralmente estão sob o domínio privado. Os aparelhos ideológicos de Estado funcionam especialmente através da ideologia – considerando a prática dos meios de comunicação, das escolas, das igrejas, etc. – mas também através da violência simbólica; ao passo que o aparelho repressivo de Estado funciona através da violência (em atos de repressão física à população pelo exército, pela polícia), podendo funcionar também através da ideologia – como, por exemplo, a imposição/submissão a determinadas leis.

Nessa linha de raciocínio, entendemos interessante conferirmos alguns conceitos e questões que nos apresenta Guilhon Albuquerque (*Apud* Althusser, 2003: 08, 09)⁵⁰ relativamente aos pressupostos dos aparelhos ideológicos de Estado, a saber: (1) ideologias são o “conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção”; (2) “A questão da ideologia é a questão dos mecanismos ideológicos que têm por efeito o reconhecimento da necessidade da divisão do trabalho e do caráter natural do lugar determinado para cada ator social na produção”; (3) Sujeição é o “mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer *o seu lugar*, tendo o duplo efeito de o agente se reconhecer como sujeito e se sujeitar a um Sujeito absoluto” (Sujeito Universal); (4) a sujeição está presente nas idéias e num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas (\Rightarrow AIE). Em *Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado* (1976), Althusser comenta que “a luta pela reprodução da ideologia dominante é um combate inacabado que sempre é preciso retomar e que sempre está submetido à lei da luta de classes” (2003: 111). Mais adiante, o autor pondera que o fato de o partido comunista⁵¹ estar/ser constituído de uma ideologia, significa que se trata da *ideologia*

⁵⁰ Os pressupostos dos aparelhos ideológicos de Estado, formulados por Guilhon Albuquerque, constam na introdução da 9ª edição brasileira de *Aparelhos Ideológicos de Estado* (Althusser: 2003).

⁵¹ O Partido Comunista hoje é diferente do partido do passado. No Brasil, em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, em 1924, tornou-se a “seção brasileira da Internacional Comunista” (Terceira internacional). Em 1928, Luís Carlos Prestes preferiu fundar uma Liga de Ação Revolucionária (LAR) em vez de se filiar ao PC do Brasil – o que fez mais tarde. Na segunda metade da década de 50, para tentar se renovar e escapar das marcas do stalinismo, o Partido Comunista do Brasil optou por mudar sua designação, passando a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como a resolução de mudança de nome não foi unânime, alguns dirigentes relançaram a sigla, pouco tempo depois. Assim, o Brasil passou a ter dois partidos comunistas: PCB (dirigido por Prestes) de tendência

proletária. Esta é totalmente diferente da *ideologia burguesa*, pois leva em si outros valores: é revolucionária, caracteriza-se pela interpelação dos indivíduos em sujeitos revolucionários e está impregnada de experiências históricas.

Relativamente à luta de classes, e partindo do segundo princípio⁵², Althusser (2003: 72⁵³) enuncia que a luta de classe ultrapassa os aparelhos ideológicos de Estado, uma vez que tem suas raízes também na infra-estrutura, nas relações de produção – que são de exploração da burguesia sobre o proletariado. Em outras palavras, a luta de classe constitui a base econômica e permeia todas as formas de segregação racial, portanto está para além dos AIEs. Ela tem uma condição de pré-existência. É a luta de classes como domínio da experiência, do vivido, que constrói uma consciência sobre os lugares e papéis sociais através dos quais as classes se antagonizam. O filósofo afirma que “nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua *hegemonia*⁵⁴ sobre e nos AIE” (*Idem*, p. 71).

Importante ponderarmos que o modo como os aparelhos ideológicos de Estado funcionam hoje tem uma complexidade maior que há algumas décadas, uma vez que as próprias classes são diferentes e mais diversas – não há apenas a classe dominante e a classe dominada, mas uma diversidade de classes e modalidades de modos de produção. As relações que se estabelecem na luta de classes, observa Pêcheux (1975), em um dado momento, se caracterizam pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas numa correlação de forças entre as classes que se caracterizam por relações de *aliança*, de *antagonismo* ou de *contradição*. Esta correlação de forças é também oscilante e varia de acordo com as formações imaginárias que as classes têm sobre seu lugar nas relações de produção.

Antes de abordarmos as diferentes relações que se estabelecem na correlação de forças entre as classes, cabe articular brevemente as noções de interdiscurso e intradiscurso⁵⁵. A materialização do discurso pode ser pensada como intradiscurso – trata-se da seqüência

marxista-leninista-maoísta e PCdoB (dirigido por João Amazonas) de tendência marxista-leninista – o que significou diferentes leituras e interpretações do pensamento de Marx.

⁵² O primeiro princípio foi formulado por Marx, no prefácio da *Contribuição*: “Quando consideramos tais abalos (uma revolução social), é necessário distinguir entre o abalo material – que pode ser constatado de maneira cientificamente rigorosa – das condições de produção econômicas, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas através das quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até o fim”.

⁵³ Em nota de rodapé.

⁵⁴ O itálico não faz parte da citação, é nosso, com a intenção de chamar a atenção para o termo.

⁵⁵ Trataremos brevemente destas questões agora e voltaremos a elas, posteriormente, em sub-seção organizada para este fim: 1.4.2. *Interdiscurso e Intradiscurso*.

lingüística que é enunciada, horizontal e linearmente, lugar onde o interdiscurso se inscreve e pode ser reformulado. A condição de existência do intradiscurso é o esquecimento n° 2, no qual o sujeito falante pode fazer incessantes retornos sobre o que formula, reconhecendo-se na “relação reflexiva ou pré-consciente com as palavras, que faz com que elas nos apareçam como a expressão das coisas” (Pêcheux e Fuchs, 1975: 177, 178). Dizemos, então, que o intradiscurso encerra a relação entre o dito e o não-dito, e que o nível do reformulável está na materialidade lingüística. As formulações propriamente ditas, no intradiscurso, são os enunciados que derivam do interdiscurso, como seu efeito. Nas palavras de Courtine (1981: 36), “é no interdiscurso, como lugar de formação dos pré-construídos⁵⁶ e da articulação dos enunciados, que se constitui o *enunciável como exterior* ao sujeito da enunciação”. Se os sentidos se constituem na formação discursiva, então eles estão no interdiscurso, que representa a memória do discurso. Nele entram todos os elementos de sentido de uma formação discursiva. Trata-se de um lugar mais amplo que está presente no intradiscurso (na materialização do discurso), no pré-construído (que remete a uma construção anterior) e no discurso transversal (os implícitos; a relação da parte com o todo, da causa com o efeito). Nesse sentido, para Courtine (1981: 136), “o interdiscurso funciona como um discurso transversal a partir do qual se realiza a articulação por aquele sujeito enunciativo, dando coerência ao fio de seu discurso”.

Retornando à reflexão sobre a correlação de forças entre as classes e as relações que podem ser estabelecidas, pensemos nas alianças entre diferentes domínios de saberes. Como as relações de aliança abarcam saberes distintos, tais relações provocam o silenciamento de práticas e o apagamento de saberes antagônicos, que são materializados no plano discursivo. Para fins de ilustração, ancoramo-nos nas análises que Courtine (1981) faz do discurso dos comunistas endereçado aos cristãos, na década de 1940, na França. Consideremos a aliança, por ocasião das eleições francesas, entre os partidos comunista e socialista e o aparelho ideológico cristão com a finalidade de serem vencedores nas eleições. O enunciado “A religião é o suspiro do povo oprimido” (*Idem*), utilizado amplamente pelos comunistas e socialistas franceses, promove o apagamento de um saber próprio da formação discursiva comunista que é materializado discursivamente na clássica formulação de Lênin: “A religião é o ópio do povo”. Assim, no

⁵⁶ O pré-construído, conforme Pêcheux (1997: 92), “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o mundo das coisas), enquanto que a articulação constitui o sujeito de uma relação com o sentido, de maneira que ele representa no interdiscurso o que determina a dominação da forma-sujeito”.

intradiscurso, especificamente no nível do enunciado – que é formulado pelos comunistas e socialistas –, podemos pensar que ocorre uma reformulação de elementos interdiscursivos relativos à influência do aparelho ideológico religioso sobre os cristãos, segundo os comunistas, e a um possível pensamento já cristalizado pelos cristãos sobre os comunistas. Dizemos que o enunciado dos comunistas aos cristãos estabelece uma relação entre a concepção de “crença religiosa” e a “esperança para os fracos”, na expressão “povo oprimido”, sem colocar em pauta os processos que levam, direta e indiretamente, à condição de opressão, à exploração de uns sobre os outros. Isso não significa que estes comunistas e socialistas deixaram de acreditar ou defender o pensamento leninista, mas circunstancialmente fazem silenciá-lo, tendo em vista a necessidade do apoio dos cristãos para a obtenção de sucesso nos resultados eleitorais. Podemos pensar, nesta linha de reflexão, que os “fins estão acima dos meios”, mesmo entre as alianças socialistas em que as relações de aliança podem ser opções estratégicas de apropriação dos aparelhos de Estado. Fazer alianças pode significar, portanto, silenciar saberes e práticas sociais e políticas antagônicas – em geral, temporariamente e ou parcialmente.

Podemos dizer ainda que se trata de um fenômeno de produção de sentido múltiplo que abarca discursos antagônicos. Retomemos, como exemplo, as seqüências discursivas (a) “Vamos unir *capital e trabalho*” (Lula, 2002) e (b) “Vamos nós promover a *globalização*” (1º, 2º e 3º Fórum Social Mundial), articuladas anteriormente, neste trabalho. Na primeira seqüência discursiva, podemos observar que a aliança entre discursos antagônicos (o discurso liberal e o discurso de esquerda) promove o silenciamento e/ou o apagamento de concepções que se inscrevem em domínios de saber antagônicos. Aparentemente se tratava de um silenciamento temporário, em nome de uma aliança, tendo em vista o pleito eleitoral de 2002; no entanto, assistimos até os dias de hoje ao prolongamento desta aliança acompanhada de alguns desdobramentos, o que nos conduz a interpretar que o exercício de silenciar discursos como estratégia temporária está se tornando um processo de apagar-deslocar-reformular discursos. Nessa ótica, considerando a noção de *trabalho*, que significa diferentemente para os liberais e para os proletários, foi preciso que, por um lado, os liberais (donos dos meios de produção) se *mostrassem* dispostos a *reconhecer* que, no processo produtivo, a agregação de valor aos produtos se deve aos trabalhadores, concedendo a estes últimos alguns *benefícios trabalhistas e incluindo-os* ilusoriamente em algumas instâncias de poder; e, por outro, os trabalhadores *desconsiderassem* (ou “não levassem tão a sério”) a exploração da mais-valia que promove o

enriquecimento dos liberais, apoiando, inclusive, o projeto de desenvolvimento econômico nacional sob os moldes capitalistas globalizantes. Eis que não é difícil perceber de onde vêm os saberes que mais sofreram e continuam sofrendo apagamentos. Aqui é importante ponderarmos que não se trata de discursos endereçados às massas populares, aos trabalhadores mais explorados no mundo do trabalho e aos trabalhadores excluídos dele, mas de grupos que dizem ser seus representantes – o que pode ser questionado.

Já, a noção “globalização” concebida a partir de saberes populares, na segunda seqüência discursiva (“Vamos nós promover a *globalização*”), remete ao seu sentido capitalista “globalização do grande capital internacional”, já que assim foi primeiramente utilizada. Nessa perspectiva, podemos pensar na apropriação e nas formas de apropriação dos saberes que emergem do bloco burguês e que são articulados e reformulados a partir dos saberes da formação discursiva das massas, no interior da formação social capitalista. São saberes de formações discursivas antagônicas, portanto compreendem e utilizam diferentemente a noção de *globalização*. Esta apropriação-reformulação do sentido – de saberes liberais para saberes populares – desnuda um movimento distinto do que ocorre na primeira seqüência. Em ambas, temos discursos com multiplicidade de sentidos que se inscrevem em domínios de saber antagônicos: no entanto, na primeira, ocorrem apagamentos de alguns destes saberes com a finalidade de estabelecer uma aliança entre os opostos; ao passo que, na segunda, ocorrem apagamentos de saberes que são apropriados-reformulados, sem que haja alianças entre os opostos – seus lugares continuam bem demarcados.

Relativamente às relações de antagonismo, dizemos que elas ocorrem entre posições de afrontamento, cujos domínios de saberes caracterizam-se por interesses completamente antagônicos. Se tomarmos os posicionamentos dos anarquistas e dos positivistas, observamos que eles têm direção totalmente oposta; da mesma forma, por exemplo, as posições e práticas do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) que respondem aos interesses das massas e têm por objetivo a construção e instauração do Estado Socialista, ao passo que as posições e práticas do PFL (Partido da Frente Liberal) representam os interesses liberais capitalistas e visam ao fortalecimento do mercado capitalista competitivo, gerando cada vez mais lucros. Não é possível pensar em aliança destes dois partidos, sem que, para isso, fosse necessário promover o apagamento total (ou parcial) dos saberes de domínio de um dos grupos – provavelmente de saberes da formação discursiva comunista, tendo em vista que a classe hegemônica (sistema

hegemônico) responde aos interesses capitalistas burgueses, o que fortalece as práticas de partidos liberais. Assim, a relação de dominação das classes burguesas sobre as classes subalternas, existente em diferentes níveis na formação social capitalista, repercute nas relações entre os partidos políticos identificados com as diferentes classes.

Pensando na forma como essas relações se traduzem no plano discursivo, tomemos a utilização dos termos “invadir” e “ocupar” pela imprensa alternativa, nos discursos dos sem-terra, e pela imprensa oficial, nos discursos de governantes e latifundiários. Uma das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (ou Movimento dos Sem-Terra / MST) é a ocupação de terras ociosas para provocar, por um lado, o debate da problemática sobre a terra – terra improdutiva ou em situação irregular; abusos de latifundiários e grileiros; miséria no campo e êxodo rural – e, por outro, a agilização do processo de reforma agrária no Brasil. O lema do MST é “Ocupar, resistir e produzir” na compreensão de que a terra serve prioritariamente para produzir alimentos para a população e deve ficar nas mãos de quem quer nela trabalhar. Nessa ótica, a ação dos sem-terra recebe a caracterização de *ocupar* um espaço desocupado, cuja propriedade é questionada tendo em vista o não-uso dela de acordo com seus fins. Já, para os ruralistas e imprensa oficial, tal ação se trata de uma “invasão” a terras alheias; portanto, é considerada por eles como uma ação de “baderneiros” que deve ser reprimida duramente pelo aparelho de Estado (Aparelho Repressivo de Estado), através da polícia que é o instrumento autorizado pela sociedade política e civil para o uso da violência física. Desses termos e práticas, derivam outros termos e práticas sociais e políticas, cujos sentidos estão fortemente demarcados por posições distintas, sendo re-significados os seus sentidos tradicionais ou usuais, como: assentar/assentamento, acampar/acampamento, ocupantes, invasores, contraventores, etc. Registramos que múltiplos efeitos de sentido são produzidos de acordo com os interesses a que tais termos vêm a servir. Como, no Brasil, a imprensa oficial (imprensa que tem relação, em maior ou menor grau, com os interesses da classe dirigente) é muito forte e têm grande influência sobre a sociedade civil, os discursos que mais repicam nela são os que trazem embutidos a versão dos ruralistas (autodenominados de “proprietários rurais”): o direito de terra de quem têm a posse dela (ou se apossou em determinado momento da história de terras do Estado), a violência desautorizada do MST e autorizada dos ruralistas – que se colocam numa posição de vítima, portanto sua ação de violência é em nome da sua “defesa da ordem” – ou polícia, etc. Isso acaba por traduzir, muitas vezes, um consenso social de repúdio aos sem-terra e aos que lhes dão apoio,

bem como o capitaneamento de vantagens políticas de setores de direita. Eis que aí temos materializadas, tanto nas práticas sociais e políticas como no plano discursivo, as relações de antagonismo entre os ruralistas (latifundiários) apoiados pela estrutura da mídia (imprensa oficial/tradicional) e o campesinato (oriundo da agricultura familiar) organizado através do MST.

Quanto às relações de contradição na correlação de forças entre classes, observamos que se trata de relações mais difíceis de serem identificadas, pois nem sempre emergem claramente. A grosso modo, podemos dizer que, num primeiro momento, são forças que parecem vir de uma mesma Formação Ideológica e de uma mesma Formação Discursiva, no entanto, observando-as mais atentamente, as contradições entre elas acabam por desnudar-se, descortinando o sutil atravessamento de outros saberes, provindos de outras formações ideológicas e/ou discursivas. Para fins de ilustração, pensemos nas instâncias de tomadas de decisão (assembléias) no interior do MST sobre o planejamento de suas ações. Não raro ocorrem polêmicas discussões sobre quais devem ser as estratégias de ação, para instigar a sociedade ao debate e pressionar as instâncias governamentais no sentido de efetivar a Reforma Agrária. É muito comum que apareçam ali distintos e contraditórios posicionamentos em relação à unidade do próprio movimento; aos objetivos traçados a curto, médio e longo prazos; às razões individuais e coletivas que motivaram e continuam motivando a organização do movimento; à importância do processo de desconstrução e reconstrução de saberes; à autonomia; e ao diálogo com outros organismos proletários. Em alguns momentos, tais posicionamentos podem conduzir até a rupturas, ao desligamento de indivíduos ou grupos do MST. Podemos pensar na emergência de posições oriundas de uma orientação marxista (“Proletários: uni-vos!”), anarquista (“Proletários: revoltai-vos!”), pastoral (através da Comissão Pastoral da Terra – CPT⁵⁷) entre outras, que se chocam em determinados momentos.

Pensemos ainda, como exemplificação, nas forças políticas que se unem em torno de alguns interesses, formando uma frente política-partidária, em um determinado pleito eleitoral e período de governo. Nesse sentido, consideremos a Frente Popular, vencedora nas eleições a governador, no RS, em 1998. Trata-se de uma aliança entre diferentes partidos que, embora configurem diferentes formações discursivas, representam, em diferentes medidas, os interesses

⁵⁷ Referir a CPT (Comissão Pastoral da Terra) significa considerar o trabalho pastoral em uma orientação à luz da Teologia da Libertação, que teima em sobreviver nos movimentos populares, apesar da forte oposição das alas conservadoras da Igreja Católica.

do proletariado. Então, dizemos que não há antagonismo entre tais forças políticas, mas divergências e contradições. Estas freqüentemente emergiram nos discursos e nas práticas sociais e políticas, tanto na campanha eleitoral como durante a administração do Estado gaúcho, gerando polêmicas que precisavam ser discutidas e, quando possível, acomodadas, gerando constantemente silenciamentos de saberes.

Outra questão que deve ser considerada é o próprio funcionamento da máquina estatal historicamente caracterizada por uma dinâmica e por mecanismos de reforço aos interesses privados capitalistas. A opção por uma nova gestão deste aparelho de Estado, no RS, colocando-o efetivamente a serviço da população, mostrou-se, muitas vezes, de difícil implementação, dada a sua burocracia, as limitações impostas por contratos firmados em gestões anteriores, a contínua oposição da mídia tradicional e de importantes segmentos sociais. Ainda assim, ponderamos que diversas e novas práticas foram instauradas, como, por exemplo, o processo de interiorização do desenvolvimento econômico (a) com incentivos para micro e pequenas empresas, já constituídas e outras novas em todo o RS, de acordo com as potencialidades regionais; (b) com prestação de alguns serviços públicos não mais só na capital do Estado; (c) com organização de uma universidade pública descentralizada⁵⁸ e oferecimento de cursos de graduação, conforme as necessidades regionais; (d) com diálogo e, por vezes, reforço de instâncias de organização populares e sindicais; entre outras iniciativas. Nesse sentido, podemos dizer que as práticas políticas da Frente Popular, durante a gestão do Estado gaúcho, se caracterizam por relações de contradição, em função dos diferentes saberes das forças que a compunha. Se considerarmos a gestão popular em relação às gestões anteriores, observamos que elas se caracterizam pelo antagonismo, o que se deve, em linhas gerais, às compreensões opostas sobre os fins a que serve o aparelho de Estado: na gestão popular, o poder público é tratado como efetivamente *público* e, dessa forma, colocado a serviço da população; ao passo que, na gestão capitalista, o poder público é administrado como se fosse privado e responde aos interesses empresariais capitalistas.

Cabe pontuarmos que, nessa questão da correlação de forças entre grupos sociais, as relações de aliança, de antagonismo e de contradição não são estáticas ou definitivas, especialmente, relações presentes em âmbito político. Elas se caracterizam, de modo geral, pela

⁵⁸ Referimo-nos à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

sua dinamicidade circunstancial no jogo de interesses de classe, interesses pontuais (específicos) e/ou de intelectuais, como ocorre com trabalhadores da educação, de determinada classe. Assim, diferentes forças políticas podem estabelecer alianças – como a Frente Popular –, em função da contingência dos acontecimentos históricos, mas não sem promover silenciamentos.

A abordagem sobre as relações de contradição e de antagonismo que permeiam os diferentes aparelhos ideológicos de Estado, bem como as reflexões acerca da instância ideológica, da correlação de forças entre as classes, da hegemonia, do bloco histórico e dos intelectuais orgânicos, nos conduzem a articularmos a noção de Formação Ideológica, tão “cara” para a Análise do Discurso e fundamental para a presente pesquisa. Passemos, então, às concepções de Ideologia e Formação Ideológica, na perspectiva da Análise do Discurso.

1.3.3. Ideologia e Formação Ideológica

A abordagem sobre a instância ideológica com vistas a refletir a concepção de formação ideológica, conforme já referimos anteriormente, passa pelo percurso teórico de pensar o próprio conceito de ideologia e seus desdobramentos. Nesse sentido, articulamos algumas questões apontadas por Marx ao longo de suas teorizações. Em suas obras da juventude, Marx concebe a ideologia como um sistema de idéias, de representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social – concepção de ideologia que Marx precisou aprofundar. Considerando *A Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 1998)⁵⁹, observamos que a ideologia aparece pensada como uma construção imaginária – ainda numa perspectiva de que a ideologia não tem história – seria o estudo da origem e da formação das idéias. Na introdução da obra, Jacob Goreneder apresenta o sentido de ideologia enquanto consciência falsa, equivocada da realidade. Em publicações posteriores, como em *O Capital – Crítica da Economia Política (Vol. I)*, Marx reformula sua concepção de ideologia que passa a ser considerada numa dimensão histórica, e materializada pela discursividade e pelas práticas sociais, o que conduz a falar não mais em ideologia, mas em ideologias. Em outras palavras, as ideologias não se criam por geração espontânea, mas se dão por práticas sociais e por práticas discursivas. Trata-se, na verdade, de

⁵⁹ A obra “Ideologia Alemã” foi redigida, em 1845-46, no exílio, por Marx e Engels, num balanço de suas próprias consciências filosóficas. Como não tivesse editor, ficou abandonada e somente teve sua publicação quase um século depois, em 1933, simultaneamente em Leipzig e Moscou. Observamos que muitas das concepções apresentadas nesta obra foram reformuladas posteriormente a sua escrita pelos próprios autores em outras obras.

uma contribuição fundamental de Pêcheux, segundo o qual, é a partir da percepção da estreita relação entre as práticas sociais e as práticas discursivas que se torna possível entender a instância ideológica – as ideologias. Nessa linha de raciocínio, trazemos a reflexão de Zizek (1986) sobre esta questão, quando afirma que, para Marx, a ideologia

só emerge com a divisão do trabalho e a cisão das classes, quando as idéias “erradas” perdem seu caráter “imediato” e são “elaboradas” pelos intelectuais, a fim de servir (para legitimá-las) às relações de dominação existentes – em suma, somente quando a divisão entre Senhor e Escravo conjuga-se com a divisão do próprio trabalho em trabalho intelectual e físico. Exatamente por essa razão, Marx recusou-se a considerar o fetichismo da mercadoria como uma ideologia: para ele, a ideologia era sempre o Estado e, como disse Engels, o próprio Estado é a primeira força ideológica. (1986: 24)

Retomando Althusser (2003), já abordado anteriormente, observamos que o autor, ao introduzir o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, se pauta na formulação de Marx sobre *a ideologia ser o Estado*.

Considerando as formulações teóricas de Pêcheux (1997), encontramos nele um autor enfático quanto à divisão de classes ser característica da instância ideológica: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes passa pelos aparelhos ideológicos de Estado. Dessa forma, a ideologia, na perspectiva da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, é vista sob os aspectos da materialidade das práticas sociais e práticas discursivas: a *formação ideológica* e a *formação discursiva*.

Nesse sentido, o conceito de Ideologia em geral, para o autor (*idem*), adquire relevância a partir de um enfoque marxista-leninista para designar o fato de que as relações de produção são relações entre *homens* – não relações entre coisas, máquinas. Nesse sentido, “o conceito de *Ideologia em geral* permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’, isto é, pensar sua especificidade enquanto *parte da natureza*, no sentido espinosano do termo: a história é um imenso sistema ‘*natural-humano*’ em movimento, cujo motor é a luta de classes” (*idem*, p. 152). Relativamente a esta concepção de ideologia, é importante pensarmos que a expressão “homem como animal ideológico”, se tomada isoladamente nada representa, pois cada instância ideológica serve a uma causa determinada, a interesses determinados – o que está em jogo de fato é a questão da submissão, da escravidão, da servidão. Também precisamos levar em conta que a história não é um imenso sistema natural-humano simplesmente; ela é um sistema que funciona

estimulado pela luta de classes, confundindo-se com a própria luta de classes – em outras palavras, a história da luta de classes permeada pela reprodução e transformação das relações de classe com os caracteres econômicos (infra-estruturais), jurídico-políticos e ideológicos (superestruturais) correspondentes.

Trazendo o raciocínio sobre a instância ideológica para o caso de um operário autogestionário, podemos pensar que – se de fato o sujeito operário está convicto do modelo de empreendimento de autogestão como processo alternativo do proletariado no seio do modo de produção capitalista – ele se conduz de determinada maneira, adota determinado comportamento prático e participa de certas práticas regulamentadas segundo o aparelho ideológico ao qual estão submetidas as idéias que ele tem a ilusão de ter escolhido livremente, em plena consciência, enquanto sujeito. Precisamos, no entanto, considerar a contingência dos acontecimentos históricos visto que, como o capital é da ordem da falibilidade, os operários podem ser obrigados a ocupar outro lugar. Na verdade, o operário não escolhe esse lugar, pois, na perspectiva capitalista, não há espaço para escolhas em plena consciência. Dessa forma, podemos encontrar um operário autogestionário que ocupa este lugar não por ter feito, de forma livre e plenamente consciente, a opção pela autogestão, mas por ter chegado a tal lugar por um conjunto de acontecimentos próprios do capitalismo (por exemplo: falência da empresa, necessidade de um posto de trabalho para garantir seu sustento, integração/participação em organismos de trabalhadores/da categoria profissional, etc.) e, ainda assim, iludir-se relativamente à livre escolha.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, dizemos que as escolhas das idéias, as tomadas das decisões e as práticas sociais de um sujeito não são, a priori, feitas em *plena consciência*. É preciso pensar nas relações de identificação do sujeito-enunciador – no caso, o operário – com o Sujeito Universal (instância ideológica, forma-sujeito), no processo de interpelação do sujeito pela ideologia. Em decorrência disso, a categoria de sujeito se constitui como um efeito ideológico. O sujeito, na perspectiva materialista histórica, é afetado pelas práticas sociais que lhe são contingentes e que convocam o atravessamento de categorias como classe social, luta de classes, assujeitamento, entre outras. Pêcheux (1997), nesse sentido, fala de “sujeito assujeitado” numa referência àquele indivíduo que tem a ilusão (necessária) de ser senhor sobre seu dizer, mas que ocupa um lugar ideologicamente marcado; por isso, constituindo-se somente na medida em que é interpelado pela ideologia. Nesta ótica, dizemos que o modo

como um sujeito se reconhece não é evidente e/ou transparente, mas precisa ser pensado como um processo determinado historicamente e possível de contradições – categoria materialista que já articulamos anteriormente neste texto. É preciso pensar no modo como os indivíduos recebem como evidentes os sentidos que ouvem, que registram e com os quais convivem – e que dominam o seu dizer.

Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *Formação Ideológica* (FIId). De acordo com Courtine (1982: 242), é “a categorização da instância ideológica (formações ideológicas, funções discursivas...), que nos permite aqui representar o ‘exterior de uma língua’, como se inscreve na perspectiva do trabalho althusseriano a propósito das ideologias”. Em 1997, Pêcheux nos fala que *não há sujeito sem ideologia*, a qual se realiza através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas, embora ela seja um processo da existência histórica do sujeito e da forma-sujeito, que se articula à ordem da consciência, precedida pela experiência. Entretanto e, contraditoriamente, nem todas as modalidades de subjetivação do sujeito, são da ordem plena da consciência. Aprofundar esta reflexão é discutir o distanciamento entre o “bom sujeito” (o plenamente identificado com o Sujeito Universal) e o sujeito que percebe as contradições desde o interior das formações discursivas com a qual se identifica – na qual se inscreve. O autor nos orienta a pensar a forma-sujeito do discurso sob a evidência de que “eu sou realmente eu” e, assim, perceber que há o processo de interpelação/identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio sob diferentes formas.

A discussão da instância ideológica é fundamental para podermos dar conta das noções de formação ideológica e de formação discursiva. Anteriormente, dissemos que, em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formação ideológica*. E ainda, conforme Pêcheux (1997), a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade–subordinação de *todo complexo dominante* das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da *contradição-reprodução-transformação* que constitui a luta ideológica de classes. É bom lembrar que a teoria das ideologias e luta de classes de Althusser é marcada pela concepção da reprodução e é Pêcheux que avança nesse sentido, trabalhando a idéia de *reprodução-transformação*.

A ideologia, de acordo com Pêcheux (1997), designa “o que é” e “o que deve ser”; proporciona as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é determinado ser – por exemplo, um operário. Ela (a ideologia) fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram, sob a “*transparência da linguagem*”, o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Consideramos importante salientar que não há transparência da linguagem, visto que ela parece ser transparente somente para quem está dentro de uma formação discursiva (FD)⁶⁰, não **para** o outro e nem **a** do outro – ou seja, não é transparente/compreensível para aquele que está em outra FD da mesma forma que a FD do outro o é para quem está dentro de determinada FD. Essas observações levam Pêcheux (1997) a formular duas teses. Na primeira, o autor pontua que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (...), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem. (1997: 160)

Nesse sentido, pensar a materialidade do discurso remete ao princípio de que o seu sentido é produzido a partir de uma determinada formação discursiva que, por sua vez, se inscreve em uma formação ideológica. Assim, somos conduzidos à premissa da interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas intrincadas (e inscritas) nas formações ideológicas. Cabe ressaltar que o indivíduo se constitui enquanto sujeito a partir daquilo que lhe é permitir ter contato – vendo, compreendendo, fazendo, etc. – e é de acordo com as suas posições que são moldados os sentidos das palavras enunciadas. Em suma, é a partir das formações ideológicas que configuram as formações discursivas às quais os sujeitos se inscrevem é que as palavras, expressões e proposições (...) tomam sentido que, por sua vez, sofrem alterações de acordo com as posições ideológicas dos sujeitos que as empregam. Ora, isso nos leva a uma importante observação que Pêcheux (1997) faz em relação ao sentido: “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seja ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva”.

⁶⁰ A Formação Discursiva (FD) é, em linhas gerais, a materialização dos saberes da Formação Ideológica (FI) no discurso. Ela está associada à noção da formação ideológica e também à formação imaginária, conforme veremos na próxima seção: 1.4. *Formação Discursiva*.

Nessa linha de raciocínio, remetemos à noção de “domínios de pensamento”, articulada pelo autor (*idem*, p. 161, 124 e 199), sobre a qual diz se constituir sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.”. Assim, todo sujeito pode se reconhecer a si mesmo – em si mesmo e em outros sujeitos.

Em meio ao entendimento de que os saberes da formação discursiva (FD) estão ancorados na formação ideológica e é a FD o lugar de constituição do sentido, Pêcheux (1997) apresenta sua segunda tese, a saber:

Toda a formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. (1997: 162)

Considerando que o sentido se apresenta como evidente em uma determinada formação discursiva e, ao mesmo tempo, esta o mascara, somos conduzidos à compreensão de que se trata de um movimento que não é estável, mas potencialmente instável e, portanto, passível de deslocamentos.

O caráter material do sentido consiste, segundo Pêcheux (1997), na sua dependência constitutiva do “todo complexo das formações ideológicas” – a este *todo complexo* Pêcheux designa como *interdiscurso* – noção que desdobraremos mais adiante. Se a formação ideológica é um todo complexo (sistema), então é preciso pensar que este sistema só funciona como heterogêneo, permeado por contradições. Em 1975, Pêcheux pondera que as formações ideológicas são o conjunto complexo de atitudes e representações, e têm relação com posições de classe em conflito umas com as outras. É nesse quadro de confronto entre diferentes forças (ou, forças antagônicas) dentro de uma conjuntura ideológica, característica de uma determinada formação social, num momento dado, postula Courtine (1981), que deve ser considerada a relação das ideologias no discurso. É na materialidade discursiva que se reproduz a relação, que é de reciprocidade, entre língua e ideologia. Assim, de acordo com as formulações de Courtine (1982: 240), ou esta materialidade discursiva representa, no interior de uma língua, os efeitos de contradições ideológicas e ou ela manifesta a existência de uma dimensão lingüística (língua) no interior da ideologia. Isso leva a pensar o discurso como um objeto específico, cuja análise lingüística é concomitante com a análise histórica das condições de formação dos conjuntos

ideológicos que se discursivizam. O discurso, por sua vez, conduz ao estabelecimento de procedimentos que vêm a formar um dispositivo de análise dentro de um quadro metodológico.

Cabe acrescentamos que, numa concepção marxista, o sentido vem de determinações históricas, isto é, da causalidade que determina os discursos, e de determinadas condições em que o dizer se produz, ou seja, em instâncias de emergência discursiva – em circunstâncias locais e temporais em que os discursos se produzem. Nesse sentido, a categoria da contradição está presente nos diferentes discursos, visto que neles emergem posições ideológicas de classe que são contraditórias – podemos dizer, então que os discursos são necessariamente heterogêneos, refletindo concepções, interesses e práticas divergentes.

Considerando as formulações de Bakhtin (1997), observamos que há nelas pontos em comum com a Análise do Discurso quanto à relação *língua e ideologia*. De acordo com Bakhtin, sem signo não há ideologia, e o signo só se torna ideológico com um símbolo histórico – isso vem para uma concepção marxista de linguagem. Nessa perspectiva, dizemos que o signo dá a condição de tornar possível a existência da ideologia. Nas palavras do autor (*idem*, p. 32), “um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra” – portanto, não há simetria entre aquilo que o signo reflete e a ordem do real como um todo. Ao refratar uma realidade, o signo “pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (*idem*). Nesse sentido, pensemos nos discursos do Partido Verde (PV), que se pautam pela defesa incondicional da preservação da ecologia, e, contraditoriamente, ao apoio dos verdes, nas eleições municipais de Porto Alegre, em 2004, ao candidato progressista. Cabe ressaltarmos que causa, no mínimo, um estranhamento o apoio do Partido Verde (PV) ao candidato e ao programa de governo do Partido Progressista (PP), cujas práticas são as de colocarem o desenvolvimento econômico, com vistas à obtenção de lucro, à frente de qualquer concepção humanitária e ambientalista. Se tomarmos, por exemplo, a campanha de incentivo ao plantio de eucaliptos, no RS, veremos que o posicionamento dos progressistas é totalmente favorável, com a justificativa de que se trata de uma forma de reflorestamento e, ao mesmo tempo, de matéria-prima econômica para a produção de celulose; entretanto, a posição esperada dos verdes é de condenação a tal prática, visto que a árvore do eucalipto, conforme estudos científicos, retira grande quantidade de água do solo sem devolvê-la ao meio ambiente, mas transforma esta água em celulose, o que desencadeia um processo de desertificação do solo, a

médio e longo prazos. Cabe observar que, nos materiais consultados do Partido Verde⁶¹, não encontramos referência a essa questão – o que mais uma vez nos causa estranheza. Ponderamos que, em relação à poluição do Rio dos Sinos, por produtos químicos industriais, encontramos forte condenação. Considerando as práticas dos verdes mencionadas acima, poderíamos pensar que o signo está refletindo e refratando saberes ambientalistas e, ao mesmo tempo, distorcendo-os. Ao mostrar uma realidade, ele esconde outra: simultaneamente, mostra um conjunto de concepções humanitárias e de preservação ecológica, ao qual se articulam organizações populares internacionais, mas esconde um quadro em que estão associados interesses capitalistas de desenvolvimento econômico, representados por instâncias de defesa da predominância do capital sobre o trabalho e o meio ambiente.

Relativamente à Formação Ideológica, em termos gerais, pensemos nela como instituição (cristã, escolar, político-partidária, etc.), permeada por determinações históricas e pelas relações de produção, e que se fragmenta em várias formações discursivas. Passemos, a partir de agora, à abordagem sobre as formações discursivas.

1.4. FORMAÇÃO DISCURSIVA

A noção de *formação discursiva* nasce em Foucault (1997)⁶², na obra *Arqueologia do Saber*, numa vasta e fecunda interrogação sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber, que, para Courtine (1981), parecem se aproximar dos objetos – como o discurso, o sujeito, a ideologia – sem jamais atingi-los completamente. Nas palavras de Courtine (*idem*), encontramos a seguinte afirmação:

Uma interrogação que atravessa a *Arqueologia do Saber* e a *Ordem do Discurso* apareceu como uma prática teórica forte do sentido e que é meio caminho entre história e filosofia e, às vezes, muito próximo da AD, produzindo explicações extremamente fecundas que deixam em suspenso, ao abrigo da verificação experimental. Um trabalho que se completa à margem e se condensa assim ao paradoxo de somente poder falar a condição de não ser compreendido. (1981: 33)⁶³

⁶¹ Foram consultados os sites: www.partidoverde.org.br ; www.pvrs.org.br ; www.pv2.interjornal.com.br/filiese.kmf

⁶² Referimo-nos à obra *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, publicado em 1969, em meio às discussões acerca do Estruturalismo. Em nosso texto, no entanto, fizemos constar o ano de 1997, tendo em vista a consulta à 5ª edição brasileira desta obra.

⁶³ A tradução desse texto de Courtine foi feita por Elisa Cavedon.

Courtine observa que Pêcheux se apropria da noção de Foucault, re-teorizando-a. Ele também observa que, num artigo de Pêcheux (1977), este desenvolve uma crítica marxista da concepção foucaultiana de discurso, levada do ponto de vista da categoria da contradição e conclui a necessidade “de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista” (*idem*). Assim, em *Análise do Discurso* (AD), o conceito de formação discursiva é reformulado e aparece associado às noções de *Formação Ideológica* (FI_d) e *Formação Imaginária* (FI). Sublinhamos que a noção de Formação Ideológica é que alicerça a noção de formação discursiva – a discursivização.

Na perspectiva da formação discursiva associada à formação imaginária, todo o processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias – como um pressuposto que determina o que pode ser dito –, nas quais os sujeitos A e B estabelecem um jogo de imagens em relação a si mesmo (A), ao outro (B), ao referente (R: contexto/situação, objeto imaginário/não-realidade física), e também imagens sobre o que um (A) supõe ser a imagem do outro sobre ele mesmo (B → A), sobre o outro (B → B) e sobre o referente (B → R)⁶⁴. Assim, segundo Pêcheux (1969), as formações imaginárias se manifestam, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas⁶⁵. Precisamos considerar que a antecipação, por exemplo, que o sujeito (A) faz do outro (B) depende da “distância” que o sujeito supõe entre ele e o outro. Assinala Pêcheux (1975) que diversas formações resultam de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas deram nascimento a *tomadas de posição* – que são implícitas e asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. Estas resultam de um retorno do *Sujeito* no sujeito e, conforme Pêcheux (1988: 171), devem ser entendidas como “o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ela ‘se volta sobre si mesma’ para se atravessar”.

Quanto à percepção do sujeito de si mesmo, do outro e do referente, Pêcheux (1969), afirma que ela é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se

⁶⁴ Vide esquema no ANEXO IX: *Formações Imaginárias*.

⁶⁵ De acordo com Foucault (1997), os discursos – que dão lugar a certas organizações de conceitos, reagrupamentos de objetos e tipos de enunciação – formam, segundo seu grau de coerência, rigor e estabilidade, temas ou teorias. O autor chama esses temas e essas teorias de *estratégias discursivas*.

constitui a substância das formações imaginárias que sustentam as formulações enunciativas. O teórico retoma Ducrot que afirma que “a situação de discurso, à qual remetem as pressuposições, comporta, como parte integrante, certos conhecimentos que o sujeito falante empresta a seu ouvinte. Ela concerne, pois, à imagem (*ao ethos*⁶⁶), que se fazem uns dos outros os participantes do diálogo” (*Apud* Pêcheux, 1969: 86). Nesse sentido, os elementos que constituem um estado dado das condições de produção de um discurso mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo.

Em suma, as reflexões de Pêcheux (1969), nas quais as formações discursivas estão associadas às formações imaginárias, dizem respeito, de modo geral, aos “efeitos de sentido” entre pontos A e B – estes (A e B) designam lugares determinados na estrutura de uma formação social e que, segundo sua hipótese, estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Observamos que, ao longo do percurso teórico de Pêcheux (1969, 1975, 1997), o autor passa a dar menor enfoque à associação da formação discursiva à formação imaginária. Recebendo influência de outros teóricos, como Althusser, e “amadurecendo” / “enriquecendo” suas elaborações teóricas, a concepção de formação discursiva ancorada à formação ideológica ocupa, cada vez mais, um lugar de centralidade na teoria pecheuxteana e coloca-a como princípio fundamental da Análise do Discurso.

Passemos à abordagem da relação entre formação ideológica e formação discursiva. Precisamos pensar esta relação ancorada nos aparelhos ideológicos de Estado que estão a serviço de diferentes ideologias, agrupando-se na sua heterogeneidade. Courtine (1981: 34) destaca que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais e é pela existência dos AIEs que tal reprodução é *materialmente* assegurada: “se as ideologias têm uma existência material, o discursivo será considerado como um dos aspectos materiais”. Trata-se de realidades complexas, pondera o autor, que colocam em jogo as práticas associadas às relações de lugares que são determinadas, por sua vez, pelas relações de classe. Ainda de acordo com Courtine (*idem*), trata-se igualmente de realidades contraditórias, na medida em que, dentro de uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classes determinam a confrontação, no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), “de posições políticas e ideológicas que não são de indivíduos,

⁶⁶ É nosso o acréscimo da expressão “ao ethos” à afirmação de Ducrot.

mas que se organizam em formações mantendo entre elas as relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”.

As formações discursivas (FDs) como a materialização dos saberes da Formação Ideológica (FIId) no discurso são afetadas pelas condições de produção da própria formação ideológica que é heterogênea e que torna a formação discursiva também heterogênea, comportando relações de contradição e desigualdade e, ao mesmo tempo, refletindo os interesses e os saberes produzidos no interior de uma formação ideológica. Elas representam o espaço de reformulação – paráfrase discursiva⁶⁷ – onde se constitui a ilusão necessária de uma *intersubjetividade falante* pela qual cada um sabe de antemão o que o outro vai pensar e dizer. De acordo com Pêcheux (1997: 160), “formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”. Podemos pensar, então, que quanto à questão de determinar *o que pode e deve ser dito* se trata de um discurso que pretende ser regulado e que se coloca como efeito de determinações anteriores.

Consideremos algumas proposições que Courtine (1981) coloca ao redimensionar a noção de formação discursiva, postulada por Pêcheux em 1969 e 1975. Primeiro o autor remete à instância ideológica no interior da qual se realiza uma combinação complexa e desigual de formações ideológicas que, por sua vez, comportam diferentes posições de classe – o que explica a possibilidade de se falar, a partir de formações ideológicas e discursivas antagônicas, dos mesmos “objetos” e deles diferentemente. Por exemplo, o termo “ética”, utilizado pelos capitalistas, terá sentido “x” diferentemente do sentido “y”, se utilizado pelos comunistas; e que virá habitado ainda por outro sentido, se usado pelos anarquistas. Usamos propositalmente este termo, pois ele tem sido alvo de muitas definições e redefinições em decorrência de práticas políticas escandalosas emergentes no último período histórico brasileiro, cujos sentidos são intensamente contraditórios e antagônicos, provindos de distintas Formações Ideológicas,

⁶⁷ Por paráfrase discursiva entendemos o processo de ressonâncias interdiscursivas; o processo de identificação de sentidos antagônicos que são colocados como equivalentes; o fenômeno de produção de sentido múltiplo que abarca discursos antagônicos. Na paráfrase discursiva, estão em jogo as formas de apropriação e de saberes de outras FDs. Por exemplo: “Vamos nós fazer a globalização” (participantes do I Fórum Social Mundial) – há uma apropriação de saberes liberais (“globalização” que remete a ganho de capital) e reformulação para saberes populares. No presente texto, vide a página 57.

Formações Discursivas e até posições-sujeito⁶⁸. No discurso político, especialmente em pleitos eleitorais, é muito comum observar o uso das mesmas palavras ou expressões com sentidos diferentes, tendo em vista a formulação a partir de posições distintas, de formações ideológicas antagônicas ou contraditórias.

A segunda proposição de Courtine (1981) diz respeito às formações discursivas (FDs) enquanto interligadas às formações ideológicas (FIDs). As formações discursivas estabelecem relações contraditórias entre elas ao se inscreverem em formações ideológicas antagônicas; no entanto, quando estão sob uma mesma formação ideológica, a distinção se dá pelo seu funcionamento. Isso conduz ao retorno da questão de o sentido das palavras ser produzido a partir dos saberes que caracterizam a identidade de uma formação discursiva. Para fins de ilustração, optamos por trazer a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CGT (Central Geral dos Trabalhadores), duas das principais centrais sindicais brasileiras, para observar como a uma mesma formação ideológica (a instituição sindical) podem se inscrever formações discursivas com interesses divergentes. Considerando seu histórico, constatamos que ambas as centrais surgiram na década de 1980, no período de reflorestamento político-sindical brasileiro após a ditadura militar, com o caráter geral de unificar e dar direção à luta dos trabalhadores. Apesar desta perspectiva em comum, as diferenças de princípios, orientações e práticas podem facilmente ser percebidas. Nesse sentido, começamos por observar a definição da natureza de cada uma das centrais, a saber:

- (1) A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma **organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, adepta da liberdade de organização e de expressão e guiada por preceitos de solidariedade, tanto no âmbito nacional, como internacional**. A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora⁶⁹. (www.cut.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=112, em 10/07/2007)
- (2) A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada em Praia Grande/SP, durante a realização do II CONCLAT, nos dias 21, 22 e 23 de março de 1986, é uma **associação civil, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração, adota a pluralidade partidária com jurisdição em todo o território brasileiro**. Com

⁶⁸ A noção de “posição-sujeito” é usada por Courtine (1981) para pensar/dizer a categoria da contradição na materialização discursiva.

⁶⁹ O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora é também conhecido pela sigla CONCLAT.

organizações em 21 Estados e no Distrito Federal, é **entidade de grau máximo de representação sindical e tem a finalidade de coordenar, representar e defender os direitos e os interesses dos trabalhadores.** (www.cgt.org.br/historico/historico.htm, em 10/07/2007)⁷⁰

Podemos observar que, por um lado, a CUT se autodefine como *organização sindical de massas*, salientando seu *caráter classista* (da classe trabalhadora), bem como a importância de sua *autonomia* em relação à classe patronal e às instâncias governamentais, e da necessária *democracia* em suas práticas como articuladora da luta dos trabalhadores; e, por outro, a CGT preocupa-se em enfatizar seu perfil de *associação civil* que adota a *pluralidade partidária*, enunciando que dela podem participar trabalhadores filiados ou simpatizantes de qualquer partido, seja ele identificado com interesses das classes trabalhadoras, seja identificado com interesses das classes capitalistas / patronais. Ainda observamos que a CGT coloca para si as tarefas de “coordenar, representar e defender os direitos e os interesses dos trabalhadores”, enquanto entidade sindical representativa; ao passo que a CUT se diz uma organização sindical de massas, à luz da solidariedade e da liberdade de organização e de expressão.

Considerando que as duas centrais sindicais (CUT e CGT) constituem diferentes formações discursivas inscritas sob a mesma formação ideológica da instituição sindical, pensemos em algumas práticas que são contraditórias e, por vezes, até antagônicas. Por exemplo, a adoção da pluralidade partidária, para a CGT, pode ser associada à defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores, da mesma forma que os frequentes diálogos e acordos com a classe patronal e algumas parceiras de qualificação profissional que esta central tem estabelecido com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e com a Fundação Roberto Marinho (Rede Globo) – organismos que estão entre as maiores expressões do capital e, portanto, representantes dos interesses patronais –, cujas parcerias não são vistas como incoerentes pela CGT. Já as práticas de qualificação e formação sindical da CUT têm se caracterizado pela autonomia em relação a organismos capitalistas, de forma que são privilegiadas Escolas de Formação Sindical⁷¹ e ONGs articuladas aos interesses proletários. Cabe acrescentar que o perfil de organização *cutista* se caracteriza pela horizontalidade, cuja organização parte dos locais de trabalho, entidades sindicais, federações e confederações por ramo de atividade econômica, e pela

⁷⁰ Os grifos são nossos em ambas as citações (1 e 2).

⁷¹ Citamos a Escola Sul (Florianópolis/SC), Escola Chico Mendes (Porto Velho/RO), Escola São Paulo (SP), entre outras.

verticalidade, que remete à construção da unidade dos trabalhadores enquanto classe através da organização intercategoria profissional.

Em suma, podemos dizer que ambas as centrais sindicais se colocam como representantes dos trabalhadores; no entanto, em função dos diferentes saberes, tomam posições contraditórias uma em relação à outra, evidenciando assim relações de contradição no que tange à defesa dos interesses das classes trabalhadoras em face da exploração das classes patronais.

A terceira proposição de Courtine (1981) trata da relação entre formação discursiva e interdiscurso. Nessa medida, o autor postula que “o estudo de um processo discursivo no interior de uma formação discursiva dada não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo pelo seu interdiscurso” (*Idem*, p. 35). Podemos pensar que o interdiscurso de uma formação discursiva, além de ser o lugar de articulação contraditória entre formação ideológica e formação discursiva, também representa o lugar de formação dos pré-construídos enquanto elementos do saber de determinada formação discursiva. Os pré-construídos são incorporados do exterior da formação discursiva para o seu interior, o que possibilita a organização do repetível, do deslocamento, do esquecimento e, dessa forma, pode produzir o deslocamento de fronteiras da formação discursiva.

Em meio às reflexões sobre a dimensão da formação discursiva e seu funcionamento, consideramos pertinente articularmos a premissa do pensamento dialético sobre a ordem do real: *aquilo que mostra também esconde*, ou seja, ao falar do princípio “x”, silencia-se o “y”. O próprio silêncio é constitutivo de sentido. O refratamento de algo silencia sempre outra coisa. Nesse sentido, a ordem do real é heterogênea e fragmentada. Não se pode aprender/conhecer o todo. Assim, as partes que aprendemos vão depender da bagagem histórica, das condições históricas que nos permitem aprender. Para Pêcheux (1997), a ordem do real é inatingível.

Para fins de ilustração, pensemos na seqüência discursiva “Os deuses, *que são semelhantes aos homens*, requerem compreensão”, especialmente na oração adjetiva. Nesta seqüência, está colocada uma rejeição ao cristianismo na medida em que afirma a semelhança entre os deuses com os homens, além do termo “deuses” estar pluralizado – o cristianismo admite apenas um deus. Diante da oração adjetiva, supostamente explicativa, perguntamos “onde está o universal desta oração para ser considerada explicativa? Então, seria uma restritiva?”. À luz da

Análise do Discurso, dizemos que se trata de um *discurso-transverso* – este remete, segundo Pêcheux (*idem*), àquilo que classicamente é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa. Assim, as restritivas se comportam, na verdade, como discursos-transversos.

Consideremos ainda a seqüência “Stalin, *que era um burocrata*, foi o responsável pelo retrocesso russo”, cuja oração adjetiva traz a questão sobre ser burocrata que não é possível ser resolvida no plano da língua; resolve-se somente na interdiscursividade, pois sua interpretação depende das condições históricas. Dessa forma, a oração adjetiva “que era um burocrata” só pode ser considerada explicativa para quem comunga dessa idéia, entendendo-a como universal – o que não ocorre com os stalinistas, adeptos do stalinismo, para quem o sentido da oração não é verdadeiro, por não remeter à universalidade. Não cabe tentar resolver essa questão sintática ou semanticamente, buscando classificá-la como oração adjetiva explicativa ou restritiva. Trata-se, na verdade, de pensar que, para os stalinistas, o discurso transverso é falso, visto que não corresponde aos saberes da posição-sujeito stalinista.

Para a Lingüística, a determinação (que são as restritivas) tem uma descrição formal que a sustente; ao passo que, para o Materialismo Histórico, a determinação depende das condições históricas. Situada a Análise do Discurso (AD) nesta compreensão, Pêcheux afirma que não há oposição entre *determinação* (as restritivas) e *explicação* (as explicativas).

Nessa ótica, o juízo de valor atende a uma subjetividade histórica, sempre afetada por um juízo ancorado numa historicidade. O sentido se dá como efeito das relações que são postuladas na relação entre *substância* e *atributos*. Uma das primeiras contribuições de Spinoza para a AD é relativamente ao que define a identidade da substância, isto é, o modo como ela se representa na sua fragmentação, na sua heterogeneidade. As postulações de Spinoza (1991; 1994) dizem respeito à fragmentação da substância: ela está sujeita a muitas fragmentações em diferentes ordens do real (ordem da história); o qual Pêcheux remete à heterogeneidade e condições de produção dos discursos. É preciso pensar a condição fragmentária do sujeito e do sentido pela sua condição fragmentada e contraditória – a ordem do real pela sua condição fragmentada e contraditória. Dessa forma, os discursos dos operários, por exemplo, significam diferentemente a partir do lugar em que se produzem: o discurso operário numa concepção socialista/comunista traz à tona a luta pela emancipação dos operários; já o discurso operário

numa concepção positivista remete ao desenvolvimento pelo trabalho. Dizemos, então, que a causa não se mostra de forma transparente, pois é opaca e não-objetiva; ela atesta a natureza da “substância” e mostra-a através dos atributos que são efeitos das formas heterogêneas de inscrição da historicidade nos discursos. A causa só pode ser entendida pelo movimento dos efeitos e todo efeito está sempre afetado pelo modo como representa determinadas posições. Se tomarmos, como exemplo, a interpretação de deus/Deus pelas diferentes religiões/crenças, veremos que cada religião/crença faz a sua interpretação, colocando diferentes atributos (representações) à substância (deus/Deus) – estes qualificam a substância de forma heterogênea de representação; assim, dizemos que a substância é constitutivamente heterogênea. Acrescentemos ainda que, numa concepção dialética, Spinoza (1994) postula que toda a essência – exceto a essência divina – só recebe definição a partir dos atributos que ela recebe. Pêcheux acrescenta a essa essência dialética a essência materialista, discutindo a exterioridade e a interioridade, bem como a concepção de pré-construídos.

Retornando à formulação e reformulação da noção de formação discursiva, consideremos ao texto *Rémontémons de Foucault a Spinoza*, no qual Pêcheux (1980) articula a categoria materialista dialética da contradição numa reflexão sobre a ideologia, dizendo que “a ideologia não é idêntica a si mesmo, não existe senão sob a modalidade da divisão e não se realiza mais que na contradição que ela organiza a unidade e a luta dos contrários”. A partir daí, o autor pensa nas relações de produção capitalista, nas quais estão colocados burguesia e proletariado, ambos sob a dominação da ideologia burguesa. No entanto, esta dominação precisa também ser pensada em relação ao processo histórico pelo qual a ideologia dominada (do proletariado) “tende a organizar-se sobre sua própria base como ideologia proletária, e paradoxalmente permanece em contato com a ideologia burguesa, precisamente na medida em que realiza sua destruição” (*idem*, p. 195). Decorrente desta reflexão, Pêcheux articula a concepção marxista-leninista segundo a qual a *contradição* é necessariamente *desigual*, compreendendo os Aparelhos Ideológicos de Estado como plurais por natureza; não se trata, portanto, de pensar o Estado como um bloco homogêneo, visto que as relações se caracterizam como de “contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais contribuem de modo desigual para as relações da luta ideológica entre as classes antagônicas e intervêm de modo desigual na reprodução ou transformação das relações de produção” (*idem*). Nesta ótica, o autor se reporta à noção de formação discursiva observando que “uma pluralidade

contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses postos em jogo na luta de classes” (*idem*), em uma formação social dada. Podemos pensar que Pêcheux está a delinear um lugar de fundação para a noção de heterogeneidade discursiva. Mas é Courtine (1981) quem vai trazer para o campo epistemológico da Análise do Discurso as formulações que vão alicerçar o princípio da heterogeneidade da formação discursiva. É pelo viés da contradição que a formação discursiva é pensada na sua relação com as outras formações discursivas inscritas em determinada formação ideológica. Em outras palavras, a formação discursiva remete ao todo complexo heterogêneo que comporta as relações de contradição e desigualdade – numa concepção cunhada a partir das formulações de Althusser e Pêcheux – e, ao mesmo tempo, ela reflete os interesses e os saberes produzidos no interior de uma formação ideológica. A heterogeneidade é uma característica muito importante da formação discursiva e será abordada no próximo subtítulo.

1.4.1. Heterogeneidade da Formação Discursiva e da Posição-Sujeito

Para compreender a heterogeneidade da formação discursiva, é necessário ter presente que os domínios do saber não são da ordem horizontal, não são lineares e também não são transparentes. Não há um limite, um traço que separa um interior de um exterior do saber. A formação discursiva é que vai permitir que se perceba a presença de saberes externos no interior de uma formação ideológica. Suas fronteiras são instáveis, provisórias – daí a idéia de “porosidade”, de fronteiras porosas – característica fundamental da formação discursiva. A formação discursiva não é um bloco homogêneo, nem impermeável. No seu interior, convivem contradições e posições de sujeitos conflitantes. Reforçamos que a categoria da contradição é tomada do Materialismo Dialético na relação com a posição-sujeito; ela permeia toda a formação discursiva e discursiviza as práticas sociais. Cabe salientar ainda que não é possível trabalhar com o sentido da língua sem ancorar este trabalho a uma concepção marxista. Nesse sentido, o analista de discurso precisa se envolver com os elementos, dentro de uma relação com o momento histórico.

As instituições podem conter uma ou mais formações discursivas que caracterizam os saberes a partir de suas condições históricas de formação. Cada formação discursiva abriga diferentes posições-sujeito, permeadas por contradições. Por exemplo, a instituição Partido dos

Trabalhadores (PT) é constituída de várias correntes ou facções (posições-sujeito) que divergem em princípios e metodologia, estabelecendo, no entanto, em algumas circunstâncias, relações de aliança. Tais contradições no interior do PT não nascem “espontaneamente”. Elas estão determinadas pelas condições de formação do partido (Formação Ideológica), que, na sua fundação, abrigou militâncias de formações ideológicas distintas, como leninista, trotskista, stalinista. Estas podiam ser compreendidas, em momentos históricos anteriores inclusive, no Brasil, através da fundação do PCB, como uma só formação ideológica: o Partido Comunista Brasileiro.

Podemos perguntar, então, o que motivou a criação de um novo partido e não a revitalização do antigo partido comunista? É preciso pensar na repercussão da desgastante/desgastada gestão burocrática e ditatorial stalinista para o mundo – especialmente aos países latino-americanos – e, ao mesmo tempo, considerar o processo histórico de repressão e abafamento do movimento operário brasileiro, sindical e político-partidário, especialmente no período da Ditadura Militar entre 1964 e 1980. A junção de diferentes formações ideológicas, na contingência dos acontecimentos, propiciou algumas alianças mas também teve por resultado algumas rupturas, como, por exemplo, nos anos 90, de duas correntes de orientação trotskista: a *Convergência Socialista*, que fundou o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), e a *Causa Operária*, que fundou o PCO (Partido da Causa Operária).

Considerando que as relações entre diferentes forças e saberes não são estáticas, que as alianças e rupturas produzem repercussões de diferentes ordens, a instituição do PT, ao longo das últimas décadas, permitiu que alguns saberes e práticas fossem deslocados, cedendo lugar para novos saberes e novas práticas. Comparativamente ao evento da sua fundação, dizemos que houve deslocamentos nas fronteiras da formação discursiva petista, de forma que alguns saberes e práticas instaurados podem até ser considerados antagônicos a outros constituídos na origem do PT, por exemplo, a flexibilidade em relação a escolha de aliados não mais apenas claramente identificados com o campo de esquerda. Tanto as rupturas que se concretizaram quanto as alianças firmadas ao longo de sua história, em especial, aquelas alianças mais recentes, provocaram diversos apagamentos de saberes e reformulação de outros. Tais apagamentos e reformulações possibilitaram, na contingência eleitoral, dos anos 90, o estabelecimento de relações de aliança com vistas à ascensão/tomada do poder, entre a instituição Partido dos Trabalhadores (PT) e a instituição Partido Liberal (PL), cujas formações ideológicas são

totalmente antagônicas. Há de se considerar que a propagação desta aliança encontrou eco, na contingência histórica, tanto na mobilização popular quanto nos discursos populistas frutos de reformulações, silenciamentos e apagamentos de domínios de saberes no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) – e até do Partido Liberal (PL).

Em relação à heterogeneidade discursiva, Courtine (1981) pondera que ela aparece na contradição da formação ideológica e se concretiza na formação discursiva. Assim, se a formação ideológica materializa a discursividade na sua heterogeneidade, a formação discursiva só pode ser descrita a partir das condições de formação ideológica – que é caracterizada pela heterogeneidade e que torna a formação discursiva também heterogênea.

Relativamente à concepção de posição-sujeito, que materializa, no discurso, a categoria da contradição, Courtine e Marandin (1981) observam que ela é cunhada por Foucault, a partir da noção de função-vazia, como *espaço determinado para alguns*. Foucault (1997) entende que é preciso descrever os *lugares institucionais* de onde o sujeito obtém seu discurso. Podemos pensar o discurso, então, como permeado por relações complexas que são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, etc. Nessa medida, seriam relações que caracterizam o discurso enquanto prática discursiva – esta, na definição de Foucault (1997: 136), como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”. Considerando que o autor articula o campo discursivo com a prática discursiva, ele concebe, sob esta ótica, o discurso não como uma manifestação do sujeito que pensa, ouve, conhece e diz; ao contrário, entende o discurso como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (Foucault, 1997: 62). As posições do sujeito, em Foucault, se definem, assim, pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios. Cabe ponderar que, do ponto de vista da Análise do Discurso, esses lugares institucionais são tratados como instâncias ideológicas.

Em Courtine e Marandin (1981), encontramos a postulação de que é através da descrição de posições-sujeito numa formação discursiva que o processo de assujeitamento, pelo qual o indivíduo é constituído em sujeito de seu discurso, pode ser pensado. Pêcheux (1997) trata da tomada de posição do sujeito em modalidades semelhante às formas de subjetivação do

sujeito, anteriormente apresentadas: a plena identificação, a contra-identificação e a desidentificação. Segundo Courtine (1981: 43), a posição do sujeito pode ser concebida como “uma ligação determinada que se estabelece em uma formulação entre o sujeito enunciador e o Sujeito do saber de uma formação discursiva dada”. Trata-se de uma relação de identificação entre o sujeito enunciador e o Sujeito Universal, a partir da qual diferentes efeitos de sujeito são produzidos no discurso. Quanto ao conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva, continua postulando o autor (*idem*, p. 51), são como “modalidades particulares da identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber com os efeitos discursivos específicos aos quais estão ligados”. Depreendemos daí, que os efeitos de sujeito podem ser, por exemplo, de questionamento ou deslocamento de uma posição dominante ou não no seio da formação discursiva.

Ilustrativamente, pensemos nas dissidências em relação ao discurso do MST (especificamente, aqueles discursos que não mais se identificam plenamente à formação discursiva do MST). Trata-se de discursos que evidenciam uma ruptura com a posição-sujeito no interior da formação discursiva, e não com a forma-sujeito MST. Ocorre um deslocamento, um distanciamento em relação à posição-sujeito dominante nesse domínio do saber. Certas movimentações de sentido produzem tensões e conflitos que se estabelecem na relação entre diferentes posições-sujeito sem determinar ruptura, desidentificação com a forma-sujeito. Portanto, a convivência das posições-sujeito (com certeza, há mais de duas) mostra que esta formação discursiva é heterogênea – pois, há lugar para o diferente, o contraditório – constituindo-se a contradição como condição de existência de toda a formação discursiva

Aproveitamos para pensar brevemente em como se funda um *acontecimento enunciativo* e um *acontecimento discursivo*. A instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma formação discursiva produz um *acontecimento enunciativo*. Trata-se de uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito; de um novo modo de enunciar os sentidos desta formação discursiva, cujo conflito é interno à FD; do surgimento de novos saberes no seio da mesma formação discursiva. Já um *acontecimento discursivo* acarreta o surgimento de uma nova forma-sujeito, uma nova formação discursiva: a ruptura é radical e definitiva. Em outras palavras, o acontecimento discursivo dá origem a um novo sujeito histórico, ao passo que o acontecimento enunciativo proporciona a origem de uma nova posição-sujeito.

A abordagem sobre a heterogeneidade da formação discursiva, em que figuram as noções de forma-sujeito e posição-sujeito, comporta múltiplas reflexões e faz emergir uma rede de significações exteriores e interiores ao discurso. Consideramos oportuno, nesse sentido, pensar e articular a concepção de “rede interdiscursiva de formulações”, apresentada por Courtine (1981), como o lugar de amarramento do interdiscurso com o intradiscurso, de forma que seja possível ao enunciado convocar saberes de outras formações discursivas, atravessadas por relações de contradição, caracterizando-as como heterogêneas. A partir da discussão do lugar da colocação do enunciado enquanto instância de aparecimento e instância de inscrição – ou seja, em nível inter e intradiscursivo –, desdobraremos as noções de interdiscurso e intradiscurso, como também de pré-construído e discurso-transverso.

1.4.2. Interdiscurso e Intradiscurso

Pêcheux (1997), ao apresentar a sua segunda tese sobre a formação discursiva dissimular sua relação de dependência com respeito ao “todo complexo dominante” das formações discursivas, no complexo das formações ideológicas, articula a noção de *interdiscurso* chamando-o de *todo complexo dominante* das formações discursivas. O interdiscurso está no nível do não-dito, do implícito. Está sob o domínio da ideologia – conforme Marx, “um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (*apud* Althusser, 1985: 80, 81). De acordo com Maldidier (1992), o interdiscurso é o objeto de uma formulação tomada da linguagem do marxismo-leninismo.

Pensem no que Pêcheux enuncia: *quando falo, as palavras já vêm impregnadas / contaminadas de outros discursos* (1997). Nesta ótica, o discurso se constitui a partir do “já-lá” (do antes e em outro lugar). É um já-dito no *intradiscurso* – este se trata do “funcionamento do discurso em relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar de ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito)” (*idem*, p. 166).

O autor chama a atenção para o fato de que a formação discursiva não constitui um espaço fechado, visto que ela é atravessada por elementos do interdiscurso, sob a forma de *pré-construídos* que correspondem ao “sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade” (Pêcheux, 1997: 164) e o *discurso*

transverso que, por sua vez, vem do interdiscurso e somente pode ser compreendido em relação a ele. O discurso-transverso pode ser representado por modalidades de implícitos, podendo estar presente na negação, nas formas de determinação dos processos discursivos. É importante termos presente que todo discurso-transverso vem de pré-construídos. Pêcheux (*idem*, p. 167) elucida que o interdiscurso enquanto discurso transverso “atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita”.

Num processo de reflexão dessas noções, Courtine (1981) pondera que a caracterização do interdiscurso de uma formação discursiva representa um ponto crucial na perspectiva do desenvolvimento da teoria de Pêcheux, visto que é a partir do interdiscurso que podem ser analisadas as modalidades de *assujeitamento*. Em relação à primazia do interdiscurso, o autor (*idem*) o define como:

O lugar no qual se constituem, para um sujeito falante produzir uma seqüência discursiva determinada numa formação discursiva dada, os objetos de que este sujeito enunciador se apropria para usar esses objetos que o sujeito enunciador dará coerência a seu propósito na seqüência discursiva que ele enuncia. (1981: 34)⁷²

Dessa forma, o autor propõe uma redefinição teórica de alguns elementos, no qual destaca a enunciação e a formulação como dois níveis fundamentais da descrição de uma formação discursiva. Courtine (1981) trabalha a concepção de enunciado sob duas perspectivas: a configuração interdiscursiva numa verticalidade [E] e a configuração intradiscursivo numa horizontalidade [e]. É no interdiscurso de uma formação discursiva que se constitui o domínio do saber próprio a esta formação discursiva (Sujeito Universal), sendo o interdiscurso, assim, uma instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber de uma formação discursiva. Tal domínio de saber funciona, de acordo com o autor, como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações – aquilo que pode e deve ser dito –, ao mesmo tempo em que funciona como princípio de exclusão do não-formulável – aquilo que é da ordem do censurado, ou seja, que não pode ser dito. Isto poderia fazer supor o fechamento de uma formação discursiva, sobre a qual Courtine destaca a instabilidade. Nesse sentido, o autor (*idem*, p. 250) entende o interdiscurso como “o que regula o deslocamento de suas fronteiras”.

⁷² A tradução deste texto de Courtine é de Elisa Cavedon.

Cabe pontuar que a estabilidade está para a evidência de formação de enunciados; não pelo fechamento das fronteiras de uma formação discursiva, mas pela inserção de saberes de outras formações discursivas, decorrentes de outras condições de produção do discurso, sendo algumas heterogêneas em relação a si mesmas.

O autor observa que definir uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso é um trabalho teórico. Como a contradição na rede das formações discursivas não ocorre somente no nível exterior que relaciona uma formação discursiva à outra, mas internamente a ela, os dizeres são afetados por dizeres de outros domínios de saber, de outras formações discursivas. O discurso de cada um, de cada sujeito, reproduz/transforma, assim, o discurso do outro, conduzindo-nos ao entendimento de que cada um é o espelho dos outros. É nesse sentido que surge a noção de discurso-transverso, estreitamente relacionado à concepção de interdiscurso que, nas palavras de Courtine (1981), deve ser pensado como

um processo de re-configuração incessante, no qual o saber de uma FD é conduzido em função das posições ideológica que esta FD representa em determinada conjuntura, para incorporar elementos pré-construídos produzidos pela exterioridade dela mesma, para em seu interior produzir a redefinição ou a reversão. O retorno de seus próprios elementos (na FD) organiza a repetição, mas também provoca o apagamento, o esquecimento ou até mesmo a denegação. (1981: 250)⁷³

Para Orlandi (2004), há uma parte do sujeito, inacessível ao próprio sujeito, que fala em sua fala; “o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (memória discursiva)” (Orlandi, 2004: 31).

Em relação à noção de intradiscurso, podemos pensar que a seqüência discursiva que é enunciada, horizontal e linearmente, em geral, refrata saberes verticais ou interdiscursivos. A noção pecheutiana de intradiscurso como “fio do discurso” tem sua condição de existência no esquecimento n° 2, no qual há “um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito” (Pêcheux & Fuchs, 1975: 177). Ela é enriquecida por Courtine (1981: 50) com a idéia de “lugar onde se manifesta o imaginário no discursivo, isto é, onde o sujeito enunciador é produzido, lugar da enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável”.

De acordo com Courtine (1981), o intradiscurso é o lugar onde se realiza a seqüencialização dos elementos do saber. Trata-se de uma seqüência lingüística que é uma

⁷³ A tradução deste texto de Courtine é de Elisa Cavedon.

reformulação possível do interdiscurso [E] no interior de uma rede de formulações. Nesse sentido, a inserção do [E] – interdiscurso, a dimensão vertical do enunciado – em uma seqüência lingüística, produz, na dimensão horizontal, uma seqüência discursiva – [e], intradiscurso. Em linhas gerais, pensemos o intradiscurso como materialização do discurso ou como nível tangível do discurso. Assim temos a articulação do interdiscurso [E] no intradiscurso [e], cujos efeitos discursivos estão na relação do enunciado com a formulação, da dimensão vertical (onde se elabora o saber de uma formação discursiva) com a dimensão horizontal (onde os elementos deste saber se transformam em objeto da enunciação).

Retornamos à noção de pré-construído, que é apresentada por Paul Henry (1992) para designar uma construção anterior, exterior e independente – ou seja, um algo que fala antes, em outro lugar e independentemente – em oposição ao que é construído na enunciação. Esta concepção é oriunda do marxismo, e está posta nas formulações de Pêcheux, de Althusser e de Marx.

Pêcheux (1997) apresenta o pré-construído como um dos elementos do interdiscurso, na medida em que constitui (junto com a articulação), no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, re-inscrevendo-se no discurso do próprio sujeito. Esta concepção, segundo o autor, serve de apoio à compreensão da interpelação do indivíduo em sujeito que se efetua pela identificação entre sujeito enunciator e Sujeito Universal. Pêcheux também postula a noção dos pré-construídos como um ponto muito importante na articulação da Teoria dos Discursos com a Lingüística. Nesse sentido, ele representa o ponto de emergência dos processos discursivos em sua relação com a base lingüística – constituindo-se numa materialidade dissimulada na transparência do sentido e realizando-se na dimensão interdiscursiva.

O pré-construído, de acordo com Courtine (1981), representa um desacordo entre o *interdiscurso*, como lugar de construção do pré-construído, e o *intradiscurso*, como lugar da formulação por um sujeito. Ele pode ser entendido como efeito discursivo ligado ao encaixe (encadeamento) sintático. Nesta perspectiva, o pré-construído se encadeia no intradiscurso como se já estivesse ali de antemão. O autor (*idem*, p. 35, 36), ao explicar que o sujeito atribui objetos ao seu discurso a partir das evidências articuladas pelo pré-construído, enuncia que “se constitui, no seio de uma formação discursiva, um *Sujeito Universal* que garante ‘o que cada um conhece, pode ver ou compreende’, e que o assujeitamento do sujeito ideológico se realiza nos termos de

Pêcheux, pela identificação do sujeito enunciador ao Sujeito Universal da formação discursiva”. Assim, a partir do que cada um sabe, do que cada um pode ver, há a mobilização do que pode ser dito e do que deve ser dito em uma dada formação discursiva inscrita sob uma determinada formação ideológica – ou, simplesmente, a mobilização de um algo que já existe para produzir um enunciado.

Sob o ponto de vista analítico, por outro lado, os domínios de saber próprios das formações discursivas precisam ser investigados com base em uma formação discursiva de referência (FDR/SDR), para que se possa apreender os modos como uma determinada formação discursiva se constitui em um “campo maleável”, que comporta partições do sujeito e dos sentidos.

Capítulo II

O DISCURSO DOS OPERÁRIOS INDUSTRIAIS DA AUTOGESTÃO

*“Instruí-vos, porque precisamos de toda a vossa inteligência.
Agitai-vos, porque precisamos de todo o vosso entusiasmo.
Organizai-vos, porque precisamos de toda a vossa força.”*
(Antônio Gramsci)

No capítulo anterior, nossa abordagem pautou-se pela apresentação dos fundamentos do quadro teórico da Análise do Discurso, com ênfase nas concepções de Formação Social, Formação Ideológica, Formação Discursiva e Condições de Produção, tendo em vista a construção de procedimentos metodológicos para esta pesquisa. A partir das nossas reflexões e considerando a materialização discursiva dos sentidos que emergem a partir das condições de formação histórico-sociais, que, por sua vez, determinam as posições-sujeito no interior da luta ideológica de classes, conduzimos nossas reflexões, primeiramente, sobre as condições de formação de saberes da organização operária internacional, para tratar, a seguir, sobre o perfil histórico da organização operária brasileira.

A opção por esse percurso de estudo, que resgata saberes da organização operária internacional e seus desdobramentos na organização operária brasileira para pensarmos o discurso dos operários em empreendimentos de produção industrial autogestionários, encontra justificativas na própria história do proletariado (da classe operária), na formação social cujo

modo de produção é o capitalista. Considerando que as práticas sociais e políticas dos operários não surgem por geração espontânea, mas representam o acúmulo de vivências e saberes construídos/elaborados coletivamente, atravessando gerações, entendemos que é fundamental pensarmos nas diferentes fases do modo de produção capitalista, nas heranças das relações feudais, na formação da burguesia e do proletariado, nas relações de exploração gradualmente aprofundadas de uma classe sobre a outra (ou sobre *as outras*), nas primeiras articulações proletárias, nos primeiros formuladores e intelectuais orgânicos, nas experiências revolucionárias das massas, nas vivências associativas de trabalhadores, nos passos dados pelo movimento operário internacional e seus desdobramentos locais. Assim, estaremos colocando em pauta uma reflexão com questões de ordem sócio-histórico-político-econômica, privilegiando a observação do comportamento e movimento do proletariado em face da luta de classes.

Quanto à organização do operariado e do campesinato brasileiro, devemos ter presente, entre outros aspectos, o processo pós-escravismo (fim do século XIX) e o processo imigratório (especialmente nos séculos XIX e XX), bem como as condições de trabalho dos antigos escravos e fixação dos imigrantes tanto no campo como na cidade. Nesse sentido, buscaremos observar as condições de vida e de trabalho dos antigos escravos, sua inserção e contribuição na organização proletária; também buscaremos refletir e estabelecer relações entre as condições de vida e de trabalho dos imigrantes aqui, as histórias trazidas por eles, seus saberes e suas práticas sociais e políticas, as primeiras iniciativas de organização operária e camponesa, e com elas os conflitos/confrontos destes imigrantes trabalhadores. Cabe ainda pensar nos fluxos migratórios como processos de exclusão de grupos sociais economicamente empobrecidos que, por conseqüência, precisaram encontrar alternativas de sobrevivência. Num primeiro momento, temos o deslocamento de imigrantes, no Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do Brasil, em busca de condições mínimas (ou melhores) de trabalho e que se organizam em comunidades rurais, trabalhando, muitas vezes, coletivamente; num momento posterior, podemos observar o movimento de muitos descendentes destes imigrantes para as cidades de porte médio e grande, o que configura o êxodo rural e o conseqüente inchaço urbano. Entre as variáveis causadoras deste êxodo rural, podemos citar o progresso verde, nos anos de 1950 e 1960, com o estímulo da monocultura; a mecanização do campo, nos anos de 1970, com a substituição da força de trabalho pelas máquinas; a grande recessão dos anos de 1980 e 1990.

Em relação a esses trabalhadores excluídos dos processos econômicos, sejam descendentes de imigrantes, sejam descendentes de escravos, ponderamos que são trabalhadores do campo que precisam se adaptar rapidamente à condição de operários *super-explorados*, tendo em vista sua falta de experiência, desqualificação ou precária qualificação para o trabalho na indústria e comércio, além da discriminação premente. Simultaneamente a isso, precisamos observar as orientações em relação a tal quadro, bem como as práticas sociais e políticas, providas de diferentes instâncias (sindicais, partidárias, educativas, religiosas, governamentais) que, por sua vez, não se inscrevem nas mesmas formações ideológicas e nem discursivas.

Em suma, fazendo esse percurso, entendemos que é possível compreender os desdobramentos organizativos do movimento operário no Brasil e as prováveis repercussões na articulação autogestionária de operários. Nessa ótica, as práticas operárias que culminam com o exercício da autogestão industrial, no RS, são permeadas por saberes que se produzem historicamente em diferentes formações discursivas da classe operária. Assim, podemos dizer que as condições que conduziram operários de uma empresa capitalista falimentar, ou seja, de uma massa falida, à formação de um empreendimento autogestionário, como alternativa de trabalho e renda diante do processo de exclusão do capital, e de novas relações sociais e políticas de trabalho, têm suas raízes na história do proletariado. Essa transformação no perfil de sujeito-operário, de dono apenas da força de trabalho para proprietário (ou gestor, num primeiro momento) também dos meios de produção, implica em novas práticas sociais e políticas à luz de formações discursivas identificáveis no seio da classe proletária, como os saberes anarquistas, socialistas, comunistas, sindicalistas, político-partidários (...).

Nessa perspectiva e considerando que a Formação Discursiva pode ser entendida como a materialização dos saberes da Formação Ideológica no discurso e é afetada pelas condições de produção da própria Formação Ideológica que é heterogênea, tornando também heterogênea a Formação Discursiva, acreditamos que a organização da autogestão operária, aqui enfocada, configura uma nova formação discursiva: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA). Poderia o leitor perguntar se não se trata de uma nova posição-sujeito no interior de alguma formação discursiva político-sindical ao invés de uma nova formação discursiva – o que pretendemos investigar ao longo da presente pesquisa. Tendo em vista que a noção de *posição-sujeito*, formulada por Foucault (1997) e re-dimensionada por Courtine e Marandin (1981), é postulada para pensar a categoria da contradição na materialização

discursiva, observamos que nossa hipótese de formação discursiva se apóia na compreensão de que a autogestão operária representa um espaço de transformação, em que podem ser percebidos o desarranjo e rearranjo de saberes, com apropriação e reformulação de saberes de outras formações discursivas.

Para fins de ilustração do processo de desarranjo (desconstrução) de alguns saberes do domínio empresarial (empresa com gestão capitalista) e rearranjo (reconstrução/reformulação) deles na autogestão operária, optamos por apresentar o seguinte quadro:

Saberes da Gestão Capitalista	Saberes na Autogestão Operária
- Há patrão e empregados, com relações de subordinação destes àquele.	- A figura do patrão é eliminada, bem como as relações de dominação-subordinação de uns sobre os outros.
- Os patrões são donos dos meios de produção e os operários, da força de trabalho (da mão-de-obra).	- Os trabalhadores detêm a propriedade da força de trabalho e dos meios de produção, o que os torna <i>trabalhadores-associados</i> de um empreendimento de autogestão.
- O único objetivo é o lucro (mais-valia).	- O objetivo é a geração de trabalho e renda aos cooperativados e o estabelecimento de novas relações de trabalho – solidárias, coletivas, democráticas e autônomas.
- A concepção de trabalho é desumanizada, servindo apenas para gerar mais-valia (lucro) aos patrões.	- A concepção de trabalho é de que ele agrega valor ao transformar um objeto (a matéria-prima) em um produto que pode ser utilizado diretamente ou vendido no mercado.
- Quando há plano de formação para os operários, ele está relacionado à profissionalização técnica.	- Há programas permanentes de formação política e técnica, bem como de educação para os trabalhadores-cooperativados e suas famílias.

- Os operários são estimulados à competição e ao individualismo entre si.	- Os trabalhadores-associados assumem relações de mútua ajuda e de valorização da coletividade.
- A gestão da empresa é está nas mãos do patrão e/ou de administradores.	- A gestão do empreendimento é coletiva na modalidade autogestionária operária.
- A comercialização dos produtos segue as leis de mercado, da oferta-e-procura, visando tão-somente o lucro.	- As cadeias produtivas organizadas em redes solidárias entre experiências autogestionárias são privilegiadas.
- Todas as decisões da empresa são tomadas pelo patrão e administradores.	- Todas as decisões são tomadas em instâncias de participação de todos os cooperativados ou em conselhos representativos.
- Os operários são assalariados, de acordo com a CLT ou outro contrato social.	- Os associados fazem retiradas periódicas conforme os resultados econômicos obtidos.
- Sob as normas da CLT, os operários têm: FGTS, Férias, 13º Salário, Licença-Maternidade, Licença-Saúde, Previdência Social, etc.	- Como autônomos e donos da própria empresa, os trabalhadores são orientados a estruturar <i>Fundos Internos de Solidariedade</i> .

Na perspectiva de a organização operária autogestionária constituir uma nova formação discursiva, cabe pensarmos como se dão as condições de formação desta Formação Discursiva – a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) –, levando em conta que ela se produz na classe operária e esta se dispersa, ao longo da história, enquanto pertencentes a determinada formação social, em diferentes formações ideológicas sindicais, anarquistas, partidárias, as quais se fundam como instituições, que respondem aos interesses não somente dos operários mas de todos os segmentos proletários da sociedade, de grupos específicos que, de alguma forma, são vítimas de violência simbólica e/ou física, como, por exemplo, imigrantes latinos, africanos, asiáticos (...) em países ditos de primeiro mundo; mulheres; idosos; afro-descendentes; etc. Assim, partimos da compreensão de que a produção de saberes sobre a autogestão encontra alicerces nas Formações Ideológicas de instâncias partidárias de esquerda

(como no PT, no PSOL, no PCdoB e em outros), instâncias anarquistas e na organização sindical, e tomaremos a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) enquanto Formação Discursiva de Referência (FDR). Entre os propósitos implicados para tal (FDR: FDOA), queremos observar se outras formações discursivas intervêm nas condições de formação/consolidação no interior da FDOA, em que medida e por que isto ocorre, bem como a identificação de relações que podem ser estabelecidas entre elas (entre as diferentes formações discursivas).

2.1. DISPOSITIVO METODOLÓGICO

2.1.1. Procedimentos Metodológicos

Para pensar a autogestão operária e suas implicações, remetemos às postulações de Courtine (1981), quanto às condições de produção, que as situa, por um lado, na emergência do acontecimento e, por outro, na contingência histórica da luta de classes. Tratar das condições de produção da autogestão operária na emergência do acontecimento significa pensar na própria falência da empresa capitalista, na qual há o esgotamento de uma gestão empresarial capitalista, sendo promovida a ruptura drástica de relações de produção e de trabalho válidas até aquele momento; e, diante da falência e em consequência dela, a decisão e implementação de um novo modelo de gestão pelos operários, cujas características de gestão não são mais competitivas e individualistas, mas buscam a democracia, a transparência e a autonomia. Podemos dizer que a condição de autogestionários é resultado do aprofundamento das relações contraditórias entre capitalistas e operários, representando um importante passo rumo à emancipação destes trabalhadores de amarras do capitalismo. Cabe ponderar, conforme já referimos anteriormente⁷⁴, que as relações de contradição não são eliminadas na nova gestão, uma vez que não se trata apenas da eliminação das relações patronais. As contradições se reproduzem no interior dos domínios de saberes e para além de suas fronteiras.

Observamos que a opção de operários pelo modelo de autogestão, e não pela busca por outros postos de trabalho em outras empresas capitalistas, é assumida diante das

⁷⁴ Vide página 50.

determinações sócio-econômico-administrativas em uma dada situação de profunda crise de gestão empresarial materializada no estado falimentar de determinada empresa capitalista. É na autogestão que os operários deixam a condição de trabalhadores assalariados isolados, que apenas executam determinadas tarefas e sobrevivem às custas da mais-valia de seus patrões, para tomar a posição de sujeitos, ao mesmo tempo, trabalhadores e gestores de um empreendimento coletivo cujos saberes atendem aos seus interesses, experiência bastante diferente daquilo que já viveram ao longo de sua história no mundo do trabalho.

No entanto, é preciso levar em conta que a opção pelo modelo autogestionário encontra forte “eco”, isto é, respaldo no seio do movimento operário, nas elaborações teóricas de intelectuais orgânicos em diferentes momentos da história. Concepções como *autogoverno*, *solidariedade operária*, *democracia*, *autonomia*, estão na essência das aspirações proletárias, constituindo-se em traços que caracterizam a organização do proletariado internacional. As condições de formação da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) devem ser pensadas, portanto, também na contingência sócio-histórica da classe operária, o que significa considerar os saberes do movimento operário e da autogestão, tendo presente que são permeados por outros saberes que vêm, especialmente, da instância sindical e política, em um processo de reprodução / transformação de relações que precisam ser desarranjadas e posteriormente rearranjadas. Assim, é importante articular a reflexão sobre o processo de discursivização às dinâmicas empresariais capitalistas, associadas por governos e amparadas por mecanismos estatais coercitivos, e às práticas históricas, sociais e políticas no interior do partido e do sindicato⁷⁵. Estes, partido e sindicato, enquanto organismos populares, têm responsabilidade em relação à Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), na medida em que desempenham o papel de fomentadores da prática de gestão coletivizada dos trabalhadores.

Relativamente à opção de a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) ser a Formação Discursiva de Referência (FDR), em nossa pesquisa, somos levados a considerar a partição, proposta por Courtine (1981), da noção das condições de produção do discurso ao formular (a) a noção das *condições de produção da seqüência discursiva de referência* (CP da Sdr), a partir da qual os elementos do corpus são reunidos e organizados, além

⁷⁵ Ponderamos que, tendo em vista o posicionamento contraditório e até antagônico de alguns setores partidários e sindicais relativamente a orientações históricas da classe operária, estamos nos referindo àqueles segmentos ou setores partidários e sindicais considerados progressistas e que buscam manter coerência aos reais anseios do proletariado.

de permitirem que a produção destas seqüências seja situada “na circulação de formulações contidas nas seqüências discursivas que se opõem, se respondem, se citam... a descrever, enfim, o quadro institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção” (*idem*, p. 53, 54); e (b) a noção das *condições de formação do processo discursivo no interior da formação discursiva de referência* (CF da FDR), que determina a organização em seqüência das formulações no *intradiscurso* – no fio do discurso. Courtine (*idem*) observa que

A articulação dos planos respectivos de determinação das condições de formação da Formação Discursiva de Referência (CF da FDR) e das condições de produção da Seqüência discursiva de referência (Sdr) autoriza a compreensão das relações entre interdiscurso e intradiscurso, enunciado e formulação, sujeito do saber próprio à formação discursiva de referência e sujeito enunciativo, memória e atualidade. (1981: 55)

Nessa perspectiva, a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) se instaura a partir da discursivização da massa falida (do acontecimento da falência da empresa capitalista) e também como acontecimento histórico-social, cuja discursivização faz emergir o imbricamento de domínios de saberes de diferentes formações discursivas que se inscrevem em uma ou mais formações ideológicas. Assim, a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) se constitui, neste estudo, como a formação discursiva de referência (FDR), que é atravessada, em diferentes medidas, por outras formações discursivas, como: a *Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária* (FDPPA), que produz saberes sobre a autogestão e que encontra alicerces em instâncias como a ANTEAG⁷⁶ (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), partidos identificados como proletários (PT, PSOL, PCdoB, PCB, PSTU, etc.), sindicatos (STIMMEC e outros); a *Formação Discursiva Empresarial* (FDE), em que estão colocados saberes da gestão capitalista, em que estão refletidas relações profundamente conflituosas e antagônicas entre patrões e operários.

⁷⁶ A ANTEAG foi constituída oficialmente em maio de 1994, no seu 1º Encontro Nacional, por trabalhadores de empresas autogestionárias. Segundo Edson Pilatti, assessor liberado pela Anteag para a Região Sul, em entrevista concedida a nós, em 2006, a Anteag foi fomentada por um grupo de técnicos ligados ao DIEESE, que progressivamente passou a ter a participação de trabalhadores e empresas autogestionárias, com a parceria de alguns setores sindicais. Ela pode ser pensada como uma instância promotora da autogestão, da organização popular na base, que vem permeada por saberes anarquistas e anarco-sindicalistas. Nesse sentido, observamos que alguns de seus intelectuais orgânicos tiveram participação em processos de organização das massas em outros países – como é o caso da articulação de cooperativas de entre-ajuda e autogestão no Chile, durante o governo Allende, entre 1970 e 1973, governo que é bruscamente interrompido por golpe, promovido pela direita chilena e Cia, sob as ordens de Pinochet.

2.1.2. Sobre a constituição do *corpus*

Para pensar a constituição do corpus, remetemos inicialmente a alguns princípios fundamentais apresentados por Courtine (1981: 25). De acordo com o autor, são três os princípios que devem ser respeitados quando o corpus de análise é constituído, a saber: (a) a exaustividade (“não deixar na sombra nenhum fato discursivo pertencente ao corpus”), (b) a representatividade (“não tirar uma lei geral de um fato constatado de uma vez só”) e (c) a homogeneidade (“constituição de corpus discursivo em AD se efetua sob a condição de um postulado muito forte da homogeneidade ou de coerência discursiva mesmo nos tratamentos de contraste”). Cabe observar que este último princípio é de difícil aplicação, tendo em vista a heterogeneidade discursiva; ainda assim deve ser aplicado na medida do possível, já que sendo os processos discursivos heterogêneos, convocam a constituição de um corpus heterogêneo.

Considerando que a constituição do corpus discursivo de análise é atravessada, prioritariamente, por sentidos que referem relações de contradição, provindos de diferentes regiões do interdiscurso, na perspectiva do materialismo dialético, o que o caracteriza como heterogêneo, a operação de coleta do corpus segue um plano de pesquisa definido, tendo em vista as condições de produção dos saberes dos operários industriais autogestionários, ao longo da história, e as condições de formação de saberes e de produção de processos discursivos no interior da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Nesse sentido, trabalharemos tanto com um corpus experimental quanto com um corpus de arquivo, que são, respectivamente, este formado por materiais obtidos a partir de questionários ou outro tipo de resposta solicitada e aquele constituído a partir de um campo de documentos relacionados a um tema nuclear. Cabe observar que o percurso histórico é fundamental em nossa tese, uma vez que permeia e faz ecoar saberes possíveis de serem observados/percebidos nos diferentes corpus que utilizaremos na pesquisa. Nessa ótica, para a constituição do nosso corpus discursivo, que passa pela extração de seqüências discursivas de referência, utilizaremos diferentes instrumentos, que são, em linhas gerais: (a) as *entrevistas*⁷⁷ com operários autogestionários sindicalizados e não-sindicalizados, com assessores e agentes de apoio aos empreendimentos de autogestão; e (b) os *materiais de formação e de informação*. Cabe

⁷⁷ Vide os anexos IV, V, VI, VII e VIII.

ponderarmos que, especialmente, nas entrevistas com os operários, buscaremos observar como eles se percebiam enquanto trabalhadores da empresa capitalista; como repercutiu para o conjunto dos operários o período pré-falimentar e falimentar desta empresa; como foi concebida a idéia da autogestão, o processo de construção cooperativa autogestionária e os principais limitadores desta experiência. Assim, buscaremos observar a discursivização destes saberes que norteiam as relações autogestionárias e em que medida são ali concretizados.

A partir da discursivização de saberes coletados com os instrumentos acima enumerados, pretendemos construir uma reflexão acerca de algumas questões que podem ser assim expressas:

- (1) De que forma os operários se colocam como operários antes da massa falida e depois da instauração do empreendimento autogestionário?
- (2) Como se caracterizam as posições dos operários sindicalizados e não-sindicalizados e em que medida tais posições produzem diferenças em relação às escolhas dos operários?
- (3) Até que ponto a transformação que se opera na experiência de autogestão operária consegue superar as práticas de reprodução das relações de exploração capitalista?
- (4) Como se discursivizam as práticas da gestão operária a partir do processo de *ocupação* do lugar (processo de desarranjo e rearranjo) dos saberes capitalistas que, aparentemente *fragilizados* (ou com menor repercussão), se deslocam? Traços de reprodução e de transformação de práticas já sedimentadas no plano discursivo podem ser percebidos? De que forma se dá a materialização discursiva?
- (5) Como se caracterizam as relações entre a formação discursiva de referência, a FDOA, e as demais formações discursivas (FDPPA e FDE) que se articulam a ela?

Para pensar estas questões e compreendermos como e por que se dá o imbricamento das formações discursivas acima relacionadas, a Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) e a Formação Discursiva Empresarial (FDE), com a Formação Discursiva de Referência, a Formação Discursiva dos Operários Autogestionária (FDOA), nossa opção foi traçar um percurso histórico que leva em conta diferentes momentos do movimento operário internacional e seus desdobramentos na organização operária no Brasil, a partir de intelectuais orgânicos. Neste percurso, buscaremos articular concepções de autogestão,

formuladas historicamente a partir de práticas e saberes anarquistas, socialistas, comunistas, sindicalistas; e observar como se dá a implementação destas concepções nas recentes experiências autogestionárias gaúchas de produção industrial.

2.2. UM POUCO DE HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Tendo em vista as reflexões, em âmbito teórico e metodológico, que vêm sendo construídas até agora, dedicaremos as próximas páginas do presente trabalho ao resgate sócio-histórico de saberes do movimento operário, articulando-o à concepção de autogestão operária para, dessa forma, buscar compreender as condições de produção da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) e o processo de atravessamento desta pelas demais formações discursivas (FDPPA e FDE – respectivamente, Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária e Formação Discursiva Empresarial), anteriormente já mencionadas.

Fazer este resgate sócio-histórico é, na verdade, pensar as condições de formação dos saberes que perpassam a classe proletária ao longo da história e como estes saberes são reproduzidos e transformados nas diferentes formações discursivas que emergem nesta classe, especialmente na situação contextual brasileira. Nesta perspectiva, as condições de formação/produção dos saberes operários, suas práticas sociais e políticas, funcionam, por sua vez, como condições de formação da própria FDOA, já que esta não se cria por geração espontânea. Cabe a ponderação de que a organização autogestionária é marcada ainda pelo acontecimento da falência de determinada empresa capitalista, o que significa que as condições de formação da FDOA estão colocadas, por um lado, nas condições históricas e, por outro, na emergência do acontecimento.

2.2.1. A Organização Operária Internacional

A história da humanidade pode ser pensada e contada sob diversos aspectos, mas realmente faz sentido quando relacionada ao movimento global da transformação social. A compreensão dos pensamentos e representações da realidade está ancorada na compreensão da

prática da vida e vista a partir de manifestações e concepções culturais que a reflete, o que significa observar as condições de existência material dos homens.

Toda abordagem reflexiva sobre as forças orgânicas das classes trabalhadoras deve ser pensada na perspectiva da luta ideológica, nas relações conflituosas entre elas e as classes dominantes. Assim, na história das lutas contra as injustiças sociais, muitos foram os protagonistas: profetas do *Velho Testamento*, lideranças e estudiosos dos séculos subseqüentes ao nascimento de Jesus Cristo⁷⁸, escritores e filósofos do *Século das Luzes*⁷⁹, primeiros socialistas, socialistas utópicos, primeiros teóricos de correntes socialistas no movimento operário, social-democratas, anarquistas, anarcossindicalistas, socialistas marxistas e comunistas.

Para pensar organicamente a luta pela libertação dos trabalhadores das amarras promotoras da submissão ao capital e progressiva evolução do pensamento associativo autogestionário, nos últimos dois ou três séculos, optamos por considerar, como ponto de partida para nossas reflexões, o final do século XVIII, no período da Revolução Francesa (1789-1799). Esta, embora situada no quadro das revoluções burguesas, contou com a participação de camponeses e trabalhadores pobres urbanos (*sanculotte*), o que nos permite pensar nos primeiros socialistas. Nesse sentido, democratas franceses, como Graco Babeuf, contrapondo o pensamento e as práticas liberais da época, propuseram a intervenção do Estado na esfera econômica, de formas a impor limites à ganância dos ricos e criar uma certa igualdade no plano da vida prática, da existência material. Cabe destacar que Graco Babeuf (François-Noel Babeuf), um revolucionário francês de orientação claramente coletivista e utópica (ou até comunista utópico), foi um dos fundadores da organização clandestina *Conspiração dos Iguais*, que acreditava na instauração da igualdade entre as pessoas, tornando-as verdadeiramente livres, através de uma nova e última revolução. Podemos dizer que a *Conspiração dos Iguais* representou um dos primeiros movimentos políticos com vistas à coletivização dos meios de produção, cuja

⁷⁸ A referência do nascimento de Jesus Cristo se deve ao fato de representar o ponto de partida para a contagem do tempo, conforme o calendário dionisiano – proposto pelo monge Dionísio, no ano de 532 –, que é seguido nos países ocidentais.

⁷⁹ De acordo com Mandel (1987: 12), o “espírito do tempo” do *Século da Luzes* (século XVIII) é caracterizado pela fé na razão humana como motor de emancipação humana. O autor afirma que “estimulado por uma inversão radical nas relações de força entre a burguesia de um lado, e a monarquia, a nobreza e o clero de outro, esse impulso emancipador encontrará sua expressão suprema nas duas grandes revoluções do século XVIII” – a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789.

concepção de propriedade é a de ser a causa de todos os males⁸⁰. Esta organização, como outras tantas, foi duramente reprimida e esmagada em 1797, tendo seus líderes executados.

Nessa ótica, reportarmo-nos às reflexões de Kropotkin (1987) que observa que a vida dos camponeses europeus estava repleta de hábitos e costumes de ajuda e apoio mútuos, cuja concepção de posse comunal da terra tinha grande importância e era amplamente difundida, apesar dos esforços de destruição de valores e instituições de apoio mútuo por parte dos Estados modernos. O autor remete ao século XVI para mostrar que as guildas⁸¹ e comunas urbanas foram aniquiladas pela violência dos Estados militares. Para fins de ilustração, Kropotkin (*idem*, p. 144) remete à política industrial dos Estados modernos, na Grã-Bretanha, onde “já no século XV, o Parlamento iniciou a obra de destruição das guildas; mas medidas decisivas contra elas foram tomadas só no século seguinte”. Tais medidas diziam respeito à apropriação pela coroa de “todas as confrarias, irmandades e guildas que se encontravam nos limites da Inglaterra, Gales e outros domínios do rei” (*idem*, p. 144⁸²), como também estavam relacionadas ao controle do número de aprendizes para cada ofício e à regulamentação detalhada da própria técnica de cada produção. Podemos pensar, aqui, no nascimento do capitalismo e no surgimento das figuras do mercante-empresendedor e banqueiro. Por um lado, as discussões e dificuldades técnicas estavam fora do alcance dos funcionários do Estado e, por outro, sua constante interferência não permitia o desenvolvimento dos ofícios, levando a maioria deles à decadência completa. Por conseqüência, já no século XVIII, houve rebelião contra a regulação da produção pelo Estado. Nesta ótica, a Revolução Francesa teve papel importante na destruição – ou, pelo menos, na redução – da interferência da burocracia na indústria, o que foi brindado pela burguesia francesa e, posteriormente, propagou-se em outros países europeus. O Estado, entretanto, continuou a emitir leis contra as uniões operárias, sob a ameaça de severos castigos para qualquer espécie de acordo entre os operários. Ainda assim, segundo Kropotkin (1987), a tendência de ajuda mútua das uniões operárias não foi destruída, visto que constantemente tais uniões se reconstituíam. Em seus escritos, encontramos a seguinte observação que ilustra uma forma de sobrevivência e desenvolvimento da organização operária de mútua ajuda:

⁸⁰ Há registros que Babeuf, em sua defesa no Tribunal que o condenou à morte, justificou a organização da Conspiração dos Iguais em função da necessidade de suprimir pela força os privilégios dos proprietários, dizendo que “a propriedade é, sobre a terra, a causa de todos os males”. (Konder, 2003)

⁸¹ As *guildas* são associações de mutualidade formadas na Idade Média entre as corporações de operários, negociantes ou artistas/artesãos.

⁸² Em nota de rodapé.

Sob a aparência de sociedades de amigos (*friendly societies*), de clubes de enterros, ou de irmandades secretas, as uniões se estenderam por todas as partes: na indústria têxtil, entre os trabalhadores das cutelarias de Sheffield, entre os mineiros; e se formaram também poderosas organizações federais para apoiar as uniões locais durante as greves e perseguições. (Kropotkin, 1987: 146)⁸³

Longe de a prática operária de mútua ajuda ser tarefa fácil, ela se propagou teimosamente, sob diferentes designações, ao longo da história até os nossos dias, sempre significando aos operários muitos sacrifícios como: tempo e dinheiro dedicados à organização operária, greves e suas implicações como o risco de perder o posto de trabalho.

Na primeira metade do século XIX, a Europa viveu o auge do *romantismo*⁸⁴ e é nessa atmosfera que floresceram as utopias socialistas, derivando daí a denominação “socialistas utópicos”. Estes imaginavam sociedades nas quais as pessoas estariam livres das conseqüências perversas da sociedade burguesa, divergindo, no entanto, uns dos outros quanto às especificidades dessa sociedade e o método para sua efetivação – cada um sonhava um sonho diferente e propunha um caminho distinto para realizar esse sonho. Destacamos Henri de Saint-Simon, Charles Fourier e Roberto Owen entre os principais representantes do socialismo utópico.

Relativamente ao filósofo e escritor francês Saint-Simon, é dele a defesa sobre debitar ao Estado o dever de planejar e organizar o uso dos meios de produção. Em suas cartas de Genebra, observa Engels (1988), Saint-Simon formulou a tese de que *todos os homens devem trabalhar*, na defesa enfática de que qualquer tipo de poder deveria ser retirado das mãos dos burgueses – de homens que vivem da renda, nobres, altos funcionários do clero e das Forças Armadas. É nele que encontramos a idéia, em estado embrionário, de que a situação econômica é a base das instituições políticas, o que conduz à idéia de “abolição do Estado” – intensivamente discutida no período posterior.

Já a concepção de propriedade comunitária e o princípio de “*a cada um segundo suas necessidades*” são de Charles François Fourier – pequeno comerciante francês. Observamos

⁸³ A tradução do texto referido texto de Kropotkin foi realizada por Elisa Cavedon.

⁸⁴ De acordo com o Hernández e Cisneros (*In: Dicionário de Ciências Sociais*, 1986: 1083), o romantismo ou romanticismo provém de *romant* ou *romance*, e foi empregada primeiro pelos românticos ingleses, sendo que, em 1659, H. More aplicava o adjetivo *romantic* ou *romantik* a toda invenção que refletisse a liberdade de criação dos romances. Foi bastante utilizada pelos românticos alemães (Schlegel, Novalis) e também por J.-J. Rousseau. Sob a expressão **romanticismo político** estão reunidas as diferentes escolas de teoria política das últimas três décadas do século XVIII a meados do século XIX a que pertenceram escritores impregnados de romantismo, embora muitas vezes com idéias políticas conflitantes.

que este princípio é atualmente considerado fundamental nas experiências de Economia Popular e Solidária, na medida em que as relações sociais e econômicas de produção e consumo estão baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e, fundamentalmente, na valorização dos seres humanos. Crítico e satírico, ao mesmo tempo, Fourier traz, acerca das condições sociais da época, a denúncia da especulação criminosa desencadeada com o espírito mesquinho do comércio francês naqueles tempos, e, especialmente, a crítica das relações entre os sexos e da posição da mulher na sociedade burguesa. Cabe registrar aqui que, segundo Engels (*idem*, p. 38), Fourier foi “o primeiro a proclamar que o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral”. Esta questão permeia as reflexões contemporâneas da autogestão, especialmente no que tange à democracia.

Observamos ainda que o socialista utópico (Fourier) desenvolveu uma concepção de história segundo a qual a humanidade atravessou diferentes fases ou etapas em sua evolução – o selvagerismo, a barbárie, o patriarcado – e chegou à era da *civilização* que é também denominada de *sociedade burguesa* – sociedade com regime social implantado desde o século XVI. Nessa ótica, ele concebe a civilização num círculo vicioso, num ciclo de contradições, que se reproduz constantemente sem poder superá-las, conseguindo sempre precisamente o contrário do que deseja ou alega querer conseguir.

Ainda na França, consideramos importante a referência ao advogado Etienne Cabet que marcou profundamente a consciência operária às vésperas da revolução de 1848 e, provavelmente, foi o autor utópico que maior influência exerceu no meio operário durante sua vida. Para Mandel (1987), a descrição de Cabet de uma *economia planejada pelo Estado* – oposta à economia de mercado – teve influência direta sobre os social-democratas franceses e alemães – por exemplo, o francês Louis Blanc⁸⁵ e o alemão Ferdinand Lassalle⁸⁶.

Na Inglaterra, em meio à série de agitações operárias, que culminaram, em 1825, na revogação das leis de 1797 e 1799 contra as coalizões (*Combinations Laws*), o movimento operário teve novo impulso. Trata-se de um período, por um lado, de grave crise social, levando em conta a abusiva exploração do proletariado pelos capitalistas (especialmente em relação às

⁸⁵ Louis Blanc (1811-1882): socialista utópico e político francês. Ministro durante a revolução de 1848. Procura empregar os desempregados nos “Ateliers Nationaux” cujo fechamento provoca insurreição operária de junho de 1848. (Mandel, 1987: 103, 104)

⁸⁶ Ferdinand Lassalle (1825-1864): fundador do primeiro partido operário alemão em 1863. Seu partido funde-se com o partido marxista no Congresso de Gotha em 1875. (Mandel, 1987: 109)

crianças e mulheres), a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, a submissão patriarcal e da família, o amontoamento em bairro de uma população provinda do campo; e, por outro, da organização de uniões e federações nacionais em todos os setores de produção. Em tais circunstâncias, Robert Owen⁸⁷ começou a organização de sua “Grande União Consolidada Nacional” das uniões profissionais que, segundo Kropotkin (1987), conseguiu reunir quase meio milhão de membros em poucos meses.

Engels (1988: 40) observa que Owen “assimilava os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, segundo os quais o caráter do homem é, por um lado, produto da sua organização inata e, por outro, fruto das circunstâncias que envolvem o homem durante a sua vida, sobretudo durante o período do seu desenvolvimento”. Para Owen, as forças produtivas – que historicamente tinham servido para que alguns enriquecessem e as massas fossem escravizadas – lançavam as bases para uma reconstrução social e estavam fadadas somente para o bem-coletivo, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade. Movido por um profundo sentimento de revolta contra a miséria operária na Grã-Bretanha, colocou-se na defesa sucessivamente da legislação social, na fundação de colônias comunistas na América, na centralização dos sindicatos ingleses em uma única confederação nacional e finalmente na criação de cooperativas operárias de produção. As colônias cooperativas, organizadas por ele, na qual a propriedade privada seria excluída, deveriam funcionar com critérios de justiça distributiva para os bens produzidos.

Apesar da grande repercussão de suas idéias, a Grande União Nacional de Owen foi dissolvida e este teve que renunciar à sua tentativa de união Internacional – à Internacional. De acordo com Kropotkin (1987), por toda a Inglaterra,

tanto as empresas particulares como também o Estado, em suas oficinas, começaram a obrigar seus operários a romper todos os laços com as uniões e a firmar um *document*, quer dizer uma renúncia redigida neste sentido. Os unionistas foram perseguidos em massa e detidos sob a ação da lei “Sobre os senhores e seus servidores”, em virtude da qual era suficiente a simples declaração do patrão da fábrica sobre a suposta má conduta de seus operários para prendê-los em massa e julgá-los”. (1987: 147)⁸⁸

⁸⁷ O inglês Robert Owen, de infância pobre, começou a trabalhar aos 10 anos de idade e aos 19 anos já era gerente em uma fábrica de algodão em Manchester.

⁸⁸ A tradução deste texto de Kropotkin foi feita por Elisa Cavedon.

Podemos dizer que historicamente a organização operária tem enfrentado obstáculos dos mais diversos, sejam da ordem da violência física, sejam da ordem da violência simbólica. A história brasileira, especialmente no século XX, como veremos mais adiante, neste texto, vem “recheada” de exemplos das mais diversas violências contra o operariado. Apesar das muitas perseguições e condenações sofridas, das perdas de camaradas operários – por assassinatos ou por cooptação pelos/aos interesses burgueses – a obra da associação dos operários se prolongou ao longo de toda a história.

Se considerarmos alguns dos materiais de formação utilizados atualmente pelo movimento sindical para assessoria aos operários autogestionários gaúchos⁸⁹, encontramos constantes referências sobre as idéias de Robert Owen como precursor do cooperativismo de produção. Além disso, chama-nos a atenção a ênfase sobre a observação de que ele usava o termo “co-operation” – ao invés de “cooperativa” – que significa trabalhar juntos, em comunidades de produção.

Cabe-nos ressaltar que os grandes socialistas utópicos são considerados os verdadeiros precursores do socialismo moderno. Embora tenham recebido, muitas vezes, a acusação de estarem desligados da realidade social e econômica de sua época ou de não terem se preocupado com as coisas práticas, é importante a ponderação de que os socialistas utópicos se revelaram críticos lúcidos da sociedade burguesa, apreendendo os traços essenciais de sua evolução a longo prazo e suas contradições, antecipando as transformações necessárias para o advento de uma sociedade sem classes.

Podemos dizer que, nas concepções dos socialistas utópicos, encontramos um eco das aspirações de uma classe social em formação, ou seja, o proletariado urbano industrial, em meio ao florescimento e evolução da industrialização. Em certo sentido, os socialistas utópicos foram a expressão dos sonhos dos proletários.

Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que, por volta do século XVIII, o modo capitalista de produção e, com ele, o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, estava pouco desenvolvido, conforme bem o destaca Engels (1988) que faz a seguinte afirmação:

⁸⁹ Estamos nos referindo ao Caderno “Formação de autogestão: história, legislação e funcionamento”, da Coleção Economia Popular Solidária, de responsabilidade da ANTEAG e da Escola de Trabalhadores 8 de Março, publicado pela CORAG, entre 2000 e 2001.

só a grande indústria desenvolve, por um lado, os conflitos que transformaram numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação do seu caráter capitalista – conflitos que eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por elas criadas – e, por outro, desenvolve nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos. (1988: 34)

Nessa perspectiva, pensemos na ação proletária de resistência e de fortalecimento em meio à luta ideológica. Assim, à parte as conseqüências trazidas por prolongadas greves – por exemplo, as perseguições, a fome, a emigração forçada de grande parte da população de determinada localidade e fuzilamento de grevistas –, as milhares de demissões em massa que se produziram, a cada ano do final do século XVIII e início do XIX, por toda a Europa, fizeram eclodir as chamadas “greves por solidariedade”, cujo caráter era de apoio dos trabalhadores aos companheiros despedidos do trabalho além de defesa dos direitos de suas uniões operárias. De acordo com Kropotkin (1987), embora a imprensa insistisse em tratar a greve como uma “intimidação”, entre os grevistas há um forte espírito de ajuda e apoio mútuos e, para ilustrar, o autor faz referência aos trabalhadores voluntários para organizar a ajuda e a distribuição de comida durante a grande greve dos operários das docas de Londres, em 1880. Desde muito cedo, os operários perceberam a necessidade de se organizarem com fundos de greve e outras ações de solidariedade – por exemplo, a partilha de comida entre vizinhos e familiares de operários ou a distribuição de hortaliças dos mineiros de Rodstock aos camaradas de Bristol (Kropotkin, 1987: 149). Nasce assim o primeiro de maio.

Nesse sentido, podemos dizer que entre os principais princípios que sustentam o movimento operário está o espírito de ajuda mútua. A partir desta concepção, fazemos intervir o pensamento de que o desenvolvimento da cooperação realmente conduzirá a humanidade a uma forma superior de relações econômicas. Depreende-se daí que muitos se integram e se mantêm no movimento operário tendo em vista tal fé, tal esperança. A importância do cooperativismo na dinâmica social e econômica européia, como na Inglaterra, Holanda, Dinamarca e Alemanha, lembra Kropotkin (1987), é bastante reconhecida. No entanto, é na Rússia que o espírito cooperativo se elabora e efetiva de forma mais natural, constituindo-se a própria essência da vida camponesa russa. Trata-se do *artel* (cooperativa não-oficial). Nas palavras de Kropotkin (*idem*, p. 152), “toda a história da ‘criação da Rússia’ e da organização da Sibéria se apresenta na realidade como a história dos *arteli* de caçadores e de industriais, imediatamente após os quais se

estenderam as comunas de aldeia”. Assim, a vivência do princípio de ajuda e apoio mútuos pode ser facilmente observada nas relações práticas das camadas populares.

Considerando as experiências de autogestão operária, no período contemporâneo, dizemos que se trata de uma oportunidade de as pessoas do meio popular (as massas, os proletários, os excluídos social e economicamente) se envolverem e, dessa forma, vivenciarem , com todos os seus desafios e as suas contradições, uma forma de socialismo, com solidariedade e ajuda mútua, no interior da dinâmica capitalista de mercado e de individualismo.

A experiência cooperativa na economia popular e solidária é, acima de tudo, um resgate da cidadania de pessoas historicamente exploradas e marginalizadas na formação social capitalista. Estas pessoas experimentam o gozo dos direitos iguais para todos os que estão envolvidos; o prazer de poderem livremente expressar suas idéias, opiniões, angústias e dúvidas, e serem escutadas; o orgulho de perceberem que suas opiniões e concepções são respeitadas e pesam nas decisões da coletividade. Nesse sentido, tomemos as palavras de Paul Singer (2000) que é enfático ao fazer a seguinte afirmação:

Em todos os sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da política e dos contraventores, por exemplo. O caráter revolucionário da economia solidária abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão. (2000: 28)

Esta última questão, colocada pelo autor, escancara concretamente uma opção dos cooperados em geral que, mesmo se a economia capitalista tivesse um crescimento tal de formas a absorver todos os trabalhadores no mercado de trabalho assalariado, mantêm-se no empreendimento associativo. É muito comum, lembra Singer (*idem*), operários autogestionários recusarem emprego, dizendo que *já não agüentam mais trabalhar para um patrão*, sob uma ditadura do capital em que todos os que trabalham só podem fazê-lo por ato da *vontade* do capitalista. Precisamos ponderar, no entanto, que há associações em que, após um certo período de funcionamento, os cooperados optam pela sua dissolução, cuja justificativa se pauta nas dificuldades que o próprio princípio de cooperação impõe em meio aos mecanismos competitivos capitalistas profundamente enraizados em nossa sociedade. Ainda assim, estes cooperados que desistem de uma experiência

autogestionária preservam, de modo geral, os valores de solidariedade, mantendo-se como ativistas sociais, e raramente retornam a uma condição de simples operário submetido às relações de exploração patronal.

Ao remetermos ao século XIX, temos condições para observar que a luta de classes entre o proletariado e a burguesia passou a figurar fortemente no plano da história dos países europeus mais avançados, simultaneamente ao desenvolvimento, por um lado, da grande indústria e, por outro, da dominação política recém-conquistada pela burguesia. As doutrinas burguesas da identidade de interesses entre o capital e o trabalho passaram a ser refutadas pelos fatos. Não era mais possível ignorar o socialismo francês e inglês – embora fosse imperfeito enquanto expressão teórica. Diante dessa conjuntura, Engels (1988) faz a seguinte afirmação:

Os novos fatos obrigaram à revisão de toda a história anterior, e então viu-se que, com exceção do Estado primitivo, *toda* a história anterior era a história da luta de classes, e que essas classes sociais em luta entre si eram em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações *econômicas* da sua época; que a estrutura econômica da sociedade em cada época da história constitui, portanto, a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc., de cada período histórico. Hegel libertara da metafísica a concepção da história, tornando-a dialética; mas a sua interpretação da história era essencialmente idealista. Agora, o idealismo fora despejado do seu último reduto – a concepção da história –, substituída por uma concepção materialista da história, com o que abria caminho para explicar a consciência do homem pela sua existência, e não esta pela sua consciência, que era até então o tradicional. (1988: 52, 53)

Cabe observarmos que as noções de classe social e de luta de classe já eram conhecidas por socialistas utópicos e por autores burgueses franceses, mas faltava uma explicação científica da origem das classes, das causas de seu desenvolvimento, da explicação da história humana pela luta de classes, das condições materiais e morais sob as quais a sociedade de classes pode dar lugar a uma sociedade socialista sem classes.

Assim, o socialismo passou a figurar como produto necessário da luta entre o proletariado e a burguesia, cuja missão estava em (1) investigar o processo histórico econômico responsável pelo surgimento dessas classes e seu conflito e (2) descobrir soluções para o conflito na economia assim criada. O socialismo tradicional, conforme Engels (*idem*), não estava em condições de indicar claramente em que consistia e como nascia a exploração da classe operária.

No *Manifesto Comunista*, escrito em 1847, Marx e Engels explicam como a sociedade socialista resultará da luta da classe operária contra a burguesia, chamando a atenção sobre a necessidade dos operários lutarem não simplesmente por aumentos de salários, mas também pela abolição do trabalho assalariado. Era decorrente disso a necessidade de constituir partidos operários independentes, de completar a ação de reivindicações econômicas por uma ação política no plano nacional e internacional. É, portanto, à luz da teoria marxista, que nasce o movimento operário moderno numa fusão entre a luta de classe elementar da classe operária e a consciência de classe proletária elevada à sua mais alta expressão – fusão resultante de toda evolução do movimento operário internacional entre a década de 50 e 80 do século XIX.

A organização do movimento operário europeu em nível internacional, apesar das sensíveis diferenças de opinião entre seus líderes, teve seu início na segunda metade do século XIX, a partir da percepção de que a burguesia dos diversos países já estava organizada em escala mundial. Para Marx e Engels, há uma estreita combinação entre a emancipação política e a emancipação econômica e social, sendo a organização sindical permanente uma forma elementar indispensável à luta de emancipação da classe operária. Gradual e progressivamente é que floresce uma fusão do movimento de organização e ação real do proletariado com as principais conquistas do socialismo científico – tornando os elementos da doutrina marxista, de modo geral, acessíveis às grandes massas.

Ressaltamos que todo o esforço de Marx e Engels, no sentido de *unificar o movimento operário* para além das barreiras sindicais, políticas, étnicas, raciais, nacionais, internacionais e entre operários e operárias, baseava-se em conceitos de organização democrático-pluralista. Assim, surge a *Associação Internacional dos Trabalhadores*, em Londres, em 28 de setembro de 1864 – também chamada de Primeira Internacional. Claramente comuns à grande maioria das organizações operárias, no final do século XIX, os objetivos da Associação Internacional dos Trabalhadores esboçavam questões como a apropriação coletiva dos meios de produção, a criação de uma sociedade sem classes, a democracia operária alicerçada na auto-organização do proletariado. Para Marx (1864, *In: Obras Escolhidas de Marx e Engels*, s/d: 322), “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

A Associação Internacional (Primeira Internacional) teve duração efetiva de uma década (1864-1874), representando, para Marx e Engels, uma importante experiência de

convivência real com organizações de massa da classe operária e, especialmente, desafiadora experiência de encontro com um meio operário ideológica e politicamente muito diversificado – dados os problemas do pluralismo e da democracia operária. Nesse sentido, situamos a *Comuna de Paris*, em 1871, essencial, aos autores, para esclarecer a questão teórico-política do Estado e a questão capital dos objetivos políticos da revolução proletária, ou seja, o estabelecimento e a forma da ditadura do proletariado. Além disso, ela foi particularmente interessante porque não nasceu de um plano ou programa previamente elaborados por um partido operário, mas de um movimento espontâneo das massas, expressando uma tendência de substituição da democracia burguesa pela democracia proletária através da destruição do aparelho de Estado burguês. A origem imediata da Comuna era essencialmente política, pois havia, de acordo com Mandel (1982: 62), “a desconfiança dos operários de Paris em relação à burguesia, acusada de querer entregar a cidade aos exércitos prussianos que a cercavam – combinando simultânea e constantemente reivindicações econômicas e reivindicações políticas”. Cabe observar, porém, que o proletariado se encontrava sem uma direção revolucionária consciente, sendo seu heroísmo insuficiente para assegurar a vitória.

Após a desagregação da Primeira Internacional e após a derrota da Comuna de Paris, formaram-se movimentos e partidos socialistas, cuja corrente majoritária era o marxismo; e, a partir da década de 1890, partidos social-democratas na França, Noruega, Áustria, Holanda e, especialmente, na Rússia e na Alemanha, sob a direção, respectivamente, de G. V. Plekhanov e de K. J. Kautsky. Entre 1889 e 1891⁹⁰, foi fundada a Segunda Internacional, em Paris, com os partidos socialistas da Europa e da América, dissolvida em 1914 e reorganizada após a I Guerra Mundial.

A influência do marxismo no seio do movimento operário organizado se desenvolveu de forma decisiva apenas a partir do surgimento dos grandes partidos social-democratas de massa, nas duas últimas décadas do século XIX. No caso dos países anglo-saxões, a influência marxista nos sindicatos sempre ocupou uma posição marginal. Consideremos a seguinte ponderação de Mandel (1987) em relação à social-democracia:

⁹⁰ O Dicionário de Ciências Sociais (organizado por B. Silva, em 1986, na página 1136) traz o registro de fundação da Segunda Internacional no ano de 1899. Todos os outros autores consultados (Mandel, 1982, 1987; Konder, 2003) fazem referência ao ano 1889 ou aos anos de 1889-1891.

Em geral, os partidos social-democratas que acabaram por constituir a Segunda Internacional (dois congressos concorrentes a Paris em 1889; 2º congresso unificado em Bruxelas em 1891; 3º congresso igualmente unitário em Zurique em 1893) adotaram as teses fundamentais do marxismo em seus programas ou declarações de princípios, geralmente modelados pelo *Programa de Erfurt*⁹¹, redigido por Kautsky com a colaboração estreita do próprio Engels. (1987: 88)

Podemos dizer que os partidos social-democratas constituintes da Segunda Internacional viam a transformação do capitalismo para o socialismo como resultado, mais ou menos inevitável, da combinação do avanço econômico e da organização socialista (operária). Isso vinha junto de um entendimento de que a iniciativa política e a ação consciente do partido não tinham importância primordial.

A opção da burguesia – ainda assustada com a Comuna de Paris, as greves, a ascensão da social-democracia alemã – pela concessão de reformas sociais para acalmar as massas revoltadas contribuiu na criação das bases da expansão de um sindicalismo de massa. Estava em formação um movimento operário ocidental que, na prática, se contentava em lutar por reformas imediatas realizáveis: aumentos de salários, reforços da legislação social, extensão das liberdades democráticas, etc.

Nesse sentido, consideramos pertinente o alerta de Mandel (1982: 66) sobre os partidos e sindicatos de massa que “se tornavam uma força política que acentuava a adaptação do movimento operário de massa ao capitalismo ‘próspero’ dos países imperialistas”. Podemos pensar que a conduta de tais partidos e sindicatos caracterizava-se por um “oportunismo social-democrata”, de forma que os trabalhadores não eram suficientemente preparados para as bruscas mudanças de ordem social, política e econômica que se anunciavam; o que, por sua vez, representava um fator importante no sentido de facilitar a sobrevivência do capitalismo nos tormentosos anos de 1914-1923. Para Lênin (1987a: 96), o oportunista “perdeu o costume de pensar sequer na revolução do proletariado”, uma vez que só lhe vem à sua cabeça o que ele vê ao seu redor; só as municipalidades.

Nessas reflexões relativamente aos oportunistas, não podemos nos furtar de pensar na questão da *Religião* em relação ao *Estado* e ao *Partido*. De acordo com Gruppi (1979), Lênin

⁹¹ O Programa de Erfurt foi redigido pelo partido alemão, em Erfurt, em 1891, oportunidade em que reafirmou sua posição marxista sobre a revolução socialista. Ponderamos que, neste programa, não houve alusão à revolução violenta nem tampouco indicativo de uma opção reformista parlamentar.

afirma que a religião é uma “questão privada” em face do Estado, visto que as pessoas devem reivindicar a liberdade de consciência, a liberdade e a igualdade de direitos das diferentes opções religiosas e/ou das convicções atéias. Assim, o Estado deve se caracterizar como *Estado laico*. O autor lembra que tal caráter de Estado laico figura no programa do Partido Social-Democrata Russo, entretanto critica e chama de oportunista a posição de social-democratas russos – conforme Gruppi (1979: 96) “e, em particular, na corrente dos *buscadores de Deus*” –, cujas manifestações são de que a religião é também uma “questão privada” em relação ao partido. Aqui é pertinente observar que a relação que Lênin estabelece entre o *partido* e a *teoria revolucionária* não é nem mecânica nem rígida – por exemplo, um padre pode ser membro do partido social-democrata, contanto que aceite seu programa. Particularmente quanto aos oportunistas alemães, ao declararem a religião assunto privado no que diz respeito ao partido, receberam moderadas críticas de Engels, o que deve ser entendido dentro do contexto alemão que, segundo Gruppi (1979), caracterizava-se por um anticlericalismo burguês em tentativas de desviar as massas operárias de seus efetivos interesses de classe, arrastando-a para a luta contra a religião.

Cabe observarmos que o oportunismo social-democrata manifestou-se, no plano teórico, por uma revisão de questões do marxismo e, no plano prático, pela aceitação da coligação eleitoral com partidos burgueses liberais, pela aceitação progressiva da participação ministerial em governos de coligação com a burguesia, pela ausência de uma luta conseqüente contra o colonialismo e outras manifestações do imperialismo. Em relação à questão do revisionismo, pensemos que as polêmicas que se criam em torno do marxismo são inerentes ao movimento socialista, sendo impulsionadas por debates, tentativas de revisão e cismas sucessivos. Uma das maiores dissidências ou cismas foi justamente desencadeada por um dos executores testamentários e principais colaboradores intelectuais de Engels, ou seja, por Eduard Bernstein – um social-democrata russo que figura entre os principais representantes da II Internacional e que assume uma posição revisionista em torno de conceitos marxistas.

Segundo a denúncia de Lênin (1987a: 148), Bernstein chegou a distorcer e falsificar a afirmação de Marx no seu prefácio de 1872 ao *Manifesto Comunista* que textualmente diz o seguinte: “A classe operária não pode simplesmente limitar-se a tomar posse da máquina estatal existente e pô-la em marcha para seus próprios fins”. Observamos que, desde 1852, Marx (1985; 1988; 1991) destaca a *destruição* da máquina do Estado como tarefa da revolução proletária. Conforme as ponderações de Lênin (*idem*), Marx foi enfático ao afirmar que “a classe operária

deve *destruir, romper, fazer saltar* toda a máquina do Estado”; mas “Bernstein apresenta a coisa como se, com estas palavras, Marx prevenisse a classe operária *contra* um excessivo revolucionarismo ao conquistar o poder”. Diante de tal “falsificação grosseira” – palavras de Lênin (*idem*) – a atitude de Kautsky, que sempre assumia uma posição conciliadora frente aos oportunistas, foi de refutação, recusando-se a analisar profundamente a falsificação do marxismo pelo oportunismo, embora também não faça nenhum comentário sobre o fato de que Bernstein atribuiu a Marx *exatamente o contrário* ao pensamento deste. Em relação a Kautsky, Lênin (1987a) diz que o mesmo se comporta como um “vigarista”: assume a defesa de governos que cedem em determinados pontos, fazem concessões aos proletários, mas não adota a concepção da destruição do Estado – o que revela o mais puro e vil oportunismo, significando renunciar de fato à revolução. A título de registro, enumeramos alguns outros oportunistas, denunciados por Lênin (*idem*, p. 159), que fazem companhia a Kautsky, quais sejam: Plekhánov, Scheidemann, Valderveldes, Ligien e David, Potréssov, Tseretelis e Tchernov.

Considerando as reflexões de Trostky (1981), encontramos o entendimento de que o *social-reformismo* se transformou, na prática, em *social-imperialismo*. Nesse sentido, efetivou-se a destruição da esperança de um desenvolvimento pacífico para o bem-estar do proletariado: “os reformistas foram levados a procurar uma saída, recorrendo, em contradição com sua própria doutrina, à força, não a força revolucionária do povo contra a classe dominante, mas à força militar de sua classe dominante contra os outros povos” (*idem*, p. 185).

Como reação ao oportunismo reformista, Mandel (1982) pondera que atitudes ultra-esquerdistas, das camadas minoritárias do movimento operário e da classe operária, passaram a ser desenvolvidas. A partir da concepção de marxistas-revolucionários, o reformismo representa uma idéia ilusória de uma abolição do capitalismo por via gradual, por meio da acumulação de reformas. Ainda assim, esse grupo – marxista-revolucionário – entende que é perfeitamente possível combinar a participação em lutas por reformas imediatas, “com a preparação da vanguarda operária em lutas anticapitalistas tão amplas que provoquem uma crise revolucionária na sociedade” (Mandel, 1982: 68). Para ele (o referido grupo), a emancipação dos trabalhadores e o esgotamento do capitalismo são resultado final de uma época de crescimento da força organizacional do proletariado.

Pontuamos que, nesse período, a burguesia alemã fez uma aliança com o proletariado para erradicar todos os estrangeiros de direitos civis, colocando a força de trabalho estrangeira na condição de mão-de-obra escrava em solo alemão. Quando a questão do nacional se sobrepõe à internacional, instaura-se não uma luta pela libertação popular, mas uma luta, em última instância, que contribui para a opressão dos proletários. De acordo com Gruppi (1979, 111), “a palavra de ordem da *defesa da pátria* torna-se reacionária em face da guerra imperialista e põe o proletariado a reboque da hegemonia burguesa”, o que deriva para o entendimento leninista de que uma classe revolucionária, durante uma guerra revolucionária, não pode deixar de desejar a derrota de seu próprio governo. Nesse sentido, optamos por trazer a seguinte ponderação de Gruppi (1979) em relação às tendências oportunistas que propiciam a influência burguesa sobre o proletariado:

Assim como a dialética histórica produz o fenômeno da aristocracia operária e do oportunismo, leva também até o cume – na fase do desenvolvimento imperialista – as contradições do capitalismo, determina a crise do imperialismo e, impondo ao proletariado a urgência de suas tarefas revolucionárias, oferece a condição para a superação do oportunismo.

Resta-nos ver se a categoria da *aristocracia operária* é suficiente para explicar um fenômeno tão vasto de oportunismo como o que caracterizou, em seu conjunto, o movimento operário dos países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista; e, se, ao contrário, a explicação não deva ir além e abarcar fenômenos que transcendem a categoria da aristocracia operária. (1979: 118)

Cabe observar que a aristocracia operária deve ser tomada como a base social do oportunismo, tendo em vista que este foi gerado, ao longo da história, conforme Lênin (1987b), pela dinâmica do capitalismo, que propiciou pequenas vantagens econômicas (“algumas migalhas dos lucros do próprio capital nacional”) a uma parcela de operários, distanciando-a das mazelas da miséria e da opressão capitalista, e também do espírito revolucionário das massas populares. Nesse sentido, a respeito da defesa da sua posição privilegiada, pela pequena burguesia ou aristocracia da classe operária significa, Lênin (*Apud* Gruppi, 1979: 120) afirma que “esse é o natural prosseguimento durante a guerra das ilusões oportunistas pequeno-burguesas e da tática respectiva; essa é a base econômica do social-imperialismo moderno”.

Quando a Internacional Socialista (II Internacional) ruiu, em 1914, os seus representantes passaram a agrupar-se em diferentes conferências, como de Zimmerwald (1915) e

Kienthal (1916). Logo se formaram duas correntes: uma corrente *centralista* que, na realidade, desejava reconstruir uma Internacional reunificada com os social-patriotas, e uma corrente *revolucionária*, orientada no sentido da constituição de uma Terceira Internacional⁹². O próprio Lênin sustentava, em suas análises, a previsão de que a guerra iria agravar todas as contradições do sistema imperialista e desembocar numa imensa crise revolucionária. Tais previsões viriam a confirmar-se a partir de 1917. Em março deste ano, eclodiu a revolução russa que derrubou a autocracia czarista sob o efeito combinado de sublevações operárias da fome e da crescente oposição à guerra no seio do campesinato.

Considerando os acontecimentos no Estado russo, a previsão formulada por Trotsky, desde o fim da revolução de 1905⁹³, segundo a qual a Rússia iria cobrir-se de soviets (organizações de classe) quando da sua futura revolução, confirmava-se incontestavelmente. Nesse sentido, as análises de natureza social da revolução russa em curso, que conduziam para uma interpretação de que esta seria uma revolução burguesa, semelhante às grandes revoluções democrático-burguesas dos séculos XVIII e XIX, precisavam ser revistas pelos marxistas russos e internacionalistas. Cabe destacar que tal interpretação se deve ao quadro conjuntural de atraso econômico russo, bem como às tarefas fundamentais colocadas, quais sejam: derrubar o absolutismo, conquistar as liberdades democráticas, libertar as nacionalidades oprimidas, criar um mercado unificado para o desenvolvimento do capitalismo industrial e outras. Nas análises leninistas, já em 1902, as tarefas históricas da revolução russa são priorizadas. Lênin alertou, sobretudo, para o caráter claramente contra-revolucionário do comportamento burguês e concluiu que era impossível considerar uma estratégia de aliança entre burguesia e proletariado. Ele o faz relembrando a análise de Marx sobre a atitude burguesa desde a revolução de 1848, segundo a qual a burguesia desliza para o campo da contra-revolução, por medo de uma revolução operária, sempre que o proletariado surge na cena política. Assim, a revolução russa não poderia ser vitoriosa sem que o proletariado conquistasse o poder político e sem que fosse criado o Estado operário alicerçado na aliança entre o proletariado e o campesinato.

⁹² A Terceira Internacional, criada em 1919, é também conhecida como a Internacional Comunista.

⁹³ Conforme Mancuso (2001, p. 82), a revolução russa de 1905 foi “a primeira revolução popular do século XX, iniciada a partir do *domingo sangrento*, quando milhares de manifestantes foram fuzilados diante do palácio do czar”. Ela marcou o surgimento dos soviets e da greve geral de massas como instrumentos revolucionários dos trabalhadores, impactando fortemente as concepções teóricas de Trotsky, Lênin em Rosa de Luxemburgo.

Em abril de 1917, Lênin reorienta o partido bolchevique, com suas “Teses de Abril”, à luz da teoria da revolução permanente, na qual defende que é de importância primordial a luta pela conquista do poder pelos soviets, ou seja, ministérios do povo para o estabelecimento da ditadura do proletariado. Destacamos que a grande importância dos soviets é justamente seu papel social. Conforme Lênin, a prática dos soviets representa, em última instância, o movimento da infraestrutura articulada à superestrutura. Na perspectiva da teoria da revolução permanente, as tarefas históricas da revolução democrático-burguesa – como a revolução agrária, a independência nacional, as liberdades democráticas, a unificação do país para o progresso da indústria –, apenas podem ser realizadas através da ditadura do proletariado, em que estão juntos operários e camponeses. Após várias peripécias, em alguns meses, os bolcheviques conquistam a maioria nos soviets das maiores cidades, passando à ordem do dia a luta pela conquista do poder. Esta logo se torna realidade, precisamente em outubro do mesmo ano, sob a direção do Comitê Militar Revolucionário de Petrogrado, presidido por Trotsky, e sob mandato do soviete desta cidade. O 2º Congresso dos soviets vota por grande maioria a passagem do poder do governo provisório aos soviets de operários e camponeses e, assim, pela primeira vez na história e sobre todo o território de um grande país, é criado um Estado operário, segundo o modelo da Comuna de Paris.

Ao Estado operário, na Rússia de 1917, de acordo com a teoria da revolução permanente, não bastava a realização das tarefas históricas da revolução, era preciso estabelecer o controle dos bancos, das fábricas, dos organismos de transporte; eliminar a exploração capitalista; e iniciar a construção de uma sociedade socialista. O processo de organização da economia fundada sobre a propriedade coletiva dos meios de produção foi permeado por inúmeras dificuldades, especialmente pela condição de atraso em que o país se encontrava.

De acordo com Gruppi (1978), a leitura que Gramsci fez sobre a Revolução de Outubro é que esta havia sido uma crítica viva de uma falsa interpretação do marxismo. Gramsci (*Apud* Gruppi, 1978, p. 49) escreve, em um artigo publicado em *Il grido Del popolo*, em 12 de janeiro de 1918, que “a revolução dos bolcheviques é cimentada mais por ideologias do que por fatos; por isso, no fundo, pouco nos importa saber mais do que sabemos”, a partir do qual podemos pensar em um elemento idealista evidente. Em linhas gerais, Gruppi (1978) pondera que a classe operária encontrava-se em uma clara posição de rebelião contra o poder capitalista, que os governos já não estavam mais conseguindo governar e que faltava uma força política – um

partido revolucionário – capaz de colher as possibilidades que a situação objetiva oferecia. Ainda, segundo o autor (*Idem*, p. 51), era “preciso reafirmar a função do sujeito revolucionário e liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo econômico vulgar”, que acrescenta que esse modo de situar-se foi decisivo para Gramsci fazer sua leitura e posicionar-se em relação à crise italiana do pós-guerra.

Observamos que, depois de 1917, havia uma grande expectativa dos bolcheviques de que a revolução proletária (re)produzir-se-ia em outros países industrialmente avançados, sobretudo na Alemanha. De fato, a história demonstra que essas esperanças tinham fundamento, já que as revoluções eclodiram na Alemanha e na Itália. No entanto, o proletariado, nestas e em outras revoluções de 1919-1920, na Europa Central, foi derrotado – possivelmente, não pela falta de vigor revolucionário, mas sobretudo em função do papel deliberadamente contra-revolucionário que a social-democracia internacional, nessas circunstâncias, desempenhou. Ainda podem ser apontadas outras razões para o fracasso revolucionário europeu, como a falta de experiência e maturidade dos jovens partidos comunistas, fundadores da Terceira Internacional, e as atrativas concessões econômicas aos trabalhadores pela burguesia, o que atrapalhou o espírito revolucionário entre proletários de muitos países.

Nesse sentido, ponderamos que somente o decurso da história pode responder a algumas das questões colocadas tanto pelos social-democratas quanto pelos revolucionários-comunistas – duas correntes que demarcaram a organização operária nesse período.

Remetemos às análises de Mandel (1982) para pensar a Rússia dos soviets, após a guerra civil de 1920 e 1921, que foi vitoriosa. O quadro conjuntural mostrava que a produção agrícola e industrial baixou catastroficamente, o êxodo para os campos se intensificou, a fome aumentou muito em grande parte das regiões. Enfim, o Estado operário russo passou a enfrentar um período de grandes penúrias. Considerando que ocorreram muitas perdas de importantes revolucionários durante a guerra e que todo o período da guerra civil não foi propício para a formação e qualificação de quadros no seio da classe operária, o Estado operário teve que optar pela absorção, no aparelho soviético, dos sujeitos mais conscientes do proletariado. Diante do somatório desses elementos, Lênin, a partir de 1921, começou a manifestar sua inquietação pelo perigo burocrático, denominando o Estado russo como um *Estado burocraticamente deformado e semi-impotente*. Lênin nota o predomínio da burocracia nascente sobre o próprio aparelho do

partido e inicia uma luta por combatê-la. Entra fortemente em cena, em 1923, a Oposição Esquerda trotskista que fará da luta contra a burocracia um dos pontos essenciais de seu programa, cujas estratégias, relacionadas a seguir por Mandel (1982), passaram a criar as condições propícias para corrigir a situação:

- (a) acelerando a industrialização da Rússia e aumentando assim o peso específico do proletariado na sociedade;
- (b) aumentando os salários e combatendo o desemprego, com vista ao aumento de confiança das massas operárias em si próprias;
- (c) alargando imediatamente a democracia soviética e a democracia no seio do Partido, tendo em vista aumentar a atividade política e a consciência de classe do proletariado;
- (d) acentuando a diferenciação no seio do campesinato, ajudando os camponeses pobres, com créditos e máquinas agrícolas, a constituir cooperativas de produção, sobrecarregando os camponeses ricos com impostos progressivos;
- (e) mantendo a orientação no sentido da revolução mundial e retificando os erros táticos e estratégicos do Comintern. (1982: 85)

O autor chama a atenção para o fato de que vários quadros do Partido eram arrastados pelo processo de burocratização, levando muito tempo para que se dessem conta do perigo que representava a expansão da burocracia. Trata-se de uma camada social privilegiada do proletariado que usurpou o exercício das funções de gestão no Estado e na economia soviética, e que, sobre a base desse monopólio de poder, arroga para si substanciais vantagens no domínio do consumo.

Diante do progressivo esvaziamento dos soviets, a partir da segunda metade da década de 1920, o poder passou a não mais ser exercido por soviets livremente eleitos por todos os trabalhadores. Em outras palavras, nem os operários e camponeses e nem os membros do partido comunista dispunham mais das liberdades democráticas para poder livremente determinar as grandes opções de política econômica e cultural, interna e internacionalmente.

Nesse período, precisamente a partir de 1927, a facção stalinista entregou-se à luta contra os opositores ao burocratismo stalinista. Às vésperas do XV Congresso, em 1927, consumou-se a exclusão de Trotsky e de Zinoviev do Comitê Central do Partido Comunista Russo, fato que foi o preâmbulo indispensável para se proceder à eliminação da oposição a Stalin e à deportação dos opositoristas ativos para a Sibéria e para a Ásia Central. Inaugurou-se, assim, uma nova fase do desenvolvimento da Revolução – por muitos designada como *Revolução*

Stalinista. Por volta dos anos de 1929 e 1930, a facção de Stalin passou a controlar totalmente o poder na URSS, protagonizando, nas duas décadas subseqüentes (anos 30 e 40), uma verdadeira caça e matança de quase todos os antigos quadros do Partido Comunista da União Soviética – o que revela a forma brutal da burocracia. Conforme Mandel (1982), o stalinismo representa, no plano ideológico, uma deformação apologética e pragmática da teoria marxista, sendo esta rebaixada ao nível de instrumento de justificação das sucessivas “viragens táticas” do Kremlin e dos partidos stalinistas.

Considerando a falência histórica do reformismo e do stalinismo em conduzir o proletariado à vitória, é que Trotsky e um núcleo de opositores, já no exílio, a partir de 1933, colocam para si a tarefa de construir uma nova direção revolucionária para o proletariado mundial. Com esta finalidade, em 1938, criaram a Quarta Internacional – também Comunista. Ela estimula a unificação das experiências e da consciência dos revolucionários em nível mundial, ensinando-os a agir no seio de uma mesma organização, ao invés de esperar que semelhante unificação ocorra de forma espontânea, sendo resultado do progresso das forças revolucionárias, separadamente em diferentes partes do planeta.

A construção da Quarta Internacional está assentada em bases sólidas. Diante do sistema imperialista articulado internacionalmente, adversário forte do proletariado, coloca-se a necessidade de avançar para o socialismo de forma organizada em escala mundial. A Internacional deveria dar suporte e direção às lutas revolucionárias desencadeadas por trabalhadores de todos os países, coordenando o projeto revolucionário, estimulando o amadurecimento do movimento operário, mas também denunciando ações contra-revolucionárias nascidas fora ou dentro da organização proletária.

Cabe destacarmos que a auto-estima dos operários, a consciência de seu imenso poder potencial, desde que atuem unidos, de forma coletiva e solidária, é um aspecto fundamental para a Quarta Internacional. Portanto, está ligado à Quarta Internacional tudo o que liberta as massas trabalhadoras de comportamentos obedientes e servis que lhes foram inculcados por milênios pelas classes dominantes. Nesta ótica, podemos pensar no primeiro verso no Hino da Internacional que resume bem, a nosso ver, a concepção da revolução psicológica indispensável para a condução de uma revolução socialista vitoriosa: “*Nós não somos nada, sejamos tudo*” (In: Mandel, 1982: 98).

O caminho da auto-organização das massas é outra questão vital, pois aprendendo a dirigir as suas próprias lutas, os operários e camponeses aprendem a dirigir amanhã o Estado e a economia. As formas de organização das massas são formas embrionárias dos futuros conselhos operários, dos futuros soviets; portanto, estamos falando de formas de organização de base do Estado operário a construir. Nesta auto-organização, a unidade de ação pressupõe a prática da democracia operária – princípio da não-exclusão de toda e qualquer corrente de combatentes. Reforçando esse princípio, aproveitamos para trazer, a seguir, uma importante contribuição de Michel Löwi (1989) acerca da concepção da democracia:

A democracia não é um problema de “forma política” ou de “superestrutura” institucional; é o **conteúdo mesmo** do socialismo, enquanto formação social na qual trabalhadores, operários e camponeses, jovens, mulheres – o povo, em suma – exercem efetivamente o poder e determinam democraticamente as finalidades da produção, a partilha dos meios disponíveis e a distribuição dos produtos.

Marx escrevia no **Manifesto Comunista** que **“todos os movimentos até agora foram organizados por minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria, no interesse da imensa maioria”**. O que significa, para Marx, movimento autônomo (*selbständige Bewegung*)? Significa que o proletariado tem que libertar a si mesmo: só por meio de sua própria ação autônoma como classe, por meio de sua prática revolucionária, os trabalhadores podem compreender a necessidade de uma mudança radical nas condições sociais e, ao mesmo tempo, orquestrar efetivamente esta orquestra. (1989: 58)

Podemos dizer que o princípio da ação democrática e autônoma dos trabalhadores implica no direito de palavra e de representação, no direito de defender as suas proposições particulares com vistas a fazer triunfar a luta e, também, no respeito às decisões tomadas majoritariamente. Assim, as formas democráticas de organização das lutas dos trabalhadores anunciam também uma característica do Estado operário de amanhã: a extensão e não a restrição das liberdades democráticas. Nesse sentido, não podemos nos furtar de pensar e associar essas reflexões aos princípios da autogestão operária que estão presentes (ou são permanentemente perseguidos) nos empreendimentos industriais que estamos pesquisando: relações de democracia, transparência e autonomia dos autogestionários, questões que abordaremos, de modo específico, na seção 2.3.

2.2.2. A Organização Operária no Brasil

Tratar da história do movimento operário brasileiro é tarefa bastante desafiadora, especialmente por se tratar da história social e política, permeada por relações de contradição e conflitos entre as classes hegemônicas e as classes subalternas. Apresentaremos esse estudo de forma cuidadosa para que realmente seja uma análise feita a partir das percepções da classe trabalhadora, dos protagonistas da organização proletária, da imprensa paralela, de pesquisadores comprometidos com a reprodução e análise do que pensam os trabalhadores, as classes subalternas à classe dirigente historicamente. Para tanto, tomaremos prioritariamente, como fonte, o trabalho intelectual de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979; 1981), de Cristina Roquette Lopreato (2000) e de Ana Zandwais (2005).

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX trazem a marca do crescente êxodo de excluídos, do deslocamento de populações empobrecidas que cruzaram oceanos em busca de uma vida melhor ou, ao menos, de um lugar para viver. Sem mais um lugar e/ou condições minimamente dignas de vida, muitos de nossos antepassados – imigrantes alemães, italianos, austríacos, húngaros, poloneses, russos e tantos outros europeus – vieram para a nova terra, a “terra rica” como diz o carteiro no filme “O carteiro e o poeta”⁹⁴. Vieram para cá, deixando famílias e lembranças para trás, em busca de um sonho, que aqui, muitas vezes, mostrava-se um pesadelo. Tantas vezes falaram das dificuldades de todas as ordens que se possa imaginar: saída da velha pátria e despedida para sempre dos entes queridos; dificuldades, fome, doenças e perdas durante a viagem; reconstrução da vida e esperanças na nova terra; as migrações de muitos do sudeste para o sul, para o norte ou nordeste. Louvável ou não a atitude dos poucos que admitiram aos filhos e netos a verdadeira razão de tão longa viagem ao incerto – talvez o maior sentimento fosse o de querer esquecer sua tão dramática situação de exclusão da sua pátria.

Considerando a vinda de um grande número de imigrantes, a fixação de parte destes no campo, promovendo o aumento da produção agrícola – o que teve reflexos na vida urbana –, e a instalação de muitos imigrantes nas cidades, passando a trabalhar como operários, pensemos nas formas de organização da vida da população. Nesse contexto, trazemos para nossa reflexão o

⁹⁴ O filme “O carteiro e o poeta” tem como tema central a figura do poeta e comunista chileno Pablo Neruda, num dos períodos de exílio político. O enredo se passa na Ilha Postino, na Itália, no ano de 1953, e aborda o carisma do poeta entre o povo, especialmente, a admiração despertada em algumas pessoas de vida simples daquela ilha, como é o caso do carteiro. O filme é uma narrativa sobre o exílio do comunista Neruda, adaptado do romance de Antonio Skarmeta.

movimento anarquista que é diferente no Brasil, tendo um caráter peculiar na organização dos operários. Passamos a falar a partir de agora sobre os anarquistas e sua atuação no Brasil. O movimento operário brasileiro se instaura no seio das organizações anarco-comunistas e anarco-sindicalistas, por volta das primeiras décadas do século XX. Registramos que a fundação do Partido Comunista, no Brasil, ocorre na década de 1920 e é instituído a partir de uma ruptura no seio do movimento anarquista. Portanto, a base das condições de formação do movimento operário brasileiro se dá na organização direta da massa proletária sem a intervenção das instituições partidárias.

De acordo com os estudos teóricos de Zandwais (2005) sobre o discurso dos operários na Primeira República, ocorreu a vinda, ao Brasil, no final do século XIX, dos primeiros anarquistas europeus – especialmente italianos. Destacamos que, segundo os anarquistas, a ação direta das massas é a principal estratégia de luta política. A ação direta é concebida como um princípio político de dignidade política, cujos métodos são a organização dos movimentos operários em Ligas, Associações, o boicote, a sabotagem e a greve. Entretanto, precisamos ponderar que as duas correntes anarquistas têm as suas diferenças nas concepções de organização da ação direta do proletariado. Para o anarco-comunismo, influenciado pelas idéias de Kropotkin, Réclus, Jean Grave e Malatesta, há uma crítica ao aspecto reformista de orientação sindical, sendo assim uma de suas funções o contraponto crítico ao sindicalismo. A organização da classe trabalhadora, na sua concepção, deve se dar em associações, ligas e federações para preparar os trabalhadores no combate aos regimes capitalistas. Nesse sentido, os mecanismos de informação e propaganda são fundamentais. Segundo Lopreato (2000), o grupo anarco-comunista contava com o jornal *Il Risveglio*, em 1898, e com o jornal *La Battaglia*, a partir de 1904. Entre os militantes mais expressivos, a autora destaca Luigi Damiani, Alessandro Cerchiai, Ângelo Bandoni e Florestino de Carvalho – nomes que figuram intensamente na organização operária brasileira e que serão citados ainda ao longo deste texto.

Para o anarco-sindicalismo, a organização operária se dá via sindical para a propagação do princípio de que a ação direta da população trabalhadora é postulada como instrumento para afetar o poder político das classes dominantes. Zandwais (2005: 16) observa que os anarco-sindicalistas defendem, além da ação direta das massas, a prática de políticas não-pacíficas e a diversidade em defesa dos interesses proletários. O engajamento dos anarco-sindicalistas, portanto, é às organizações sindicais e movimento operário, tendo, como fim

imediatamente, a conquista de melhorias nas condições de trabalho e, como objetivo maior, a derrocada do capitalismo. O grupo contava, em 1902, com o jornal *O Amigo do Povo* e seus militantes mais expressivos foram Edgard Leuerth, Neno Vasco, José Sarmiento Marques e Giulio Sorelli.

Se tomarmos os estudos de Pinheiro e Hall (1979), encontraremos referências aos primeiros indícios do movimento operário no final do século XIX: em 1870, ocorreu uma manifestação pela restauração dos direitos dos trabalhadores, no Rio de Janeiro; em 1890, nasceu, entre os imigrantes, a idéia de constituir um partido político, o Partido Operário, que realmente foi criado, mas teve existência até 1892; em 1891, foi criada uma associação de trabalhadores em jornais de São Paulo como mecanismo de amparo para possíveis perturbações em suas vidas artísticas e econômicas; entre 1896 e 1899, teve existência a Associação dos Trabalhadores do Livro como meio de resistência e beneficência. Já na primeira década do século XX, os autores (*idem*) destacam o grande crescimento na organização do movimento operário brasileiro. Nesse sentido, citamos a criação, em 1901, da Associação das Artes Gráficas e Anexas e, em 1903, do Centro Tipográfico Paulistano. Estas duas associações vieram a fundir-se, em 1904, tornando-se a União dos Trabalhadores Gráficos. A partir desta união, os gráficos conseguiram fundar diversas associações e ligas, como a Liga Operária de Campinas, de Jundiaí e de Rio Claro. Da mesma forma, a organização operária, no Rio de Janeiro, criou mecanismos para fundar e coordenar as associações locais, como a Federação das Associações de Classe (desde 1903) e a Federação Operária Regional Brasileira (1905) que passa a se chamar, no ano seguinte, de Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) com orientação claramente anarco-sindicalista.

Destacamos que, em 1906, em São Paulo, ocorre o Primeiro Congresso Operário, ocasião em que surge a *Confederação Operária Brasileira* (COB), numa conjugação de diferentes tendências políticas, cujo meio de propaganda é o jornal “A Voz do Trabalhador”. De acordo com Zandwais (2005), a COB sela a aliança entre anarco-sindicalistas, anarco-comunistas e socialistas; e, em função desta convergência de diferentes saberes, diferentes formações discursivas, ela pode ser considerada um importante marco histórico do movimento operário brasileiro. Dada sua importância para a organização e consolidação operária, optamos por apresentar, alicerçados nas pesquisas de Pinheiro e Hall (1979), algumas resoluções do Congresso Operário Brasileiro, a saber:

- (a) a COB deverá admitir somente sindicatos cuja base essencial seja resistência sobre o terreno econômico, de forma que não haja qualquer possibilidade de que algum sindicato de base assistencialista ou atrelado ao patronato possa interferir na direção operária;
- (b) as organizações operárias são aconselhadas a repelirem as remunerações dos cargos, evitando o risco da burocratização e de vícios que dela provém;
- (c) os sindicatos são orientados a optarem por comissões administrativas, como forma de descentralização de instâncias de poder e envolvimento de operários em trabalhos/atividades coletivas;
- (d) a redução de horas na jornada de trabalho deve ser a conquista preferencial, tendo em vista que esta representa uma das principais maneiras para o operário e sua família ganhar qualidade de vida;
- (e) a propaganda do sindicalismo deve ser realizada ativamente, fortalecendo o movimento operário, contribuindo com a formação política e instigando/estimulando a sindicalização e participação dos operários;
- (f) a fundação de escolas para os filhos dos operários é aconselhada pelo Congresso e, quando for necessário, a federação irá tomar conta do encargo, numa compreensão de que processo educativo e formativo deve estar sob a direção dos próprios proletários para que se efetive à luz dos saberes da classe proletária tendo em vista, conforme já preconizava Marx, a emancipação dos trabalhadores pelas mãos dos próprios trabalhadores.

O ano de 1907, segundo Lopreato (2000), ficou marcado pela Greve Geral, em São Paulo, na busca da jornada diária de oito horas, e que foi seguida de greve nas capitais do Rio de Janeiro, Santos e Recife. O início da greve geral foi, no dia 23 de março, com os trabalhadores em veículos, durando cerca de um mês. Os trabalhadores do Moinho Matarazzo entraram em greve e, como não conseguiram a redução da jornada, promoveram um boicote aos produtos da Casa Matarazzo. Os metalúrgicos entraram em estado de greve em 03 de maio, seguidos dos pintores, pedreiros, marmoristas, carteiros, tipógrafos, funileiros, etc. Cabe destacar que os trabalhadores grevistas sofreram repreensão da polícia; mas foi, no dia 14 de maio, que a polícia interveio brutalmente, prendendo o secretário da Federação Operária mais vinte militantes,

apreendendo móveis e documentos dos sindicatos e da federação operária, e reprimindo fortemente os grevistas.

Registramos que o Segundo Congresso Operário ocorre, em abril de 1913, em São Paulo, no qual foram feitos vários relatos de sindicatos, ligas e organização de trabalhadores sobre as ações realizadas pelo movimento desde o Primeiro Congresso (1906). Muitos relatórios apresentaram questões referentes, com grande detalhamento, às greves de 1907 e suas conquistas, bem como arbitrariedades dos patrões, dos vencimentos e das condições de trabalho. Para fins de ilustração, remetemos ao relato que versa sobre as fábricas de tecido onde “os operários, para poder pagar as suas despesas, são obrigados a privar-se do estritamente necessário, aniquilando-se pouco a pouco até morrer tuberculosos ou anêmicos por trabalhar mais do que lhe permitem suas forças e comer menos do que lhe exige o seu organismo para poder funcionar com regularidade” (*In*: Pinheiro e Hall, 1979: 136, 137).

Tendo em vista que as cooperativas de autogestão são nosso objeto de pesquisa, consideramos pertinente trazer a posição deliberada, neste Congresso, sob o tema “Criação e desenvolvimento de cooperativas de produção e de trabalho”, que orienta aos sindicatos fazerem um esforço no sentido de impedir a formação de cooperativas no seu interior, aconselhando aos operários a observarem a utilidade da experiência cooperativista e usando o argumento de prejuízo que o mesmo traz à propaganda revolucionária – conforme os estudos de Pinheiro e Hall (*idem*, p.104). Embora esta orientação possa causar um certo “estranhamento”, da mesma forma que a relação que buscamos estabelecer entre nosso objeto de pesquisa e a orientação deste Congresso, é preciso ponderar que muitas das cooperativas do início do século XX surgiam com a finalidade beneficente ou de suprir necessidades específicas e imediatas. Tanto a percepção da necessidade de um espírito de coletividade quanto a melhoria das condições de vida e de trabalho e a consolidação do movimento sempre estiveram na centralidade das preocupações dos dirigentes do movimento operário. Havia a avaliação de que a formação das/destas cooperativas no interior dos sindicatos prejudicava o processo emancipatório dos trabalhadores, e por isso deveria ser combatida.

No decurso das discussões sobre a Federação Operária do Estado de São Paulo, segundo Pinheiro e Hall (1979), fica evidente que os anarquistas são os mais expressivos no Congresso e ativos no movimento operário. É importante observarmos que os anarquistas, no

Brasil, procuram reconciliar o ideal internacionalista com autonomia local e ação direta da massa. Nesse sentido, podemos dizer que a função primordial da imprensa paralela é a de dar sustentação ao próprio movimento proletário através da persistente divulgação das idéias libertárias. Entre os principais periódicos estão *A Vida*, no Rio de Janeiro, e *A Luta*, no Rio Grande do Sul – cidades de Rio Grande e Pelotas.

Entre os anos de 1906 e 1908, o movimento operário paulista teve uma grande expansão que, de acordo com os autores (*idem*), se inspirou em princípios anarco-sindicalistas, ou seja, a orientação do sindicalismo revolucionário com o estímulo da ação das massas voltada para a conquista de reivindicações que viabilizem melhorias no regime de trabalho assalariado. No entanto, os anos posteriores representaram um período de declínio e grande crise para o movimento operário, com o acentuado economicismo de alguns sindicatos e o desaparecimento de outros. As razões principais para tal crise são a eficácia da repressão policial e burguesa, e o crescimento dos índices de desemprego e suas conseqüências. Cabe salientar que, entre 1910 e 1911, embora tenha sido um período em que o movimento operário mostrava-se apático dado o barbarismo da polícia com constantes prisões de operários, assaltos às sedes de sindicatos e federação, apreensão de móveis e destruição de documentos e bibliotecas operárias, a Federação Operária de Santos manteve uma escola para as crianças de seus associados e adultos. Também manteve em funcionamento o jornal *O Proletário*. Nesse sentido, Zandwais (2005) destaca que, a partir de 1908, com o declínio do movimento de luta e resistência do movimento operário, houve um intenso trabalho da imprensa proletária – da imprensa paralela –, cuja função central está em dar sustentação e garantia de continuidade à luta do movimento operário brasileiro.

Um dos aspectos que teve lugar de destaque no movimento operário é a preocupação com a educação apropriada dos filhos dos trabalhadores, no sentido de assegurar uma formação qualificada e libertadora das amarras e dependências da burguesia. Os sindicatos eram aconselhados a organizarem-se para a viabilização dessas escolas e, quando não fosse possível fazê-lo por si só, a orientação era de apelar para que a federação tomasse para si tal encargo. O quadro conjuntural da época, observam Pinheiro e Hall (1979), revelava, por um lado, que a diminuta presença de intelectuais associados às lutas do movimento operário brasileiro foi um grande estrangulamento para a organização proletária; e, por outro, que os operários do início do século XX, na maioria imigrantes, provavelmente não fossem tão empobrecidos intelectualmente quanto os de um século mais tarde. Nesse sentido, estamos levando em conta

não a titulação em bancos de escolas e cursos profissionalizantes que é uma das preocupações centrais na atualidade, mas a preocupação por conhecer as reais condições de vida e de trabalho, entender o mecanismo de funcionamento das relações capitalistas – relações de exploração que se estabelecem entre operários e patrões –, e agir sobre estas relações na busca de melhores condições de vida para a população na formação social capitalista e com vistas à construção do socialismo. Também precisamos observar que, no início do século XX, era imenso o grau de dificuldades enfrentadas pelo movimento para a divulgação das idéias e iniciativas de organização, dada a precariedade de transporte para o deslocamento de dirigentes e de trabalhadores do campo e da cidade entre os Estados e regiões brasileiras e a grande extensão territorial, dada a limitação dos meios de comunicação na época, bem como as dificuldades resultantes das ações de intimidação e violência sofridas por muitos trabalhadores e seus familiares – principalmente imigrantes.

Remetendo às pesquisas de Pinheiro e Hall (1979), encontramos o registro de que, aproximadamente entre 1901 e 1915, o governo italiano manteve um comissário de polícia, no consulado de São Paulo, para vigiar as atividades dos *grupos subversivos italianos* (referindo-se às ações de grupos anarquistas e anarco-sindicalistas). Diante disso, consideramos pertinente trazer o seguinte fragmento do relatório redigido pelo Comissário de Segurança Pública Cesare Alliata-Bronner ao Ministro da Itália, em 30 de junho de 1909:

Os anarquistas nos anos passados se sentiam ou se julgavam mais fortes e animados em sua propaganda de ação e de violência, por uma certa dignidade que os ligava aos partidos similares; mas, entrados, como há pouco expliquei, os grupos socialistas numa órbita diversa, eles, os anarquistas, mesmo em face de desaprovação universal, num país tão conservador, dos seus métodos de violência e das suas aspirações de destruição da propriedade privada, sentiram-se desencorajados e agora estão muito menos dispostos que no passado a uma afirmação qualquer. (In: Pinheiro e Hall, 1979: 113)

Esta avaliação do comissário de que os anarquistas estariam se sentindo desencorajados em suas ações *subversivas*, não pode vir desacompanhada do registro da intensa repressão e das violentas agressões aos anarquistas. Cabe observar que trouxemos este fragmento com o objetivo justamente de mostrar o temor que tais autoridades tinham em relação à organização internacional anarquista e, ao mesmo tempo, a imagem de controle das autoridades sobre os anarquistas.

Tendo em vista o declínio do movimento operário, na virada das décadas de 1910 e 1920, observamos que as perseguições da polícia tornaram-se ainda mais intensas, especialmente no ano de 1912. Para fins de ilustração, remetemos, a partir dos levantamentos históricos de Pinheiro e Hall (1979), à prisão de cinco companheiros na saída do jornal assalariado *A Notícia*, em Santos, durante a Greve dos Trabalhadores da Companhia das Docas – entre 16 de agosto e 03 de setembro. Eles foram abordados, conduzidos a São Paulo, dali ao Rio de Janeiro e, sem justificativa, expulsos do Brasil. Tratava-se de brasileiros natos e/ou casados com brasileiras e com filhos nascidos no Brasil, portanto, não eram nem imigrantes para serem expulsos nesta condição. Alguns meses depois, mais precisamente em 08 de janeiro de 1913, era aprovada a reedição da Lei Adolfo Gordo⁹⁵, cuja redação dizia que “qualquer estrangeiro pode ser expulso do Brasil independentemente dos anos de sua residência no país, do seu estado de família e de suas condições econômicas” (*In*: Pinheiro e Hall, 1979: 125). Cabe destacar que, embora o Supremo Tribunal Federal tivesse declarado inconstitucional esta lei, em 1917, na prática, a lei continuou a funcionar e não são poucos os relatos e registros de perseguição e expulsão de lideranças operárias. Aqui, cabe observar que, em 1921, surge uma lei explícita de repressão aos anarquistas, no Brasil.

O movimento operário brasileiro parecia adormecido quando, em 1917, eclode a grande Greve Geral no Brasil, marcando sua história; e a Revolução Russa, tendo grande impacto sobre todo o mundo. De acordo com Lopreato (2000: 46), especialmente “os anarquistas se aproveitaram da situação de crise por que passava o país e incitaram trabalhadores a agirem por conta própria e de forma autônoma contra a exploração a que estavam submetidos”. No início do mês de julho, dados os ânimos acirrados, foi formado o Comitê de Defesa Proletária (CDP), que reuniu militantes anarquistas e socialistas, cuja responsabilidade central era dar os rumos da greve que eclodiu dias depois. A Greve Geral de 1917 paralisou por, pelo menos, três dias as atividades industriais, comerciais, o setor de serviços e de transportes e foi considerada mais uma greve ligada à fome do que ao trabalho, na avaliação da imprensa paralela em geral, conforme publicação do jornal *La Guerra Sociale*, em 26 de julho de 1917. Diante disso, consideramos importante ponderar que a Greve Geral de 1917 realmente ocorreu em um contexto de grande

⁹⁵ A Lei Adolfo Gordo foi criada em 1907 e reeditada em 1913. Há de se registrar, conforme Lopreato, que o conteúdo da referida lei começou a ser discutido em 1893, mas é em 1902 que começou a discussão de criação de uma lei, cuja motivação esteve na crescente mobilização organizativa dos trabalhadores que culminou com a constituição da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906.

precariedade das condições de vida e de trabalho, enfrentadas pelos trabalhadores, mas, sobretudo, foi resultado da mobilização das massas, construída ao longo de anos, sob a direção de organizações anarquistas brasileiras.

O estalar dos grandes tensionamentos, observa a autora (*idem*, p. 34) teve início na segunda-feira, dia 09 de julho, data em que policiais e grevistas entraram em choque nas imediações da fábrica de bebidas Antarctica, quando os grevistas buscavam conquistar novas adesões de operários às portas das fábricas. Os industriais solicitaram reforço policial, obtendo-o prontamente. A polícia protagonizou ações de muita violência, deixando vários operários gravemente feridos. Entre eles estava o trabalhador José Iniguez Martinez que não resistiu aos ferimentos à bala, vindo a falecer no dia seguinte. Como este operário foi atingido covardemente em frente à fábrica em que trabalhava pelos policiais, a tensão aumentou muito. No funeral de Martinez, se fez presente uma multidão calculada aproximadamente em 10.000 pessoas. Havia muita indignação entre os operários e, por todo o cortejo, podia ser ouvido um coro de vozes a gritar o nome do operário.

Lopreato (2000) destaca que, no dia 12 de julho, a greve geral estava definitivamente declarada: *São Paulo parou!* O dia seguinte, dia 13, foi marcado por grande violência que manchou com sangue a história dos operários brasileiros. Os editoriais de vários jornais creditavam ao poder público a responsabilidade pela eclosão da greve que, por sua vez, ficou alheio e indiferente aos clamores da população em relação ao fantasma da fome que rondava os lares operários. Nos dias que se seguiram, comícios e manifestações massivas continuavam acontecendo, bem como as negociações entre o presidente do Estado, Secretaria da Justiça, Secretaria Pública e a Comissão de Imprensa – incumbida para as negociações pelo Comitê de Defesa Proletária. No dia 16 de julho, três grandes comícios de trabalhadores foram realizados, nos quais os operários tomaram a decisão pelo fim da greve e retorno ao trabalho. A historiadora (*idem*) destaca que, durante a semana de 09 a 16 de julho, aproximadamente cem mil (100.000) trabalhadores paralisaram suas atividades e a greve representou vitória moral e econômica dos operários – ainda que o número de operários assassinados e enterrados pela polícia, na calada da noite, sem registro legal, tenha sido alto. Nas palavras de Lopreato (2000: 216), a Greve Geral de 1917 representou “o marco histórico no processo de formação da classe operária como autoconstituindo-se em seu enfrentamento concreto com o capital”.

Curioso, no mínimo, é a constatação de Lopreato (2000) de que os anos de 1916 e 1917 foram marcados por colheitas abundantes de cereais, cuja produção era armazenada para a exportação; contraditoriamente, houve um considerável encarecimento dos alimentos e, por conseqüência, o aumento da fome. Simultaneamente a isso, os paulistanos foram atingidos, em proporções jamais antes vistas, pelo problema da adulteração e falsificação de alimentos, conforme dados oficiais, apresentados em relatório, o secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, ao Exmo Sr. Altino Arantes⁹⁶.

Depois de dois meses findada a greve geral (1917), observam Pinheiro e Hall (1979: 237), iniciava o “período reacionário, desapiedado e feroz, absurdo (...) com a cumplicidade do governo federal, sob os auspícios do governo norte-americano, aos extremos da barbárie, de uma barbárie que reabilita os chicotes dos cossacos e a crueldade dos padres inquisidores”. Cresciam as demissões de trabalhadores que estavam na linha de frente ou simplesmente aderiram à greve geral e muitos trabalhadores eram aconselhados a se afastarem de seus sindicatos. De acordo com Lopreato (2000), boatos de uma nova greve, por volta de agosto ou setembro, foram utilizados pelas autoridades públicas e governamentais para incriminar militantes como “perturbadores da ordem pública” e justificar a ação repressiva contra eles. Relativamente aos anarquistas, tais autoridades chamavam-nos de “elementos subversivos” que perturbavam a vida da cidade, acusando-os de serem os verdadeiros responsáveis pela “grave agitação operária (...) levada a condenáveis extremos”⁹⁷. Talvez um dos atos mais graves e repugnantes seja a prática do seqüestro e deportação ou assassinato de militantes e dirigentes operários pela polícia, como ocorreu, na calada da noite de 13 de setembro de 1917, quando vários militantes e lideranças libertárias foram retirados de suas casas, presos em regime incomunicável e deportados; simultaneamente, sedes do movimento operário foram invadidas com a apreensão de documento, livros, arquivos e móveis – como revela a pesquisa de Lopreato (2000). A polícia justificou sua ação repressiva como forma de abortar o processo revolucionário em curso no Estado de São Paulo. A historiadora chama a atenção para a discussão levantada, a partir da deportação dos

⁹⁶ Esta referência consta na obra *O espírito de Revolta: a greve geral anarquista de 1917*, de Cristina Roquette Lopreato, em 2000, em nota de rodapé, na página 75. Trata-se de denúncias sérias sobre o acréscimo de substâncias tóxicas como areia, caolim e serragem em alimentos como o açúcar, a farinha de trigo e a farinha de mandioca; a adição de água e polvilho ao leite; a mistura de areia e vidro moído ao sal, entre outros; que, por sua vez, provocaram muitas moléstias no aparelho digestivo – como diarreia e enterite – e, em muitos casos, morte do doente.

⁹⁷ Estas palavras foram usadas em mensagem do presidente do Estado de SP, Sr. Altino Arantes, ao Congresso Legislativo de SP, em 15 de julho de 1917 – a presente referência consta em Lopreato (2000: 151), em nota de rodapé de nº 295.

anarquistas, sobre as liberdades individuais e o direito de livre expressão. Ela chega a comparar este fato com o episódio da *Revolta da Armada* ou *Revolta da Chibata*, em 1910, que foi a revolta dos marinheiros contra os castigos físicos na Marinha e, depois dos acordos com as autoridades, mais de seiscentos (600) deles foram presos e largados em alto mar – muitos foram assassinados.

Era chegada a hora de organização operária em atividades associativas. Após a greve de 1917, o movimento operário sentiu a necessidade de organização dos trabalhadores em associações com fins de resistência para, num momento posterior, unir as diferentes agremiações em um organismo forte de defesa e de luta pelos interesses do operariado paulistano e brasileiro. Nesse período, fortaleceram-se os sindicatos *amarelos* organizados ou atrelados aos industriais para dismantelar e enfraquecer a organização operária. O jornal anarquista *A Plebe*, em 01 de setembro de 1917, denuncia que governo e industriais opõem às associações de trabalhadores organizadas por trabalhadores as associações de trabalhadores organizadas por eles próprios. Considerando a caótica situação enfrentada pelos operários, nos anos seguintes, e diante da eclosão da greve de maio de 1919, o mesmo jornal faz a seguinte declaração: “Um povo faminto é capaz de todas as audácias porque traz na alma todos os desesperos” (10/05/1919). Esta greve tinha caráter semelhante à greve geral de 1917, tendo em vista as reivindicações que reclamavam a ação do Estado em favor dos operários e a feroz repressão do Estado.

A década de 1920 iniciava sob um clima de desânimo em relação ao movimento operário, sendo visível a falta de interesse dos operários pelas organizações, o que provocava intensas discussões entre os militantes. De acordo com Pinheiro e Hall (1979), as formas de organização até então existentes passaram a ser criticadas e julgadas como inadequadas; ainda assim, os princípios que moveram as lutas até então permaneciam válidas.

No Brasil, historicamente o movimento operário revolucionário recebeu influência quase que exclusiva dos anarquistas, conforme já mencionamos no início desta seção. Os partidos ou correntes socialistas foram pouco significativos. Cabe destacar que os membros do Partido Comunista no Brasil, recém fundado em 1922, na sua maioria, são de formação anarquista. Como exemplo, podemos citar o nome de Astrogildo Pereira Duarte da Silva que foi anarquista desde jovem e, em 1921, passou a integrar o Grupo Comunista do Rio de Janeiro que, por sua vez, funda o Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922. Considerando o

trabalho intelectual de Pinheiro e Hall (1979), observamos que o posicionamento dos anarquistas brasileiros, em relação à organização de um partido, é aos moldes leninistas e à ação sindical, conforme a seguinte passagem:

Como comunistas-anarquistas revolucionários que somos, sentimo-nos ligados pela nossa simpatia e solidariedade ao movimento revolucionário russo, soberbo esforço de uma parte ativa do povo, impulsionada pelos revolucionários sociais que, com os anarquistas à frente, conseguiu derrubar o domínio do capitalismo em sua forma político-econômica mais tirânica, objetivando o estabelecimento de uma organização social consentânea com as aspirações de suprema justiça da coletividade humana, constituindo isso um surto grandioso na marcha da revolução social em todo o mundo. (1979: 261)

A partir destas palavras, podemos observar claramente o posicionamento de simpatia dos anarquistas quanto aos princípios leninistas e de ação das massas, mas também podemos pensar que há uma divergência em relação à forma político-social implementada na Rússia. A discordância está colocada na engrenagem administrativa e política centralista e autoritária, caracterizada por uma ditadura do partido para garantir a manutenção do Estado pelo bolchevismo.

A Revolução Russa de 1917 e a Internacional Comunista, criada em 1919, ecoaram entre alguns militantes anarquistas e anarco-sindicalistas brasileiros que passaram a se perguntar sobre a validade dos princípios que até então inspiravam o movimento operário, ou seja, a hegemonia das orientações do anarco-sindicalismo. Os autores observam que é dessa época a constituição de grupos de militantes que se declaram comunistas, levando em conta os princípios norteadores soviéticos e se colocando a perspectiva, o desafio da organização operária em novos moldes.

Com o fim da Primeira República, resultado de um movimento político-militar que ficou conhecido como a “Revolução de 1930”⁹⁸, o presidente Washington Luís foi deposto, assumindo o poder Getúlio Vargas até 1945. Neste movimento, surgiu um personagem que viria a figurar mais intensamente, nos anos posteriores, no cenário brasileiro: Luiz Carlos Prestes. Ele era um capitão do Exército que se rebelou, em 1924, pondo-se à frente de um grupo, chamado de Coluna Prestes, que percorreu muitos Estados brasileiros, tendo a oportunidade de conhecer a

⁹⁸ A “Revolução de 1930” caracteriza-se como uma passagem histórica de grande complexidade, sendo objeto de muitas pesquisas. Optamos, aqui, por dizer sobre ela, apenas, que teve sua origem na união entre políticos e tenentes que foram derrotados nas eleições deste ano e que decidiram pôr fim ao sistema oligárquico reinante.

miséria da população e de refletir sobre a necessidade de um movimento rumo à transformação das estruturas sociais. Exilado do Brasil, Prestes tomou contato com as idéias socialistas e aprimorou seus estudos sobre o marxismo. Em 1935, voltou clandestinamente ao Brasil, acompanhado da mulher, a comunista alemã Olga Benário, com o objetivo de preparar e lutar pela revolução proletária. Mas, logo o casal foi descoberto, sendo Prestes preso e Olga entregue ao governo nazista alemão que a assassinou.

Quanto ao governo de Getúlio Vargas e seu regime ditatorial chamado de *Estado Novo*, salientamos que suas estratégias não passavam apenas pela repressão, mas também pela necessidade de fazer concessões à massa trabalhadora, desviando a atenção desta dos caminhos considerados “subversivos” – que era sinônimo de comunista. Vargas promoveu o atrelamento dos sindicatos ao governo, com a criação de um conjunto de leis para que fosse possível um forte controle dos sindicatos operários, e dessa forma, neutralizar e dificultar as ações de cunho revolucionário. Ainda nos dias de hoje, podem ser sentidos os efeitos da política getulista em relação ao sindicalismo – pela atuação sindical corporativista ou “pelega”, isto é, atrelada aos interesses patronais e governamentais, numa atitude de traição aos interesses proletários.

Já os primeiros anos da década de 60 foram bastante conturbados no campo político brasileiro. Jânio Quadros assumiu a presidência após Juscelino Kubitschek, mas renunciou pouco mais de seis meses depois de tomar posse. Assumiu, então, o vice João Goulart, herdeiro político de Vargas, que instituiu o parlamentarismo por pouco tempo. Em meio às turbulências da época, havia a sensação entre os dirigentes trabalhadores de fortalecimento do movimento operário, especialmente no meio cultural e estudantil – este com tendências socialistas cristãs, como, por exemplo, a Juventude Socialista Católica (JUC). Quanto ao fortalecimento da área cultural, percebemos que estava intimamente relacionado com a intensa censura, tratando-se de um “reagir” à repressão, em que os artistas passaram a expressar seus anseios e expectativas nas músicas, nos versos, nos romances, nos teatros, nos cinemas, nas pinturas, nas esculturas, e em outras formas artísticas.

Criava-se, então, um certo clima de otimismo das lideranças proletárias, a partir do qual consolidava-se uma inquietação entre os conservadores que estavam preocupados com as ações de fomento socialista na cultura e, principalmente, na política. Crescia o receio de que João Goulart, de fato, liderasse um *golpe de esquerda*. Foi aí que os conservadores aproveitaram para

dar o *golpe da direita*, com um levante militar, em 31 de março de 1964, apoiado por importantes setores sócio-econômicos burgueses. Em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a repressão chegou aos extremos: gigantesco número de prisões, torturas e assassinatos de ativistas sindicais, militantes políticos e lideranças estudantis. Foram 16 anos que a população brasileira viveu sob um regime de ditadura civil militar, cuja política econômica era claramente contrária aos anseios dos trabalhadores, baseando-se essencialmente no arrocho salarial. Este período manchou de muito sangue a história brasileira e de outros países da América Latina que também vivenciaram violentas ditaduras – como é o caso da Argentina que contabilizou mais de vinte mil (20.000) pessoas assassinadas.

Os saldos, deixados pela ditadura, mostravam-se caóticos nos aspectos sócio-político e econômico: muitos assassinados, desaparecidos e exilados políticos; dilaceração de organizações proletárias de contestação ao regime; intenso êxodo rural e crescimento de cinturões de pobreza ao redor das cidades metropolitanas; precariedade das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais; rápido crescimento da dívida externa e dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI); entre outros.

Quando a gigantesca onda de repressão passou, em fins de 1979, foi possível perceber a intensidade dos abalos que sofreu toda a esquerda⁹⁹ brasileira. Mas ela não foi destruída e, muito rápido, deu sinais de reconstrução e fortalecimento. Os partidos comunistas saíram da clandestinidade e outros, de cunho socialista, surgiram. A mobilização popular foi reascendida; as agremiações estudantis, sindicais, pastorais¹⁰⁰, etc. reorganizados. No entanto, é preciso ter presente que quase vinte anos de massacres físicos e simbólicos, estreita orientação educacional, controle violento das iniciativas populares, trazem profundas conseqüências históricas, tornando extremamente difícil a tarefa proletária de reconstrução do movimento operário aos moldes leninistas e caracterizados pela ação direta.

⁹⁹ A noção “esquerda” remete a uma concepção de forças trabalhadoras, vinculadas aos interesses do proletariado, numa contraposição às forças antagônicas da “direita” que servem aos interesses burgueses. É preciso, no entanto, observar que, em função das diversas alianças entre essas forças antagônicas, ao longo da última década, muitos silenciamentos e apagamentos foram provocados e, conseqüentemente, as forças da esquerda e da direita nem sempre estão em posições claramente demarcadas em relação aos interesses das classes proletárias e burguesas.

¹⁰⁰ A referência aos setores pastorais se deve a grande repercussão da Teologia da Libertação que nasceu no início da década de 1980 na América Latina. Suas orientações consolidaram-se com a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais e da juventude. Alguns líderes católicos – como, por exemplo, Frei Leonardo Boff – foram severamente punidos pelo Vaticano.

Remetendo ao início do século XX, podemos ver que os proletários estavam muito empobrecidos economicamente, mas não, intelectualmente; ou seja, apesar das grandes dificuldades econômicas, havia, de modo geral, uma consciência de classe, entre os operários, no sentido de instigar e fortalecer a organização o Movimento Operário. Parte das instâncias de organização proletária buscava enfrentar as limitações do próprio processo organizativo através dos estudos marxistas e da divulgação das idéias libertárias. Pensemos, aqui, nas postulações de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos enquanto sujeitos ativamente presentes na sociedade como pensadores permanentes e como organizadores no processo de construção de uma nova hegemonia. Conforme nossas reflexões no primeiro capítulo (*1.3.1. Hegemonia, Bloco Histórico e Intelectuais Orgânicos*), desta tese, a função do intelectual orgânico é elaborar e difundir uma concepção de mundo antagônica à das classes burguesas, tenho consciência e paciência histórica.

Um século mais tarde (início do século XXI), podemos perceber lamentavelmente que os trabalhadores estão empobrecidos econômica e intelectualmente – sendo a consciência de classe pouco perceptível entre os trabalhadores –, fruto dos freqüentes abortamentos sofridos durante os muitos anos de ditaduras, das quais o pior foi a ditadura civil militar de 1964 a 1980. Houve, portanto, um processo de degeneração do Movimento Operário. Nesse sentido, iniciativas e opções de governos populares, com vistas à melhoria das condições de vida dos excluídos social, cultural e economicamente, merecem respeito. Para fins de ilustração, citamos o programa de educação para jovens e adultos (EJA), no RS, durante o período de 1999 a 2002, sob uma metodologia progressiva e libertadora; e ainda o fomento ao Programa de Trabalho e Renda, também implementado no RS, em 2000, com a elaboração de mecanismos de incentivos fiscais e de qualificação profissional especialmente destinado a micro e pequenas empresas. Mas, são as iniciativas e experiências que brotam no seio do proletariado, assessoradas pelo sindicato e pelo partido, sem a intervenção do Estado, é que devem receber todo o nosso apoio. Nesta ótica, trazemos as cooperativas operárias autogestionárias, cujos princípios norteadores são a gestão democrática, transparente e autônoma dos trabalhadores, identificadas com a orientação marxista-leninista de organização proletária internacional, caracterizadas pelos valores de solidariedade e mútua ajuda teorizada e difundida por Kropotkin¹⁰¹, justamente na “contramão” da avalanche individualista e competitiva capitalista.

¹⁰¹ Apesar de seguirem orientações políticas distintas, o anarquista Kropotkin e o comunista Lênin mantiveram diálogo, especialmente na primeira década do século XX, sobre a auto-organização proletária e as transformações

2.3. FORMAÇÃO DISCURSIVA DE REFERÊNCIA: OPERÁRIOS AUTOGESTIONÁRIOS

No início do presente capítulo, apresentamos a organização dos operários da autogestão constituindo uma nova Formação Discursiva – a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) – numa compreensão de que ela instaura um novo campo discursivo, materializando saberes de Formações Ideológicas próprias da classe proletária. Ela se constitui a partir de outras formações discursivas, entre as quais citamos a do Sindicato dos Metalúrgicos, do PT, do PSOL, do PSTU, do PCB, do PCdoB, do PCO, permeadas por saberes anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, comunistas, de organização popular. Cabe observar que, como há o acontecimento da falência da empresa capitalista e, a partir desta falência, a formação da instância autogestionária, a FDOA também se apropria de saberes burgueses/empresariais, mas para desarranjá-los e rearranjá-los. Trata-se de um processo que exige muita persistência dos sujeitos da autogestão; é uma tarefa permanente, pois os saberes empresariais tendem a ressurgir nas práticas discursivas dos operários e são chamados por eles de “cultura de firma”.

Considerando que, em nossa pesquisa, nos propusemos a estudar a organização operária industrial autogestionária, chamando-a de Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), que se caracteriza pelo atravessamento de outros saberes e outras práticas sociais e políticas de outras formações discursivas, inscritas em Formações Ideológicas da classe operária, é que concebemos a FDOA como a Formação Discursiva de Referência (FDR). Nesse sentido, é que optamos por articular, por um lado, a Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), que abarcam as entidades anteriormente já mencionadas (da organização sindical como o Sindicato dos Metalúrgicos; de instâncias partidárias como do PT, do PSOL, do PSTU, do PCB, do PCdoB, do PCO; e outras instâncias como a anarquista e anarco-sindicalista), a partir das quais podem ser identificados indícios/traços de saberes de instâncias como a ANTEAG, isto é, uma instância que orienta as práticas de gestão coletiva e solidária, desenvolvendo e implementando, assim, os princípios de democracia, transparência e autonomia; por outro, a Formação Discursiva Empresarial (FDE), imbuída de saberes de gestão

necessárias e possíveis de serem instituídas pelos proletários no Leste Europeu. Após a Revolução Bolchevique, em 1917, diante das ações instauradas pelo Estado Soviético, houve um certo afastamento entre ambos (Kropotkin e Lênin), mas sempre um grande respeito em relação às distintas orientações teóricas no que tange às opções e transformações proletárias.

empresarial capitalista, de relações de subordinação dos detentores da força de trabalho aos donos dos meios de produção, de princípios essencialmente individualistas e competitivos – saberes que, na autogestão operária, precisam passar pelo processo de desarranjo/desconstrução e rearranjo/reconstrução para implementação de novas práticas. Em outras palavras, é essencialmente a partir dos saberes dessas outras formações discursivas, inscritas em Formações Ideológicas da classe proletária, que a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) se constitui adversa à dinâmica burguesa-capitalista e se traduz em prática política socialista na atualidade.

Cabe observar que, especialmente em momentos críticos das organizações populares, emergem práticas de solidariedade, apoio e mútua-ajuda, oriundas de diferentes instâncias organizativas do proletariado. Trata-se de características essenciais da concepção autogestionária, que tantas vezes, ao longo da história, fizeram a diferença na vida de trabalhadores, na organização das massas.

Nessa linha de raciocínio, articular a noção de autogestão significa pensar formas de autogoverno, maneiras de participação das pessoas nas tomadas de decisões em uma organização social associativa antiburocrática. A autogestão existe na ação das pessoas e deve ser construída no dia-a-dia. Ela pode ser institucionalizada, mas o que a faz efetivamente são suas relações práticas.

Pensemos em uma linha de evolução histórica em que autogestão e autonomia não aparecem apenas como um objetivo a ser alcançado, mas representam a própria existência histórica real das lutas operárias. Nesse sentido, podemos associar a autogestão ao socialismo. Articulamos, então, partindo das reflexões de Horvart (1990), a compreensão, que perpassa as ciências sociais, políticas e econômicas, de que há duas vias socialistas: o *socialismo estatal*, tendo por meio o partido e o Estado por fim; e o *socialismo autogestionário* na perspectiva de Marx segundo a qual a *emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*¹⁰². Ambas caminham para a sociedade comunista. Ainda de acordo com Marx, a fase superior do comunismo se caracteriza por: (a) “De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo sua necessidade” e (b) “quando os homens já estiverem tão habituados a observar as normas

¹⁰² Marx e Engels: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; proletários de todos os países, uni-vos!” (*Apud* Mandel, 1987: 52)

fundamentais da convivência e quando seu trabalho for tão produtivo que trabalhem voluntariamente segundo sua capacidade” (*Apud* Lênin, 1987a: 136, 137).

Em meio aos sucessivos acontecimentos que aparentemente rumam em sentido inverso à emancipação proletária, surgem diversas questões fazendo emergir desconfiças em relação às previsões marxistas. Eis que, então, começam a surgir, ou melhor, ressurgem pequenas iniciativas de mútua ajuda, experiências de solidariedade e coletividade, atendendo necessidades imediatas e outras de médio prazo. Mas não se trata de um processo totalmente espontâneo. Nesse sentido, remetemos a uma das teses de Lênin (1980a), na qual ele enuncia que o proletariado não é capaz de chegar, por si só, à consciência de classe em seu grau mais elevado (à concepção marxista de mundo). Lênin defende que essa consciência deve ser introduzida por intelectuais comunistas no seio da classe operária. Ponderamos que nosso entendimento é de que a organização autogestionária não se cria por geração espontânea dos trabalhadores, mas também não acreditamos que a instigação da consciência deva ser creditada unicamente à intelectualidade de esquerda. Muitas vezes, trabalhadores e ativistas sociais interferem no curso de pequenas opções, no seio da classe proletária, que vão se somando e se agigantando, num espírito de coletividade, de solidariedade, de esperança. Cabe salientar que não deixamos de concordar com o pensamento de Lênin, no entanto precisamos ponderar que, na realidade histórico-social brasileira, a própria luta por condições de vida melhores aos trabalhadores (sindicalizados ou não) e o temor de que esta luta venha a ocorrer somente pela sobrevivência podem ser alavancas centrais para desencadear e sustentar um processo (*pouco consciente*) de auto-organização.

Aqui observamos que, atualmente, há, no seio do movimento operário, sindical e político, o incentivo à organização de cooperativas com práticas democráticas e autônomas, e o combate às falsas cooperativas (como as chamadas “Cooper-gatos”) e aos sindicatos “pelegos”. As falsas cooperativas funcionam, normalmente, como empresas ou organizações capitalistas, tendo em vista, em última instância, somente o lucro. Por exemplo, as “Cooper-gatos” são constituídas, por um lado, para ter fácil acesso aos benefícios que a legislação propicia às cooperativas; e, por outro, para gerar lucros a um reduzido grupo às custas de trabalho terceirizado em condições de semi-escravidão. Já os sindicatos “pelegos” são aqueles que não representam os reais interesses dos trabalhadores, pois, de alguma forma, estão atrelados a grupos patronais e/ou a governos. Muitas vezes, optam por prestar/oferecer serviços assistenciais aos

seus sócios e intermediar questões trabalhistas. Sua gestão é, normalmente, “pesada”, em função da burocracia que a caracteriza.

Considerando a autogestão operária contemporânea, especificamente os empreendimentos de produção industrial, na região da Grande Porto Alegre e Vale dos Sinos, observamos que estes são formados por uma maioria de operários que vivenciou processos produtivos e relações capitalistas de produção. Muitos destes operários, possivelmente, optaram pela forma cooperativa motivados mais pela manutenção dos postos de trabalho e sua remuneração, do que pela convicção da construção de novas relações sociais de trabalho. Trata-se daquilo que comumente se designa, na autogestão, como a “cultura de firma”. Esta precisa necessariamente ser superada para que a identidade autogestionária seja instaurada no empreendimento operário. O processo de formação e organização de algumas das empresas autogestionárias de produção industrial, como a CTMC, em Canoas/RS, é acompanhado diretamente pela ANTEAG, cujas condições de formação dos saberes estão associadas a concepções de solidariedade e mútua-ajuda, de forma que seja possível dizer que estes saberes encontram contingência histórica predominante em domínios de saberes anarquistas, mas também em socialistas e comunistas. Se pensarmos no princípio defendido, de forma aguerrida, pela ANTEAG de que a organização deve brotar na base popular sob a instigação/estímulo de seus intelectuais orgânicos, então observamos entre as orientações da ANTEAG uma premissa anarquista, sobre a qual Kropotkin já formulava e, no Brasil, os anarco-sindicalistas do início do século XX alicerçavam suas práticas.

Tendo em vista o processo de reflorescimento das organizações associativas dos trabalhadores, a partir da década de 1990, no RS, optamos pela escolha de empreendimentos de produção industrial autogestionária, cujo perfil responde a condições que são colocadas pela Formação Ideológica da ANTEAG, da ordem dos saberes e também da ordem das condições materiais. De modo geral, os empreendimentos escolhidos se caracterizam (a) pela sua origem em um processo de organização popular, identificados com princípios participativos oriundos de concepções socialistas, comunistas, anarquistas; (b) pela propriedade ou locação dos meios de produção para que haja autonomia de organização e gestão dos operários, sem que a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho esteja dissociada; (c) pela refutação total da exploração de trabalho terceirizado, o que seria um retorno à dinâmica da empresa capitalista, com geração de trabalho assalariado e mais-valia; (d) pela busca do estabelecimento de relações

comerciais, sociais e políticas em redes solidárias com outros empreendimentos autogestionários, identificados com os mesmos saberes e práticas, em âmbito local, nacional e internacional. Os empreendimentos de autogestão industrial desta pesquisa estão localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos e descendem de empresas capitalistas que faliram (massas falidas). Eis o motivo central de os trabalhadores conhecerem bem as condições de trabalho na indústria capitalista, que a competição impõe no mercado. Assim, estes trabalhadores industriais optaram por estabelecer outras relações de trabalho, com características solidárias e socialistas, fazendo da autogestão uma opção de vida; e para, ao mesmo tempo, manterem-se e até sobressaírem-se na competitividade do mercado capitalista. Em outras palavras, podemos entender o empreendimento autogestionário como uma ousada experiência de socialismo no seio do mundo capitalista. É uma experiência incômoda, aos burgueses, por se projetar como uma ousada opção que dá certo. Cabe registrar que historicamente os trabalhadores eram levados a acreditar supostamente em sua “incapacidade” de administrar, de gerenciar uma empresa como se isso fosse o central na cadeia produtiva, quando, na verdade, só é central associada ao trabalho. A autogestão operária representa, portanto, uma prova irrefutável de tal deturpação capitalista.

Em meio a essas reflexões, remetemos a Tauille (2001) para quem a cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre as pessoas, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Geralmente estas manifestações de auxílio mútuo surgem em períodos sociais adversos à satisfação das necessidades coletivas, o que seria, segundo o autor (*idem*), a explicação para o aparecimento de tantas associações cooperativas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos. Diante disso, pensemos nas experiências de autogestão industrial que se constituem a partir de massas falidas. Não significa que todos ou grande parte dos participantes dessas organizações populares adquiram convicções e consciências da cooperação; ao contrário, conforme Marx (1977: 37), “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” – concepção esta que dá alicerce à segunda tese central do Materialismo Histórico: “A existência social condiciona a consciência social”. Contudo, as organizações podem reforçar e difundir tais ideais ou inibir seu desenvolvimento de acordo com o seu processo organizativo e suas relações de poder e convivência. Nesse sentido, pensemos na questão do necessário desarranjo de um conjunto de saberes sobre a gestão e as relações de trabalho, provindos de formações ideológicas capitalistas para serem rearranjados de acordo com

saberes de outras formações ideológicas, antagônicas às capitalistas, ou seja, das classes proletárias. Tal processo de desarranjo-rearranjo de saberes, conforme Pêcheux (1997), vai se refletir em uma nova Formação Discursiva – a dos operários autogestionários –, que se inscreve em Formações Ideológicas que, por sua vez, contribuirão no desenvolvimento do processo organizativo autogestionário dos operários.

Em nossa sociedade capitalista, a condição de executores de tarefas que outros planejam e a relação de subordinação e obediência dos trabalhadores aos administradores/gestores/patrões são assimiladas como naturais, sendo o salário o principal elemento que recompensa a energia despendida. Temos aí um indício de saber pertencente à Formação Discursiva, aqui designada, como Empresarial. Ocorre o processo descrito por Marx (1982: 627) que “no transcurso da produção capitalista, vai se formando uma classe trabalhadora que à força de educação, de tradição e de costume, se submete às exigências deste regime de produção como as mais lógicas leis naturais”. Cabe ponderar que, como Marx não propõe uma teoria “acabada” da formação da consciência de classe do proletariado e nem uma teoria acabada do partido, é Lênin quem formula uma teoria coerente da consciência de classe proletária, teoria que constitui o alicerce de sua teoria de organização, designada de Teoria Leninista de Organização. Conforme já enunciamos no Capítulo I, desta tese, é importante termos presente que esta tese é diferente das práticas burocráticas implementadas na URSS pós-leninista – práticas que constituíram, segundo alguns teóricos do marxismo-leninismo, num erro metodológico. Lênin, através de tal teoria de organização, pretendeu codificar as regras da luta da classe proletária, de formas a permitir, ao proletariado, preservar a instância político-partidária, mantendo-a como expressão dos seus próprios interesses históricos.

Na autogestão operária, embora ainda seja possível perceber a reprodução de algumas relações capitalistas, as relações de trabalho e de utilização dos meios de produção são transformadas profundamente. Como os operários autogestionários passam a ser donos dos meios de produção, além da sua força de trabalho, não mais existe a figura do patrão, o que significa que as relações entre os próprios trabalhadores não mais são de submissão a ordens de um patrão ou um administrador, mas implica todos os trabalhadores como uma coletividade participar na tomada das decisões acerca da gestão do empreendimento, bem como respeitá-las, submetendo-se a elas. Concretamente, tal dinâmica de socialização de todo o processo produtivo mostra-se, ao mesmo tempo, fascinante e complexa aos sujeitos da autogestão, visto que a implementação de

princípios como da democracia, da transparência, da socialização, da autonomia, representam um grande desafio a todos que vivenciaram profundas relações individualistas. Entre as implicações da prática autogestionária, enumeramos a socialização dos conhecimentos e da distribuição dos resultados econômicos no processo autogestionário.

Nessa perspectiva, organizamos o seguinte quadro com a síntese dos domínios de saberes da nossa Formação Discursiva da Referência: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA)¹⁰³:

SABERES DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DOS OPERÁRIOS AUTOGESTIONÁRIOS	
- Condições de formação	Os empreendimentos industriais operários de autogestão surgem a partir de massas falidas capitalistas de produção industrial. As origens dos saberes autogestionários podem ser encontradas na contingência histórica do movimento operário internacional e brasileiro.
- Princípios centrais	Solidariedade, Democracia, Transparência, Autonomia e Organização de base.
- Relações de Trabalho	Os trabalhadores são donos dos meios de produção e da força de trabalho – portanto, não há relação patrão/empregado. Há, uma relação de co-responsabilidade pelo processo produtivo.
- Gestão	Caracteriza-se pela modalidade da autogestão dos trabalhadores, visto que tanto a tomada das decisões quanto à distribuição dos resultados econômicos e o trabalho nos diferentes níveis da linha de produção estão nas mãos do conjunto dos trabalhadores. A participação dos trabalhadores é ativa, sendo direta nas questões amplas e representativa nas, imediatas e específicas.
- Instâncias de decisões	Assembléias gerais ordinárias de planejamento e avaliação; Assembléias gerais extraordinárias;

¹⁰³ Para organização do quadro, apoiamos-nos nas entrevistas com operários autogestionários e assessores da ANTEAG, e em autores como Singer (2000), Nakano (2000) e Lebutte (2003).

	Conselhos (diretivo, fiscal, de educação, etc.); Grupos de trabalho e comissões.
- Gerenciamento dos saberes	Há investimentos em programas de educação cooperativa, de formação política e de qualificação técnica, que são assessorados pela ANTEAG e outras instâncias em conjunto com o próprio empreendimento autogestionário. Todos os sócios são incentivados a participar e, por vezes, também seus familiares.
- Gerenciamento dos resultados econômicos	As formas de distribuição dos resultados econômicos, bem como dos investimentos, são decididos coletivamente. Em geral, são realizadas retiradas periódicas (quinzenais ou mensais) em parcelas iguais ou segundo as cotas de cada associado.
- Planejamento e Avaliação	Há um processo articulado entre planejamento e avaliação. Em geral, os empreendimentos criam fundos de reservas econômicas para aposentadoria, férias, amparo de saúde, etc.

Para pensarmos essas e outras questões fundamentais dos saberes e práticas sociais e políticas da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), precisamos considerar os outros saberes que se articulam a ela. Com tal finalidade, optamos por organizar a seção a seguir.

2.3.1. Outras Formações Discursivas em Jogo

Considerando que cooperativa remete à idéia de cooperação, à idéia de natureza das relações que entre si os homens estabelecem com vistas a um objetivo comum, podemos dizer que cooperativa pressupõe práticas de gestão participativa. O empreendimento de autogestão operária, como constituição jurídica, é uma cooperativa de trabalhadores, entendendo que é já a partir das formas de organização que se criam as condições para novas relações de poder e para relações sociais de produção.

É importante enfatizarmos, entretanto, que o cooperativismo tradicional não segue os princípios da gestão participativa: a cooperação e a autonomia. Ele funciona como uma empresa capitalista. O processo permanente de educação para a democracia, transparência, cooperação e autonomia, a participação nas decisões em empreendimentos e organizações, bem como a troca de experiências entre grupos de economia solidária, não são do interesse, na maioria das vezes, de quem está na direção de uma cooperativa tradicionalmente capitalista. Ao contrário, é interessante a manutenção das relações desiguais entre os associados para a perpetuação dos “vícios” – que vão se incrustando em gestões autoritárias – e das mesmas pessoas à frente de tais cooperativas que funcionam, na relação com os sócios, aproximadamente a empresas capitalistas.

Eis que estamos falando de concepções de cooperativa que vêm de domínios de saberes diferentes, ou melhor, antagônicos. A grosso modo, as cooperativas com gestão capitalista, que são em grande número comparativamente às de autogestão, inscrevem-se em saberes empresariais capitalistas, que aqui designamos de Formação Discursiva Empresarial (FDE); ao passo que as cooperativas autogestionárias de trabalhadores instauram, em suas práticas sociais e políticas, a gestão coletivizada, que pressupõe a vivência da cooperação em sua plenitude, inscrevendo-se na Formação Discursiva Política-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), antagônica à Formação Discursiva Empresarial (FDE).

Cabe o registro de que as leis que regem a instituição e o funcionamento do cooperativismo, no Brasil, inscrevem-se claramente sob os saberes capitalistas, refletindo a orientação de gestão empresarial, de subserviência de uns (muitos) sobre outros, bem como da subordinação da cooperativa às leis de mercado. Entendemos que estas leis necessitam ser modificadas para atender às necessidades reais dos empreendimentos solidários e romper com o centralismo autoritário, próprio de cooperativas tradicionalmente capitalistas. Dessa forma, é possível recuperar o significado do trabalho nas relações humanas, a relevância do entendimento coletivo, a transparência e a democracia no controle financeiro dos empreendimentos, à luz de saberes anarquistas, socialistas e comunistas, fazendo predominar os interesses proletários sobre os burgueses.

Como a superação de culturas e relações habituais de trabalho não ocorre automaticamente quando se instala o novo regime jurídico e social do empreendimento, todo o processo de construção que antecede a formalização da organização autogestionária deve ser uma

construção coletiva para que ocorra o estabelecimento de interesses comuns. Em virtude do atravessamento de saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) e de saberes da Formação Discursiva Política-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) na Formação Discursiva de Referência, ou seja, na Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), é que organizamos as seguintes duas sub-seções para observar como ocorre e quais são os efeitos de tal atravessamento.

2.3.1.1. A formação discursiva empresarial (FDE)

A prática da gestão socializada em um empreendimento operário está na contramão das dinâmicas mercadológicas capitalistas, já que as relações empresariais capitalistas se caracterizam essencialmente: pela *esfera patronal*, dona dos meios de produção e dirigente das prioridades e funcionamento da empresa, e pela *esfera trabalhadora*, dona da força de trabalho que, por um salário determinado mais pela lei de oferta-e-procura do que pelo valor agregado à matéria-prima através de seu trabalho, gera mais-valia aos patrões (esfera patronal). Como os operários autogestionários constituíram seu empreendimento a partir do acontecimento da falência da empresa capitalista, tendo, portanto, vivenciado as relações empresariais capitalistas, têm a necessidade de permanentemente desarranjar saberes capitalistas herdados e rearranjá-los de acordo com as concepções e práticas da autogestão.

Nessa ótica, pensamos o atravessamento dos saberes da Formação Discursiva Empresarial na organização autogestionária a partir da construção imaginária dos operários. Estes, muitas vezes, desconfiam da “igualdade” nas relações de autogestão entre os trabalhadores de setores de produção e os que não pertencem ao setor – entre quem está de “macacão” e quem não está. Podemos observar isso na seguinte fala: “quando a gente está de macacão, igual a todo mundo, ninguém nos vê como um cara que sabe mais dos que os outros não. Pelo contrário, muitas vezes, o companheiro diz: *pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende nada*” (J.P., metalúrgico). Na materialização discursiva, aparecem saberes herdados da empresa capitalista como a percepção de uma condição de operários “iguais” entre si, na medida em que o operário entende não ter conhecimentos e nem capacidade para tudo o que está além do seu trabalho específico no interior da linha de produção. Os espaços de tomadas de decisões coletivas, bem como todas as práticas da autogestão, para muitos, ainda se mostram um lugar

estranho mesmo depois de anos da constituição do empreendimento autogestionário. Trata-se de um processo permanente e necessário de apreensão dos novos saberes e práticas, antagônicos aos capitalistas.

Nesse sentido, optamos por organizar um quadro para caracterizar os saberes empresariais capitalistas, cujas práticas foram vivenciados anteriormente pelos operários, mas que precisam ser desarranjadas-rearranjadas por eles. Muitos dos saberes empresariais insistem em aparecer em diferentes práticas discursivas, sociais e políticas dos operários autogestionários, visto que se tratam de saberes incrustados profundamente em toda a sociedade, reproduzidos não só no interior das empresas mas também nos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado – por exemplo, o escolar. Observemos o quadro a seguir:

Saberes da Formação Discursiva Empresarial	
- Gestão	⇒ Está centralizada nas mãos de uma pessoa ou pequeno grupo que decide sobre as diversas questões internas e externas da empresa sem discutir com os trabalhadores dos diferentes setores.
- Relação patrão / operários	⇒ Há uma relação de dominação e autoritarismo dos patrões e seus gerentes sobre os trabalhadores, que se submetem a isso pela necessidade de manutenção do posto de trabalho e/ou pelo descrédito na organização operária, que se mostra, muitas vezes, fragilizada ou atrelada aos patrões.
- Operários	⇒ Os operários de “macacão” (<i>chão de fábrica</i>) são levados a se perceberem como aqueles que nada sabem, porque não têm formação escolar.
- Trabalho assalariado	⇒ A lei da oferta-e-procura está colocada também aos trabalhadores, de forma que os altos níveis de desemprego representam o “barateamento”, aos patrões, da força de trabalho. ⇒ Os valores econômicos salariais obedecem a um índice mínimo regulado pelo Estado, mas é na negociação entre os representantes patronais e sindicais de trabalhadores que os mesmos são definidos. ⇒ O trabalho extra de trabalho (<i>hora-extra</i>) foi criado para atender às necessidades produtivas da empresa. Ele deve ser remunerado, no entanto isso, muitas vezes, não acontece. São criados certos “constrangimentos” pelo patrão em relação aos empregados..
- Condições de Trabalho	⇒ As melhorias nas condições de trabalho somente são importantes para os capitalistas se representarem o acréscimo de mais-valia.

- Conhecimento técnico	⇒ É fragmentado como uma estratégia capitalista para a manutenção do poder nas mãos de poucos. Embora os operários tenham conhecimento e competência sobre parte do processo de produção, são os proprietários da empresa que têm uma visão integral dele.
- Relações competitivas e individualistas	⇒ A competição do mercado capitalista é reproduzida no interior da empresa: os trabalhadores são estimulados e desafiados a competir entre si, sendo premiados ou punidos. Reina o discurso de que ganhar qualidade e produtividade na empresa representa uma espécie de garantia de manutenção do posto de trabalho para o(s) operário(s). ⇒ O estímulo ao individualismo está associado à competição, de forma que a dedicação do trabalhador poderá levá-lo à promoção. Como esta é individual, instauram-se práticas profundamente individualistas e competitivas entre os próprios trabalhadores.

Considerando que há uma inversão de saberes e práticas nas relações de trabalho do regime de gestão empresarial capitalista para o regime de autogestão operária, pensemos no quão complexo isso se mostra nas práticas do cotidiano para o conjunto dos operários. Há, por um lado, uma clara opção dos trabalhadores pela autogestão, motivada por concepções coletivas e emancipatórias além de razões individuais; e, por outro, uma desafiadora tarefa de implementar as práticas autogestionárias, que implicam fundamentalmente em atitudes solidárias, ações coletivas e democráticas. A superação da cultura de que “o patrão manda e todos obedecem” acontece em diferentes medidas entre os autogestionários, dadas suas histórias de vida que são distintas.

Relativamente à remuneração dos trabalhadores, mencionamos, no quadro acima, que o Estado estabelece índices mínimos (Salário Mínimo de Referência) a partir dos quais as faixas salariais de diferentes categorias de trabalhadores são definidas, no Brasil. Cabe observar que o Estado (Aparelho de Estado), historicamente, se coloca a serviço dos interesses capitalistas; portanto, na questão da regulação salarial não são privilegiados os interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, considerando que, na empresa capitalista, após o anúncio dos índices econômicos mínimos, a negociação salarial se dá entre os representantes dos patrões e dos operários, em meio a um contexto desigual, com ameaças prementes de demissões e corte salariais, a reconstrução dessa prática é inevitável. Na autogestão, a figura do patrão desaparece. Não há mais uma relação de patrão/empregado e, portanto, não há mais salário, remuneração mensal, quinzenal ou semanal. Os operários, como proprietários dos meios de produção e da força de trabalho, passam

a uma dinâmica de planejamento e distribuição de resultados econômicos, que pode ser através da adoção de retiradas periódicas ou de outra modalidade, de acordo com a opção dos autogestionários. Acostumados a receber remuneração, no regime empresarial, mesmo que não fosse o suficiente para suas necessidades, somado à expectativa de maiores ganhos na nova empresa de autogestão, podemos observar que muitos operários se frustraram diante das dificuldades iniciais, especialmente no que se refere aos resultados econômicos. E, não raro, desnudam-se relações conflituosas do mundo do trabalho, herança da dinâmica de gestão empresarial, cujos saberes capitalistas estão em processo de desarranjo e rearranjo, freqüentemente aparecem na materialidade discursiva, como, por exemplo: a reclamação de salários mensais, de hora-extra, do muito tempo supostamente “desperdiçado” em reuniões de planejamento, assembléias, encontros de formação e educação. Da mesma forma que se evidenciam comportamentos típicos de operários subordinados aos patrões, é comum observar uma espécie de “cobrança” acerca da co-responsabilidade pela opção da prática autogestionária, bem como pela ciência das dificuldades já previstas anteriormente.

Entendemos que é importante o aparecimento de tais conflitos, em que são postas concepções e práticas antagônicas, pois evidenciam a necessidade de sua permanente desconstrução/reconstrução, seja no âmbito de conceber a idéia solidária de autogestão como de gerir legalmente a empresa e a vida de cada cooperado. Ressaltamos que se trata de um processo *permanente*, tendo em vista que, por um lado, o empreendimento autogestionário está inserido diretamente na dinâmica de mercado e, por isso, para se viabilizar, precisa ser competitivo em relação às demais empresas que são capitalistas; por outro lado, as relações de contradições são inerentes a todas as formações discursivas. Nesse sentido, podemos dizer que a existência das contradições (“brechas”) da Formação Discursiva Empresarial (FDE) permitiu o surgimento da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), cujos saberes são antagônicos entre si; da mesma forma, as contradições da organização autogestionária podem propiciar o retorno a saberes que são próprios à FDE.

Em meio às nossas reflexões sobre os saberes capitalistas que emergem na autogestão, remetemos à questão de os cooperados autogestionários não se inscreverem no sistema de trabalhador empregado: na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), cujo domínio de saber é próprio das formações discursivas dos trabalhadores. Ponderamos, entretanto, que a CLT resulta de um misto de conquistas do movimento operário brasileiro e de concessões

burguesas. Isso está relacionado, conforme já vimos na seção anterior sobre “A Organização Operária no Brasil”, à peculiaridade da história brasileira, marcada por momentos importantes de organização operária, especialmente nas primeiras décadas do século XX, por freqüentes repressões sofridas pelos seus intelectuais orgânicos, bem como por sucessivos governos ditatoriais que se instalaram através de golpes político-militares ao longo do último século.

Considerando as perdas dos benefícios e vantagens asseguradas pela CLT, na cooperativa autogestionária, associadas especialmente à falta de compreensão de parte dos cooperados sobre as condições privilegiadas de que gozam as cooperativas, não são poucos os associados que desistem da autogestão. No entanto, observamos também que são muitos os trabalhadores que, depois da experiência de empresa capitalista e do empreendimento de autogestão, não querem mais uma relação de submissão de empregado ao patrão. A vivência de novas relações caracterizadas pelo respeito às posições individuais e coletivas, pela solidariedade e ajuda mútua, pelo exercício dos direitos iguais, além de outras vantagens proporcionadas pela autogestão, é que justificam a refutação às relações de trabalho sob uma ditadura do capital.

2.3.1.2. A formação discursiva político-pedagógica autogestionária (FDPPA)

Para pensar e caracterizar o cooperativismo contemporâneo brasileiro, é preciso que tenhamos presente as relações históricas, sociais e políticas do movimento operário com as classes burguesas e os governos. São relações marcadas por abafamentos das iniciativas de organização proletária, por perseguições a lideranças populares, por atrelamento da organização sindical ao Estado – especialmente no período do Estado Novo –, por repressão violenta às instâncias populares, sindicais e político-partidárias durante a Ditadura Militar (1964-1980), e pela abertura política na década de 1980, que veio acompanhada da onda avassaladora da globalização capitalista, na forma de um novo e fortalecido liberalismo. Esta globalização tem levado muitos trabalhadores a submeter-se a um cooperativismo forçado, manipulado por empresas ou por intermediários interesseiros. Considerando que os trabalhadores são reduzidos progressivamente a uma condição de precarização e de subvalorização, eles vêm, muitas vezes, a cooperativa mais como um “carrasco” do que um fator de libertação.

Nesse sentido, pensemos nas cooperativas de serviços, que, ao serem impropriamente chamadas *de trabalho*, sugerem que as cooperativas de produção não são de trabalho. Além disso, observamos que há uma forte pressão pela multiplicação dessas *cooperativas de trabalho*, possivelmente em função de seu caráter de trabalho terceirizado e, nestas condições, o contratante fica isento das obrigações previdenciárias que seriam de sua responsabilidade se contratasse diretamente um trabalhador. Como predomina a busca por ganhos econômicos, em tais cooperativas, a educação cooperativa inexistente, a formação para uma organização coletiva, alicerçada na democracia e autonomia, a afirmação identitária e libertadora dos cooperados sequer é pautada. Eis que, na verdade, seus domínios de saberes são empresariais capitalistas, mascarados sob a designação de cooperativa de trabalho, com o agravante do descompromisso em relação aos benefícios trabalhistas garantidos pela CLT.

Considerando os diferentes momentos da história brasileira, acima mencionados, e sua relação com as atuais estruturas cooperativa, sindical e partidária das classes trabalhadoras, observamos que são poucas as instâncias verdadeiramente representativas dos interesses proletários; ao contrário das muitas que preferem promover o apagamento de saberes antagônicos entre as classes populares e as classes burguesas. Nessa ótica, destacamos os empreendimentos operários autogestionários, cujo surgimento se impôs pela solidariedade, coragem e obra de operários, sindicalistas e políticos convictos da premissa marxista de que *a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores*, apesar das dificuldades impostas pela dinâmica empresarial e competitiva capitalista e até da falta de apoio, de setores políticos e sindicais. Cabe observar que, especialmente, em momentos críticos das organizações populares, emergem práticas de solidariedade, apoio e mútua-ajuda, oriundas de diferentes instâncias organizativas do proletariado. Trata-se de características essenciais da concepção autogestionária que, tantas vezes, ao longo da história, fizeram a diferença na vida de trabalhadores, na organização das massas.

Tendo em vista que a história de organização operária mostra que diferentes formas e instâncias organizativas se instauram no seio da classe proletária, movidas pela busca e necessidade de defesa de seus interesses, pensamos na instauração da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários, a partir de formações ideológicas que se situam em lugares antagônicos às formações ideológicas capitalistas. Nessa perspectiva, podemos dizer que a FDOA se inscreve nos domínios de saber, especialmente, da ANTEAG – mas também de setores

político-partidários e sindicais –, que funciona como formação ideológica, e é permeada por outras formações discursivas de cunho sindical e político, inscritas em formações ideológicas que dialogam com a da ANTEAG. Nesta pesquisa, designamos de Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) os saberes que contribuíram na constituição da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), que dialogam com ela – portanto, antagônicos aos da Formação Discursiva Empresarial (FDE) – e que, conforme já mencionamos anteriormente, são saberes anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, comunistas, entre outros.

Em consequência e em relação às nossas reflexões sobre a autogestão e o cooperativismo, ao longo da história do movimento operário, sobre os domínios de saber da FDOA e das instâncias ideológicas, optamos por organizar um quadro comparativo em que articulamos saberes da Formação Discursiva Anarquista Russa (FDAR) e saberes da ANTEAG¹⁰⁴, concebida como importante instância fomentadora da organização autogestionária. Entendemos que alicerces da autogestão operária contemporânea são possíveis de serem encontrados, especialmente, na FDAR e repercutem nas concepções da ANTEAG. Observemos o seguinte quadro:

Saberes da FDAR	Saberes da ANTEAG
A organização popular deve nascer em instâncias da base, com identidade comunitária.	A organização popular deve nascer em instâncias da base, com identidade comunitária, sindical ou política.
Co-operação (cooperativa): trabalhar juntos, em comunidades de produção.	Cooperativa: organização associativa de trabalhadores que se unem em cooperação – para trabalhar juntos.
Os princípios cooperativos caracterizam-se pela solidariedade, ajuda e apoio mútuos, autogestão e ação direta.	Os princípios cooperativos caracterizam-se pela solidariedade, autogestão, democracia, transparência e autonomia.
A participação ativa e direta dos trabalhadores é essencial.	A participação ativa, direta ou representativa dos trabalhadores é essencial.
Há forte espírito de solidariedade e trabalho voluntário.	Valorização do coletivo, socialização dos conhecimentos e dos resultados econômicos
Defesa da posse comunal dos meios de produção, com a eliminação da propriedade,	Defesa da posse dos meios de produção e gestão socializada.

¹⁰⁴ Para organização do quadro sobre os saberes anarquistas russos e da ANTEAG, apoiamo-nos nas seguintes fontes: Lopreato (2000) e Kropotkin (1987) para os domínios de saberes da Formação Anarquista Russa (FDAR); e Pilatti (2006, entrevista) e em Singer (2000), para os domínios de saberes da ANTEAG.

do mercado e do dinheiro.	
Substituição do dinheiro por bônus-trabalho, levando em conta a quantidade de horas gastas na produção de determinado produto ou serviço.	Substituição do salário por retiradas periódicas individuais ou pela distribuição dos resultados econômicos em partes iguais ou por cotas de participação.
A educação cooperativa é a base das condições de formação do sujeito anarquista, por isso deve ser permanente.	A formação política e a educação cooperativa devem ser permanentes e coletivizadas.
A propaganda dos princípios anarquistas é fundamental, mas não pode ser isolada.	A propaganda dos princípios autogestionários é importante, mas não pode ser isolada.
Organização de micro-comunidades com regras elaboradas pelos próprios grupos. Experiências: Guildas e Comunas urbanas: associações de mutualidade entre operários, negociantes ou artesãos; “Arteli”: cooperativas camponesas russas não-oficiais, que evoluíram para as comunas de aldeia..	Organização de cooperativas de autogestão em todos os níveis de produção. Experiências: Cooperativas de produção industrial autogestionárias; Participação acionária de trabalhadores em empresas de produção autogestionária.
<i>Greves de solidariedade</i> : apoio dos trabalhadores aos companheiros despedidos do trabalho.	Relação de solidariedade entre os cooperados. Redes solidárias: parcerias e mútua ajuda entre os empreendimentos autogestionários
Instâncias de decisões: assembléias e conselhos.	Instâncias deliberativas: assembléias, conselhos (fiscal, administrativo, etc.), grupos de trabalho e comissões.
Planejamento de reservas econômicas comunitárias para garantias de vida futuras.	Criação de fundos de reservas econômicas para aposentadoria, férias, saúde, etc.

Ao longo da história, pensar em autogestão operária remete a um conjunto de saberes relacionados à ajuda mútua, solidariedade, democracia, autonomia, emancipação; enfim, reporta à necessária busca por melhores condições de vida de grupos de pessoas, do campo e da cidade, pela libertação de povos subjugados a fanatismos de diversas ordens e/ou governos ditatoriais, fascistas. Conforme observa Kropotkin (1987), a vida dos camponeses europeus e dos operários em geral, por volta do século XVIII, estava repleta de hábitos de ajuda e apoio mútuos, permitindo conceber a solidariedade como parte da essência humana. Podemos articular ainda tal

concepção à idéia de cooperação, de produzir/trabalhar junto – *é junto que se cria alguma coisa* – e, então, estabelecer uma relação com os pioneiros de Rochdale¹⁰⁵, no século XVIII, à luz das percepções de Robert Owen.

Em seus materiais de educação cooperativa, a ANTEAG associa a autogestão a um *processo de criação*, a uma *conquista*, que traz no bojo a *democracia* e a *autonomia*. Isso implica não centralizar o poder; ao contrário, descentralizá-lo, de forma que a coletividade esteja diretamente envolvida na tomada de decisões sobre as grandes metas a serem atingidas e, pelo menos, representada em situações menores e que precisam ser decididas e encaminhadas a curto ou curtíssimo prazo. O exercício do poder coletivizado se dá concretamente em espaços de assembléia geral, reuniões periódicas, em organização de conselhos (administrativo, fiscal, etc.), na rotatividade funcional, no diálogo e, fundamentalmente, no respeito às diversas posições e na busca de acordos consensuados.

Já em relação à autonomia, destacamos que a superação das relações de dominação patronal sobre os operários e, especialmente, a superação da “cultura” de submissão dos trabalhadores aos capitalistas ou instâncias do Estado caminha em processo de libertação proletária, cujo saber inscreve-se na Formação Discursiva Política-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) e permeia fortemente as práticas da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA). Nesse sentido, é fundamental que o empreendimento autogestionário estabeleça uma crescente autonomia em relação às outras instâncias de organização, evitando o risco de atrelamento e viciosa dependência daquele a estas – concepções antagônicas às libertárias. Cabe ponderar que a necessidade de autonomia não significa cair no extremo do isolamento do empreendimento, do “fechamento” sobre si/seu funcionamento; mas tomar as próprias decisões, enquanto sujeitos autogestionários, e dialogar com instâncias afins, inscritas em formações discursivas e formações ideológicas próximas dos saberes da autogestão. Além disso, reportando-nos às relações entre os trabalhadores, pontuamos que a liberdade de cada um está intimamente associada à liberdade de todos os outros – por isso, ela sempre está associada à solidariedade.

¹⁰⁵ Os pioneiros de Rochdale têm referência à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1843. Esta sociedade surgiu quando um grupo de 28 tecelões decidiu fundar um armazém cooperativo como alternativa à ameaça da miséria, em 1843.

Considerando que a modalidade de gestão no empreendimento operário tem um caráter completamente distinto da gestão na empresa capitalista, especificamente, em relação aos benefícios previstos na CLT (benefícios previdenciários, de saúde e outros), os cooperados são orientados, pela ANTEAG, a criar fundos de reserva econômica, conhecidos como *Fundos de Solidariedade*. Estes visam a proporcionar benefícios como férias, abono de Natal, licença-saúde, licença-maternidade/paternidade, entre outros. Os empreendimentos associados à ANTEAG também são estimulados, a exemplo do que orientava a Confederação Operária Brasileira (COB), no início do século XX, a preverem bolsas autogestionárias de educação e outros investimentos em escolaridade formal do cooperado e seus familiares. Além disso, os trabalhadores autogestionários devem se preocupar em pagar previdência social como autônomos, e prever, a médio ou longo prazo, a estruturação de um sistema de aposentadoria especial através de fundo criado para este fim. Ponderamos que se tratam de práticas sociais próprias de domínios de saberes das várias formações discursivas que estão no seio da classe operária, em especial da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Relativamente à distribuição dos resultados econômicos, no empreendimento autogestionário, observamos que, à luz dos saberes empresariais, os operários recebiam salário, remuneração, o que configurava a venda da força de trabalho ao dono dos meios de produção, caracterizando-o como trabalhador assalariado. Na autogestão, a noção de salário não é usada, pois não há mais venda da força de trabalho; em seu lugar, os autogestionários utilizam a noção de “retirada” periódica ou distribuição de resultados econômicos, tendo em vista o resultado econômico do trabalho, em um determinado período, e os necessários investimentos na produção.

Nessa perspectiva, destacamos que o estabelecimento democrático e transparente de critérios da distribuição dos resultados econômicos é uma prioridade no processo autogestionário. Esta distribuição se dá na remuneração do trabalho¹⁰⁶, na distribuição dos resultados e nas estratégias e projetos de investimento, inovação e desenvolvimento da empresa. Sendo assim, a autogestão não pode remeter apenas a espaços democráticos de decisão, mas à apropriação do

¹⁰⁶ As empresas autogestionárias estabelecem critérios de remuneração do trabalho de acordo com as funções e responsabilidades na empresa, o que pode se dar em forma de pró-labore ou antecipação da distribuição dos resultados de acordo com o regime jurídico do empreendimento.

Em empresas de co-gestão, onde trabalhadores tem participação acionária, mas não a totalidade do empreendimento, há normalmente total separação entre a remuneração do trabalho, que é assalariado e a distribuição dos lucros do capital. Nestes casos, segue-se a mesma lógica da empresas de sociedade anônima e a distribuição se dá pelo volume de ações.

próprio processo e estratégias produtivas e de comercialização por parte dos trabalhadores. A grosso modo, dizemos que ter o controle sobre tudo o que entra e tudo o que sai da empresa por parte dos trabalhadores é essencial, não só para entender a retirada mensal ou quinzenalmente, a sobra anual¹⁰⁷, mas também os investimentos necessários para que o empreendimento de autogestão consiga manter-se no mercado.

Pensando nas condições de produção de saberes autogestionários, articulamos concepções de instâncias de assessoria e apoio aos empreendimentos autogestionários – como a ANTEAG – relativamente à efetiva socialização do planejamento e tomada das decisões sobre os investimentos financeiros e distribuição dos resultados econômicos. Tais instâncias têm sido enfáticas sobre a questão do processo de tomada de decisões que, quando conduzido de forma democrática e transparente, resulta em os sócios conseguirem assumir as decisões com conhecimento de causa e a responsabilidade de condução do empreendimento. Em muitas experiências autogestionárias, a opção tem sido pela diretriz da igualdade salarial, não sendo levadas em conta as cotas diferenciadas na propriedade, o tempo de trabalho dos cooperados na empresa, a qualificação maior ou menor, o empenho ou a produtividade. Em ocasiões de crise financeira, normalmente esses empreendimentos não possibilitam retiradas mensais ou quinzenais iguais para todos os sócios, estabelecendo-se o critério das necessidades pessoais e familiares. Assim, fica realçada que é condição fundamental, na autogestão, a flexibilidade além da busca da equanimidade nas diferenças individuais. Conforme Singer (2000), a possibilidade da folha de pagamento variar conforme o fluxo de caixa do empreendimento é um fator de superioridade fundamental na autogestão. Cabe observar que, na prática, a complexidade das relações entre cooperados, do funcionamento do empreendimento autogestionário, das relações com o mercado competitivo capitalista, faz aflorar um conjunto de questões particularmente desafiadoras e contraditórias na autogestão operária.

Para ilustrar e instigar a reflexão, consideremos aquelas empresas autogestionárias nas quais os sócios decidiram que todos deveriam ter retiradas iguais e que, ao longo dos anos, foram perdendo os seus melhores profissionais para empresas capitalistas com condições de lhes

¹⁰⁷ A retirada é a quantia que os cooperados recebem pelo seu trabalho, mensal ou quinzenalmente, e é definida não de acordo com as aspirações de cada associado, mas em função do preço e quantidade dos produtos vendidos. Esta retirada precisa ser cuidadosamente observada para que a continuidade do próprio empreendimento esteja assegurada. Já a sobra anual é a diferença entre o que foi gasto e o que sobrou no final de um ano. Assim, o lucro tem a ver com aquilo que a empresa consegue obter depois de um período: em alguns meses falta dinheiro, noutros sobra, só no final do ano efetivamente é possível saber se houve lucro ou não.

oferecer remuneração mais vantajosa. Sem técnicos qualificados assim como a ausência de competentes administradores, contadores, propagandistas, vendedores, etc., o empreendimento pode estar condenado a não sobreviver no mercado competitivo. Mais uma vez, fica evidenciada a necessidade no investimento constante da qualificação dos cooperados através de programas de educação cooperativa e técnica. No caso da opção pelo estabelecimento de retiradas maiores para os quadro técnico-administrativos mais qualificados, cujos cargos não podem tão facilmente entrar na dinâmica da rotatividade funcional¹⁰⁸, podemos nos perguntar sobre o risco de se desenvolver uma hierarquização entre os cooperados e que progressivamente pode se intensificar. Neste caso de hierarquização que evolui gradualmente, nos perguntamos sobre como isso repercute nos diferentes sujeitos; se há risco de deturpação da concepção de autogestão; em que medida saberes da Formação Discursiva Empresarial intervêm nos saberes da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários relativamente à distinção na distribuição dos resultados econômicos. Trata-se, sem dúvida, de uma questão geradora de grandes polêmicas e contradições das práticas da autogestão. Provavelmente se trate do lugar em que mais se evidencia a heterogeneidade, seja na materialização discursiva de assessores e operários de diferentes setores ou conselhos, seja nas diferentes vozes que silenciam em determinados momentos – como em reuniões ou assembleias –, seja nas práticas solidárias ou nos indícios individualistas e competitivos.

Nesta abordagem sobre o regime de autogestão, cabem algumas ponderações sobre a concepção da economia popular solidária que é uma opção, ao mesmo tempo, econômica e político-ideológica, que surge como forma de viabilidade econômica para os associados e, especialmente, como criação, em processo contínuo, de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Podemos pensar nela, em linhas gerais, como uma forma de organização da economia, na autogestão operária, um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram ou temem ficar marginalizados do mercado de trabalho. Não se trata de uma nova formação discursiva, portanto, mas é um saber da própria organização autogestionária. Nesse sentido, dizemos que a economia popular solidária – que também foi o nome/título de um programa de fomento à autogestão, organizado em uma parceria entre a Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social

¹⁰⁸ A rotatividade funcional é uma estratégia implementada para a eliminação da hierarquia de mando nas unidades de produção e distribuição, entre trabalho intelectual e braçal/manual. Ela proporciona aos sócios um conhecimento global do processo produtivo, uma vez que todos, em diferentes períodos, realizarão um ou outro tipo de trabalho.

(SETAS) e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), no período de 1999-2002 –, é a soma do princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios capitalistas. Importante ponderarmos que, embora pareça um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias – e não são poucos os que fazem a crítica de que a economia popular e solidária é uma “suavização” dos efeitos da voracidade capitalista –, o modo solidário, na verdade, constitui uma síntese que supera ambos (capitalismo e produção de mercadorias). Certamente precisa haver uma grande afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios da economia popular e solidária, que significa, em linhas gerais, a existência de um espírito no qual a maioria dos trabalhadores rejeita o capitalismo. Assim, quando um operário se associa para produzir, comprar, vender ou consumir, o faz sob formas solidárias.

Nesse sentido, um programa de formação e comunicação que propicia e instiga a reflexão constante sobre os objetivos e as práticas de autogestão, é fundamental para que o espírito de cooperativa não seja enfraquecido e não tenha aprofundado os interesses divergentes, a clivagem entre operários de diferentes funções e cargos.

Capítulo III

OS DISCURSOS DA E NA AUTOGESTÃO

“Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva.” (Paul Singer)

Em nossa pesquisa, para fins de análise, conforme já enunciado anteriormente¹⁰⁹, nosso corpus discursivo é constituído de materiais de formação e informação – como cadernos, boletins e jornais – e de entrevistas que foram realizadas com trabalhadores autogestionários, com assessores e com agentes de apoio aos empreendimentos de autogestão industrial. Nesse corpus de análise, tendo presente o processo de desarranjo e rearranjo de saberes, buscamos observar como se dá a reprodução de percepções e de saberes das relações próprias de empresas capitalistas, como estas percepções e estes saberes são reformulados e transformados, e como instauram novos saberes. Em outras palavras, considerando os discursos dos trabalhadores autogestionários e os discursos de outros agentes envolvidos na autogestão, observamos que saberes provêm da Formação Discursiva Empresarial (FDE) e como emergem nas práticas discursivas no interior da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA). Da mesma forma, observamos quais são os saberes oriundos da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) e em que medida tais saberes podem ser encontrados na Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

¹⁰⁹ Vide o subtítulo 2.1. *Dispositivo Metodológico*, na página 126.

Para tanto, organizamos nossas reflexões e análises em diferentes seções, seguindo o critério de identificação entre as práticas discursivas da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) e os saberes das diferentes formações discursivas (Formação Discursiva Empresarial e Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária – FDE e FDPPA) consideradas na presente pesquisa, uma vez que as práticas discursivas na e da organização operária autogestionária são formadas a partir de saberes oriundos de diferentes formações discursivas que dialogam entre si de acordo com saberes proletários formulados historicamente; bem como a percepção de que tais práticas discursivas autogestionárias são atravessadas por saberes provindos de domínios empresariais. Antes de apresentar nossas análises, optamos por dedicar algumas (poucas) páginas para a discussão de questões relevantes acerca da experiência autogestionária da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), visto que ela é tomada prioritariamente em nossas reflexões.

Nesse sentido, organizamos nosso presente capítulo com os seguintes subtítulos:

3.1. Breve Contextualização do Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC); 3.2. Saberes Empresariais que Emergem nas Práticas Discursivas Autogestionárias; 3.3. Saberes que Rompem com os Saberes Empresariais; e 3.4. Novos Saberes que Instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Ressaltamos que os discursos analisados foram obtidos em entrevistas¹¹⁰ que realizamos, no período de 2006 a 2008, com trabalhadores-associados¹¹¹ da Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), a partir das quais foram extraídas seqüências discursivas de referência (Sdrs). Também entrevistamos agentes apoiadores da autogestão como representantes da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG)¹¹², do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC)¹¹³, da Bancada da Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL) da Assembléia Legislativa do Rio

¹¹⁰ Vide as questões dirigidas aos nossos entrevistados nos Anexos IV, V, VI, VII e VIII, no final deste texto.

¹¹¹ Os trabalhadores-associados entrevistados são: Nicolau Barcelos dos Santos, Osmar Machado Barbosa, Márcio de Assis Mendes, Francisco Orlando dos Santos, João Henrique Barbosa da Silva, João Paulo Nunes Aires, Luiz Freitas de Souza, Paulo Roberto da Silva Soares, Fábio Luis de Castro Rocha.

¹¹² O representante entrevistado da Anteag foi Edson Pilatti, assessor-liberado para acompanhamento aos empreendimentos autogestionários na Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos.

¹¹³ Entrevistamos Flávio José Fontana de Souza que é vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC) e vice-presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos/RS.

Grande do Sul¹¹⁴ e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI, 1999-2003)¹¹⁵, de cujas entrevistas foram recortadas seqüências discursivas (Sds) para fins de análise. Cabe fazermos o registro de que, embora inicialmente entendêssemos ser melhor protegermos a identidade dos nossos entrevistados, optamos por não ocultar seus nomes, na presente tese, tendo em vista que todos assim o autorizaram. Ainda quanto à formação do corpus discursivo, cabe frisar que nosso corpus é heterogêneo por estar constituído, além das entrevistas, de recortes de diferentes informativos internos da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) – por exemplo, o “Jornalaço” –, de panfletos (sindicais, cooperativos e político-partidários), de publicações jornalísticas de circulação local e regional, de cadernos de formação (da ECOPOPSOL, da ANTEAG, da UNISOL, etc.), utilizados para cursos e reuniões de trabalhadores da autogestão, e de relatos de experiências operárias autogestionárias no Rio Grande do Sul em livros¹¹⁶. A utilização destes materiais formativos e informativos, em nossas análises, tem por finalidade a observação das discursividades elaboradas por sujeitos e instâncias apoiadoras da autogestão sobre diferentes momentos e fatos relacionados à vivência das relações autogestionárias; e também a análise das práticas discursivas de sujeitos assessores que orientam o processo autogestionário, segundo princípios de solidariedade, mútua ajuda, democracia, transparência e autonomia de gestão.

3.1. Breve Contextualização Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgico de Canoas (CTMC)

Nossa pretensão, nesta seção, é resgatar, brevemente, a história de organização dos trabalhadores, ex-funcionários da Metalúrgica Vogg, que culminou no surgimento da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), em abril de 2001 – uma das mais importantes experiências autogestionárias, na produção industrial, instaurada a partir de massa falida. Esta história nos foi contada por sujeitos que foram empregados da antiga

¹¹⁴ Entrevistamos o Deputado Estadual Elvino Bohn Gass, coordenador da Bancada de Economia Solidária na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

¹¹⁵ Entrevistamos Pedro Roque Giehl, diretor da SEDAI (1999-2002), coordenou os Centros Regionais de Desenvolvimento Trabalho e Renda (CRDTR) - Programa de Interiorização do Desenvolvimento (SEDAI/SETCAS) - e foi integrante do Fórum Nacional de Gestores em Economia Solidária.

¹¹⁶ Referimo-nos aos relatos feitos por Paulo Leboutte (dirigente sindical, assessor da ANTEAG entre 1999 e 2002, assessor da COPPE/UFRJ a partir de 2002), no livro “Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul” (2003).

Metalúrgica Vogg, vivenciaram o período pré-falimentar e falimentar da empresa capitalista, participaram do processo de organização dos trabalhadores, foram protagonistas na instauração da CTMC e continuam trabalhando nela até hoje na condição de trabalhadores-associados. Em momento seguinte, na seção que trata dos saberes que rompem com os saberes empresariais, trazemos outros sujeitos que acompanharam e orientaram o processo de instauração da referida cooperativa.

A Metalúrgica Vogg foi uma empresa no ramo da caldeiraria pesada, de porte médio, importante para a economia regional, especialmente na década de 1970 e 1980. Com intuito somente de ilustrar, destacamos que a produção das estruturas e a construção da Ponte do Guaíba projetada para permitir, ao mesmo tempo, a ligação rodoviária Porto Alegre-Guaíba e a passagem fluvial de navios de grande porte, permitida por um sistema de levantamento de parte da ponte, foi de responsabilidade desta empresa. Já na década de 1990, a Metalúrgica Vogg passou a apresentar crescentes sinais de declínio, resultado de má-administração. Em 2000, progressivamente foi perdendo importantes clientes, perdendo credibilidade no mercado, deixando de efetuar o pagamento salarial de seus funcionários até entrar em situação de falência – em abril de 2001. Houve um período, de cerca de seis meses, em que a fábrica ficou fechada e os trabalhadores da Vogg e de outras empresas, por intermédio do sindicato, permaneceram acampados no pátio da metalúrgica para guardar as instalações e máquinas, evitando roubos e destruições patrimoniais. Foi um importante período de vivência de profundas relações de solidariedade entre os trabalhadores e um momento propício para a organização desses trabalhadores.

De acordo com o trabalhador-associado da CTMC e ex-sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, João Henrique (entrevistado em 11/09/2007), o sindicato dos metalúrgicos de Canoas teve um papel fundamental em toda a discussão, em todo o processo preparatório da cooperativa¹¹⁷; assim como, outras entidades/instituições que apostaram na modalidade autogestionária. Estas outras entidades foram o Governo do Estado, na gestão de Olívio Dutra (1999-2002), através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI); a Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL); a Associação Nacional

¹¹⁷ A fala de João Henrique sobre o papel do sindicato no processo de formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), durante sua entrevista, será apresentada, posteriormente, em forma de seqüência discursiva de referência na subseção 3.3.2. *A autogestão a partir dos saberes da instância sindical.*

de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG); as Pastorais Sociais (representantes de setores progressivos da Igreja Católica); outros sindicatos da Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos (metalúrgicos, ferroviários, professores, etc.); partidos políticos de esquerda (especialmente setores do PT) e representantes políticos de esquerda (vereadores, deputados estaduais e federais).

Há consenso, entre quem participou do processo de criação da cooperativa, de que sua organização não foi um movimento espontâneo dos trabalhadores metalúrgicos e nem de curto prazo. Por um lado, criaram-se condições de fundação da cooperativa pela situação de falência da empresa capitalista e o conseqüente fechamento de mais de cem postos de trabalho (100 vagas de emprego); por outro, houve condições sócio-político-históricas construídas pelo movimento operário. A soma de diversas forças (instituições) foi fundamental para que a opção pela modalidade autogestionária fosse assumida e implementada pelos trabalhadores, ainda que esse debate não tivesse aceitação de alguns grupos dentro do(s) sindicato(s), do(s) partido(s) e outros. Foram necessários serem travados muitos debates sobre cooperação e suas implicações na vida das pessoas (que tipo e como); e continuam presentes – agora, em outros níveis – nas pautas das discussões e práticas dos sujeitos autogestionários. A organização daqueles que são ex-funcionários da Vogg e atuais associados da CTMC significa tarefa constante/contínua para que a dinâmica da autogestão operária se mantenha dentro dos seus verdadeiros princípios.

Nesse sentido, trazemos a primeira seqüência discursiva de referência (Sdr 1)¹¹⁸, recortada do depoimento de João Henrique, trabalhador-associado da CTMC e sócio solidário do Sindicato¹¹⁹, no dia 11 de setembro de 2007, ao ser convidado para falar sobre sua história de sindicalista e, enquanto tal, sobre o processo de organização da CTMC. Vamos a ela:

¹¹⁸ As seqüências discursivas de referência (SDRs) representam as análises tomadas da Formação Discursiva de Referência – que é a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) –, ao passo que as demais seqüências discursivas (SDs) constituem os recortes feitos das outras formações discursivas, aqui inscritas na Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), e que se relacionadas à FDOA.

¹¹⁹ A condição de *sócio solidário* do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC) não dá direito ao voto e nem de ser votado. Esta condição estende-se àqueles sujeitos que deixaram de se inserir em relações de trabalho empresarial na metalurgia, mas que desejam ter acesso à colônia de férias do sindicato, usufruir da assistência à saúde no sindicato.

Portanto, João Henrique, ainda que tenha uma história de sindicalista ativo antes da CTMC, não representa a instância sindical. Optamos por fazer referência à sua condição de sócio solidário pelo significado que têm tal escolha – desejo de não sentir-se “ex-sindicalista”, conforme podemos ver posteriormente, na Sdr 25.

Sdr 1 – *Eu achava que era mais fácil trabalhar com um grupo. E, no início, o mais difícil, pra nós, foi trabalhar em grupo. É você conseguir convencer e fazer um trabalho de mudança de comportamento.* (João Henrique)

Entendemos que a referência de João Henrique, nesta Sdr 1, sobre a expectativa de facilidade na organização de trabalhadores, de colega de trabalho que passam muito tempo em um mesmo ambiente – ainda que não dialoguem entre si ou dialoguem pouco – é um sentimento de muitos militantes e ativistas sociais. A realidade se mostra diferente, visto que não basta vontade de fazer um trabalho em e no coletivo; é preciso que os dirigentes tenham ciência da vontade política do grupo e da opção efetiva por mudanças das práticas sociais. Podemos dizer, então, que a dificuldade de trabalhar em grupo, da qual fala João Henrique, está relacionada ao necessário desarranjo de saberes empresariais, rearranjo destes saberes e transformação para novos saberes, que são opostos aos anteriores. A mudança das práticas nas relações de trabalho se constitui em um processo lento e não-linear, em que é fundamental que haja *paciência histórica*, da qual falava Lênin, e *intelectuais orgânicos*, conforme Gramsci, para orientar e ajudar a promover a emancipação dos sujeitos que se colocam o desafio da autogestão.

Cabe destacarmos que, enquanto empregados da empresa capitalista, parte dos trabalhadores foi associada do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC); no entanto, na condição de trabalhadores-associados da cooperativa – que não são mais empregados e, por isso, não precisam mais de uma instância que os defenda na relação patronal – somente podem ser *sócios solidários*, modalidade que permite a participação em assembleias, assistência médica, etc., mas que não tem direito a voto. Trata-se de um debate ainda se faz presente no interior do sindicato – associados da CTMC são proprietários da força de trabalho e também dos meios de produção. Há um receio por parte do Sindicato (precisamente da direção), em relação à participação de um grande número de sócios provindos de uma cooperativa, como a CTMC, cujos interesses a curto prazo não são os mesmos dos funcionários de empresas tradicionais, ainda que a organização operária seja a mesma. O medo reside justamente em estes sujeitos autogestionários poderem incidir nos rumos do sindicato, especialmente na aposta de nomes para integrar a direção sindical.

Ao longo dos sete anos, desde a criação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) até 2008, os meios de produção (pátio industrial, instalações, máquinas) estiveram nas mãos dos cooperados – locação, nos primeiros anos; e aquisição

(compra em leilões e outros), em 2004 e 2005. Como proprietários da força de trabalho e dos meios de produção, os trabalhadores-associados, desde 2001, exercitam o gerenciamento coletivo do empreendimento metalúrgico (CTMC) e a vivência de relações de solidariedade, ainda que constantemente atravessadas por saberes e práticas herdadas da antiga gestão empresarial. Lembramos que, à luz do materialismo dialético e histórico, a categoria da contradição é inerente a todo processo que visa à transformação.

A CTMC representa uma desafiadora experiência de trabalho coletivo e de gerenciamento dos trabalhadores, que historicamente foram delegados à condição de incapaz para tal. A Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL), juntamente com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC), teve e ainda tem papel importante nesse processo, pois orienta a cooperação não só em relação ao trabalho coletivo, em equipes, mas para a coletivização de todo o processo de gestão – participação de todos no planejamento, na produção, na avaliação e na distribuição dos resultados. Tomemos a fala do trabalhador-associado e atual presidente da CTMC, Osmarino Maia, sobre a experiência de autogestão da cooperativa, em entrevista ao Jornal Diário de Canoas, no dia 19 de maio de 2005, aqui apresentada como Sdr 2:

Sdr 2 – *Provamos que somos capazes quando, em maio de 2001, assumimos esta empresa com 101 trabalhadores e hoje com 140 sócios com vez e voz, expandindo os negócios, fabricando estruturas metálicas, equipamentos para refinarias, empresas de celulose, caldeiras, contêiners, entre outros.* (Osmarino)

Cabe registrar que, em 2008, o número de associados da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) gira em torno de 200 trabalhadores e que um dos mais importantes trabalhos assumidos pela cooperativa é a construção de cinco navios para uso da PETROBRÁS – Companhia Integrada de Petróleo Brasileiro S/A – na extração de petróleo em alto mar. Atualmente, a cooperativa trabalha na fabricação do segundo navio.

Nesta Sdr 2, percebemos que Osmarino, ao enunciar que “*provamos que somos capazes...*”, aciona um conjunto de saberes, impregnados na sociedade civil, segundo os quais não cabe aos operários administrarem um negócio, uma empresa industrial, em função de uma suposta incapacidade da classe trabalhadora, historicamente alimentada por classes sociais políticas hegemônicas. Afirmar a capacidade da gestão operária é romper com esses saberes empresariais, é desarranjá-los e rearranjá-los em um lugar totalmente adverso a eles. Em sua fala,

na Sdr 2, o trabalhador-associado ainda enfatiza o desenvolvimento da cooperativa, com a participação ativa dos associados na gestão (“*com 140 sócios com vez e voz*”) e com o aumento dos negócios – reflexo da qualidade dos produtos e conquista de credibilidade no mercado. Essa observação sobre o crescimento dos negócios da cooperativa associada à modalidade autogestionária de operários, tendo em vista que os antigos empresários não conseguiram evitar a falência da empresa, faz repicar sentidos diversos e, especialmente, adversos em relação aos saberes e às práticas capitalistas.

Para fins de ilustração sobre o significado dos sete anos de funcionamento da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) – 2001 a 2008 –, articulamos ainda algumas seqüências discursivas de referência (Sdr 3, Sdr 4, Sdr 5 e Sdr 6), que são recortes de falas de trabalhadores-associados, obtidas em entrevistas nos dias 10 e 11 de setembro de 2007, em relação a uma questão que lhes foi formulada: “Na sua avaliação, o que mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa?”¹²⁰. Cabe registrar que, possivelmente, estas seqüências discursivas serão retomadas em outra seção. Os recortes de depoimentos são os seguintes:

Sdr 3 – *Antes a gente trabalhava muito e não via a cor do dinheiro... Hoje, o negócio é o seguinte: nós temos voz! Hoje o supervisor está te escutando sobre como vamos fazer o serviço.* (Osmar)

Sdr 4 – *No primeiro mês da CTMC, a gente recebeu R\$ 30,00; no segundo, foi R\$ 60,00; no terceiro, foi R\$ 120,00... e as coisas foram melhorando. Hoje, a gente recebe mais do que nas outras empresas.* (Nicolau)

Sdr 5 – *Nós passamos por uma transformação bem grande: de empregado pra empregador... e nós já temos sete anos de vida – é uma vida!* (Osmar)

Sdr 6 – *É muito difícil deixar de ser um ex-funcionário (...) Nós já completamos sete anos e a gente tem que fazer ainda um trabalho permanente da situação da cooperativa e dos trabalhadores... Não basta ser um bom profissional, precisa contribuir nas decisões em assembleias, em reuniões de grupo...* (João Henrique)

Podemos observar que, nestas seqüências discursivas de referência, em especial na Sdr 3 e na Sdr 5, os depoimentos salientam diferenciais que os trabalhadores sentiram na modalidade de autogestão relativamente à gestão empresarial: que diz respeito às relações de

¹²⁰ Vide as questões dirigidas aos trabalhadores da autogestão no ANEXO IV.

trabalho, ou seja, a participação dos trabalhadores (ter voz, ser escutado pelo supervisor) e a posição de não-empregado (mas de quem dirige como se fosse *empregador*). Na Sdr 4, percebemos o significado da opção em relação aos resultados econômicos: no início, quase inexistente, e agora, melhores do que a empresa capitalista. Já, no último depoimento, na Sdr 6, a percepção de que a necessária desconstrução e reconstrução de saberes para a transformação das concepções e práticas de trabalhadores-empregados em concepções e práticas de trabalhadores-gestores é um processo bastante lento.

Enfim, podemos dizer que, na verdade, a autogestão contraria saberes historicamente defendidos pela classe hegemonicamente econômica. Nesta ótica, pensamos que a autogestão promove a transformação das relações de trabalho, uma vez que ele (o trabalho) passa a ser concebido a partir de outra perspectiva – pela solidariedade, mútua ajuda, democracia, autonomia. Entretanto, a modalidade autogestionária em processo de instauração não está imune a contradições, dados os freqüentes atravessamentos de saberes capitalistas profundamente enraizados nas relações de trabalho de gestão capitalista. Nas próximas seções, buscaremos desenvolver reflexões e análises, a partir de seqüências discursivas de referência (Sdrs), recortadas de falas de trabalhadores autogestionários, e de seqüências discursivas (Sds), coletadas de falas de assessores e apoiadores – representantes de diferentes instituições que se inscrevem na Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) –, sobre o processo de desarranjo e rearranjos de saberes, que promove a transformação e a instauração de uma nova Formação Discursiva: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários.

3.2. Saberes Empresariais que Emergem nas Práticas Discursivas Autogestionárias

Considerando que o objeto de nossa pesquisa são os empreendimentos de produção industrial autogestionária formados a partir de massa falida, portanto, oriundos de empresas capitalistas, os trabalhadores-sócios, ou a maior parte deles, fizeram a experiência de viver relações patronais e, posteriormente, optaram por instaurar novas relações caracterizadas pela mútua ajuda, solidariedade e autonomia de gestão, sem a existência das figuras do patrão e do empregado. Partindo de um entendimento de que o imaginário operário está atravessado por

saberes empresariais, da Formação Discursiva Empresarial (FDE), buscamos observar como se dá tal atravessamento.

Com o intuito de desenvolver e apresentar organizadamente nossas análises, optamos por agrupar esses saberes em duas subseções, a saber: 3.2.1. *Identificação com saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) sob a perspectiva da relação empregado/mão-de-obra*; e 3.2.2. *Identificação com saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) sob a perspectiva da relação tomada de decisão/cumprimento de tarefas*. Cabe enfatizar que a observação dos diferentes sentidos apreensíveis das/nas seqüências discursivas de referência (Sdrs), que utilizamos, desnudam relações contraditórias que se mostram nas práticas sociais e que, no entanto, fazem parte do processo em que saberes são desarranjados e re-arranjados – especialmente quando os saberes em jogo são antagônicos.

3.2.1. Identificação com saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) sob a perspectiva da relação empregado/mão-de-obra

Para fins de ilustração de que saberes e práticas do domínio da Formação Discursiva Empresarial (FDE) e como eles se fazem presentes em discursos de operários da autogestão, isto é, como atravessam a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), sob a perspectiva da relação empregado/mão-de-obra, recortamos, inicialmente, três seqüências discursivas de referência (Sdr 7, Sdr 8 e Sdr 9), de entrevistas realizadas, em 26 de outubro e 08 de novembro de 2006, com os trabalhadores-associados da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) João Paulo, Luiz e Paulo Roberto¹²¹. As três seqüências discursivas fazem parte das respostas dadas pelos trabalhadores acima citados às questões “Você foi trabalhador da Vogg (Metalúrgica capitalista) antes da falência? Como foi?” e “Como é trabalhar aqui na cooperativa, na CTMC?”¹²².

Cabe fazermos o registro de que os três trabalhadores (João Paulo, Luiz e Paulo Roberto) não participaram do processo de criação da cooperativa (CTMC), associando-se em 2006 (respectivamente, em março, abril e agosto); e, recentemente, obtivemos a informação de

¹²¹ As entrevistas foram realizadas, em 26/10/2006, com João Paulo e Luiz; e, em 08/11/2006, com Paulo Roberto.

¹²² Vide todas as questões formuladas aos trabalhadores autogestionários no ANEXO IV.

que Luiz e Paulo Roberto se desligaram da cooperativa, no ano de 2007¹²³, vindo a se empregarem, respectivamente, em empresa metalúrgica e em empresa de prestação de serviços, ambas de gestão capitalista localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Vamos à primeira das três seqüências discursivas de referência, que é a Sdr 7, recortada da fala do metalúrgico João Paulo, em 26 de outubro de 2006:

Sdr 7 – (...) *quando a gente está de macacão, igual a todo mundo, ninguém nos vê como um cara que sabe mais ou menos do que os outros não. Pelo contrário, muitas vezes, o companheiro chega e diz: pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende de nada (...).* (João Paulo)

Nesta Sdr 7, podemos observar que aparecem saberes herdados da empresa capitalista como a percepção de uma condição de operários “iguais” entre si (em “*igual a todo mundo*”), marcada pelo uso do macacão, que simboliza e concretiza um lugar de *inferioridade* e de *limitação* na hierarquia da empresa; portanto, é uma igualdade entre trabalhadores subvalorizados e explorados no mundo do trabalho capitalista. Nesta medida, o operário entende não ter conhecimentos – ou seus conhecimentos serem periféricos – e nem capacidade para o que está além do seu trabalho braçal específico no interior da linha de produção. Sua baixa valorização está atrelada, para ele, ao vestuário que porta: se estiver paramentado como operário, não terá credibilidade; mas, se estiver se apresentando com vestimentas próprias do universo empresarial, será visto como alguém que “sabe” e deve ser respeitado por isso, merecer credibilidade.

A perspectiva de o trabalhador-associado falar sobre a empresa no mercado de trabalho, de opinar sobre a produção, de planejar investimentos, de avaliar o processo da prática de gestão ainda parece ser um lugar estranho e distante dele enquanto sujeito-operário que faz parte de uma empresa que já não tem mais patrão. Pontuamos que, mais uma vez, a condição de inferioridade pode ser observada, na fala do metalúrgico ainda, pelo uso do *ninguém*, na passagem “*ninguém nos vê como um cara que sabe mais ou menos do que os outros não*”, representando um *ninguém* entre o grupo dos que “não sabem” no interior da empresa, especificamente aqueles que trabalham no setor de produção.

¹²³ O desligamento de Luiz e de Paulo Roberto da cooperativa foi cerca de dois meses após as entrevistas realizadas em 26/10/06 e 08/11/06, respectivamente, não sendo possível entrevistá-los novamente.

Observamos que, historicamente, o trabalhador é levado a ocupar tal lugar de *ser incapaz e ignorante*, em favor de outro(s) *que sabe(m)* e, por isso, legitimamente, *pode(m) mais*, ou seja, tem mais poder. Na empresa industrial capitalista, a distância entre quem trabalha na linha de produção (fábrica) e quem trabalha na estrutura administrativa (escritório) está fortemente marcada. O macacão é vestimenta própria dos operários da fábrica e representa uma das marcas desse distanciamento. Nessa perspectiva, na fábrica, estariam os que não têm conhecimento, os que não sabem ou tem o que falar/opinar, os que apenas sabem fazer o trabalho braçal; ao passo que, no escritório, estariam os que *sabem*, os que têm conhecimentos, os *diplomados*.

A resposta de autodefinição de operário, de João Paulo, evidencia esse distanciamento entre fábrica e escritório, mas também entre os próprios trabalhadores do mesmo setor (*linha de produção*), especialmente no final da Sdr 7, no momento em que enuncia: “pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende de nada”. Tratam-se de indícios da gestão empresarial presente na autogestão, o que conduz a pensar nas razões de uma certa desconfiança, de alguns trabalhadores, em relação à “igualdade” nas relações de autogestão entre os trabalhadores de diferentes setores ou níveis de produção – *serviços* na linha de produção. Essa diferença, entretanto, é apenas tangenciada de modo superficial entre quem está de “macacão” e quem não está. Acrescentamos que, além de certa desconfiança, pode haver até um sentimento de *desconforto* do trabalhador diante do desafio de *ocupar* um lugar legitimamente seu, mas que historicamente lhe foi negado: um lugar de co-responsabilidade pelo processo de gestão do empreendimento.

Podemos pensar que essa concepção relativa à detenção dos conhecimentos por quem é dono dos meios de produção ou seus administradores tem suas raízes em práticas de dominação/subordinação patronais associadas a longos processos de silenciamentos sofridos pelas massas populares através de diferentes aparelhos ideológicos como o religioso, o escolar, o político, o militar, entre outros. Para nós, esses processos de silenciamentos constituem a “cultura do silêncio” – silêncio que aprisiona, que escraviza, que impede a emancipação dos oprimidos, das massas. Segundo essa “cultura”, inscrita sob os domínios de saberes capitalistas, quem “sabe mesmo” e faz silenciar – pelo temor – é o/um Deus onipotente (que sabe tudo e tem o poder de castigar ou recompensar os humanos) através de seus representantes (hierarquicamente organizados: papa, bispos, padres, pastores, etc.). Concepção que se reproduz em outras

instâncias, com direções de escola (e coordenações disciplinar e pedagógica, professores); com direções partidárias (e funcionários); com governantes (e ministros, secretários, diretores); com gerais (e coronéis, oficiais, etc.); direções sindicais burocratizadas; etc.

Refletindo ainda sobre a perspectiva de o trabalhador se colocar como um sujeito “ignorante” e considerar também os demais trabalhadores como tal, trazemos a segunda seqüência discursiva de referência (a Sdr 8), coletada da fala de Luiz, durante sua entrevista em 26 de outubro de 2006. A seqüência discursiva é a seguinte:

Sdr 8 – (...) *se você é um trabalhador, você falar e nada é a mesma coisa. A não ser que você fale alguma coisa com muito cuidado e que realmente tenha a ver com a visão que o companheiro tem e com a realidade dele. Pode até contrariar a idéia dele; mas é preciso ele perceber que realmente a experiência dele mostra que aquela posição que você tá colocando é uma posição certa. Ai eles respeitam a sua opinião. De outra forma, não adianta.* (Luiz)

Semelhantemente à fala de João Paulo (Sdr 7), Luiz enuncia, no início da Sdr 8 (“*se você é um trabalhador, você falar e nada é a mesma coisa*”), uma concepção de que, em geral o trabalhador nada sabe e sua opinião não é nem considerada pelos demais trabalhadores. Aqui, não há referência à vestimenta, simplesmente à condição de trabalhador. No entanto, nosso entrevistado, pondera que o trabalhador, para que tenha sua opinião respeitada, deve mostrar, aos demais, que ela é “uma posição certa”, ou seja, um posicionamento que revela um saber para além de um “senso comum” de empregado. Segundo ele, esta posição apresentada pelo trabalhador pode até não estar em concordância com o que pensam os outros (“*Pode até contrariar a idéia dele*”), mas deve ter alguma relação com a realidade e com os saberes dos operários em geral: “*A não ser que você fale alguma coisa com muito cuidado e que realmente tenha a ver com a visão que o companheiro tem e com a realidade dele*”. Salientamos que ter a opinião respeitada reverte em melhora/aumento da autoconfiança do trabalhador, significa ser ouvido pelos outros, traz credibilidade no grupo. Isso pode estimular outros trabalhadores a formularem e expressarem suas opiniões como sujeitos que sabem algo, que têm o que dizer. Assim, aos poucos, o princípio da participação em discussões sobre a vida e o trabalho proletário instaurar-se-ia, através do debate, levando, possivelmente, ao exercício da desconstrução e reconstrução de saberes que norteiam suas práticas. Seguindo esse raciocínio, diríamos que pode estar aí um germe de transformação das relações, ainda que seja muito frágil tal germe.

Poderia o leitor perguntar: não se trataria de otimismo exagerado – uma ilusão – perceber o germe da transformação das relações a partir da afirmação de um metalúrgico sobre a conquista do respeito a sua opinião por outros metalúrgicos, quando acabara de dizer que o falar do trabalhador é a mesma coisa que nada? Dizemos apenas que, primeiro, o trabalhador deve ser ouvido por quem mais próximo dele está, para que sua voz ecoe e se junte a outras vozes, em um processo que não é progressivamente linear – é um processo prenhe de contradições; de indícios de reprodução, mas também de transformação.

Se se tratar de uma empresa de gestão capitalista, podemos pensar que um trabalhador que começa a ser ouvido por seus colegas trabalhadores e ser respeitado por isso, facilmente tornar-se-á alvo de cooptação pelos patrões para que sirva aos interesses capitalistas. Neste caso, ao invés de representar um princípio de desarranjo e rearranjo de saberes, transforma-se em um mecanismo de reprodução de saberes que sustentam as relações de dominação / submissão características em gestões empresariais. Dizemos, então, que a compreensão de operários que ocupam um lugar de “iguais” entre si, em uma posição de *inferioridade* – lugar de *igualdade na inferioridade* – considerando a hierarquia da empresa capitalista, é um saber que está na confluência do domínio de saber da Formação Discursiva Empresarial (FDE).

No entanto, esta compreensão de lugar de igualdade na inferioridade, reproduzida no interior de empreendimentos de autogestão operária, representa uma contradição em relação aos saberes da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA). Isso revela que não basta formar uma cooperativa ou associação de trabalhadores com gestão coletiva e descentralizada para mudar alguns dos saberes e práticas profundamente impregnadas no imaginário dos trabalhadores. Trata-se de um processo que precisa fomentar continuamente a desconstrução de saberes capitalistas e sua reconstrução com vistas à transformação destes saberes em saberes autogestionários.

Pensando nessas concepções de origem empresarial que, contraditoriamente, figuram nas práticas discursivas de sujeitos da autogestão operária, consideremos agora a seguinte seqüência discursiva de referência, a Sdr 9, que foi recortada da fala de João Roberto, em 08 de novembro de 2006, em sua resposta à pergunta “Como é trabalhar aqui na cooperativa, na CTMC?”. Vejamos:

Sdr 9 – *A gente, que é peão, não reclama se tem muito serviço pra fazê... Pior é não ter o que trabalhá... Se o chefe manda, a gente faz... e fica assim meio sem jeito quando é pra dá palpite... a gente não sabe, não estudou... É melhor, claro, sê tratado bem...* (Paulo Roberto)

Nesta Sdr 9, observamos claramente que o metalúrgico se coloca em um lugar de sujeito-empregado que tem um posto de trabalho e cumpre as tarefas determinadas pelo patrão. Trata-se de um sujeito totalmente identificado com os saberes empresariais capitalistas – da Formação Discursiva Empresarial (FDE). Esta identificação é tão grande que ele fala como se a gestão ainda fosse da responsabilidade de uma pessoa ou pequeno grupo que tem poder de decisão e dominação sobre os demais, de forma que ele, como “*peão*” (operário), deve submeter-se aos mandos de um “*chefe*” (patrão ou coordenador de equipe) pela necessidade de manutenção do emprego (posto de trabalho). Mas, que chefe/patrão? Afinal, Paulo Roberto está inserido em uma cooperativa autogestionária e não há mais patrão e empregados, mas trabalhadores organizados para decidir e trabalhar coletivamente.

Aqui é pertinente fazermos uma observação: a dinâmica de organização do trabalho, na cooperativa metalúrgica em questão (Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas – CTMC), se dá por equipes de trabalho e conselhos, cada qual com um coordenador. A proposta é de funcionamento coletivo e solidário em cada uma dessas instâncias, propiciando a participação de todos.

Retomando a Sdr 9, observamos que o metalúrgico, por um lado, expressa a concepção de que “*se o chefe manda, a gente (operário) faz*”; e, por outro, se percebe vivenciando relações de trabalho que se propõem alternativas às capitalistas está na passagem “*e fica assim meio sem jeito quando é pra dá palpite... a gente não sabe, não estudou... É melhor, claro, sê tratado bem...*”. Podemos dizer que, ao trabalhador-associado, é incômodo o lugar de co-gestor de um empreendimento. Mais do que não confiar no gerenciamento operário, ele se coloca como alguém (indivíduo) que não se sente à vontade e preparado (“*a gente não sabe, não estudou*”) para a participação (“*pra dá palpite*”). Voltamos à questão, já discutida anteriormente, sobre a condição de inferioridade historicamente imputada à classe trabalhadora. Senso comum que é reproduzido, na sociedade civil, através dos diversos mecanismos ideológicos sob o comando de forças hegemônicas liberais. Segundo Gramsci, trata-se de uma hegemonia de Estado – este enquanto soma da sociedade política e sociedade civil – que é revestida de coerção: “*velhas ideologias que dominam pela coerção*” (Gramsci, 1997: 66).

Ao fazer a ressalva de que “*é melhor, claro, sê tratado bem*”, na Sdr 9, Paulo Roberto reconhece que, ainda que lhe seja incômoda a posição de um sujeito convidado/solicitado a dar sugestões, planejar e avaliar, sente-se melhor com as relações de trabalho na autogestão. Entendemos que o *ser tratado bem*, para ele, está relacionado a uma condição de relações de trabalho adversa à sua concepção de trabalho e trabalhador – concepção esta em sintonia com os saberes e práticas capitalistas de mercado. Podemos pensar que se trata de um pequeno desarranjo de saber ou início do processo que desarranja (desconstrói) tal saber, segundo o qual o patrão domina/oprime o operário, para rearranjá-lo (reconstruí-lo) logo depois – a eliminação da dominação patronal (que) propicia um sentimento de bem-estar aos trabalhadores.

Considerando que as três seqüências discursivas de referência (Sdr 7, Sdr 8 e Sdr 9), que analisamos, reproduzem saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) relativamente às relações de trabalho dos sujeitos – especificamente da relação empregado/mão-de-obra –, somos conduzidos a dizer que é premente a necessidade de desconstrução de tais saberes, bem como das práticas individualistas e competitivas para, em seu lugar, se instaurar um processo coletivo de trabalho e de co-responsabilidade por toda a dinâmica de funcionamento do empreendimento autogestionário. Entendemos que o princípio da mútua ajuda deve ser cultivado, da mesma forma que um processo de formação política e qualificação técnica precisa ser implementado. Conseqüentemente, começarão a predominar práticas de superação de concepções de inferioridade e incapacidade operária, de individualismo, de competitividade entre os próprios trabalhadores.

Na continuidade de nossas análises, destacamos a seguinte seqüência discursiva de referência (Sdr 10), recortada da fala do trabalhador-associado e atual vice-presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), João Henrique, em resposta à questão “Fale um pouco de sua história de sindicalista e, enquanto tal, sobre o processo de organização da CTMC”, durante entrevista realizada em 12 de maio de 2008. Vamos a ela:

Sdr 10 – *No início, quando nós abrimos (a CTMC), a gente já tinha dois clientes fortes – a Gerdau e a Petrobrás – porque existia um diferencial que nós conseguimos manter que é a questão da mão-de-obra. (...) Hoje, é comum os clientes perguntarem se tal soldador ou caldeireiro ainda está trabalhando aqui. (...) Então, a mão-de-obra qualificada, pra nós, é o diferencial de todas que tem.* (João Henrique)

Nesta Sdr 10, ao tratar da questão da busca e viabilização dos negócios para a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) desde sua criação, João Henrique cita a Gerdau¹²⁴ e a Petrobrás¹²⁵ como os primeiros grandes clientes e salienta a importância deles para a conquista de outros espaços no mercado. Ele fala em “*mão-de-obra*” e “*mão-de-obra qualificada*”, referindo-se à boa qualidade dos serviços prestados pela cooperativa, como um de seus diferenciais – segundo ele, um diferencial mantido do período em que a Metalúrgica Vogg estava no auge. Cabe destacar que, a esse comentário, o trabalhador-associado acrescenta que “*Hoje, é comum os clientes perguntarem se tal soldador ou caldeireiro ainda está trabalhando aqui*”. Isso nos conduz a pensar que a busca de parte dos compradores locais da produção da cooperativa se dá mais pela memória de serviços prestados por determinados funcionários da antiga empresa do que propriamente pela compreensão de boa qualidade dos serviços de trabalhadores-proprietários em empresa em ascensão. É uma constatação que não foge da normalidade e nem nos causa estranhamento, tendo em vista o mercado capitalista em que o empreendimento autogestionário está inserido.

Considerando a Sdr 10, podemos dizer que os saberes que estão sendo linearizados, por um trabalhador-associado e também vice-presidente da cooperativa, podem ser identificados com o lugar do operário-empregado e não do operário-autogestionário. Entendemos que, ao tratar de um dos diferenciais competitivos da cooperativa, João Henrique faz emergir uma terminologia de mercado que continua impregnada, mas também uma prática herdada da empresa capitalista. Se antes ele estava na condição de empregado – sendo parte da *mão-de-obra* na metalúrgica –, submetido às relações de dominação patronal na empresa, e na condição de dirigente sindical, questionando tais relações; agora, na condição de cooperado autogestionário que ocupa um cargo de direção e, em função deste cargo, está na interlocução com empresas capitalistas para firmar novos negócios para a cooperativa, pode, mesmo sem que tenha tal intenção, estar reproduzindo relações desiguais no interior da autogestão. Na sua fala, especialmente na passagem “*é comum os clientes perguntarem se tal soldador ou caldeireiro ainda está trabalhando aqui*”, ressoam sentidos oriundos de lugares que não são os da solidariedade e mútua ajuda entre sujeitos iguais. Ecoam indícios discursivos de saberes empresariais, que sutilmente se colocam na forma de

¹²⁴ A Gerdau é uma empresa privada de grande porte no RS que é cliente herdada pela Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) da empresa capitalista (Metalúrgica Vogg) que virou massa falida.

¹²⁵ A Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.) é uma grande empresa estatal, conhecida internacionalmente pela extração de petróleo na terra e, especialmente, no mar, que estabeleceu parcerias com a CTMC desde o início de sua criação e, progressivamente, vem aumentando o volume de negócios com a cooperativa.

referir as relações entre os sujeitos seja pelo destaque de um sujeito-direção a outros sujeitos-especialistas que trabalham em determinada seção na linha de produção, seja pelo uso de termos mercadológicos como “clientes”, “mão-de-obra” e “trabalham aqui” (mas não só trabalham ali, são também proprietários). Trata-se de indícios que mostram relações contraditórias no interior de gestão da cooperativa.

Consideramos pertinente observar, ainda a partir da Sdr 10, que a referência aos negócios firmados com a Petrobrás, atualmente importante parceira da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), pode ser entendida como uma opção político-governamental de incentivo e apoio à cooperativa. Assim, ao invés de contratar uma empresa capitalista, como normalmente se fazia em outras gestões administrativas da empresa estatal federal, a Petrobrás estabeleceu contrato, em 2005, para a fabricação de cinco navios de grande porte, com um empreendimento operário autogestionário – a CTMC –, contribuindo para sua viabilização no mercado capitalista altamente competitivo. A título de informação, a cooperativa já está na construção do segundo navio.

Em nossas reflexões sobre a identificação com os saberes empresariais sob a perspectiva da relação empregado/mão-de-obra, trazemos mais duas seqüências discursivas de referência, a Sdr 11 e a Sdr 12, recortadas das falas de trabalhadores-associados da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), durante entrevistas realizadas no dia 10 de setembro de 2007. A primeira Sdr (Sdr 11) foi coletada da resposta de Nicolau à questão “Como é a distribuição dos resultados econômicos? Como vocês lidam diante de períodos de dificuldades financeiras da/na cooperativa?”. Já a Sdr 12, referente à pergunta final de nossa entrevista “Considerando os aspectos positivos e negativos na cooperativa: a) o que você elege/escolhe como ponto(s) positivo(s) e que deve continuar?”, constitui sua resposta, dada de forma igual por todos os nossos entrevistados, naquela data – Márcio, Francisco, Osmar e Nicolau. As seqüências discursivas de referência são as seguintes:

Sdr 11 – *Quanto às sobras, praticamente não tem... nós temos ainda uma dívida e reservamos pra ter um salário... Acho que daqui uns dois anos vai começá a ter sobra... Até agora nós trabalhamos pra empresa, pra comprá máquinas, pagá dívidas... isso pra nós continuá com a firma.* (Nicolau)

Sdr 12 – *Salário em dia!* (Márcio, Francisco, Osmar e Nicolau)

Observamos que estão presentes traços de heranças empresariais capitalistas nas práticas discursivas dos autogestionários entrevistados acima. Na Sdr 11, Nicolau faz um comentário sobre a questão financeira da cooperativa, articulando algumas noções como “sobras”, “salário”, “empresa”, “máquinas”, “dívidas”, “firma”, a partir do coletivo, ou seja, ele entre os sujeitos-cooperados. Se tomarmos as noções apenas “no fio do discurso”, diremos simplesmente que, com exceção de “sobras”, as palavras pertencem à prática linguageira empresarial. Entretanto, é preciso que consideremos como elas (as palavras) trabalham no enunciado para observarmos que saberes articulam. Começamos por pensar se, de fato, Nicolau ao usar a primeira pessoa do plural – o nós – está se referindo ao conjunto dos cooperados, já que, em seguida, afirma que “*nós trabalhamos pra empresa*”. Quem seria a “*empresa*”? Ela está descolada de “*nós*”? Por quê? Seria um *nós-sujeitos* (quais?) diferente do *nós-cooperativa*?

Podemos pensar que a forma como Nicolau articula a concepção da existência de uma dívida (assimilada como do grupo) com a necessidade de salário (individual), em “*nós temos ainda uma dívida e reservamos pra ter um salário*”, e, posteriormente, à compreensão de que os trabalhadores-associados até aquele momento só trabalharam para a empresa ou firma (trabalhadores-associados descolados da empresa-cooperativa), em “*Até agora nós trabalhamos pra empresa, pra comprar máquinas, pagar dívidas... isso pra nós continuá a firma*”, revela um lugar de sujeito-empregado com cultura de firma. Assinalamos a ponderação “*isso pra nós continuá a firma*” que ressoa permanência do tipo de gestão da empresa capitalista e não ruptura como se caracteriza a autogestão. Enfim, não há contradição com os saberes da Formação Discursiva Empresarial; ao contrário, há identificação.

Cabe observar que percebemos, um esforço de adaptação, por parte de Nicolau, no sentido de organizar sua fala como entende ser a de um sujeito autogestionário, especialmente quando ele enuncia a questão das *sobras* – de que ainda não há sobras e que estas começarão a existir em um futuro próximo (“*Acho que daqui uns dois anos...*”). Lembramos que “*sobra*” – noção utilizada por Marx em sua teoria econômica –, assim como outras palavras e expressões, podem facilmente tornar-se “*clichês*” em experiências de organização de trabalhadores, visto que frequentemente os saberes aos quais elas (tais palavras e expressões) se inscrevem são apagados ou silenciados. Por isso, na autogestão, não basta a adaptação da linguagem, o “*discurso pronto*” nem tampouco a implementação de algumas práticas de trabalho em equipes sem que haja

rupturas com domínios de saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) – ou, ao menos, um processo de desarranjo e rearranjo destes saberes.

Consideremos agora a Sdr 12, “*Salário em dia!*”, que constitui o destaque unânime dos trabalhadores-associados Márcio, Francisco, Osmar e Nicolau, no encerramento das entrevistas, em relação ao ponto positivo mais forte da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC).

Cabe registrar que, com exceção de Márcio, que faz sua primeira experiência de trabalho na CTMC, os demais vivenciaram relações patronais em empresas capitalistas e têm condições de estabelecer os diferenciais e, fundamentalmente, os antagonismos que caracterizam a gestão empresarial e a autogestão operária. Salientamos que, de modo geral, o pagamento em dia do salário pelo empregador está entre os anseios mais importantes de operários inseridos em empresas capitalistas, ou seja, daqueles operários totalmente identificados com os saberes empresariais. Diante disso, causa-nos, no mínimo, estranheza tal resposta dada por sujeitos inseridos em novas relações de trabalho, à luz da solidariedade e mútua ajuda, sem a figura do patrão, sem que haja a venda de força de trabalho para geração de mais-valia ao dono dos meios de produção em troca de um salário.

Entendemos que essa fala revela a identificação dos referidos trabalhadores com os saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE). Embora já vivenciem novas relações de trabalho, os saberes e práticas autogestionários ainda não estão efetivamente assimilados. O necessário processo de desarranjo e rearranjo de saberes herdados da empresa capitalista não é processo espontâneo, rápido e linear. Trata-se, na realidade, de um processo que precisa ser estimulado e acompanhado por intelectuais orgânicos – sendo respeitado o necessário amadurecimento organizativo dos trabalhadores – e, ao mesmo tempo, de um processo que precisa implementar práticas sociais nas relações de trabalho autogestionário. Esta modalidade de gestão precisa representar uma opção de vida e implica o exercício cotidiano de princípios como: solidariedade, mútua ajuda, participação, democracia, transparência, compromisso com a cooperativa, autonomia do empreendimento.

Ponderamos que discursos como os que emergem das seqüências discursivas de referência até aqui analisadas – Sdr 7, Sdr 8, Sdr 9, Sdr 10, Sdr 11 e Sdr 12 –, que evidenciam concepções e práticas capitalistas – da Formação Discursiva Empresarial (FDE) –, são “brechas”

que o germe do capitalismo pode encontrar para se reinstalar, representando, portanto, um risco ao empreendimento de autogestão – especialmente, se isso revela o posicionamento de grande parcela dos trabalhadores. Nesse caso, entendemos que urge um programa de educação cooperativa e a insistência no exercício das práticas autogestionárias como antídoto às antigas relações de dominação patronal e exploração dos trabalhadores. Podemos dizer que o próprio coletivo dos trabalhadores, através das práticas solidárias, e encontrando amparo e assessoria permanente de verdadeiros agentes autogestionários, que são os intelectuais orgânicos, é que vai assegurar ou não a autogestão.

Para ilustrar indícios de questionamento de saberes empresariais, em que os sujeitos-operários começam a pensar como sujeitos-autogestionários, trazemos a Sdr 13, recortada de outra fala de Nicolau, agora em resposta à pergunta “Na sua avaliação, o que mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa?”, durante a entrevista realizada em 10 de setembro de 2007.

Sdr 13 – (...) *A gente confunde, às vezes, cooperado, sobre, salário... a gente confunde em falá isso daí... a gente ainda tá gatinhando nesse tipo de coisa (autogestão)...* (Nicolau)

A confusão entre noções, a qual se refere o trabalhador-associado da CTMC, reflete o processo de crescente identificação com saberes da gestão operária. Não raro, trabalhadores que passam da condição de empregados para cooperados e gestores estabelecem relações entre as concepções de *retiradas mensais* e salários, entre *divisão de resultados econômicos anuais* e compensação salarial anual em forma de 13º salário, abono-férias, prêmio de natal. Aos poucos, no entanto, é possível observar que, pela prática autogestionária, os trabalhadores-associados vão desconstruindo saberes empresariais e reconstruindo-os de outra forma até que a transformação comece a ser instaurada – este movimento de desconstrução e reconstrução caracteriza-se por atravessamentos de saberes herdados das antigas relações de trabalho e profundamente impregnados nas práticas dos operários. Isso é discursivizado pelo trabalhador em “*a gente ainda tá gatinhando nesse tipo de coisa*” – na referência às novas relações de trabalho autogestionário que devem substituir as relações de submissão-dominação entre empregado-empregador – a cultura de firma.

3.2.2. Identificação com saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE) sob a perspectiva da relação tomada de decisão/cumprimento de tarefas

Na continuidade das nossas análises sobre os saberes empresariais que emergem nas práticas discursivas dos operários autogestionários, passamos agora à observação e análise destes saberes na perspectiva da relação tomada de decisão/cumprimento de tarefas. Para tanto, destacamos, inicialmente, duas seqüências discursivas de referência (Sdr 14 e Sdr 15), recortadas das falas de Luiz e Paulo Roberto, que, na ocasião das entrevistas – respectivamente, em 26 de outubro e 08 de novembro de 2006 –, ainda eram trabalhadores-associados da CTMC. Estas falas constituem suas respostas para a questão “Como vocês decidem sobre os trabalhos, os contratos, a divisão dos lucros e todas as outras coisas da CTMC? Quem decide e quando?”. As seqüências discursivas são as seguintes:

Sdr 14 – (...) *Essa coisa de assembléia no sábado, não dá! Só se a empresa paga hora-extra. (...) Acho que tem que ser durante a semana. Aí, todos participam, porque é horário de trabalho e tem que participar.* (Luiz)

Sdr 15 – (...) *Ah, eu não sô muito de conversa... O meu negócio é cumprir horário direitinho e pegá meu dinheiro. Deixo pros outros que gostam de fazê reunião... se querem fazê reunião de noite ou no sábado, é com eles... eu não vô.* (Paulo Roberto)

A concepção de cumprir o horário de trabalho e do pagamento de hora-extra é um domínio de saber que se constitui no mundo do trabalho empresarial capitalista, como uma forma de regular a venda da força de trabalho, durante uma jornada previamente definida, por um determinado valor. Na modalidade da autogestão, a observação do período de horário previsto para o trabalho é estabelecida pelo conjunto dos trabalhadores autogestionários, conforme o planejamento das metas e demandas, já que os proprietários dos meios de produção também são proprietários da força de trabalho. Dessa forma, o conceito de hora-extra, que é próprio da dinâmica capitalista – quando o patrão precisa “comprar” mais força de trabalho para cumprir cronogramas, demandas (...) e aumentar a margem de seus lucros, a alternativa é a contratação de hora-extra de trabalho –, não cabe em uma dinâmica de autogestão operária, seja para trabalhar na linha de produção, seja para fazer/participar de reuniões ou assembléia.

Observamos que, na Sdr 14, a participação em assembléia é condicionada à sua realização durante a semana, em horário que é destinado ao trabalho, ou ao pagamento da “hora-

extra” – conceito capitalista que refere a venda de força de trabalho ao dono dos meios de produção (patrão) para além do período de trabalho assalariado. Tal condicionamento revela o baixo (ou inexistente) nível de importância dado pelo operário ao funcionamento autogestionário de tomada coletiva e democrática de decisões, planejamentos e avaliações. Podemos dizer que a chamada “cultura de firma” ou “cultura celetista” está profundamente impregnada na vida e na concepção de trabalho desse operário, caracterizada por uma relação de dependência dos operários aos patrões, cuja dependência está envolta por um conjunto de “compensações” trabalhistas alienantes – e não emancipatórias – cedidas aos trabalhadores. Entendemos que os saberes que estão em jogo se inscrevem na Formação Discursiva Empresarial (FDE), segundo os quais são atribuídas tarefas específicas ao empregado sempre decididas por quem *manda* e supostamente *sabe* (patrão ou representante patronal) sem que o trabalhador seja ouvido ou chamado para opinar. Essas tarefas são desenvolvidas durante a jornada de trabalho em que a força de trabalho do operário é comprada pelo patrão. Luiz, ao sugerir que a assembléia aconteça durante o horário de trabalho e não em sábado (que pode ser entendido como “fora de horário de trabalho”), faz emergir essa concepção empresarial, associando o tempo de participação na assembléia com o seu “pagamento”: “*Só se a empresa paga hora-extra. (...) Aí, todos participam, porque é horário de trabalho e tem que participar*”. A obrigatoriedade de participação de todos, durante o horário de trabalho, é herança da empresa capitalista; ao contrário, na autogestão, os sujeitos autogestionários devem ter o desejo de contribuir e sentirem-se co-responsáveis pela gestão do empreendimento. Quando práticas e saberes empresariais emergem no interior da dinâmica autogestionária, devemos pensá-los (estas práticas e saberes) como marcas de contradição, que precisam ser superadas. É oportuno, aqui, lembrarmos das reflexões de Pêcheux acerca do modo como os sujeitos se reconhece, modo que precisa ser pensado como um processo histórico, passível de contradições.

Considerando a Sdr 15 (*Ah, eu não sô muito de conversa... O meu negócio é cumprir horário direitinho e pegá meu dinheiro. Deixo pros outros que gostam de fazê reunião... se querem fazê reunião de noite ou no sábado, é com eles... eu não vô.*), percebemos que fica escancarada a visão de sujeito totalmente identificado com os saberes da empresa capitalista, com as práticas e saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE). Não podemos nos furtar, neste momento, de trazer para cá uma parte da Sdr 9 e associá-la a outra parte da Sdr 15 – ambas recortadas de falas do metalúrgico Paulo Roberto: “*A gente, que é peão, não reclama se tem*

muito serviço pra fazê... Pior é não ter o que trabalhá... Se o chefe manda, a gente faz...” (Sdr 9) e *“O meu negócio é cumprir horário direitinho e pegá meu dinheiro. Deixo pros outros que gostam de fazê reunião...”* (Sdr 15). Ainda que esteja inserido em um empreendimento autogestionário, Paulo Roberto, ao manifestar sua compreensão de que alguém manda e outros obedecem (Sdr 9), e ao enunciar que apenas quer cumprir seu trabalho durante a jornada de trabalho e receber salário por isso (concepção da Sdr 15), deixa claro que seu trabalho não passa de um posto de trabalho, em uma concepção de que ele vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração, sem qualquer outro compromisso. Mas, vende sua força de trabalho para quem, se não há mais patrão? Possivelmente, na sua compreensão, é para aqueles que integram os conselhos da cooperativa, as gerências ou a presidência (conselho diretivo). Para ele, isso não tem importância, pois sua relação com o modo de produção da cooperativa é de alienação.

Chamamos a atenção de que a afirmação de Paulo Roberto, referente ao cumprimento do horário e recebimento de salário, nesta Sdr 15, vem antecedida do enunciado *“eu não sô de muita conversa”*, o que reforça seu entendimento de descompromisso e desinteresse pela gestão coletiva. Isso nos leva ainda a pensar na *“cultura do silêncio”*, que o torna um sujeito de *pouca conversa*, um sujeito que não deseja/pretende opinar sobre o funcionamento e as decisões da cooperativa, apenas quer fazer tarefas sobre as quais outros decidam. Ponderamos que, como consequência do processo histórico de silenciamento das massas, o *não querer* participar, pode estar associado ao *não saber como* ou *não se colocar a perspectiva de participação*, o que faz sujeitos trabalhadores sentirem-se inibidos diante da modalidade de gestão coletiva operária. Podemos relacionar essas posturas à nossa percepção, apresentada anteriormente nesta tese, sobre o progressivo empobrecimento intelectual dos operários brasileiros, tendo em vista as constantes ações de atrelamento dos sindicatos proletários aos governos que servem aos interesses capitalistas, bem como as diferentes formas de reprodução, através dos aparelhos ideológicos, de saberes e práticas sociais que conduzem ao silenciamento de sujeitos e massas.

Ainda considerando a Sdr 14 (*“Essa coisa de assembléia no sábado, não dá! Só se a empresa paga hora-extra. [...] Acho que tem que ser durante a semana. Aí, todos participam, porque é horário de trabalho e tem que participar”*) e a Sdr 15 (*“Ah, eu não sô muito de conversa. [...] O meu negócio é cumprir horário direitinho e pegá meu dinheiro. Deixo pros outros que gostam de fazê reunião... se querem fazê reunião de noite ou no sábado, é com eles...”*

eu não vô”), podemos observar algumas ressonâncias interdiscursivas. É o discursivo acionando, da rede interdiscursiva, saberes e práticas da gestão capitalista, e fazendo-os ecoar no interior da autogestão.

Relativamente à fala de Paulo Roberto, na Sdr 15, sobre sua não-participação em instâncias de decisão – no caso, em assembléias e reuniões – associando-a ao seu interesse tão-somente pelo trabalho e sua remuneração, e ainda à referência de que *há quem goste de fazer reunião e que, por isso, deve fazê-lo*, entendemos que o trabalhador-associado esteja expressando uma opinião própria de empregado inserido em empresas capitalista: de que a tomada de decisões cabe aos que “sabem” e “querem”, referindo-se às lideranças – provavelmente, sindicais –, grupo do qual não faz parte. Ele é indiferente e se coloca *fora* do processo de autogestão, o que é reforçado com a passagem “*se querem fazer reunião de noite ou no sábado, é com eles... eu não vou*”. Podemos dizer, por um lado, que é uma posição bastante cômoda deste trabalhador, que vivencia as novas relações de trabalho, sem a dominação patronal, mas sem se comprometer com as responsabilidades da gestão; e, por outro, que é uma postura que faz emergir grandes contradições no interior da gestão operária. Se, na autogestão, os trabalhadores rompem com relações de submissão/dominação, desconstruindo-as e transformando-as em relações solidárias e autônomas: como parte deles cultiva práticas de não-participação, de não-solidariedade, mas de dependência/submissão?

Para fins de observação e análise de indícios de saberes empresariais, da Formação Discursiva Empresarial (FDE) que podem ser encontrados nas práticas discursivas de sujeitos autogestionários, articulamos mais algumas seqüências discursivas de referência: uma transcrita abaixo e outras três, nas próximas páginas. São seqüências recortadas de entrevistas que realizamos, em 10 e 11 de setembro de 2007, com trabalhadores-associados da CTMC que foram funcionários da antiga Metalúrgica Vogg (massa falida), que participaram do processo de organização da cooperativa e que permanecem trabalhando ali até hoje. As falas são de Nicolau, Osmar¹²⁶ e João Henrique¹²⁷, sobre a participação em instâncias decisórias, especialmente, em

¹²⁶ Nicolau Barcelos dos Santos e Osmar Machado Barbosa foram funcionários da Metalúrgica Vogg, durante 10 e 06 anos, respectivamente. Ambos permaneceram acampados, junto com outros trabalhadores, no pátio da empresa falimentar para guardar a massa falida, durante o período de constituição da cooperativa. Nicolau e Osmar foram sócios do sindicato (STIMMED) até 2001. Atualmente são sócios-trabalhadores da CTMC e coordenadores de equipes de trabalho.

assembléias, em respostas à questão “Como as decisões são tomadas? Quais as instâncias de decisão? Por quem? Com que frequência? E como funciona em caso de uma decisão importante para a cooperativa que precisa ser tomada imediatamente ou em curtíssimo prazo?”. Vamos à primeira seqüência discursiva de referência, a Sdr 16:

Sdr 16 – (...) *depende da demanda de serviço... como agora, não dá pra fazê assembléia... só reunião das equipes. (...) Tem vezes, a gente só fica sabendo depois que o pessoal do escritório decidiu as coisas e vem falá pra gente... repassá pra gente.* (Nicolau)

Nesta Sdr 16, especialmente na passagem “*como agora, não dá pra fazê assembléia... só reunião das equipes*”, podemos observar que, em períodos de intenso trabalho e prazos curtos para a demanda, as instâncias de discussão e de tomada de decisões, especialmente sobre questões mais específicas, ocorrem prioritariamente em momentos em que se reúnem pequenos grupos, como equipes de trabalho, conselhos, gerências. Salientamos que o fato de não se realizarem assembléias, durante um determinado período de tempo, em função da grande demanda de trabalho, não deve ser entendido como algo lacunar ou ameaçador para a autogestão – desde que a participação de todos os trabalhadores-associados seja garantida em outras esferas deliberativas.

A essa observação de que em alguns períodos só ocorrem reuniões de equipes (Sdr 16), Nicolau acrescenta que, às vezes, há decisões tomadas por quem trabalha no setor administrativo (no escritório) que são repassadas para os trabalhadores da linha de produção (da fábrica), na passagem “*tem vezes, a gente só fica sabendo depois que o pessoal do escritório decidiu as coisas e vem falá pra gente... repassá pra gente*”. A partir daí, podemos fazer algumas leituras. Por um lado, o trabalhador, ao fazer tal afirmação, pode tê-la feito como forma de ilustração da dinâmica de gerenciamento das ações internas da cooperativa, em períodos de intenso trabalho, entendendo como “natural” que o conselho diretivo ou administrativo tomem algumas decisões e as repassem aos demais trabalhadores-associados. Neste caso, há confiança do trabalhador em relação à direção da cooperativa.

Por outro lado, diferentemente desta interpretação, pode essa fala revelar uma *certa mágoa* de metalúrgico autogestionário em relação a tal prática – em que uns decidem e outros

¹²⁷ João Henrique Barbosa da Silva foi sindicalista ativo até a criação da CTMC. Acompanhou de forma atuante todo o processo de organização dos trabalhadores que culminou na instauração da cooperativa. Foi o primeiro presidente e, atualmente, é vice-presidente da CTMC.

cumprem, mesmo que circunstancialmente. Esse sentimento pode ser causado por indícios de distanciamento entre trabalhadores de setores distintos: “*o pessoal do escritório*” e a “*gente*” – aqueles do trabalho intelectual/administrativo e estes do trabalho braçal. Trata-se de uma concepção de separação entre o intelectual e o braçal com atribuição de valores distintos (maior para um e menor para outro), em que os sujeitos daquele têm maior poder do que os deste. Mas também, é importante pensar que essa *certa mágoa* pode estar associada a uma leitura de falta de democracia que fere o princípio da participação coletiva nas decisões. Nesta situação, há desconforto em relação a algumas práticas, na cooperativa que se propõe verdadeiramente autogestionária, que, segundo nossa compreensão, devem ser constantemente avaliadas para que, no processo de desarranjo e rearranjo de saberes e práticas, sejam superados traços (“culturas”) empresariais capitalistas e instauradas, em seu lugar, relações de solidariedade, de mútua ajuda, de autonomia.

Consideremos agora as outras três seqüências discursivas de referência, anunciadas há pouco, que vêm transcritas a seguir:

Sdr 17 – *O pessoal participa mais ou menos... a maioria fica. A assembléia em horário de trabalho é obrigatória. (...) Depende também da pauta que vai ter naquela reunião, o que vai ser discutido na reunião, qual é o interesse de alguns... então a maioria fica... se for dinheiro... opa! Eu fico...* (Osmar)

Sdr 18 – *As assembléias acontecem no horário de trabalho (...) ou, depende do debate, se vai gerar muita polêmica... você prende todo o mundo, inicia no horário de trabalho e se estende...* (João Henrique)

Sdr 19 – *Já teve assembléia em sábado, mas faz tempo... Agora só durante a semana... no horário de trabalho. Sobre a participação... é mais ou menos... a maioria fala, a maioria pergunta... mas também depende dos assuntos que vão ser tratados.* (Nicolau)

Podemos observar, nas três Sdrs (17, 18 e 19), a preocupação com a participação dos trabalhadores-associados nas assembléias e, por isso, o entendimento de que ela deva acontecer (ou iniciar) em horário combinado para o trabalho, atingindo assim a totalidade dos cooperados. Acreditamos que o fato de Osmar, Nicolau e João Henrique terem uma história sindical e terem participado do processo de criação da cooperativa (CTMC), influencie sua concepção sobre a importância da participação coletiva na tomada das decisões.

Considerando a passagem “*O pessoal participa mais ou menos... a maioria fica*”, da Sdr 17, vemos que Osmar é explícito em avaliar a participação dos trabalhadores-associados como regular, nas assembléias, mesmo que uma maioria se faça presente. Ao referir-se à assembléia acontecer ou iniciar em horário de trabalho, ele sugere que há participação de todos os trabalhadores não por convicção sobre a importância de participar do processo de discussão autogestionária, mas pela obrigatoriedade: “*A assembléias em horário de trabalho é obrigatória*”. Entendemos que a participação dos sujeitos da/na autogestão gira em torno do *desejar, decidir e agir* coletivamente, partilhando idéias, preocupações, ações com a coletividade; associando-se a determinados saberes e compartilhando-os com os outros; em suma, é um exercício de democracia. Não podemos esquecer, porém, das heranças da gestão capitalista, ou seja, do estímulo ao individualismo, à competitividade, à não-participação e à não-solidariedade, além dos históricos silenciamentos impostos à classe operária.

João Henrique, na Sdr 18, também salienta a sistemática de as assembléias acontecerem durante o horário previsto para o trabalho, associando a ela a idéia de participação obrigatória, enunciada da seguinte forma: “*you prende todo o mundo, inicia no horário de trabalho e se estende...*”. Nesse caso, um certo constrangimento é criado aos trabalhadores-associados, especialmente àqueles que não desejam participar de assembléia. Podemos pensar que, se há necessidade desse constrangimento para que alguns participem, então há a identificação de saberes empresariais – da não-participação dos trabalhadores – que ainda se impõe fortemente na dinâmica autogestionária. A decisão de realização da assembléia em horário de trabalho para *forçar* a participação de todos pode ser resultado de uma avaliação da maioria dos trabalhadores-associados, ou de parte deles, dos coordenadores de equipes, dos conselheiros, por ingerência (ou não) de entidades externas inscritas na Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária. Observamos que chama nossa atenção é a forma de dizer que remete ao lugar de onde é dito, por exemplo: o fragmento “*A assembléia em horário de trabalho é obrigatória*” é enunciado por um coordenador de equipe de trabalho (de soldadores) que se coloca sob essa obrigatoriedade de participação, mesmo que sua participação independa de horário ou obrigatoriedade; já, na passagem “*you prende todo mundo (com assembléia em horário de trabalho)*”, os sentidos deslizam para um outro lugar, para um sujeito que não é atingido pela obrigatoriedade, mas tem o poder de imputá-la aos outros – isso possivelmente porque se trata de um integrante do conselho diretivo da cooperativa, especificamente do vice-

presidente. Cabe registrar, aqui, que não é de nosso interesse abrir uma discussão acerca da legitimidade dessas posturas, mas de observar, sob a perspectiva da Análise do Discurso, que o discursivo faz emergir diferentes sentidos, revela indícios dos lugares nos quais se inscrevem os sujeitos e a partir dos quais falam.

Relativamente às ponderações dos nossos entrevistados acerca das motivações que determinam a participação dos trabalhadores-associados nas assembléias, destacamos as seguintes passagens: “*Depende também da pauta que vai ter naquela reunião, o que vai se discutido na reunião*” (Sdr 17), “*ou, depende do debate, se vai gerar muita polêmica*” (Sdr 18) e “*depende dos assuntos que vão ser tratados*” (Sdr 19). Observamos que elas produzem os mesmos efeitos de sentidos: ainda que *todos* os assuntos referentes à cooperativa devessem ser do interesse de todos os associados, a participação efetiva e espontânea somente acontece mediante a proposição de determinados assuntos de pauta para as assembléias.

Se considerarmos a parte final da Sdr 17 – “*qual é o interesse de alguns... então a maioria fica... se for dinheiro... opa! Eu fico...*” –, vemos que Osmar traz como exemplo aqueles que se entusiasmam em participar de assembléia se questão a ser tratada é sobre recursos econômicos – aqui fica subentendido que são recursos para os indivíduos. Trata-se da cultura de não-participação em processos de planejamento e avaliação, própria das empresas capitalistas, e que comumente é designada como “cultura de firma”. Esta cultura precisa ser superada na autogestão, dando lugar para a cultura da participação que tende a caracterizar a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), com novas relações de gestão da produção. No entanto, é uma cultura ainda não adotada por todos os operários, o que pode justificar o condicionamento da participação em assembléias, por parte dos associados da CTMC, por exemplo, à pauta proposta.

Podemos pensar se as observações feitas pelos três entrevistados – na Sdr 17, Sdr 18 e Sdr 19 – configuram críticas em relação ao grupo que não participa, ou se tais observações ainda mostram um processo de identificação com os saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE).

Consideremos ainda, na presente subseção, a seguinte seqüência discursiva de referência, a Sdr 20, recortada da fala de João Henrique, ao responder a questão “Como é a

distribuição dos resultados econômicos? Como vocês lidam diante de períodos de dificuldades financeiras da/na cooperativa?”, em entrevista realizada em 11 de setembro de 2007:

Sdr 20 – *Nós distribuimo uma vez por ano os resultados, quando faz a prestação de contas anual. (...) Já distribuimo duas vezes em partes iguais e, em uma assembléia, os trabalhadores decidiram que seria conforme o que cada um ganha por mês, conforme o salário.* (João Henrique)

Nesta Sdr 20, observamos que há um processo de conversão de saberes em que o sujeito-operário começa a se identificar com saberes autogestionários. Ele se utiliza de práticas discursivas que se inscrevem sob o domínio da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) como a prática da distribuição anual ao conjunto dos trabalhadores das sobras financeiras – dos resultados econômicos – em partes iguais ou em partes proporcionais às retiradas mensais, de acordo com decisão tomada em assembléia. Podemos perceber que, na maneira como o enunciado se apresenta, há saberes que orientam para o princípio da participação na tomada de decisão e na distribuição dos resultados econômicos. Cabe registrar que o trabalhador, ao referir a proporcionalidade na divisão das sobras associando-a ao salário, não está necessariamente fazendo emergir saberes empresariais. Não é a partir do uso de determinada palavra que podemos dizer que saberes são acionados, mas é pela sua articulação no enunciado é que sentidos são construídos e propagados – sentidos que se inscrevem em determinados domínios de saberes.

Se tomarmos especificamente a passagem em que aparece a noção *salário* – “os trabalhadores decidiram que seria conforme o que cada um ganha por mês, conforme o salário” –, veremos que ela retoma “o que cada um ganha por mês” como um parâmetro para proceder à divisão dos resultados econômicos no findar de um ano. Podemos pensar que os trabalhadores-associados, após duas experiências de divisão das sobras anuais em partes iguais, tenham chegado à conclusão de que fosse melhor fazer a distribuição proporcional, considerando as diferentes funções que implicam níveis distintos de conhecimento e de responsabilidade, assim como o são as retiradas mensais. Entendemos que, aqui, o que está na centralidade é a concepção de respeito pela decisão tomada pela coletividade da cooperativa.

Salientamos que a compreensão de que houve mudanças tanto em relação à modalidade jurídica da empresa quanto em relação às práticas sociais dos sujeitos representa um processo lento que precisa ser assimilado por todos os trabalhadores autogestionários. A

tendência é que, aos poucos, indícios das relações de trabalho herdadas da empresa capitalista deixem de aparecer nas práticas autogestionárias.

Considerando que nos propomos, no presente capítulo, a observar e analisar as práticas discursivas enquanto processo de autogestão, passamos das discussões acerca do atravessamento dos saberes empresariais nos discursos autogestionários para as reflexões sobre os saberes que provocam rupturas com os saberes empresariais.

3.3. Saberes que Rompem com os Saberes Empresariais

Para pensarmos sobre os saberes que rompem com os saberes do domínio empresarial capitalista – estes permeados por relações de dominação-subordinação de uns sobre os outros, de concepções individualistas e competitivas –, reportamo-nos àqueles domínios cujas origens estão nos saberes do movimento operário, de sindicatos combativos, de partidos políticos emergentes e representantes dos proletários, do anarquismo e outros inscritos sob o domínio que designamos como Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). É na interlocução com os saberes desta Formação Discursiva, a FDPPA, e no processo de ruptura com as práticas sociais e discursivas empresariais, da Formação Discursiva Empresarial (FDE), que os trabalhadores autogestionários são protagonistas de uma nova formação discursiva: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Com a finalidade de tecer observações e análises sobre quais são os saberes, em que medida e como emergem e contribuem para a instauração desta nova Formação Discursiva, a Formação Discursiva dos Operários Autogestionário (FDOA), apresentamos diferentes seqüências discursivas (Sds), recortadas de entrevistas de representantes sindicais¹²⁸, políticos¹²⁹, governamentais¹³⁰ e solidários (da Economia Popular Solidária¹³¹), e algumas seqüências discursivas de referência (Sdrs), recortadas de entrevistas com trabalhadores no convívio de

¹²⁸ Entrevistamos Flávio José Fontana de Souza, atual vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC) e vice-presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos/RS.

¹²⁹ Entrevistamos o deputado estadual Elvino Bohn Gass (PT), coordenador da Bancada da Economia Solidária.

¹³⁰ Entrevistamos Pedro Roque Giehl, assessor da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI/RS), de 1999 a 2001, e integrante da Coordenação Nacional do Fórum de Gestores da Economia Solidária.

¹³¹ Realizamos entrevista com Edson Pilatti, assessor da Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), instituição parceira do Governo do Estado do RS (1999-2002) no Programa de Economia Popular Solidária e assessoria à organização dos trabalhadores autogestionários no RS.

experiências industriais autogestionárias¹³². Também optamos por fazer recortes discursivos (seqüências discursivas – Sds) de notícias de jornais relativamente à Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) – sobre a qual tratamos em seção específica, *3.1. Breve Contextualização do Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)*, no início do presente capítulo – e sobre a Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL). E ainda organizamos seqüências discursivas (Sds) a partir de materiais de formação da Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC)¹³³ e da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

Temos presente a pertinência e a abrangência das reflexões a que nos propomos, nesta seção, e que trazem abordagens relativamente às diferentes instituições que cooperam entre si e se inscrevem sob o mesmo domínio de saberes, aqui designado de Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Considerando que a organização dos trabalhadores e a implementação de um empreendimento operário de autogestão não se dá em um curto espaço de tempo e a partir da vontade de um ou de algumas pessoas, mas de uma maioria sob o acompanhamento de intelectuais orgânicos que enunciam a partir de uma instituição, organizamos nossas reflexões e análises nas seguintes subseções: *3.3.1. Algumas reflexões sobre Economia Popular Solidária; 3.3.2. A autogestão a partir dos saberes da instância sindical; 3.3.3. A autogestão a partir de saberes da instância político-partidária; e 3.3.4. A autogestão a partir dos saberes da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG)*. Cabe ponderar que, em nossas análises, ainda que em raras situações, encontramos indícios de contradição no domínio de saberes que rompem com os saberes empresariais, ou seja, no interior da Formação Discursiva Político-Pedagógica Antogestionária (FDPPA).

Passemos, então, à abordagem, ainda que em poucas palavras, sobre a questão da Economia Popular Solidária.

¹³² Entrevistamos, para esta seção, João Henrique Barbosa da Silva (trabalhador-associado da CTMC; ex-presidente e atual vice-presidente da cooperativa; sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas/STIMMEC até 2001).

¹³³ Comumente o nome do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC) é reduzido para Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas – forma que também nós usamos em algumas referências, tendo em vista sua praticidade.

3.3.1. Algumas Reflexões sobre Economia Popular Solidária

No Brasil, a Economia Solidária surgiu timidamente na primeira metade da década de 1980 e fortificou-se a partir da segunda metade, como reação de movimentos sociais ao desemprego crescente e massivo – elemento estrutural do capitalismo. Na realidade, a concepção de relações solidárias de economia já vem sendo colocada em prática por trabalhadores, ensaiada por pensadores e sistematizada por estudiosos, há cerca de dois séculos. A história, conforme o segundo capítulo desta tese, nos traz diversas experiências de organização da classe trabalhadora sob formas solidárias. Mas, no período mais recente, no Brasil, que surgem, à luz da Economia Solidária, as cooperativas de autogestão industrial oriundas de empresas capitalistas que entram em falência – objeto de nosso estudo.

O modo solidário que caracteriza a Economia Solidária reflete o princípio da socialização entre posse e uso dos meios de produção e de distribuição pelos trabalhadores. De acordo com Paul Singer (2000: 13), a Economia Solidária constitui um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. Podemos dizer que se trata de uma opção, ao mesmo tempo, econômica e político-ideológica.

Cabe registrar que a noção Economia Solidária, enquanto concepção de processo contínuo de trabalhadores em luta contra as relações capitalistas, também é nomeada como *Economia Popular Solidária*, por diferentes instâncias gaúchas (sindicais, políticas, etc.), e como *Socioeconomia Solidária*, pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). Entendemo-la como uma espécie de guarda-chuva, sob o qual estão instituições cujos saberes dialogam entre si e se inscrevem no domínio que chamamos de Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária. Assim, a Economia Solidária, que tem na sua essência a autogestão, pode ser compreendida como uma concepção que se manifesta na atividade sócio-econômica de homens e mulheres que se propõem a agirem e a se conscientizarem de seus lugares sociais. Pode ser pensada, ainda, como formação ideológica, que orienta os domínios de saberes com ela identificados. Isso nos conduz a pensar nas relações de identificação do sujeito-enunciador (dos operários autogestionários) com o Sujeito Universal (a Economia Solidária como instância ideológica), através das instituições (sindicais, políticas, associativas, etc.) que cooperam entre si no interior da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Neste

sentido, podemos dizer que esta Formação Discursiva (FDPPA) representa a materialidade das práticas sociais e das práticas discursivas autogestionárias à luz da Economia Popular Solidária – ou, simplesmente, Economia Solidária. Considerando as relações solidárias experimentadas pelos trabalhadores-operários da CTMC, observamos que elas se inscrevem sob os saberes da Economia Popular Solidária, cujas ressonâncias podem ser encontradas ao longo da história – nos saberes e práticas anarquistas, comunistas, socialistas, etc.

Passemos agora para a discussão da concepção de autogestão a partir dos saberes da instância sindical.

3.3.2. A autogestão a partir dos saberes da instância sindical

A participação e o diálogo de diferentes instâncias para a organização de trabalhadores e viabilização de um empreendimento autogestionário é fundamental, tendo em vista que não se trata de um movimento espontâneo de um conjunto de operários. No caso da organização de uma cooperativa de autogestão operária a partir de uma situação de falência de determinada empresa capitalista, esse diálogo e esse acompanhamento ao conjunto dos trabalhadores – agora, sem posto de trabalho – se tornam especialmente importante e decisivo. É preciso que haja uma opção política das organizações comprometidas com os interesses da classe trabalhadora, o que significa, por exemplo, que o sindicato deve ser combativo e não atrelado às políticas do capital, aos interesses patronais.

Com o propósito de pensar a relação entre a instância sindical, especificamente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC), e o processo de organização dos trabalhadores da massa falida e fundação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), destacamos a seguinte seqüência discursiva de referência, a Sdr 21, recortada da fala do trabalhador-associado da CTMC, João Henrique, ao responder à pergunta “Fale um pouco de sua história de sindicalista e, enquanto tal, sobre o processo de organização da CTMC”, durante entrevista realizada em 12 de maio de 2008. Cabe salientar que João Henrique é metalúrgico (ex-funcionário da Metalúrgica Vogg e trabalhador-associado da CTMC), sendo sócio do sindicato – ativo participante até 2001 e, atualmente, na condição de *sócio solidário* –, assumidamente *cutista* (com identificação com a Central Única dos Trabalhadores) e ainda

militante político-partidário¹³⁴. Logo, em (a partir de) suas práticas discursivas de operário-autogestionário repicam sentidos que deslizam também para outros lugares, mas lugares que dialogam entre si – instância sindical, cutista, partidária. Passemos a observar, então, a seqüência discursiva de referência a seguir:

Sdr 21: (...) *o sindicato teve um papel fundamental em toda a discussão, em toda a preparação da cooperativa (...) Pra criar a CTMC, teve vários atores nesse movimento: desde o governo Olívio (RS: 1999-2002), a Sedai, a Economia Solidária, sindicato, igrejas... tudo. Não foi uma coisa minha ou de alguns colegas, mas de muitos companheiros... mais de fora da Vogg do que de dentro, mais de fora da CTMC do que de dentro...* (João Henrique)

Nesta Sdr 21, o trabalhador autogestionário enfatiza a participação determinante do sindicato no processo de organização da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), com vistas a resolver uma situação problemática criada em função da falência da empresa capitalista (Metalúrgica Vogg). Isso conduz a pensar no significado dessa opção sindical que se caracteriza como uma opção político-ideológica uma vez que remete à histórica reivindicação de defesa dos interesses proletários associada ao processo de emancipação sócio-econômica dos trabalhadores. E tal opção não é só do sindicato mas também de outras instâncias, conforme enuncia João Henrique em “*teve vários atores nesse movimento: desde o governo Olívio (RS/1999-2002), a Sedai, a Economia Solidária, sindicato, igrejas...*”. Entendemos que se tratam de iniciativas de cunho sócio-político-ideológico, situadas na adversidade aos interesses capitalistas, e orientadas de acordo com a concepção da indispensável junção das forças orgânicas das classes proletárias para as importantes conquistas rumo à libertação das massas populares.

Considerando que grande parte dos sindicatos preocupa-se prioritariamente com assistencialismos aos seus associados e burocratização da máquina sindical, ao invés de representar efetivamente os interesses da classe trabalhadora e contribuir para o fortalecimento do movimento operário, tendo em vista a libertação dos trabalhadores das relações de dominação/submissão capitalistas, podemos dizer que o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC) mostrou autenticidade e coerência com a história do movimento operário ao apoiar e orientar a constituição da cooperativa (CTMC).

¹³⁴ João Henrique é filiado ao Partido dos Trabalhadores e se inscreve na Tendência Democracia Socialista (DS) – corrente com identificação trotskista, ainda que recentemente tenha se desligado da Quarta Internacional.

Destacamos, agora, para nossas análises, a seqüência discursiva (Sd 22) que foi recortada da fala do dirigente sindical Flávio, em resposta à questão “De que forma o sindicato teve participação no processo de organização dos trabalhadores e na constituição da CTMC?”¹³⁵, durante entrevista realizada em 29 de fevereiro de 2008. A seqüência discursiva é a seguinte:

Sd 22 – *A Vogg não tinha mais crédito em lugar nenhum... e aí foi, foi, foi... até que eles (proprietários) abandonaram a empresa... fizemos (trabalhadores) uma greve por atraso de pagamento, quatro meses de atraso, e eles abandonaram a empresa... aí tava começando, com a história do Governo Olívio, a discussão da Economia Solidária, de cooperativas de autogestão, de tocar os empreendimentos com os trabalhadores, naquela ótica de que também o trabalhador poderia administrar o negócio...* (Flávio)

Ao contar um pouco da história dos trabalhadores da Metalúrgica Vogg, no período que antecede a falência, Flávio faz referência ao descrédito da empresa associada ao não-pagamento dos salários e à greve realizada pelos trabalhadores. Tal referência nos remete a pensar simplesmente em crise do capital, nessa situação em particular, e, como uma das reações patronais, muitas demissões e forte repressão à organização dos trabalhadores. No entanto, houve a decisão de abandono da empresa pelos seus donos (“*e eles abandonaram a empresa*”), uma atitude de fuga diante da situação que se encaminhava para a falência da empresa. Entendemos, por um lado, que esta prática não faz parte dos saberes empresariais capitalistas, segundo os quais o empregador deveria repreender os trabalhadores em greve, fazendo valer seu poder de dominação na medida em que os culparia pela crise da empresa; e, por outro, que esta prática revela a histórica face de descompromisso e desprezo capitalista em relação aos operários.

Nesta Sd 22, destacamos a referência de Flávio de que, no mesmo período em que se desenrolava a caótica situação dos trabalhadores da empresa descrita acima, afluía, no Rio Grande do Sul, a discussão em torno da Economia Solidária, conforme podemos observar em “*aí tava começando, com a história do Governo Olívio, a discussão da Economia Solidária, de cooperativas de autogestão, de tocar os empreendimentos com os trabalhadores, naquela ótica de que também o trabalhador poderia administrar o negócio*”. Esta discussão acerca da Economia Solidária¹³⁶ é assumida por diferentes interlocutores sociais identificados com os saberes da classe trabalhadora (instâncias partidários, governamentais, sindicais, pastorais,

¹³⁵ Vide as questões de entrevista formuladas para o representante sindical no ANEXO VI.

¹³⁶ No RS, Economia Solidária (ECOSOL) é comumente designada como *Economia Popular Solidária* (ECOPOPSOL).

universitárias, etc.) e se concretiza em importantes parcerias entre o Governo Popular, que se instaura no RS na gestão de Olívio Dutra, entre 1999 e 2002, e organizações não-governamentais (ONGs) de apoio à autogestão operária, como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG¹³⁷) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (UNISOL¹³⁸). Flávio destaca, em sua fala, a concepção de a gestão do empreendimento ser assumida pelos próprios trabalhadores, o que constitui a autogestão operária, e enuncia que *“também o trabalhador poderia administrar o negócio”*. Observamos que esta compreensão está na contramão dos saberes empresariais. Ao mesmo tempo em que ela rompe com saberes e práticas capitalistas, desarranjando-os e rearranjando-os, ela instaura saberes da autogestão: de autonomia, de mútua ajuda entre os trabalhadores.

Considerando que a criação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) é resultado da junção de um conjunto de forças orgânicas que buscam relações sociais e econômicas alternativas à modalidade sócio-econômica individualista e competitiva de mercado, queremos associar a Sd 22, do dirigente sindical Flávio, à Sdr 21, do trabalhador autogestionário João Henrique: *“[...] aí tava começando, com a história do Governo Olívio, a discussão da Economia Solidária, de cooperativas de autogestão, de tocar os empreendimentos com os trabalhadores, naquela ótica de que também o trabalhador poderia administrar o negócio...”* (Sd 22) e *“o sindicato teve papel fundamental em toda a discussão, em toda a preparação da cooperativa [...] Pra criar a CTMC, teve vários atores nesse movimento que desde o governo Olívio (RS: 1999-2002), a Sedai, a Economia Solidária, sindicato, igrejas”* (Sdr 21). Ambos, Flávio e João Henrique, falam de lugares diferentes – da instância sindical e da experiência autogestionária –, cujos saberes, no entanto, dialogam entre si; ambos enfatizam a cooperação de forças que foi fundamental, no período pré-falimentar e falimentar da Metalúrgica Vogg, na organização dos trabalhadores para que estes pudessem assumir coletivamente a empresa e dar continuidade à produção no ramo da metalurgia, mas com relações totalmente diferentes.

¹³⁷ A ANTEAG foi parceira no acompanhamento da organização da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) entre outros muitos empreendimentos gaúchos de autogestão.

¹³⁸ A UNISOL acompanhou a organização da GERALCOOP (Geral Cooperativa) que se instaurou, em processo semelhante ao da CTMC, a partir da massa falida da Empresa de Fogões Geral, instalada em Guaíba/RS.

Cabe ponderar que, diferentemente do que é comum ocorrer, segundo os saberes capitalistas – da Formação Discursiva Empresarial (FDE) –, em que os trabalhadores de uma empresa falida buscam outros postos de trabalho em outras empresas capitalistas, submetendo-se novamente a relações de dominação patronal e contribuindo para a geração da mais-valia aos donos dos meios de produção, os trabalhadores da falimentar Metalúrgica Vogg, apoiados e assessorados pelo sindicato e outras instâncias – da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) –, começaram um processo de organização com a finalidade de administrar eles próprios a empresa na modalidade de autogestão. Assim, especificamente, em 2000/2001, estavam mais de cem (100) trabalhadores dispostos a assumir a massa falida e transformá-la em um empreendimento de gestão coletiva, ou seja, em cooperativa de sujeitos que gerenciam solidariamente todo processo de produção e distribuição econômica. É fundamental salientar que, sem os diferentes atores que apoiaram, acompanharam e, muitas vezes, deram direção, não seria possível tal processo que promove rupturas com as práticas empresariais. Estes diferentes atores são, na concepção gramsciana, os intelectuais orgânicos que se colocam na linha de frente da organização dos trabalhadores, estimulando e ajudando os trabalhadores a serem agentes neste processo organizativo e não fazendo por eles. Estamos, pois, diante de saberes que rompem com os saberes e práticas empresariais: os saberes da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA).

Considerando estes saberes antagônicos aos saberes capitalistas e a concepção materialista-leninista de que todo processo é prenhe de contradições, trazemos uma questão relacionada à instância sindical, que diz respeito especificamente à repercussão interna ao sindicato da proposta de instauração de uma cooperativa a partir da massa falida Vogg. Com a finalidade de ilustrar esta repercussão, recortamos ainda da fala de Flávio, a Sd 23, que constitui parte da sua resposta à questão “De que forma o sindicato teve participação no processo de organização dos trabalhadores e na constituição da CTMC?”, durante entrevista realizada em 29 de fevereiro de 2008. Vamos, então, à observação da seqüência discursiva a seguir:

Sd 23 – *Fizemos esse debate aqui dentro (sindicato), não foi um debate aceito por todo mundo... porque até aquele momento era uma experiência que nunca tinha sido executado na região... era uma das primeiras iniciativas da Economia Solidária. (...) Mas, um grupo acreditou no processo e... a gente assumiu: arrecadando dinheiro, alimentos, fazendo campanha de arrecadação aqui e nos outros sindicatos, discutindo com outros sindicatos... enfim, a gente, daqui de dentro, assumiu a fábrica, desde a portaria até a caldeiraria... nós posamos dia e noite lá na fábrica pra*

cuidar a maquinaria, pra não ser roubada ou destruída... até que as coisas se resolvessem... foi muito complicado... não tinha alimento, água e nem luz... o pessoal teve que andar de vela à noite lá na empresa... (Flávio)

A fala de Flávio remete ao fato de que, por volta de 2000 e 2001, quando a discussão sobre a constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) começou a ser posta, houve resistência a essa idéia de empreendimento autogestionário a partir de uma massa falida, no interior do próprio sindicato. Aparentemente, a justificativa para tal resistência se encontrava no fato ser uma experiência inédita / pioneira na região. No entanto, precisamos considerar o histórico processo de atrelamento sindical aos interesses capitalistas, através de freqüentes silenciamentos sofridos por sujeitos da classe trabalhadora, constantes apagamentos de saberes do movimento operário, cooptação de inúmeros intelectuais proletários, etc. Entre as conseqüências dessa história, percebemos descrédito de muitos, temor de alguns, mas também resistência de uns e aposta de outros na autogestão, ou seja, a divisão entre o grupo que acreditou e o que não acreditou.

A resistência no interior do sindicato, da qual fala Flávio, revela contradição no interior da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Tendo em vista que os saberes desta Formação Discursiva dão sustentação à concepção de autogestão, ponderamos que, na instância sindical (uma das instituições inscritas na FDPPA), não poderia haver dúvidas em relação à proposta de organização cooperativada dos trabalhadores em situação de desemprego massivo por causa da falência da empresa capitalista.

Ainda assim, de acordo com o relato de Flávio, na Sd 23, graças a um segmento, a um grupo, o sindicato assumiu o desafio de acompanhar e assessorar o processo de organização da cooperativa: *“um grupo acreditou no processo e... a gente assumiu: arrecadando dinheiro, alimentos, fazendo campanha de arrecadação aqui e nos outros sindicatos, discutindo com outros sindicatos... enfim, a gente, daqui de dentro, assumiu a fábrica, desde a portaria até a caldeiraria...”*. Esse acompanhamento e assessoramento, assumidos conjuntamente entre as diferentes forças associadas à aposta na instauração da autogestão operária, tiveram diversas implicações, entre as quais citamos: (a) encaminhamentos de questões jurídicas – acompanhadas de perto pela ANTEAG; (b) propagação da concepção autogestionária entre os trabalhadores envolvidos; (c) provimento mínimo de sobrevivência dos futuros cooperados, conforme ilustra a fala do sindicalista em *“a gente assumiu: arrecadando dinheiro, alimentos, fazendo campanha de*

arrecadação aqui e nos outros sindicatos, discutindo com outros sindicatos”; (d) guarnecimento dos meios de produção e, assim que possível, gerenciamento destes meios de produção, de acordo com o fragmento da Sd 23 *“nós posamos dia e noite lá na fábrica pra cuidar a maquinaria, pra não ser roubada ou destruída”*; (e) diálogo e busca de apoio de outros sindicatos, como na passagem *“a gente assumiu: (...) fazendo campanha de arrecadação aqui e nos outros sindicatos, discutindo com outros sindicatos”*.

Cabe pensar, ainda, em outra questão que passou a integrar a pauta das discussões sindicais relativamente à modalidade de autogestão operária e que se traduz da seguinte forma: trabalhadores autogestionários podem ou não podem ser sócios do sindicato. Trata-se de um debate que se desenhou concretamente após a constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC). Nesse sentido, optamos por trazer duas seqüências discursivas de referência, a Sdr 24 e a Sdr 25, coletadas das falas dos trabalhadores autogestionários Nicolau e João Henrique, durante entrevistas realizadas em 10 e 11 de setembro de 2007, respectivamente. A questão formulada para os trabalhadores e respondida por eles foi *“Você é associado do sindicato? Desde quando? Por quê?”*¹³⁹. Trazemos ainda a Sd 26, destacada da fala de Flávio, ao responder à pergunta *“Soubemos que os trabalhadores-associados da CTMC não podem ser sócios do sindicato. Por quê? Não é incoerente?”*¹⁴⁰, em 29 de fevereiro de 2008, durante entrevista. As seqüências são as seguintes:

Sdr 24 – *Nós era sócios do sindicato, mas agora não dá mais, porque o sindicato já não faz mais parte desse tipo de gestão... não representa mais a gente. Mas o sindicato, pra nós, foi um grande aliado.* (Nicolau)

Sdr 25 – *Eu sou um sindicalista do movimento e não um ex-sindicalista. Continuo militante da CUT. Nós queria ser sócios do sindicato, ter direito a voto... mas a gente não pode por causa do estatuto do sindicato e a gente respeita isso. (...) Já tentamos várias vezes um entendimento com a direção do sindicato... mas é impossível. Até entendo: uma empresa como a nossa pode mudar os rumos do sindicato. Esse é o grande medo.* (João Henrique)

Sd 26 – *Hoje, os trabalhadores autogestionários não são sócios de sindicato nenhum, no Brasil. Aqui, nós temos os sócios solidários que são aqueles que saíram da categoria, mas querem continuar sócios, usufruir da assistência médica, colônia de férias, etc. [...] Na verdade, existe um receio, aqui, por parte de alguns da direção, de que, com um grupo de trabalhadores, como*

¹³⁹ Vide questões no ANEXO IV.

¹⁴⁰ Vide questões no ANEXO VI.

os da CTMC – uns duzentos –, você coloca todos em uma assembléia e você aprova tudo o que quiser, você ganha qualquer eleição. E aí tem gente que fica com receio. (Flávio)

Considerando as seqüências acima, podemos dizer que há um reconhecimento da proximidade de relação entre o sindicato (STIMMEC) e a cooperativa (CTMC), da importância do sindicato e, por isso, há uma vontade dos trabalhadores autogestionários de manterem-se sócios ativos do sindicato. Entretanto, há um receio da direção sindical quanto à participação massiva destes trabalhadores nas decisões do sindicato, como é enunciado na Sdr 25, na passagem *“uma empresa como a nossa pode mudar os rumos do sindicato. Esse é o grande medo”*, e na Sd 26, no fragmento *“Na verdade, existe um receio, aqui, por parte de alguns da direção, de que, com um grupo de trabalhadores, como os da CTMC – uns duzentos –, você coloca todos em uma assembléia e você aprova tudo o que quiser, você ganha qualquer eleição. E aí tem gente que fica com receio”*.

Na Sdr 25, o trabalhador-associado da CTMC manifesta sua vontade de continuar sócio ativo do sindicato e, ainda que impedido disso, enuncia a autodefinição de sindicalista no movimento operário, conforme vemos em: *“Eu sou sindicalista do movimento e não um ex-sindicalista. Continuo militante da CUT, do sindicato”*. Isso nos conduz a pensar na sua concepção de instância sindical e na sua compreensão de participação. Ele, João Henrique, se identifica com os saberes da Formação Discursiva Sindical, sem que a forma jurídica mude tal identificação e, conseqüentemente, a prática da participação, com direito à voz e vez, seja alterada. Para ele, não há contradição em ser militante da CUT e do sindicato, por exemplo, mesmo sem ter direito à participação efetiva na tomada de decisões.

A partir disso, pensamos nos diferentes aspectos que se colocam em relação à prática sindical. Por um lado, é importante considerarmos o raciocínio segundo o qual o sindicato surgiu como instituição de defesa dos trabalhadores-empregados em diferentes categorias, não representando, assim, os trabalhadores que atingem a condição de autogestionários, já que estes deixam de ser empregados. Percebemos isso na Sdr 24, quando Nicolau afirma: *“o sindicato já não faz mais parte desse tipo de gestão... não representa mais a gente”*. Nessa ótica, o sindicato cumpre prioritariamente o papel de defensor dos trabalhadores contra a exploração dos patrões, encontrando condições de existência e sobrevivência somente no interior das relações empregado-patrão, no antagonismo entre a dominação dos donos dos meios de produção (sobre

os empregados) e a submissão dos proprietários da força de trabalho (aos patrões), na existência, especialmente, de classes antagônicas no modo de produção capitalista.

Por outro lado, precisamos pensar no papel histórico do sindicato em relação à luta pela emancipação social, cultural e econômica dos trabalhadores. Isso nos conduz a pensar não só mais nas diferentes categorias de trabalhadores, mas nas diferentes classes trabalhadoras caracterizadas por uma parcela que é e está empregada, outra que é e não está empregada, outra ainda que não é empregada. Deparamo-nos, por exemplo, com os trabalhadores desempregados (urbanos e rurais), com os trabalhadores em trabalhos informais, com os trabalhadores autogestionários. Nessa concepção, o sindicato não deveria ser apenas representante dos trabalhadores-empregados, mas, ao contrário, instância fundamental na organização de todos os trabalhadores com vistas a sua emancipação sócio-cultural e econômica.

Entendemos que se trata de uma reflexão polêmica, no interior da Formação Discursiva Sindical, uma vez que nela emergem posições contraditórias e, por vezes, até antagônicas. A maioria dos sindicatos, provavelmente, não fazem os debates necessários sobre sua história e seu papel; debates que constantemente precisam ser retomados, para evitar que suas ações sejam somente pautadas circunstancialmente de acordo com as conjunturas sócio-econômicas.

Considerando a posição de apoio e acompanhamento do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC) à criação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), especialmente por se tratar de autogestão operária instaurada a partir da massa falida de uma empresa capitalista, entendemos que ela foi uma importante aposta por representar uma opção de projeto sócio-econômico de sujeitos antes empregados e agora gestores coletivos do seu próprio empreendimento. Como trabalhadores com relações solidárias entre si no lugar das antigas relações de exploração patronal, eles não precisam mais de um sindicato que os defenda dos mandos e caprichos de patrões; precisam do sindicato como parceiro na busca pela emancipação proletária. Em outras palavras, os sujeitos autogestionários passam a dialogar com a instância sindical e com outras instâncias, que estão comprometidas com os interesses das massas populares e com a transformação das relações de exploração capitalista, a partir da instância da autogestão, que se constitui uma nova formação discursiva. Nessa medida, ressaltamos que o posicionamento do sindicato como parceiro na constituição da CTMC foi uma aposta que

promoveu e que continua a promover grandes mudanças na vida de cada um dos trabalhadores-associados da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC). Cabe lembrar que outros atores também desempenharam papel fundamental nesse processo, como a instância político-partidária e a ANTEAG, sobre os quais trataremos nas próximas subseções.

3.3.3. A autogestão a partir de saberes da instância político-partidária

O debate acerca de políticas públicas de implementação de ações de Economia Solidária (Economia Popular Solidária) se faz presente em diferentes espaços, especialmente em instâncias sindicais e instâncias político-partidários. No entanto, muitas vezes, este debate não é assumido, ou é assumido periféricamente, pelos governos e isso dificulta a concretização da proposta de empreendimentos solidários e autogestionários.

Relativamente às cooperativas populares, ponderamos que a concepção de cooperativismo – em uma releitura do cooperativismo tradicional brasileiro de origem rural, a partir de uma realidade urbana de exclusão – significa uma proposta de cunho sócio-político e econômico. Pensando nisso, trazemos a seguinte seqüência discursiva, a Sd 27, recortada das reflexões de Elvino Bohn Gass (deputado estadual do PT e coordenador da Bancada de Economia Solidária da Assembléia Legislativa do RS) acerca da questão “Para o senhor, o que significa o cooperativismo e a autogestão?”¹⁴¹, durante entrevista realizada em 10 de maio de 2006. Elvino fala de duas concepções essenciais de cooperativismo: uma está voltada para a ruptura dos saberes do capitalismo e outra, ao contrário, se caracteriza por servir aos interesses do capital. É, na reflexão sobre os diferentes modelos de cooperativismo, que podemos situar, claramente, os empreendimentos de autogestão enfocados em nossa pesquisa. Cabe salientar que sua abordagem dialoga com nossas reflexões, anteriormente desenvolvidas no capítulo II, sob o título 2.2. *Formação Discursiva de Referência: Operários Autogestionários*. Vamos, então, à seqüência discursiva (Sd 27):

¹⁴¹ As questões formuladas para as entrevistas com os representantes da instância político-partidária constam no ANEXO VII e no ANEXO VIII.

Sd 27 – *Uma das vertentes do cooperativismo é de que a cooperação/cooperativa leva a uma outra estrutura social, ao rompimento da estrutura capitalista... então, tem um embrião político-ideológico socialista. (...) diferente de boa parte das cooperativas que se formou para levar o capital para o campo. Por exemplo, as cooperativas de eletrificação rural: nos anos 60, era necessário levar luz ao campo não só pra iluminar as casas, mas principalmente pra poder gerar máquinas, pois, junto com a formação das cooperativas de eletrificação rural, havia o interesse empresarial-comercial de vender máquinas pro campo. (Bohn Gass)*

Esta fala de Bohn Gass remete à reflexão sobre a concepção de cooperativismo em diferentes óticas. A passagem “*a cooperação/cooperativa leva a uma outra estrutura social, ao rompimento da estrutura capitalista... então, tem um embrião político-ideológico socialista*” permite-nos pensar o cooperativismo, com a efetiva vivência da cooperação e da mútua ajuda, como uma forma sócio-econômica alternativa ao funcionamento capitalista. Nessa medida, não nos privamos de articular as experiências de autogestão, objeto de nossos estudos e sobre as quais tecemos reflexões desde o início de nossa tese até o presente momento das análises. As cooperativas de autogestão têm por característica central o estabelecimento de relações de solidariedade e cooperação entre o conjunto dos envolvidos – dos associados. Como se trata de uma modalidade que provoca a destruição de saberes capitalistas e, em seu lugar, são instaurados saberes autogestionários, com vistas à emancipação dos trabalhadores, ela pode ser considerada um princípio do socialismo – uma pequena experiência socialista no interior da voracidade do mercado capitalista – ou, conforme o deputado, “*um embrião político-ideológico socialista*”.

Distintamente desta concepção, Bohn Gass aciona outra vertente de cooperativismo como podemos ver nos fragmentos “*boa parte das cooperativas que se formou para levar o capital para o campo*” e “*junto com a formação das cooperativas de eletrificação rural, havia o interesse empresarial-comercial de vender máquinas pro campo*”, em que não há cooperação. Trata-se, na verdade, de uma distorção do significado cooperativo, uma forma pela qual o capital faz uso para satisfazer seus interesses. Lembramos que, anteriormente, neste trabalho, falávamos das falsas cooperativas ou das “Cooper-gatos” que visam a obter lucros como qualquer empresa capitalista.

Cabe salientar que a ponderação que Bohn Gass faz sobre os diferentes cooperativismos, e ao que eles servem, faz parte de uma leitura realista e importante para que o proletariado e, especialmente, os cooperados não sejam ingênuos em relação aos interesses do capital pelas cooperativas. Aqui, fica implícita a necessária desconstrução de uma mentalidade de

cooperativismo segundo a qual a cooperativa é organizada prioritariamente para as necessidades do mercado, como qualquer empresa, e deve ser gerenciada por *alguém capacitado* (administrador ou direção centralizadora) que, supostamente em nome dos trabalhadores-sócios, toma todas as decisões de gestão, o que constitui a perpetuação das históricas práticas capitalistas da discriminação e da inferiorização das massas trabalhadoras. Esta desconstrução, significa promover a ruptura com as práticas discriminatórias e desiguais, no espaço da cooperação, e o resgate da autoconfiança operária de ser e dar direção ao movimento de organização e gestão coletiva.

Pensando sobre a cooperação na empresa autogestionária a partir da instância político-partidária, apresentamos as próximas seqüências discursivas (Sd 28 e Sd 29), recortadas da fala de Bohn Gass, durante a mesma entrevista, referente à questão “Como a esquerda brasileira tem olhado, nas últimas décadas, para o cooperativismo e em que medida ela assume a concepção de iniciativas de cooperação como os empreendimentos autogestionários?”. Enfatizamos que o deputado enuncia a partir de seu lugar de representante da instância político-partidária, especificamente da Formação Discursiva do Partido dos Trabalhadores (FDPT), e articulador da Economia Solidária, em bancada específica na Assembléia Legislativa/RS. As seqüências discursivas são as seguintes:

Sd 28 – *No meu olhar, a esquerda, de modo geral, não abraçou o tema do cooperativismo do ponto de vista de bases para a constituição de uma nova estrutura organizacional, econômica e produtiva de distribuição. Isso porque ela (a esquerda) não incorporou por completo a idéia do cooperativismo, porque não se fez um debate profundo, nos últimos anos... Acho que é em função de um conceito que a esquerda sofreu depois da queda do muro, da guerra ideológica, da guerra fria, (...) de que a regra verdadeira é a do mercado e, portanto, ela não é só inevitável, como é irreversível. É esse (o mercado como regra válida) um conceito passivo incorporado por muitas pessoas da própria esquerda. Isso leva a uma organização cooperativa que não rompa com princípios desse modelo... ao contrário, é preciso ser ativo pra fazer enfrentamento e superar uma ideologia que hegemonicamente venceu, no campo político, nesse último período. (Bohn Gass)*

Sd 29 – *Constituir economia solidária, constituir autogestão é, realmente, uma dos maiores desafios que nós estamos enfrentando nesse momento. Então, nós precisamos mudar o aspecto da consciência – sobre o preconceito da incapacidade dos trabalhadores –, mudar a legislação – que privilegia o sistema oficialista e verticalizado na organização das cooperativas –, e acumular mais do ponto de vista de gestão de empreendimentos sociais, o que significa que as pessoas precisam conhecer para que, conhecendo, elas possam tomar as decisões. (Bohn Gass)*

De acordo com a Sd 28, Bohn Gass constata que as instâncias político-partidárias de esquerda – PT, PCdoB, PSB, PSOL, PSTU, PCO, etc. – não têm posto, como pauta prioritária em suas discussões, a questão da modalidade cooperativa enquanto base de organização produtiva. A ausência de um debate aprofundado acerca do cooperativismo, segundo o deputado, vem associada a questões conjunturais, em âmbito internacional, como a queda do muro (do Leste Europeu, símbolo da demarcação de fronteiras físicas e ideológicas entre o capitalismo e o socialismo), a guerra ideológica (especialmente, liberalismo capitalista X socialismo), a guerra fria. Por efeito, parte dos integrantes da esquerda política tem incorporado a idéia de que as práticas de mercado ocupam o lugar central, como podemos ver nos fragmentos “*de que a regra verdadeira é a do mercado e, portanto, ela não é só inevitável, como é irreversível*” e “*É esse (o mercado como regra válida) um conceito passivo incorporado por muitas pessoas da própria esquerda*”. Pode ser associada a essa nova incorporação conceitual a apatia e a passividade que vem envolvendo as forças da esquerda. Estaria o deputado se referindo a uma crise político-ideológica em curso? Esta crise estaria incidindo sobre os debates, no interior de partidos de esquerda, seja no sentido de afirmar ou mudar históricos conceitos de identificação socialista e/ou comunistas; de introduzir, retomar ou abandonar bandeiras de luta anti-capitalistas; de fazer leituras e releituras diante das conjunturas internacionais (URSS/Rússia, Cuba, Comunidade Européia, Oriente Médio, etc.); de manter ou rever posicionamentos, reafirmando-os ou reformulando-os.

Simultaneamente a essa crise político-partidária das esquerdas – que não ocorre só no Brasil –, surgem reações populares como as iniciativas autogestionárias à luz da Economia Popular Solidária, apoiadas e articuladas por trabalhadores, sindicalistas, militantes políticos, enfim, intelectuais orgânicos. No entanto, permanece a preocupação em relação aos rumos da organização cooperativa em que os sujeitos não podem ser passivos, precisam ser ativos para que haja a ruptura com saberes e práticas capitalistas, conforme podemos perceber no fragmento recortado da Sd 28: “*é preciso ser ativo pra fazer enfrentamento e superar uma ideologia que hegemonicamente venceu, no campo político, nesse último período*”. Cabe registrar que a ideologia hegemônica, da qual Bohn Gass faz menção, se trata da frente política estadual, formada por partidos identificados com os interesses capitalistas, vencedora nas eleições de 2002 ao Governo do Estado do RS, para a gestão 2003-2006, e conectada com governos municipais de perfil semelhante.

Considerando a Sd 29, observamos que o deputado – também coordenador da Bancada de Economia Solidária na Assembléia Legislativa do RS – pondera que trabalhar com a Economia Popular Solidária representa um grande desafio: “*Constituir economia solidária, constituir autogestão é, realmente, uma dos maiores desafios que nós estamos enfrentando nesse momento*”. Podemos pensar que essa dificuldade (desafio) esteja relacionada às opções políticas do Governo Rigotto, adversas à gestão anterior – da Frente Popular – que investiu fortemente em Economia Popular Solidária. Bohn Gass chama a atenção para algumas necessidades que percebe em relação à autogestão, como: (a) mudança de posicionamento dos dirigentes político-partidários em relação aos trabalhadores terem condições de gerenciar coletivamente uma empresa, conforme a passagem “*mudar o aspecto da consciência – sobre o preconceito da incapacidade dos trabalhadores*”; (b) alterações na legislação no sentido de incentivar a organização de cooperativas efetivamente autogestionárias, expresso no fragmento “*mudar a legislação – que privilegia o sistema oficialista, verticalizado do ponto de vista da organização das cooperativas*”; e (c) aquisição de conhecimentos (saberes e práticas) por parte dos trabalhadores e dirigentes sobre gestão de empreendimentos cooperativados, de autogestão, de acordo com o recorte “*acumular mais do ponto de vista de gestão de empreendimentos sociais, o que significa que as pessoas precisam conhecer para que, conhecendo, elas possam tomar as decisões*”. Trata-se de necessidades de grande amplitude e que carecem de um programa de acompanhamento e assessoria de instâncias comprometidas com os interesses de emancipação da classe trabalhadora.

Na reflexão sobre a relação das forças políticas de esquerda com a concepção autogestionária, recortamos ainda outra seqüência discursiva a partir das reflexões do deputado Bohn Gass, ao responder à questão “*Quais são as causas para esse certo distanciamento entre a esquerda (e, especificamente, o PT) e as instâncias de autogestão operária?*”, na mesma entrevista em 10 de maio de 2006. A seqüência discursiva é a seguinte:

Sd 30 – *Então, entendo que a própria esquerda balançou e ficou desvirtuada. O PT – exceto algumas tendências – não fez a devida aposta neste conceito de cooperativismo autogestionário, democratizado, onde quem produz efetivamente toma as decisões, onde a renda construída é apropriada efetivamente por quem a produz e democraticamente incide sobre ela... que é a razão central do cooperativismo. (...) A exceção foi no Governo Olívio, porque foi puxado por algumas tendências. (Bohn Gass)*

Nesta Sd 30, podemos perceber que a prioridade do tema *autogestão operária* não é unânime no interior da instância político-partidária do Partido dos Trabalhadores (PT), do ponto de vista programático. Bohn Gass faz a ressalva em relação à gestão de Olívio Dutra, no Governo do Estado do RS, em que houve grande aposta na autogestão, através do Programa de Economia Popular Solidária, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) que firmou convênio, inicialmente, com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) – da qual trataremos na próxima subseção –, posteriormente, com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ, com universidades do RS e ONGs. O deputado debita essa opção pela autogestão, durante o Governo de Olívio Dutra, a algumas tendências do Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda que o deputado não o explicita, ele está se referindo às tendências, cujas posições estão situadas internamente mais à esquerda do partido, ou seja, posições que se caracterizam por manterem forte identidade socialista, especialmente na perspectiva leninista-trotskista, como, por exemplo, a Democracia Socialista (DS) – vinculada à organização dos trabalhadores nos espaços urbanos – e Articulação de Esquerda (AE) – vinculada à organização camponesa da agricultura familiar e ao Movimento dos Sem-Terra (MST). Cabe observar que os saberes e práticas autogestionárias encontram resistências – mesmo que por grupos minoritários – tanto no interior da instância político-partidária como no interior da instância sindical, conforme vimos na subseção “3.3.2. *A autogestão a partir dos saberes da instância sindical*”, subseção anterior a esta.

Considerando que a temática da Economia Popular Solidária foi pautada fortemente durante o Governo da Frente Popular, no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002, muitos empreendimentos solidários e autogestionários surgiram, não em uma visão assistencialista, mas na perspectiva do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma opção político-ideológica de forças orgânicas políticas, calcadas no movimento sindical, que cooperam entre si e se inscrevem sob saberes proletários com vistas à organização solidária e autogestionária.

A introdução de um programa estadual de Economia Popular Solidária, no Rio Grande do Sul, durante o Governo de Olívio Dutra (1999-2002), pôs em pauta políticas públicas de fomento à autogestão, especialmente na produção industrial urbana. Para tal, foi fundamental o convênio firmado entre Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI/RS), com a Associação

Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), para estruturação do Programa de Economia Popular Solidária.

Destacamos duas seqüências discursivas (Sd 31 e Sd 32) para pensar o significado desta opção política do governo estadual, que é uma opção totalmente adversa aos posicionamentos liberais (e neoliberais) de governos anteriores. As seqüências discursivas foram recortadas da fala de Pedro Giehl¹⁴², em resposta à pergunta “Considerando sua experiência como gestor público, durante o Governo do Estado na gestão de Olívio Dutra (1999-2002) e durante o Governo Municipal de Alvorada (2002-2003), que estabeleceu diálogos com diversos segmentos sindicais e políticos e com governos populares do ABC paulista¹⁴³ sobre a Economia Popular Solidária, fale sobre as iniciativas do Governo Olívio Dutra para fomento de cooperativas autogestionárias”¹⁴⁴, durante a entrevista realizada em 22 de março de 2008. Vamos às seqüências discursivas:

Sd 31 – *O Governo Olívio Dutra, inicialmente, se caracterizou pela demarcação opositiva ao projeto neoliberal: no RS, com Antônio Brito, o mais ousado dos governos estaduais liberais (...); e no poder central, início do segundo mandato de FHC, de claro posicionamento neoliberal na orientação da macro-economia e da gestão do Estado. (...) A concepção do Estado que orientou o Governo Democrático Popular é a de que o Estado e a política pública devem ser indutores e orientadores do desenvolvimento integral e diferenciado por realidade específica regional e setorial. (Pedro Giehl)*

Sd 32 – *Em apoio ao desenvolvimento de programas públicos, implantamos, de forma descentralizada, os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e o Programa de Apoio à Economia Popular Solidária, orientados a partir de uma leitura da realidade e da perspectiva estratégica de desenvolvimento das principais cadeias produtivas regionais. (...) O Programa de Economia Popular Solidária surgiu como forma de combate ao desemprego massivo pela geração de oportunidades de trabalho e renda, e como forma de qualificar as relações sociais de produção. Para desenvolver o programa, o governo precisou buscar o acúmulo pedagógico junto a entidades e organizações da sociedade civil de assessoria e formação ao movimento de economia solidária. Neste sentido, realizou convênio com a ANTEAG para formação estrutural e fluxo organizativo do Programa. Num segundo momento, foram*

¹⁴² Pedro Roque Giehl é representante político-partidário (militante do PT desde 1980), integrante de governo popular estadual (coordenador do processo de interiorização do desenvolvimento no RS, pela SEDAI, entre 1999 e 2002), municipal (secretário municipal de desenvolvimento de Alvorada, em 2002 e 2003, com forte foco na Economia Popular Solidária) e federal (supervisor do Programa de Crédito Fundiário/MDA, de 2004 a 2008).

¹⁴³ Durante os governos populares, nas cidades paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (o *ABC paulista*), foram desenvolvidos importantes programas de desenvolvimento local e regional com fomento às cooperativas de Economia Solidária.

¹⁴⁴ Vide as perguntas elaboradas para a entrevista com o representante da SEDAI (1999-2002), no ANEXO VII.

estabelecidos convênios com uma rede de apoio formada por ONGs e universidades na implementação do plano operacional. (Pedro Giehl)

Considerando que o governo de Olívio Dutra (1999-2002) sucedeu ao governo de Antônio Brito (1995-1998), a gestão popular caracterizou-se por leituras sobre o desenvolvimento descentralizado e pela implementação de políticas públicas adversas à anterior. A partir do fragmento da Sd 31 “*A concepção do Estado que orientou o Governo Democrático Popular é a de que o Estado e a política pública devem ser indutores e orientadores do desenvolvimento integral e diferenciado por realidade específica regional e setorial*”, podemos observar que os saberes sócio-políticos, que orientaram o Governo do Estado, inscrevem-se em domínios de saberes divergentes aos capitalistas – liberais e neoliberais. Consideramos pertinente salientar que, segundo estes saberes capitalistas, o Estado deve adotar integralmente as concepções e modelos gerenciais de resultado das empresas privadas como modelos para a gestão pública, além de facilitar a atração de capital estrangeiro e privilegiar as empresas capitalistas de grande porte.

A compreensão de que é papel do Estado o fomento às potencialidades regionais, respeitando as características históricas e culturais da matriz produtiva em cada região do Estado, apoiando às micro, pequenas e médias empresas já existentes e incentivando a instauração de outras iniciativas populares, resulta em iniciativas concretas como os *Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda* e o *Programa de Apoio à Economia Popular Solidário*. Pedro Giehl, na Sd 32, nos fala que a implantação destes dois programas se dá em uma dinâmica orientada “*a partir de uma leitura da realidade e da perspectiva estratégica de desenvolvimento das principais cadeias produtivas regionais*” e que “*surgiu como forma de combate ao desemprego massivo pela geração de oportunidades de trabalho e renda e como forma de qualificar as relações sociais de produção*”.

Cabe registrar, aqui, que a conjuntura econômica nacional e internacional, no final da década de 1980 e início de 1990, caracterizou-se fortemente por uma orientação neoliberal, que teve por consequência o acirramento da competição no mercado, levando muitas empresas de pequeno e médio porte à falência, e o crescimento estrutural do desemprego. No Rio Grande do Sul, a década de 1990, especialmente a segunda metade, foi marcada por um forte refluxo econômico. A estratégia do Governo de Antônio Brito (1995-1998) foi de substituição da base

produtiva com atração de grandes empresas âncoras (GM, Ford, Dell Computadores...) e a modernização de algumas empresas do Estado sem ações de fortalecimento da matriz existente. Isso associado, por um lado, a uma situação de altíssima concorrência e, por outro, ao abandono da política pública, colocou em crise várias das históricas cadeias produtivas como, por exemplo, o setor coureiro-calçadista, no Vale dos Sinos, e o metal-mecânico, no Noroeste do RS.

Partindo das falas de Pedro Giehl, Sd 31 e Sd 32, podemos dizer que o Governo do Estado, na gestão de Olívio Dutra, ao apoiar e instigar iniciativas organizativas populares à luz da Economia Popular Solidária, faz uma leitura inversa ao do Governo anterior e entende que a matriz produtiva do Estado é sólida e tem uma capacidade de dinamização, por isso a aposta prioritária na organização regional de empreendimentos populares cooperativados e autogestionários. Nosso entrevistado articula a compreensão de que são necessários o diálogo e a soma das diferentes forças orgânicas comprometidas com os interesses das massas populares. Assim, no caso da implementação do Programa de Apoio à Economia Popular Solidária, ele fala das parcerias estabelecidas, conforme o fragmento *“Para desenvolver o programa, o governo precisou buscar o acúmulo pedagógico junto a entidades e organizações da sociedade civil de assessoria e formação ao movimento de economia solidária. Neste sentido, realizou convênio com a ANTEAG para formação estrutural e fluxo organizativo do Programa. Num segundo momento, foram estabelecidos convênios com uma rede de apoio formada por ONGs e universidades na implementação do plano operacional”*¹⁴⁵ (Sd 32).

Para fins de ilustração e análise da concepção de autogestão a partir dos saberes das instâncias político-partidárias, com a concretização de programas de Economia Solidária por governos municipais e estaduais, articulamos a seguinte seqüência discursiva (Sd 33), que foi recortada da fala de Pedro Giehl em resposta à questão “O que significa efetivamente a prática de organização autogestionária de operários em um período de globalização, no seio do neoliberalismo?”, na entrevista realizada em 22 de março de 2008. A seqüência discursiva é a seguinte:

¹⁴⁵ As referidas parcerias foram firmadas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI/RS) com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), em 2000 e 2001, com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP da COPPE/UFRJ), com universidades do RS (UFRGS, UNISINOS, UPF, UNIJUÍ e UCPEL) e com organizações não-governamentais (Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, Escola dos Trabalhadores 8 de Março, Centro de Assessoria Multi-profissional, Cáritas), em 2001 e 2002.

Sd 33 – *A ampliação da demanda poderia ser alavancada pelo uso social do poder de compras do Estado e de suas políticas públicas. Mas, os sistemas concorrenciais dificultam o enquadramento de empreendimentos autogestionários e, ao invés da autogestão ser diferencial favorável, é razão de desenquadramento legal e processual. Este tem sido o paradoxo vivido pelos empreendimentos autogestionários. (...) Mesmo assim, é inegável a importância que teve o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal na viabilização de empreendimentos como a CTMC. Cerca de 80% dos seus negócios recentes são gerados direta ou indiretamente pela estrutura e política governamental. Exemplo concreto é o PAC que financia a construção do parque naval no RS, para o qual a CTMC é a principal construtora de navio. (Pedro Giehl)*

Podemos observar que, nesta Sd 33, Pedro Giehl faz referência às dificuldades encontradas pelos empreendimentos autogestionários, em geral, para participar de concorrências públicas. Entendemos que, dado o caráter social embutido na modalidade de autogestão operária e a necessidade de apoio financeiro desses empreendimentos, se justifica uma proposta de acesso diferenciado às políticas e aos recursos públicos, diferentemente, por exemplo, da prática frequente de exclusão de cooperativas e associações autogestionárias em editais de concorrências públicas. Trata-se de um paradoxo, segundo o fragmento “*A ampliação da demanda poderia ser alavancada pelo uso social do poder de compras do Estado e de suas políticas públicas. Mas, os sistemas concorrenciais dificultam o enquadramento de empreendimentos autogestionários e, ao invés da autogestão ser diferencial favorável, é razão de desenquadramento legal e processual. Este tem sido o paradoxo vivido pelos empreendimentos autogestionários*”, da Sd 33.

Nesta mesma seqüência discursiva, na Sd 33, encontramos a ponderação acerca da importância dos recursos econômicos destinados aos empreendimentos de autogestão operária como forma de assegurar sua sobrevivência e viabilidade no mercado capitalista: “*é inegável a importância que teve o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal na viabilização de empreendimentos como a CTMC*”. Esta afirmação de Pedro Giehl remete, por um lado, à polêmica e, por vezes, incômoda discussão sobre a viabilização de empreendimentos autogestionários sem apoio econômico governamental; e, por outro, à fundamental condição de independência do empreendimento em relação ao recebimento de recursos públicos para sua viabilização. Podemos pensar ainda nas formas como são injetados tais recursos – de forma direta e, muitas vezes, de forma indireta.

No caso da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), de modo geral, ela tem gerado renda a partir do trabalho na fábrica, desde sua criação, o que permitiu restaurar parte do parque industrial da massa falida. Mas, houve uma “ajuda” através de

instâncias governamentais, em 2005, quando a CTMC recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de máquinas. Já, se considerarmos seus principais negócios, vemos que estes foram firmados com estatais federais – por exemplo, a Petrobrás –, o que é explicitado por Pedro Giehl no fragmento “*Exemplo concreto é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que financia a construção do parque naval no RS, para o qual a CTMC é a principal construtora de navio*”, da Sd 33.

Cabe observar que, de acordo com a direção da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC),

E ainda nas palavras de Pedro Giehl, temos que “*cerca de 80% dos seus negócios recentes são gerados direta ou indiretamente pela estrutura e política governamental*”, o que está em concordância com informações que obtivemos junto à direção da CTMC, segundo a qual os incentivos financeiros vindos de cofres públicos, até hoje, representam em torno de 90% na movimentação financeira da cooperativa. Diante disso, ponderamos que, assim como os incentivos públicos, muitas vezes, definem a instauração e viabilização de determinado empreendimento cooperativado, é fundamental que este, aos poucos, criem mecanismos de sobrevivência e auto-sustentação econômica sem depender mais de recursos públicos.

Para pensar sobre os posicionamentos daqueles trabalhadores que estiveram à frente do processo de instauração de empreendimentos autogestionários, estimulando e organizando o conjunto dos trabalhadores, e que, depois de instaurado juridicamente o empreendimento, estão na direção do mesmo, colhemos, das reflexões de Pedro Giehl, a próxima seqüência discursiva que mostra o que acontece com parte desses sujeitos autogestionários. Esta seqüência discursiva abaixo constitui a Sd 34 e foi recortada de sua resposta à pergunta “Qual sua avaliação sobre o funcionamento dos empreendimentos que surgiram a partir do Programa de Economia Popular Solidária e que persistem ainda hoje?”, também durante a entrevista realizada na data de 22 de março de 2008.

Sd 34 – *Os dirigentes dos empreendimentos também não foram preparados para a gestão cooperativa. A maioria experimentou relações capitalistas de trabalho e freqüentou escolas ou universidades que formam para estas relações. Quando assumem a direção de empreendimentos autogestionários, tendem a implementar os mesmos métodos gerenciais e as mesmas relações de poder das empresas tradicionais (capitalistas). Isto se percebe forte em empreendimentos industriais autogestionários, que se originaram de empresas falidas. Os dirigentes são muitas vezes históricos sindicalistas e que tiveram com a classe patronal uma relação conflitiva de*

disputa de interesses e reivindicações. Foram a expressão ativa da negação patronal na postura e na relação. Entretanto, dialeticamente, se revelam a imagem e semelhança do ser negado quando assumem a direção de empreendimentos. E isso se traduz no discurso e na prática e muitas vezes a prática contradiz o discurso. (Pedro Giehl)

Observamos que o nosso entrevistado é enfático ao dizer que, assim como os trabalhadores, os dirigentes também não foram preparados para a autogestão, o gerenciamento coletivo com relações solidárias de trabalho. De acordo com Pedro Giehl, *“Quando assumem a direção de empreendimentos autogestionários, tendem a implementar os mesmos métodos gerenciais e as mesmas relações de poder das empresas tradicionais (capitalistas)”*, ao que ele ancora a justificativa para tal postura nas incrustadas práticas empresarias herdadas da empresa capitalista falida. Se muitos destes dirigentes representaram *“a expressão ativa da negação patronal na postura e na relação”*, em um período anterior à autogestão, enquanto sindicalistas da classe trabalhadora, e, após tomarem a dianteira no gerenciamento do processo produtivo de empreendimentos autogestionários de trabalhadores, passam a ter uma postura semelhante aos administradores de empresas capitalistas: *“se revelam à imagem e semelhança do ser negado quando assumem a direção de empreendimentos”* (Sd 34).

Podemos pensar que os saberes antagônicos aos saberes empresariais, que orientavam as práticas destes sujeitos, antes da gestão cooperativada, não estavam suficientemente incorporados pelos dirigentes em questão. Possivelmente, o fascínio pelo poder e/ou a compreensão de que o empreendimento autogestionário deve funcionar como empresa capitalista nas suas relações externas, nas relações de mercado, tenha ludibriado estes sujeitos. Incomoda-nos algumas questões acerca de tais posturas, como: (a) teriam sido intelectuais orgânicos no movimento sindical operário, contribuindo no protagonismo de trabalhadores no processo de organização autogestionária? (b) tornaram-se intelectuais orgânicos após algum tempo à frente do empreendimento de autogestão? (c) há/houve falhas no processo de formação destes dirigentes, no processo organizativo do empreendimento, na própria forma de conceber a modalidade autogestionária? Cabe dizer que estas são questões sobre as quais ainda buscaremos refletir.

Ainda, na presente subseção, destacamos outra seqüência discursiva (Sdr 35), oriunda de uma fala do ministro da Economia Popular da Venezuela, Elias Jaua, sobre a importância das políticas públicas de apoio aos empreendimentos de autogestão operária e sobre

a organização da Cooperativa dos trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), aos seus trabalhadores-associados, durante visita à cooperativa, em 18 de outubro de 2005. Podemos considerar este ministro representante de instâncias político-partidárias inscritas em domínios de saberes de orientação autogestionária. Cabe registrar que a fala de Elias Jaua, da qual foi recortada a Sd 35, foi publicada em matéria, sob o título “Ministro venezuelano conhece trabalho realizado na CTMC”, em 19 de outubro de 2005, no Jornal *Diário de Canoas*, Seção *Geral*, página 09¹⁴⁶. A seqüência discursiva é a seguinte:

Sd 35 – *Obrigado por este exemplo de vocês (trabalhadores-associados da CTMC) por nos mostrar que uma empresa sem patrões é possível, que nós trabalhadores somos mais empresários do que aqueles que se dizem empresários.* (Elias Jaua)

Observamos, nesta seqüência discursiva, a ênfase dada à concepção segundo a qual é possível a viabilização social e econômica de um empreendimento sem as figuras patronais e administrativas. Trata-se de um primeiro rearranjo de saberes que precisa acontecer para que a autogestão possa vir a se concretizar em uma cooperativa ou outra modalidade de autogestão. De acordo com Elias Jaua, “*nós trabalhadores somos mais empresários do que aqueles que se dizem empresários*”, o que remete à capacidade empreendedora dos trabalhadores – saber este historicamente apagado para, em seu lugar, se instaurar um saber antagônico: de incapacidade de gestão dos trabalhadores e de necessidade da existência de patrões e administradores.

3.3.4. A autogestão a partir dos saberes da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)

A reflexão sobre Economia Popular Solidária caracterizada como concepção de economia a serviço do social e de construção de um modelo autogestionário, através da capacidade dos trabalhadores de produzirem uma empresa de produção industrial que, mesmo inserida em um mercado competitivo, consiga ter, no seu interior, relações solidárias e de mútua ajuda, foi feita, de modo muito especial, pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), no Rio Grande do Sul. Foram e

¹⁴⁶ Alguns recortes de publicações jornalistas sobre a CTMC e Economia Popular Solidária, que utilizamos em nossas reflexões e análises, constam no ANEXO IX.

são muitos os empreendimentos assessorados pela ANTEAG, entre eles destacamos a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC).

Fundada formalmente em 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) promove a discussão com os trabalhadores de questões relativas aos princípios da autogestão, à viabilidade econômica do empreendimento a ser constituído, aos aspectos jurídicos, ao processo de negociação entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos (grupos de trabalhadores, antigos donos, fornecedores, instituições financeiras, etc.). Após a constituição do empreendimento autogestionário, a ANTEAG mantém uma relação permanente de assessoria, contribuindo para o desenvolvimento do empreendimento de acordo com os princípios fundamentais da autogestão.

Para fins de ilustração e análise relativamente ao papel da ANTEAG, sua contribuição no processo de organização do empreendimento autogestionários, sua interlocução com os trabalhadores, com o sindicato e com o governo, trazemos uma seqüência discursiva (Sd 36), coletada da fala do assessor Edson Pilatti, ao responder à questão “Qual o foco central da assessoria da ANTEAG às empresas de produção industrial autogestionária?”¹⁴⁷, durante entrevista que realizamos em 18 de abril de 2006. A seqüência discursiva é a seguinte:

Sd 36 – *A ANTEAG estimula os trabalhadores a assumir, a fazer parcerias com sindicatos enquanto movimentos necessários, imprescindíveis. O sindical deve ser parceiro da ação da organização dos trabalhadores pra assumir a fábrica, pra fazer a luta política desse processo que, por assim dizer, a CTMC foi uma luta que o sindicato assumiu, acampou na frente da fábrica, passou a fazer negociação e a ANTEAG, que tava conveniada ao governo do Estado, no período do Olívio Dutra, veio e assessorou: enquanto política pública, disponibilizou uma metodologia, que é da ANTEAG, pra poderem os trabalhadores se organizar e aí solicitar o arrendamento. (...) Isso é o que a ANTEAG promove. (Edson Pilatti)*

A partir desta seqüência discursiva, podemos pensar a ANTEAG como uma instância que se caracteriza por uma orientação ideológica voltada à organização dos trabalhadores, associando-se a outras instituições. Para fins de ilustração do que estamos falando, observemos o fragmento “A ANTEAG estimula os trabalhadores a assumir, a fazer parcerias com sindicatos enquanto movimentos necessários, imprescindíveis”, no qual Edson enuncia a prática de os próprios trabalhadores tomarem a direção de seu movimento, de sua história, e a necessidade de junção de forças, como as parcerias com sindicatos. Entendemos que fica

¹⁴⁷ Vide as questões da entrevista dirigidas ao assessor da ANTEAG, no ANEXO V.

implícita, na fala do assessor, de que, além da instância sindical, há a cooperação de outras forças orgânicas inscritas nos domínios da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), como, por exemplo, de correntes leninistas-trotskistas ligadas a partidos políticos e organizações sociais, e de correntes anarquistas.

Na Sd 36, percebemos a ênfase que Edson dá ao que ele entende como papel do sindicato, na passagem “*O sindical deve ser parceiro da ação da organização dos trabalhadores pra assumir a fábrica, pra fazer a luta política desse processo*”, e papel da ANTEAG, conforme o fragmento “*enquanto política pública, disponibilizou uma metodologia, que é da ANTEAG, pra poderem os trabalhadores se organizar e aí solicitar o arrendamento*”, em relação à estruturação do empreendimento autogestionário – especificamente da experiência da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC). Em outras palavras, ao sindicato cabe, de modo especial, a organização político-ideológica da classe trabalhadora (especificamente, das categorias de trabalhadores) e à ANTEAG cabe, prioritariamente, a assessoria teórico-metodológica da organização estrutural do empreendimento autogestionário, respeitando as peculiaridades de cada situação.

Na retomada de parte da história da cooperativa (CTMC), durante a eminência do acontecimento de falência da empresa capitalista e início de organização dos trabalhadores com vistas à gestão coletiva, podemos estabelecer uma associação entre a fala de Edson da ANTEAG, na Sd 36, e a fala de Flávio do sindicato, na Sd 23, respectivamente nas seguintes passagens: “*a CTMC foi uma luta que o sindicato assumiu, acampou na frente da fábrica, passou a fazer negociação*” (Edson, na Sd 36) e “*a gente assumiu: arrecadando dinheiro, alimentos, discutindo com outros sindicatos... enfim, a gente, daqui de dentro, assumiu a fábrica, desde a portaria até a caldeiraria... nós posamos dia e noite lá na fábrica pra cuidar a maquinaria, pra não ser roubada ou destruída... até que as coisas se resolvessem*” (Flávio, na Sd 23). Em ambas as passagens, percebemos a importância do sindicato no apoio imediato à situação peculiar pela qual passavam os trabalhadores da massa falida, mas também nas condições e contribuições históricas do movimento operário representadas na postura sindical naquele momento específico.

Nesse sentido, é pertinente enfatizar que a função que a ANTEAG se coloca é mais do que orientar as práticas necessárias para a viabilização de uma cooperativa, é interagir com os trabalhadores, enquanto intelectuais orgânicos juntamente com outros intelectuais orgânicos, no

sentido de instigar a auto-organização, a organização de base, com alicerces necessários para garantir que a autogestão seja assegurada mesmo nos momentos de maiores dificuldades.

Ainda em relação à Sd 36, ponderamos que nesta seqüência discursiva encontramos fortes atravessamentos de saberes proletários autogestionários, ou seja, saberes que se caracterizam pelo antagonismo em relação aos saberes empresariais capitalistas, como em: *“os trabalhadores a assumir”*, *“fazer parcerias com sindicatos”*, *“movimentos necessários, imprescindíveis”*, *“parceiro da ação da organização dos trabalhadores pra assumir a fábrica, pra fazer a luta política”*, *“a CTMC foi uma luta que o sindicato assumiu”*, *“acampou na frente da fábrica”*, *“os trabalhadores se organizar e aí solicitar o arrendamento”*, *“Isso é o que a ANTEAG promove”*.

Cabe assinalar que a parceria e a solidariedade presentes entre diferentes forças orgânicas – sindicato, ANTEAG, Governo Olívio Dutra – é que fizeram a diferença, ou seja, contribuíram fundamentalmente na organização da referida cooperativa e na implementação de práticas de autogestão operária, como podemos observar nos seguintes fragmentos: *“fazer parcerias com sindicatos enquanto movimentos necessários, imprescindíveis”*, referindo-se aos trabalhadores; *“parceiro da ação da organização dos trabalhadores para assumir a fábrica, pra fazer a luta política desse processo”*, em referência ao sindicato; *“a ANTEAG, que tava conveniada ao Governo do Estado, no período do Olívio Dutra, veio e assessorou”*; *“(ANTEAG) disponibilizou uma metodologia... pra poderem os trabalhadores se organizar”*, *“(trabalhadores) solicitar o arrendamento”*.

Aqui, não podemos nos furtar de lembrar das formulações de Kropotkin acerca da organização de base dos proletários sob os princípios da mútua ajuda e da autonomia, das formulações de Marx, Lênin e Trotsky sobre a necessária organização internacional dos proletários com vistas à emancipação de todos os trabalhadores, e das ponderações de Clara Zetkin e Rosa de Luxemburgo em relação ao processo de fortalecimento da consciência das massas sobre a necessidade da luta proletária como condição fundamental para uma verdadeira emancipação dos trabalhadores de todas as nações.

Para fins de ilustração e análise, resgatamos uma passagem, da abordagem de Edson Pilatti, durante a entrevista realizada em 18 de abril de 2006, em que ele aciona um saber central da autogestão e que apresentamos abaixo, na forma de seqüência discursiva – a Sd 37. Trata-se

de parte da resposta de Edson à questão “Fale sobre a experiência de organização autogestionária num período de globalização, no seio do neoliberalismo”, e que representa a concepção da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) em relação à autogestão de um empreendimento no meio popular, ou seja, da classe trabalhadora.

Sd 37 – *A propriedade é coletiva, é social; portanto, os meios de produção não existem mais para a exploração da mais-valia, às custas de muitos e em benefício de poucos. A mais-valia não existe mais nesse processo.* (Edson Pilatti)

Quando a propriedade dos meios de produção está nas mãos de quem detém a força de trabalho e o gerenciamento de todo o processo produtivo ocorre de forma democrática, transparente, solidária e autônoma, então o que existe é a verdadeira autogestão operária. Nela não cabe a exploração da mais-valia, em que um ganha às custas de outros, de que fala Edson: “os meios de produção não existem mais para a exploração da mais-valia, às custas de muitos e em benefício de poucos”. Passa-se falar em sobras e não mais em lucros. Salientamos que esta mudança terminológica remete a novos sentidos emergentes de novas práticas; reflete o processo de desarranjo e rearranjo de saberes que giram em torno da relação de dominação-subordinação de uns sobre os outros (patrão-empregado) com vistas ao enriquecimento patronal às custas da exploração da mais-valia ou lucro. As sobras acionam o sentido de que, a partir da produção coletiva, há resultados coletivos, ou seja, resultados econômicos pertencentes a todos os que participaram do processo de produção; ao passo que o lucro e a mais-valia pressupõem o sentido de pertencimento dos resultados econômicos a quem tem a propriedade dos meios de produção e não aos que são os responsáveis pela produção e geração destes resultados. Na autogestão, a tomada das decisões é coletiva, o trabalho é solidário e os resultados econômicos pertencem à coletividade, a todos os trabalhadores-associados. As formas de distribuição desses resultados devem ser decididas pela coletividade, sendo respeitada a vontade da maioria.

Nessa linha de reflexão acerca da caracterização e do funcionamento autogestionário, na perspectiva da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), articulamos duas outras seqüências discursivas (a Sd 38 e a Sd 39), ambas recortadas da fala de Edson Pilatti durante a entrevista – em 18/04/2006 –, em referência à questão “O cooperativismo autogestionário caracteriza-se pela cooperação e construção coletiva, e o estabelecimento democrático e transparente de critérios da

distribuição dos resultados econômicos (planejamento dos serviços; avaliações, distribuição dos resultados; estratégias de investimentos; desenvolvimento da empresa). Como se dá na prática a articulação destes elementos?”. Vamos às seguintes seqüências discursivas:

Sd 38 – *Outro aspecto é a própria formação técnica dos trabalhadores nas suas áreas específicas do trabalho da organização – do trabalho interno – com outra filosofia de trabalho que é a participação democrática e solidária nas decisões coletivas. (...) Aí, termos do trabalhador a iniciativa de não apenas se submeter à ordem, ter a iniciativa de opinar, de decidir, ter a preocupação, ter esse carinho com a empresa, ter essa coisa de buscar ver de outra forma o trabalho. Então, essa cultura do trabalhador tem que ser trabalhada, moldada.* (Edson Pilatti)

Sd 39 – *Nessa questão dos profissionais que a cooperativa precisa, por exemplo, engenheiro é fundamental para o processo produtivo. Não dá pra manter um “cara” desses por um décimo de retirada mensal se, em qualquer empresa capitalista ele poderia receber muito mais. A cooperativa precisa dele, ele quer estar na cooperativa, mas não pode trabalhar recebendo o que um ajudante de soldador ganha. Além disso, a cooperativa precisa incentivar os trabalhadores a estudarem, a se aperfeiçoarem.* (Edson Pilatti)

Considerando que os objetivos do empreendimento autogestionário são antagônicos em relação aos da empresa capitalista, ponderamos que a preocupação com a formação dos trabalhadores segue uma orientação totalmente adversa também. Por exemplo, a formação técnica dos trabalhadores, na empresa tradicionalmente capitalista, somente é incentivada com a finalidade de incidir sobre a melhoria da qualidade dos produtos para gerar mais lucros aos patrões. Já, nos domínios dos saberes da autogestão, conforme a fala de Edson, na Sd 38 (“*formação técnica dos trabalhadores nas suas áreas específicas do trabalho da organização – do trabalho interno – com outra filosofia de trabalho que é a participação democrática e solidária nas decisões coletivas*”), revela que o incentivo à formação técnica-profissional dos trabalhadores vem associado à concepção de que é fundamental que os sujeitos da autogestão se qualifiquem profissionalmente e imprimam uma nova postura no exercício das práticas solidárias e democráticas. Nesse sentido, o perfil de trabalhadores submissos, dependentes e silenciados, muda para sujeitos trabalhadores autogestionários com “*iniciativa de não apenas se submeter à ordem*”, mas com a “*iniciativa de opinar, de decidir*”, “*de buscar ver de outra forma o trabalho*”. Ressaltamos, mais uma vez, que o processo de autogestão que promove a participação igualitária na tomada das decisões de todos os trabalhadores-associados, ainda que com funções diferentes, é um processo lento, não-linear e constantemente atravessado por saberes e práticas contraditórios.

Tomando ainda a Sd 38, podemos observar que o assessor relaciona algumas práticas fundamentais que devem caracterizar o processo de desconstrução e reconstrução de posicionamentos (saberes e práticas) dos trabalhadores oriundos da gestão empresarial centralizada e instauradores da gestão coletiva operária: “*termos do trabalhador a iniciativa de não apenas se submeter à ordem, ter a iniciativa de opinar, de decidir, ter a preocupação, ter esse carinho com a empresa, ter essa coisa de buscar ver de outra forma o trabalho*”. Podemos mobilizar a idéia de o trabalhador *sentir-se à vontade* e desejar participar no cotidiano da empresa, tomando-a como realmente sua, em uma relação de co-responsabilidade pelo processo produtivo, como um dos primeiros passos para a incorporação do conceito de autogestão pelo trabalhador – especialmente, no caso da cooperativa ser organizada a partir da massa falida. A afirmação “*ter esse carinho com a empresa, ter essa coisa de buscar ver de outra forma o trabalho*” faz emergir o sentimento de bem-estar no local de trabalho, já que não se trata mais de um espaço de empregado que vai trabalhar para enriquecer um patrão, mas de um lugar que é seu, que o engrandece e o torna (mais) feliz, da mesma forma que aos outros. Cabe salientar que a transformação da concepção de trabalho e suas relações – na fala de Edson: “*essa cultura do trabalhador tem que ser trabalhada, moldada*” (Sd 38) – se constitui um processo complexo, tendo em vista que os saberes relativos à exploração do trabalho são reproduzidos historicamente à classe trabalhadora através dos muitos aparelhos ideológicos presentes em toda a sociedade.

Relativamente à Sd 39, encontramos uma reflexão sobre a distribuição dos resultados econômicos entre os trabalhadores-associados. Ao longo da história da humanidade, muito teóricos já se posicionaram e discutiram essa questão – da distribuição dos resultados econômicos na autogestão. Entre as posições de intelectuais inscritos nos domínios de saberes do proletariado internacional, citamos algumas: (a) a distribuição das tarefas e dos resultados em partes iguais; (b) a cada um de acordo com a sua contribuição; (c) cada um contribui de acordo com suas possibilidades e recebe de acordo com suas necessidades; entre outras. Nas experiências autogestionárias brasileiras, observamos que a distribuição dos resultados a cada um dos trabalhadores, normalmente, se dá de acordo com a qualificação e a função exercida na linha de produção; mas também pode se dar conforme as cotas de cada associado, ou em parte iguais. É preciso ponderar que uma das variáveis para tal decisão é a própria característica produtiva do empreendimento autogestionário.

A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) parte do princípio de que é preciso que os trabalhadores busquem a qualificação técnica, graduação e especialização, conforme a passagem “*a cooperativa precisa incentivar os trabalhadores a estudarem, a se aperfeiçoarem*”, na Sd 39, pois esta qualificação é importante para a viabilidade do empreendimento de autogestão; assim como é imprescindível a formação político-ideológica dos trabalhadores para que estes compreendam e orientem suas práticas de acordo com os princípios autogestionários. O assessor da ANTEAG também é enfático em relação à valorização da qualificação profissional dos trabalhadores-associados, destinando retiradas periódicas, que normalmente são mensais, de maior valor aos trabalhadores mais qualificados (graduados, especialistas, etc.), como podemos ver no fragmento: “*Nessa questão dos profissionais que a cooperativa precisa, por exemplo, engenheiro é fundamental para o processo produtivo. Não dá pra manter um cara desses por um décimo de retirada mensal se, em qualquer empresa capitalista ele poderia receber muito mais*”. Aqui é preciso chamar a atenção para o raciocínio de Edson que se pauta sempre tendo como modelo um regime econômico capitalista; não cabe, portanto, que equiparemos suas reflexões com as práticas das Internacionais.

Considerando ainda a Sd 39, observamos que o posicionamento de Edson revela que não está em jogo somente uma prática discursiva – e até romantizada –, segundo a qual os sujeitos da autogestão optam livremente por estabelecer, entre si e para o coletivo, relações de solidariedade, de mútua ajuda e de cooperação em todo o processo produtivo, vivenciando uma experiência de socialismo no interior do empreendimento, como se este fosse uma “ilha”. Chamamos a atenção para a dinâmica do mercado capitalista que impõe certas regras aos que dela participam, sejam empresas de gestão capitalista, sejam empreendimentos operários autogestionários. Para fins de ilustração das influências e impactos do mercado sobre a cooperativa autogestionária, remetemos à fala de Edson, ainda na Sd 39, ao enunciar que “*Não dá pra manter um cara desses (engenheiro) por um décimo de retirada mensal se, em qualquer empresa capitalista ele poderia receber muito mais A cooperativa precisa dele, ele quer estar na cooperativa, mas não pode trabalhar recebendo o que um ajudante de soldador ganha*”. Diante disso, levantamos a seguinte questão para reflexão: Em que medida o empreendimento de autogestão operário contribui para o esgotamento do modo de produção capitalista e sua transformação rumo ao socialismo; ou serve apenas para a construção de alternativas sócio-

econômicas aos trabalhadores diretamente inseridos na autogestão, tendo em vista seu caráter competitivo no mercado? Observamos que este questionamento dialoga com a abordagem apontada anteriormente, na subseção 3.3.3. *A autogestão a partir dos saberes da instância político-partidária*, que se mostra divergente e contraditório do ponto de vista metodológico nas posições de diferentes teóricos, pesquisadores, políticos, sindicalistas (...), enfim de sujeitos a serviço dos interesses dos trabalhadores. Trata-se de uma questão que pretendemos abordar novamente em seção posterior a esta – na seção 3.4. *Novos Saberes que Instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA)*.

Consideramos pertinente, em nossa abordagem sobre a autogestão a partir dos saberes da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), trazer algumas ponderações de Paulo Leboutte¹⁴⁸, acerca das experiências de Economia Popular Solidária – de autogestão – no Rio Grande do Sul. Cabe observar que, diante da impossibilidade de realizarmos uma entrevista com Paulo Leboutte, optamos por recortar algumas seqüências discursivas (Sd 40, Sd 41 e Sd 42) do seu livro “Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do RS”¹⁴⁹, organizado com a finalidade de fazer os registros sobre o Programa de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul, durante o Governo de Olívio Dutra (1999-2002), e as experiências autogestionárias que surgiram nesse período, com referência destacada à CTMC. As seqüências discursivas são as seguintes:

Sd 40 – (...) *não é um programa dirigido para empreendimentos autogestionários, mas para a constituição de empreendimentos autogestionários. Ou seja, iniciativas coletivas com potencial de constituírem empresas autogestionárias.* (Leboutte, 2003, p. 29)

Sd 41 – *As diretrizes do Programa de Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul servem com muita propriedade ao debate atual sobre os padrões de um modelo econômico mais avançado e alternativo ao capitalismo.* (Leboutte, 2003, p. 31)

Sd 42 – *A base conceitual do Programa é a Autogestão. Entretanto, no debate nacional, e até no internacional, não é incomum identificar empresa de autogestão somente como um processo autogestionário proveniente de uma falência de indústria urbana. Para o Programa, diferentemente, um empreendimento de Economia Popular Solidária é, necessariamente, um empreendimento autogestionário. São sinônimos. O empreendimento deve estar agindo dentro do espectro de práticas e ações políticas e sociais internas e externas à empresa diferentes dos*

¹⁴⁸ Paulo Lebutte foi assessor da ANTEAG durante o convênio desta com o Governo Estadual de Olívio Dutra (1999-2002) e atual assessor da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ.

¹⁴⁹ Vide, nas Referências Bibliográficas deste texto, LEBOUTTE, Paulo, 2003.

padrões das empresas capitalistas, tanto na sua relação interna de transparência administrativa, na propriedade e gestão dos meios de produção e comercialização, como ainda na valorização do trabalho e na forma e conteúdo de suas relações sociais externas. (Leboutte, 2003, p. 31)

Nestas seqüências discursivas – Sd 40, Sd 41 e Sd 42 –, observamos que Leboutte tem a preocupação de apresentar o perfil do Programa de Economia Popular Solidária, cuja constituição se deu no Estado do RS, a partir da junção de forças orgânicas (ANTEAG, SEDAI, movimento sindical e político comprometidos com as massas populares). Ao enfatizar, na Sd 40, que *“não é um programa dirigido para empreendimentos autogestionários, mas para a constituição de empreendimentos autogestionários”*, o assessor enuncia que a prioridade do programa é a mobilização popular no sentido de organizar trabalhadores (urbanos e rurais) em cooperativas ou associações, nas quais o protagonismo da gestão está nas mãos destes trabalhadores. Concepção esta que também emerge na Sd 41, quando Leboutte fala das diretrizes do programa que correspondem às discussões acerca dos *“padrões de um modelo mais avançado e alternativo ao capitalismo”*. Podemos inferir que o programa se propõe não só a responder questões de viabilidade econômica e implementação de novas relações de trabalho aos que dele participam, mas se coloca na perspectiva de contribuir na construção de modelos alternativos ao capitalismo, superando-o para que, em seu lugar, se instaure a transformação social e econômica.

Nesse sentido, remetemos à Sd 42, na qual o assessor faz uma reflexão sobre a autogestão e as práticas autogestionárias por empreendimentos nos quais os sujeitos se propõem a assumir esta modalidade de gestão. De acordo com Leboutte, para o programa, não basta apenas que o processo de criação do empreendimento seja de forma autogestionária – participativa e democrática –, como ocorre, especialmente, com empresas de autogestão oriunda de massas falidas: *“no debate nacional, e até no internacional, não é incomum identificar empresa de autogestão somente como um processo autogestionário proveniente de uma falência de indústria urbana”*. Entendemos que o necessário processo de desarranjo e rearranjo de saberes e práticas em cooperativas que surgem a partir da falência de empresas capitalistas seja um processo bastante complexo, em função do profundo enraizamento da cultura empresarial capitalista na sociedade e, em especial, nas experiências desses trabalhadores.

Considerando a passagem *“O empreendimento deve estar agindo dentro do espectro de práticas e ações políticas e sociais internas e externas à empresa diferentes dos padrões das empresas capitalistas, tanto na sua relação interna de transparência administrativa, na*

propriedade e gestão dos meios de produção e comercialização, como ainda na valorização do trabalho e na forma e conteúdo de suas relações sociais externas”, na Sd 42, podemos dizer que a autogestão deve ser concebida para além de uma modalidade de gerenciamento coletivo de um empreendimento. Esta é, sem dúvida, uma questão desafiadora, na medida em que a vivência das relações de solidariedade, de mútua ajuda e de autonomia dos trabalhadores deve extrapolar os limites do empreendimento e constituir redes solidárias, de mútuo apoio entre os empreendimentos operários e camponeses de autogestão, de diálogo com as diversas instâncias organizativas (e possíveis de organização) da classe trabalhadora. Em suma, é a vivência da autogestão como princípio de vida, como alternativa à lógica capitalista, como orientação das práticas rumo à emancipação das massas populares.

Podemos pensar que a preocupação quanto ao empreendimento ser autogestionário nas relações internas e também externas a ele – com a vivência dos princípios autogestionários não somente no interior da cooperativa, mas também nas práticas externas a ela – está associada ao risco de a empresa autogestionária incorporar práticas sociais e mercadológicas iguais ou semelhantes a de uma empresa capitalista. Em outras palavras, constituir-se um empreendimento de autogestão para dentro, com relações solidárias e democráticas entre seus associados – especialmente, entre aqueles da linha de produção e que não integram os conselhos diretivos e administrativos – e, ao mesmo tempo, uma empresa capitalista para fora dela, com potencial altamente competitivo e sem o estabelecimento de relações solidárias com outros empreendimentos de autogestão. Entendemos que essas práticas competitivas inscritas sob as regras do mercado capitalista acabam por reproduzir também saberes e práticas para as relações internas. Assim, o que surgiu a partir de “brechas” do capitalismo, pode se constituir instrumento de reforço ao capital, como modelo renovado ou alternativo de sobrevivência no e do modo de produção capitalista – por exemplo, o modelo de trabalho em equipe, com a cooperação dos trabalhadores nas decisões setoriais, já é adotado por muitas empresas de médio e grande porte.

Nossas reflexões sobre os saberes sindicais, os saberes político-partidários e os saberes a partir da assessoria aos empreendimentos autogestionários, conduziram-nos para a abordagem acerca dos saberes autogestionários que constitui a próxima e última seção do presente capítulo.

3.4. Novos Saberes que Instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA)

Considerando que nos propormos, nas seções precedentes a esta, a tecer reflexões e análises sobre os saberes que estão na confluência da orientação histórico-ideológica da autogestão operária e, por isso, provocam rupturas com os saberes empresariais, chegamos até aqui, após estabelecermos diálogos sobre os saberes que emergem de diferentes forças orgânicas, identificadas com os princípios da autogestão popular, e que se inscrevem nos domínios de saberes da Formação Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA).

A tessitura de uma reflexão sobre e a partir dos saberes autogestionários está na centralidade do nosso trabalho, constitui o cerne da nossa tese. Mas pensar a autogestão como resultado de um movimento espontâneo e linear, representa, sem dúvida, um grande equívoco.

Vimos, até agora, que os saberes e as práticas autogestionárias se instauram a partir de lacunas do modo de produção capitalista, como um processo que, por um lado, é alimentado por um conjunto de saberes que orientam o movimento operário rumo a emancipação dos trabalhadores e que são adversos aos saberes capitalistas – que são os saberes inscritos na Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Por outro lado, este mesmo processo é freqüentemente atravessado por saberes empresariais capitalistas que precisam ser desarranjados e rearranjados para que os saberes da autogestão tomem seu lugar. Isso nos conduz a pensar nas relações de contradição que caracterizam as práticas no interior de empreendimentos de autogestão operária.

Ao longo deste capítulo, orientamos nossa abordagem analítica seguindo o perfil da autogestão enquanto processo que se constitui a partir de domínios de saberes que promovem rupturas com os saberes empresariais e, ao mesmo tempo, do atravessamento de saberes próprios da gestão capitalista. Na presente seção, pautamos nossas reflexões sobre os saberes novos, os saberes autogestionários que instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), orientando as práticas dos sujeitos autogestionários nas relações de trabalho. Considerando que optamos pelos empreendimentos de autogestão operária de produção industrial que se formaram a partir de massa falida capitalista, apoiamo-nos, prioritariamente, nas práticas e

saberes dos trabalhadores-associados da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) – sobre a qual tratamos, brevemente, na seção 3.1. *Breve Contextualização do Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)*, no início do terceiro capítulo.

Para fins de ilustração e análise, recortamos seqüências discursivas de referências (Sdrs) de falas de trabalhadores-associados da CTMC, durante entrevistas realizadas em 2007 e 2008, sobre as leituras possíveis do processo de organização dos trabalhadores, sobre o permanente debate acerca dos saberes de autogestão, sobre as práticas autogestionárias dos trabalhadores nas relações internas e externas do empreendimento operário. Por uma opção metodológica de análise, agrupamos as seqüências discursivas de referência, primeiramente, na perspectiva do processo organizativo dos trabalhadores e das instâncias decisórias do empreendimento de autogestão e, posteriormente, na perspectiva dos sujeitos e a vivência de relações solidárias de trabalho.

Considerando que a organização dos trabalhadores, à luz dos princípios da modalidade autogestionária, implica prioritariamente práticas de solidariedade e de participação nos diferentes momentos de tomadas de decisões, articulamos, inicialmente, os depoimentos de Nicolau e João Henrique, que constituem suas respostas à questão “Na sua avaliação, o que mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa?”¹⁵⁰, nos dias 11 e 10 de setembro de 2007, respectivamente. A partir destes depoimentos, recortamos as seguintes seqüências discursivas de referência, a Sdr 43 e a Sdr 44:

Sdr 43 – *Eu já tava aposentado quando a Vogg acabou. Eu vi ela só decaindo, ficando cada vez pior... Aí, nós criamos a CTMC. No início, foi muito difícil, mas nós se agarremo e lutamos muito. (...) Sabe, o melhor de tudo é que a gente não tá trabalhando pros outros, tá trabalhando pra nós, em uma empresa que é nossa.* (Nicolau)

Sdr 44 – *Luto para que a gente consiga mostrar para os trabalhadores que não existe dois povos numa empresa, existe um só. Na empresa tradicional, no capitalismo, existe dois “povo”: um do escritório e outro da produção e que não querem (patrões) que se misturem. Se misturar, dá problema na divisão do lucro. Então, pra nós é diferente. Todos têm que tá junto, todos têm que saber de todos os problemas da empresa... o que perdeu, o que deixou de ganhar, o que deixou de fazer e assim por diante.* (João Henrique)

¹⁵⁰ Vide as questões dirigidas aos trabalhadores autogestionários no ANEXO IV.

A partir destas seqüências discursivas de referência, podemos pensar no quanto são significativos os processos de organização dos trabalhadores e a mudança que se opera nas relações de trabalho de uma gestão empresarial capitalista para uma autogestão de trabalhadores. Além disso, é importante considerar o nível de dificuldade que representam as necessárias rupturas culturais (da cultura de firma), profundamente impregnadas na sociedade em que as leis de mercado – do capital – se sobrepõem a qualquer ordem social.

Nicolau, na Sdr 43, faz referência às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no período inicial da instauração da cooperativa e enfatiza a persistência do grupo, a luta conjunta na organização da empresa de operários, conforme a passagem *“No início, foi muito difícil, mas nós se agarremo e lutamo muito”*. Observamos que, logo após, Nicolau aciona um saber autogestionário segundo o qual o trabalho traz, como resultado, sobras aos trabalhadores – agora, na condição de responsáveis pela transformação realizada na indústria e de donos dos meios de produção/transformação. Trata-se da desconstrução do saber empresarial capitalista de que é ordem natural que os empregados trabalhem em troca de um salário, fixado conforme a lei de oferta e procura do mercado, e gerem lucros aos empregadores. O trabalhador-associado da CTMC fala com ênfase da dinâmica de geração de renda (sobras) para o conjunto dos trabalhadores que é fruto do trabalho coletivo, conforme percebemos no fragmento *“Sabe, o melhor de tudo é que a gente não ta trabalhando pros outros, ta trabalhando pra nós, em uma empresa que é nossa”*. Notemos que Nicolau já se encontrava na condição de trabalhador aposentado quando a empresa capitalista entrou em falência, mas nem por isso deixou de se somar aos demais operários para participar do árduo processo de organização da cooperativa, na qual trabalha ainda hoje e da qual fala com tanto orgulho – *“Eu já tava aposentado quando a Vogg acabou. Eu vi ela só decaindo, ficando cada vez pior... Aí, nós criamo a CTMC”* (Sdr 43).

Na Sdr 44, encontramos um saber autogestionário popular na passagem *“Luto para que a gente consiga mostrar para os trabalhadores que não existe dois “povo” numa empresa, existe um só”*, refletindo o desarranjo e rearranjo de um saber capitalista, segundo o qual é fundamental haver separação entre setores da indústria, entre quem manda e quem faz, conforme o fragmento *“Na empresa tradicional, no capitalismo, existe dois “povo”: um do escritório e outro da produção e que não querem (patrões) que se mistura. Se misturar, dá problema na divisão do lucro”*. Ao enfatizar que luta para mostrar aos trabalhadores-associados que, na cooperativa, não existe essa separação entre os que fazem o trabalho braçal e os que fazem o

trabalho administrativo (intelectual), João Henrique tem a percepção de co-responsabilidade pelo processo de implementação das novas relações de trabalho. Cabe aqui destacar que, possivelmente, essa percepção e posicionamento se devem à sua aposta na modalidade autogestionária e à sua trajetória de sindicalista de *linha de frente*, como ele se auto-denomina.

A *mistura*, mencionada na Sdr 44 (“*Se misturar, dá problema na divisão do lucro*” – referente a todos os atores da empresa capitalista) remete à interação dos sujeitos entre si (troca de informações, experiências, opiniões, etc.) e à interlocução nos momentos de tomadas de decisões sobre a cooperativa, desde o planejamento da produção até a distribuição dos resultados econômicos – as sobras conquistadas ao longo do processo produtivo devem ser apropriadas por todos, de acordo com os critérios democraticamente decididos por todos. Trata-se de uma *mistura* salutar e necessária à dinâmica de autogestão operária enquanto exercício de participação nas diferentes instâncias de discussão – como em assembléia, reuniões, cursos de formação, etc. – e mecanismo para assegurar a solidariedade e democracia nas relações de trabalho. Podemos dizer que a enunciação de que *essa mistura dá problema na gestão empresarial* e que se constitui uma prática adversa a da autogestão mostra-se um saber desconstruído e reconstruído segundo os saberes e práticas autogestionárias: “*Então, pra nós é diferente. Todos têm que tá junto, todos têm que saber de todos os problemas da empresa... o que perdeu, o que deixou de ganhar, o que deixou de fazer e assim por diante*”. Assinalamos que o estar junto e o conhecer o funcionamento da cooperativa em todos os aspectos (ganhos, perdas, planos, avaliações, etc.) significa os trabalhadores-associados sentirem-se efetivamente parte do processo e estimularem-se mutuamente para a participação ativa – é o coletivo sobrepondo o individual, sem desprezar as individualidades. Além disso, estamos diante do desarranjo do saber historicamente construído, no imaginário da classe trabalhadora, de que os trabalhadores não sabem e nem têm interesse em administrar um empreendimento, necessitando, por isso, dos empregadores para fazê-lo. O rearranjo deste saber está nos discursos e nas práticas da autogestão operária, inscritos nos domínios da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) – nossa Formação Discursiva de Referência – à luz de formações ideológicas de emancipação do proletário.

Com a finalidade de refletir sobre o processo de tomada das decisões no interior do empreendimento autogestionário de produção industrial, escolhido para nossas análises – a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) –, se efetivamente é participativo e democrático, destacamos três seqüências discursivas de referência (Sdrs 45, 46 e

47), que apresentamos ao longo desta e das próximas páginas. Consideremos, primeiramente, a fala de Nicolau, obtida em entrevista no dia 10 de setembro de 2007, sobre a questão da tomada de decisões: “Como as decisões são tomadas? Quais as instâncias de decisão? Por quem? Com que frequência? E como funciona em caso de uma decisão importante para a cooperativa que precisa ser tomada imediatamente ou em curtíssimo prazo?”. A partir desta fala, recortamos a seguinte seqüência discursiva de referência:

Sdr 45 – *A gente confia no Joãozinho (João Henrique, vice-presidente) e no Maia (presidente)... por isso eles tão na presidência desde o início. Já fizemo seis anos em maio... Acertemo na escolha dos dois. O trabalho deles ta sendo muito bom, tanto é que eles pegaram no início e tão até agora. Não tem por que a gente trocá. (...) O voto – meu e deles – é o mesmo, a voz é a mesma, as decisões são as mesmas... Se você acha que a diretoria ta errada em algum ponto, você chega e diz “ó, tá errado esse ponto aí, acho que temo que trocá isso”.* (Nicolau)

Nesta Sdr 45, somos informados de que a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) completou seis (07) anos de fundação em maio de 2007 – “*Já fizemo seis anos em maio...*” –, o que significa que atualmente já tem sete anos, e que os trabalhadores-associados Osmarino Maia e João Henrique ocupam, alternadamente, os cargos de presidente e vice-presidente, na cooperativa, desde sua fundação – “*A gente confia no Joãozinho (João Henrique, vice-presidente) e no Maia (presidente)... por isso eles tão na presidência desde o início*”. Nicolau se mostra satisfeito com as práticas de ambos nos cargos diretivos e não vê motivo para a substituição deles por outros trabalhadores-associados, argumentando que o poder de decisão, através do voto e outras formas de participação, é o mesmo para todos os associados.

Tomando o fragmento “*O voto – meu e deles – é o mesmo, a voz é a mesma, as decisões são as mesmas... se você acha que a diretoria ta errada em algum ponto, você chega e diz “ó, tá errado esse ponto aí, acho que temo que trocá isso”*”, na Sdr 45, observamos que Nicolau insiste na questão da igualdade no peso do voto de todos os associados, independente da função que desempenha na cooperativa. De forma semelhante, ele faz referência à prática da livre expressão de todos os associados, de maneira que seja comum a manifestação de discordância de algum associado em relação à determinada ação ou idéia de conselheiros da direção – especificamente, presidente ou vice-presidente. Esta é uma prática totalmente inconcebível na gestão empresarial. Trata-se de um saber autogestionário – inscrito nos domínios de saberes da Formação Discursivo dos Operários Autogestionários (FDOA).

Entendemos que é a coletividade – a vontade da maioria dos trabalhadores – que deve assegurar a dinâmica participativa e democrática de toda a gestão, ou seja, a manutenção das relações autogestionárias no trabalho, sendo permanentemente avaliadas as práticas no interior do empreendimento e retomados (relembrados) os princípios da autogestão. Cabe ponderar, entretanto, que temos o entendimento de que é salutar, à modalidade de autogestão operária, a rotatividade de trabalhadores nos diferentes conselhos (diretivo-administrativo, fiscal, de trabalho, etc.), instigando a preparação política e técnica de maior número de associados, dadas as diferentes incumbências nas funções, e reduzindo a possibilidade de concentração de poder nas mãos de alguns e, conseqüentemente, a possibilidade de manipulação de uns sobre outros.

Relativamente às tomadas de decisões, no empreendimento autogestionário, recortamos ainda as seguintes seqüências discursivas de referência (Sdr 46 e Sdr 47) de respostas dadas à mesma questão (“Como as decisões são tomadas? Quais as instâncias de decisão? Por quem? Com que freqüência? E como funciona em caso de uma decisão importante para a cooperativa que precisa ser tomada imediatamente ou em curtíssimo prazo?”), pelos trabalhadores-associados da CTMC, Nicolau e Osmar, também no dia 10 de setembro de 2007. Vamos a elas, então:

Sdr 46 – *Aqui funciona assim: a gente tem formação de equipes de líderes, onde cada grupo tem seu líder e ali a gente discute como vai fazer o serviço... qual o serviço que a cooperativa vai fazer é decidido na assembleia – não importa o que é... se é estrutura pra ponte, um navio ou outra coisa. Às vezes, é assembleia rápida só pra decidi uma coisa... aí, pára todos os serviços, a gente decide e depois volta pro serviço.* (Nicolau)

Sdr 47 – *Somo todos iguais... nunca pensei sobre se é justo ou não, por exemplo, os novos ter os mesmo direitos que nós, os mais antigos. (...) Aí eu penso, o que seria da empresa se não tivessem os novos? (...) Tem gente que tá entrando agora e tá ganhando o dobro do que eu ganho, porque ele é um profissional excelente que tem estudo e a empresa precisa... Pra contrata esses profissionais, a direção coloca na assembleia, explica a necessidade e todos decidem. Assim, todos ficam sabendo o que ta acontecendo na cooperativa e são responsáveis por tudo também.* (Osmar)

Considerando que a participação dos trabalhadores-associados, em todo o processo produtivo – desde o planejamento geral, produção e venda do produto, avaliação do processo e distribuição dos resultados – é uma das características principais da gestão solidária de operários, as instâncias legítimas de tomada de decisões são, de modo geral, as assembleias e reuniões de conselhos e equipes de trabalho. Podemos observar na Sdr 46, no fragmento “*Aqui funciona*

assim: a gente tem formação de equipes de líderes, onde cada grupo tem seu líder e ali a gente discute como vai fazê o serviço... qual o serviço que a cooperativa vai fazê é decidido na assembleia – não importa o que é... se é estrutura pra ponte, um navio ou outra coisa”, como é o processo de tomada das decisões em diferentes instâncias: as decisões sobre o que produzir são tomadas em assembleias com a participação de todos, já as opções sobre como fazer são discutidas em reuniões específicas (conselhos, grupos de trabalho). É interessante observarmos que, dependendo da demanda e dos prazos implicados em alguma proposta de produção (trabalho, serviço), a assembleia é chamada somente para este fim, durante o horário de trabalho, garantindo a participação de todos os associados nas decisões, conforme o fragmento “Às vezes, é assembleia rápida só pra decidi uma coisa... aí, pára todos os serviços, a gente decide e depois volta pro serviço”, da Sdr 46. Registramos que a participação da coletividade na tomada das decisões como prática prioritária, na cooperativa, se inscreve sob os domínios de saberes da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Cabe salientar que, para a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), cujo ramo de produção é de caldeiraria pesada – estruturas metalúrgicas de grande porte – o que significa que o planejamento deve prever cuidadosa organização do trabalho a médio e longo prazos, a modalidade autogestionária representa um grande desafio, na medida em que não permite a centralização da tomada de decisões nas mãos de uma equipe especializada (engenheiros, por exemplo), mas envolve o conjunto dos trabalhadores-associados nas decisões gerais de trabalho.

Ponderamos que, aparentemente, é mais fácil tomar decisões individualmente ou em pequeno grupo para, então, delegar funções aos outros, como ocorre em empresas capitalistas e até em cooperativas “de fachada”, isto é, cooperativas com estrutura e funcionamento que permite a centralização do poder nas mãos de poucos que passam a agir como se fossem donos da cooperativa. No empreendimento industrial de autogestão, a dinâmica de planejar conjuntamente sobre o processo de produção, a partir de opiniões e sugestões de trabalhadores braçais, de técnicos e de especialistas, revela-se, num primeiro momento, um exercício complexo, dada a influência da cultura do silêncio e não-participação, profundamente incrustada na sociedade. Exercício este que vai sendo apreendido por todos os sujeitos e tornando-se uma prática comum e prazerosa aos trabalhadores.

Se tomarmos a Sdr 47, especificamente na passagem “*Somo todos iguais... nunca pensei sobre se é justo ou não, por exemplo, os novos ter os mesmos direitos que nós, os mais antigos*”, percebemos que a idéia de igualdade, de vez e voz para todos, independente de quanto tempo são sócios da cooperativa e nem qual é a função que desempenham, parece estar plenamente incorporada nas relações de trabalho. Para Osmar, além de não causar nenhum estranhamento os novos associados terem os mesmos direitos que os associados de longa data, concorda com a dinâmica de especialistas receberem valores econômicos, nas retiradas mensais e sobras no final do ano, superiores ao que lhe cabe: “*Tem gente que tá entrando agora e tá ganhando o dobro do que eu ganho, porque ele é um profissional excelente que tem estudo e a empresa precisa*”. Podemos dizer que a disparidade salarial, em um empreendimento de autogestão, de acordo com a qualificação técnica, encontra sua justificativa tanto na concepção de valorizar quem busca qualificar-se, como na compreensão de que esta qualificação reproduz-se na geração de produtos de alta qualidade, viabilizando o empreendimento no mercado.

Ainda, nesta Sdr 47, Osmar trata de outras questões implicadas que se inscrevem sob os saberes autogestionários como a decisão da vinda de especialistas para a cooperativa que passa pela instância da assembléia, a partilha das informações entre o conjunto dos trabalhadores-associados e a co-responsabilidade pelo processo autogestionário, conforme o fragmento: “*Pra contrata esses profissionais, a direção coloca na assembléia, explica a necessidade e todos decidem. Assim, todos ficam sabendo o que tá acontecendo na cooperativa e são responsáveis por tudo também*” (Sdr 47).

Cabe registrar acerca dos critérios usados e das formas de decisão sobre os valores econômicos das retiradas mensais que, em assembléia, os trabalhadores-associados estipularam que estas retiradas teriam por referência os valores de mercado, sendo aumentados progressivamente de acordo com a melhora dos resultados econômicos obtidos pela cooperativa. Em relação às sobras de final de ano, ainda que sejam baixos os resultados, em função de gastos financeiros da cooperativa com aquisição dos meios de produção e renovação de parte deles, houve sobras que puderam ser distribuídas no final de 2005, 2006 e 2007, sendo em partes iguais nos dois primeiros anos (2005 e 2006) e proporcionais às retiradas mensais em 2007. A decisão de alterar a dinâmica de distribuição destes resultados econômicos – as sobras, no final do ano – foi tomada em assembléia.

Aproveitamos para enfatizar que a autogestão só é possível quando os trabalhadores controlam os meios e os produtos da produção, o que se viabiliza realmente através da prática da participação de todos nas tomadas de decisões.

3.4.1. A emergência da subjetividade nas práticas autogestionárias

Com o intuito de pensar sobre a subjetividade dos sujeitos da autogestão e sobre suas práticas sociais no empreendimento, tendo em vista que a maioria deles vivenciou relações de trabalho empresariais capitalistas antes da instauração da cooperativa autogestionária, e por isso foi imprescindível um processo de desconstrução e reconstrução de saberes, organizamos a presente subseção com seqüências discursivas de referência, coletadas a partir de entrevistas. Salientamos a concepção de empreendimento de autogestão como uma forma de organização social e não como um modo de ser firma. Nesse sentido, destacamos três seqüências discursivas de referência (Sdr 48, 49 e 50), nas quais os trabalhadores-associados falam sobre como percebem as relações na cooperativa. As falas constituem parte das respostas de Nicolau, Francisco e Márcio à questão “Na sua avaliação, o que mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa?”, em entrevistas realizadas em 10 de setembro de 2007. As seqüências discursivas de referência são as seguintes:

Sdr 48 – *Antes a gente não tinha voz ativa (na Metalúrgica Vogg), se a gente dissesse alguma coisa, era xingado e até podia ser demitido. (...) Hoje, tá bom. A gente parece uma família; não tem esse negócio de patrão e empregado; tem amizade, um ajuda o outro no serviço.* (Nicolau)

Sdr 49 – *Aqui é uma família, não existe um patrão e os empregados... claro, tem um supervisor da gente, mas ele não se sente superior, ele é um colega. (...) Aqui, todo mundo é colega, todo mundo é igual na cooperativa... Aqui um que tem conhecimento não se nega a ajudá o outro... é uma união imensa.* (Francisco)

Sdr 50 – *Sempre me senti à vontade pra falá, mesmo sendo um novato. (...) Acho que é por causa da amizade que tem aqui dentro, do respeito, de podê dizê o que a gente acha e vê que isso tem valor...* (Márcio)

Podemos observar, nas seqüências discursivas de referência, que nossos entrevistados salientam sua percepção imediata de satisfação e bem-estar nas relações de trabalho, em função da vivência de práticas de solidariedade e mútua ajuda: “*um ajuda o outro no serviço*” (Nicolau), “*um que tem conhecimento não se nega a ajudá o outro*” (Francisco) e “*do*

respeito, do podê dizê o que a gente acha e vê que isso tem valor” (Márcio). São saberes autogestionários, visto que fazem emergir concepções proletárias historicamente construídas através do fortalecimento da consciência das classes subalternas e de práticas de organização das massas populares. Estabelecer relações de mútua ajuda e de respeito entre os trabalhadores – e ter consciência disso – representa, sem dúvida, fortes indícios do processo de desconstrução de saberes capitalistas individualistas e competitivos.

Considerando a Sdr 48, vemos que Nicolau explicita a diferença de relações de trabalho estabelecidas na gestão empresarial e na autogestão operária. Primeiro, o trabalhador autogestionário faz referência crítica a uma prática capitalista, relativamente à submissão dos trabalhadores aos mandos do patrão nas relações de trabalho da empresa tradicional; para, logo em seguida, desarranjá-la e rearranjá-la, articulando as novas relações de trabalho dos cooperativados.

Nicolau reclama que, na empresa capitalista, não podia expressar suas opiniões, pois o risco da demissão – perda do posto de trabalho – estava colocado fortemente, conforme a passagem: *“Antes a gente não tinha voz ativa (na Metalúrgica Vogg), se a gente dissesse alguma coisa, era xingado e até podia ser demitido”*. Nesta fala, fica implícita a indignação dos trabalhadores diante dos exageros patronais que acabam, por sua vez, silenciando os empregados em função de um lugar de subordinação – uma posição de “reféns” – a estes relegada na relação operário/patrão. Como esse lugar não existe mais, Nicolau acrescenta, na Sdr 48, que *“não tem esse negócio de patrão e empregado”*; assim como Francisco diz, na Sdr 49, que *“não existe um patrão e os empregados”*.

Atemo-nos ainda ao início da primeira seqüência discursiva de referência (Sdr 48), quando Nicolau diz *“Antes a gente não tinha voz ativa”*, para pensar que o *não ter voz ativa* só é tomado como constatação importante para o trabalhador no momento em que ele começa a desconstruir a concepção de que é cabível a não-participação dos operários nas decisões sobre a produção e reconstruí-la para um saber segundo o qual cabe a tomada das decisões (*ter voz*) aos que promovem a transformação da matéria-prima em mercadoria – ou seja, aos que geram sobras que são apropriadas indevidamente pelos empregadores.

Considerando a Sdr 48 e a Sdr 49, observamos que Nicolau e Francisco fazem uma associação entre as relações vivenciadas no interior da cooperativa e a concepção de família: *“a*

gente parece uma família... tem amizade” (Sdr 48) e *“Aqui é uma família”* (Sdr 49). Possivelmente, o estabelecimento desta associação se deve ao sentimento de bem-estar dos trabalhadores no ambiente da cooperativa e à assimilação da idéia de eles também serem proprietários dos meios de produção e co-gestores da cooperativa.

Considerando a ponderação de Francisco de que há um supervisor de trabalho, conforme o fragmento *“... claro, tem um supervisor da gente, mas ele não se sente superior, ele é um colega”*, na Sdr 49, assim como em qualquer empresa capitalista, mas que não há uma relação de superioridade dele sobre os demais trabalhadores, podemos pensar que o trabalhador-associado busca ressaltar, dessa forma, a condição de igualdade necessária entre os sujeitos da autogestão. Aqui, é preciso termos presente que, na cooperativa, os associados se propõem a viver relações de trabalho pautadas pela solidariedade, mútua ajuda, igualdade, democracia e autonomia – ou seja, orientar suas práticas à luz dos saberes autogestionários – que implica retomar permanentemente os princípios da autogestão, já que estes trabalhadores fizeram a experiência de relações adversas, na gestão empresarial. Além disso, o empreendimento de produção industrial autogestionário está inserido em um mercado capitalista altamente competitivo e uma sociedade que reproduz fundamentalmente saberes individualistas e competitivos – saberes capitalistas.

Nos fragmentos *“Aqui, todo mundo é colega, todo mundo é igual na cooperativa... Aqui um que tem conhecimento não se nega a ajudá o outro... é uma união imensa”*, da Sdr 49, e *“Acho que é por causa da amizade que tem aqui dentro, do respeito, de podê dizê o que a gente acha e vê que isso tem valor”*, da Sdr 50, observamos que as práticas discursivas revelam saberes que se inscrevem sob os domínios da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA). Chama-nos a atenção quando Márcio, que é trabalhador-associado da CTMC há pouco mais de um ano, enuncia que ele pode dizer o que pensa e isso tem valor na cooperativa. Sentir valorizadas suas opiniões, independente do tempo e da função no interior da cooperativa, ter essa vontade de participação de todo o processo de produção, tomar como também sua a cooperativa, são indícios de emancipação operária, de transformação dos sujeitos alienados em sujeitos da sua própria história.

Para fins de ilustração, destacamos a seguinte seqüência discursiva de referência, a Sdr 51, recortada da fala de Osmar, em entrevista do dia 10 de setembro de 2007, em resposta à

questão “Na sua avaliação, o que mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa?”. Vamos à Sdr 51:

Sdr 51 – *Hoje o negócio é assim: nós temos voz, conversamos um com o outro, tem brincadeira, tem hora de decidir coisa séria, tem até sobra no final do ano... Eu gosto muito de vir pra cá, pra minha cooperativa.* (Osmar)

Podemos observar que Osmar, nesta Sdr 51, enfatiza a solidariedade e a participação nas relações de trabalho na autogestão, assim como fizeram Nicolau, Francisco e Márcio, nas seqüências discursivas de referência apresentadas anteriormente – Sdrs 48, 49 e 50. O trabalhador-associado Osmar enuncia que gosta de ir à cooperativa que é sua, conforme o fragmento “*Eu gosto muito de vir pra cá, pra minha cooperativa*”, o que remete à condição de os trabalhadores terem a propriedade dos meios de produção e gerenciarem um empreendimento industrial.

Nesse sentido, podemos dizer que a organização autogestionária é, em última instância, resultado da opção dos trabalhadores – historicamente relegados a uma condição de submissão aos grupos sociais hegemônicos –, pela promoção de rupturas com os saberes capitalistas opressores e de transformação de uma cultura segundo a qual os trabalhadores não sabem administrar um negócio, uma empresa. Mas, que não se trata de uma opção espontânea, o que poderia ressoar simplesmente como uma decisão “heróica” e “idealista” por si só. Trata-se, sim, de um processo calcado na história do movimento operário, alicerçado em saberes inscritos no domínio que designamos de Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), que faz cooperar diferentes instâncias e instituições; e que, por sua vez, são saberes que contribuem para a instauração de novos saberes e novas práticas: os saberes autogestionários que se articulam na Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Considerando o caráter histórico do processo autogestionário como não-linear e não-espontâneo, articulamos a Sdr 52 e a Sdr 53, a partir do depoimento de João Henrique, em resposta às questões “Há um programa de formação (de educação cooperativa) e/ou qualificação dos trabalhadores nesta cooperativa? Como funciona? Você acha necessário? Você participa?” e “A CTMC é atualmente o que você esperava no início, quando ela foi idealizada?”, durante entrevistas realizadas em 11 de setembro de 2007 e em 12 de maio de 2008, respectivamente. As duas próximas seqüências discursivas de referência são as seguintes, a Sdr 52 e a Sdr 53:

Sdr 52 – *É muito difícil você deixar de ser um “ex-funcionário”: você trabalhou 30 anos soldando, pintando, fazendo a mesma coisa e aí, de repente, alguém diz que você é o dono. Essa disputa de mentalidade... é muito difícil.* (João Henrique)

Sdr 53 – *Valeu muito a pena ter criado a CTMC. (...) Nós já completamos sete (07) anos no mês passado e a gente tem que fazer ainda um trabalho permanente da situação da cooperativa e como os trabalhadores... eu sempre digo “não basta ser um bom profissional, precisa contribuir nas decisões em assembléias, em reuniões de grupo...”. Então, o trabalhador empreendedor é isso: ele tem que assumir o lado profissional e também o lado de administrador do negócio.* (João Henrique)

Na Sdr 52, João Henrique articula uma questão relacionada à subjetividade dos sujeitos autogestionários, em especial, daqueles que se inserem em empreendimentos instaurados a partir de massa falida capitalista: “*É muito difícil você deixar de ser um “ex-funcionário”*”. Cabe lembrar que a concepção de *funcionário* (e também de *ex-funcionário*) pertence aos saberes da Formação Discursiva Empresarial (FDE). Dessa forma, na antiga Metalúrgica Vogg (empresa capitalista falida), os trabalhadores foram funcionários, tornando-se ex-funcionários quando a empresa entrou em falência e deixou de existir enquanto empresa. Ao organizar o empreendimento autogestionário, a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), os trabalhadores optaram e implementaram novas relações de trabalho caracterizadas pela solidariedade, mútua ajuda e participação de todos os associados em todo o processo produtivo. Isso significa que foi (e, na verdade, continua sendo) necessária uma desarticulação de práticas sociais e políticas, ou seja, um processo de desconstrução-reconstrução de saberes empresariais que são transformados em novos saberes e práticas autogestionárias.

Entendemos que João Henrique, ao afirmar que é difícil deixar de ser ex-funcionário, esteja se referindo a essa desconstrução-reconstrução de saberes para que os trabalhadores autogestionários não pensem como ex-funcionários da Vogg, mas como sujeitos gestores de um empreendimento coletivo que tem uma função social adversa à da empresa capitalista. Notemos que o trabalhador-associado, no fragmento “*você trabalhou trinta (30) anos soldando, pintando, fazendo a mesma coisa e aí, de repente, alguém diz que você é o dono. Essa disputa de mentalidade... é muito difícil*” (Sdr 52), manifesta sua preocupação em relação à necessária transformação de mentalidade, de cultura. Podemos pensar que, se não for feito o devido desarranjo e rearranjo de saberes de acordo com os princípios da autogestão, há um risco de que trabalhadores cooperativados (antes empregados explorados por patrões) possam

reproduzir, em diferentes proporções e características, relações de dominação de uns sobre os outros.

Na Sdr 53, João Henrique pondera que, mesmo tendo sete anos de instauração de relações autogestionárias, na Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), se faz necessário um programa de formação cooperativa e de retomada dos princípios da autogestão. De acordo com João Henrique *“não basta ser um bom profissional, precisa contribuir nas decisões em assembleias, em reuniões de grupo... Então, o trabalhador empreendedor é isso: ele tem que assumir o lado profissional e também o lado de administrador do negócio”*. Cabe salientar que a concepção de *trabalhador empreendedor* resgata a concepção de que os trabalhadores são capazes de administrar bem um empreendimento, seja industrial, comercial ou de serviços. Entendemos que experimentar e vivenciar práticas solidárias e libertadoras deve servir, não só para que os trabalhadores-associados sejam profissionais qualificados para a linha de produção e competentes administradores do empreendimento operário, mas, fundamentalmente, para torná-los sujeitos ativos do processo que tem por finalidade intervir nos saberes impregnados na sociedade no sentido de superar as relações de opressão e desigualdade social e econômica.

Pensando ainda sobre o sujeito autogestionário, articulamos outra seqüência discursiva de referência, recortada da fala de João Henrique ainda na entrevista de 12 de maio de 2008. Trata-se de parte da sua resposta à questão *“Fale um pouco das perspectivas da CTMC a curto, médio e longo prazos”*. A seqüência discursiva de referência (Sdr 54) é a seguinte:

Sdr 54 – *O trabalhador é mais que um soldador. Não basta ser só soldador, que é o papel do soldador. Mas quando ele levanta a máscara, ele já é um outro agente no processo. Ele é um todo. (...) ele faz o processo. Nós só vamos conseguir mais a partir do momento que o trabalhador sacá isso... porque é mais fácil ele pensar na produção do que agir na produção.* (João Henrique)

Nesta Sdr 54, João Henrique fala da característica do ser sujeito autogestionário que é mais do que um profissional que transforma a matéria-prima em um produto. Consideramos muito pertinente a associação ilustrativa que João Henrique traz do soldador que, ao levantar a máscara que protege seu rosto das faíscas da soldagem, já não é mais só um profissional técnico – ou seja, um soldador –, ele é um agente do processo cooperativo autogestionário, é um sujeito inserido em relações solidárias e co-responsável por elas, é um trabalhador que junto com outros

faz acontecer a autogestão operária, em meio a selvageria capitalista: *“O trabalhador é mais que um soldador.(...) Mas quando ele levanta a máscara, ele já é um outro agente no processo. Ele é um todo. (...) ele faz o processo”*. É, na verdade, uma concepção que se inscreve nos domínios de saberes da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Podemos apreender, no entanto, a partir do fragmento *“Nós só vamos conseguir mais a partir do momento que o trabalhador sacá isso... porque é mais fácil ele pensar na produção do que agir na produção”*, da Sdr 54, que, muitas vezes, os trabalhadores não têm incorporado essa lógica, esse perfil de sujeito que faz a autogestão. Entendemos que a compreensão de ser sujeito da autogestão – que significa ser mais do que um profissional e gestor de um empreendimento – é fundamental para assegurar o próprio processo autogestionário. Caso contrário – se esse saber não for incorporado pela maioria dos trabalhadores-associados –, pode ali estar uma brecha para que saberes empresariais tomem o lugar dos autogestionários.

Aproximando-nos do encerramento de nosso texto, ainda que não seja possível esgotar as discussões acerca da autogestão operária, queremos fazê-lo com um recorte do depoimento do trabalhador-associado da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), João Henrique, que apresentamos em forma de seqüência discursiva de referência. O depoimento integra sua resposta à questão *“O que significou a opção por criar uma cooperativa autogestionária para você? Por quê?”*, na entrevista realizada em 12 de maior do corrente ano. Vamos à Sdr 55:

Sdr 55 – *Para mim, a CTMC foi uma grande mudança, um projeto de vida. Eu não tenho curso superior. Meu curso de formação foi a luta no sindicato. (...) Esse momento da organização da CTMC foi um momento de escola, de aprendizagem muito importante na minha vida. Então, a CTMC foi e continua sendo um projeto de vida... e não só da minha vida... de todos os que tiveram o privilégio de participar de todo processo.* (João Henrique)

João Henrique resumiu em poucas palavras, nesta Sdr 55, o que significou, para sua vida, a experiência de romper com as relações patronais da Metalúrgica Vogg, o processo de organização dos trabalhadores, a criação e a consolidação da cooperativa: a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC). Podemos dizer que seus aprendizados na luta e formação sindical, explicitado na passagem *“Meu curso de formação foi a luta no sindicato”*, puderam ser colocados plenamente em prática e tornaram-se uma grande escola em sua vida: *“Esse momento da organização da CTMC foi um momento de escola, de aprendizagem muito*

importante na minha vida”. Ponderamos que experiência da organização e instauração da cooperativa só pôde tornar-se uma escola dados os desarranjos e rearranjos de saberes e práticas, que fazem emergir contradições inerentes ao processo. Nesse sentido, retomamos a Sdr 1 (“*Eu achava que era mais fácil trabalhar com um grupo. E, no início, o mais difícil, pra nós, foi trabalhar em grupo. É você conseguir convencer e fazer um trabalho de mudança de comportamento*”), em que João Henrique falava do processo organizativo dos trabalhadores há pouco empregados de uma empresa capitalista e que precisavam desconstruir suas concepções de trabalho e relações de trabalho para, em seu lugar, articular saberes autogestionários, cujas práticas caracterizam-se pela solidariedade.

Entendemos que ninguém que tenha participado de uma experiência como essa, de vivência concreta de práticas sociais que tenham por direção a emancipação dos trabalhadores, considere a possibilidade de se inserir novamente, enquanto trabalhador, em relações empresariais e reviver as práticas capitalistas. Quando João Henrique enuncia que “*a CTMC foi e continua sendo um projeto de vida... e não só da minha vida... de todos os que tiveram o privilégio de participar de todo processo*”, ele está acionando um saber solidário que se soma a outros saberes autogestionários que historicamente sofreram interdição do capital e que instauram a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA).

Nesta fase de nossa escrita e, considerando que nos propomos, no início do presente capítulo, fazer uma abordagem sobre a autogestão enquanto processo não-linear e prenhe de contradições, atravessado por saberes empresariais (Formação Discursiva Empresarial – FDE), por saberes que rompem com estes saberes empresariais (Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária – FDPPA) e que, por sua vez, contribuem para a instauração de um novo domínio de saber: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDPA), sentimos a necessidade de dizer algumas palavras sobre a face heterogênea dos discursos produzido na autogestão operária.

Ainda que a condição de autogestionários seja resultado do aprofundamento das relações contraditórias entre patrões e empregados – fundamentais para a sobrevivência do capitalismo –, não podemos dizer que, no interior da autogestão, dada a eliminação da relação patronal, não há mais contradição, visto que ela se produz e reproduz para além das fronteiras de domínios de saberes e também no interior da Formação Discursiva dos Operários

Autogestionários (FDOA). Assim, os traços de reprodução de práticas e saberes capitalistas na autogestão coexistem à transformação de tais práticas, o que permite dizer que as práticas discursivas, inscritas na Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), estão sujeitas a contradições e que todo o processo de mudança, de transformação das relações de produção vive em constante tensão com as forças reprodutivas das relações tradicionalmente capitalistas.

Considerando que as relações que permeiam as condições de produção do discurso podem ser pensadas como espaços de permanente luta, cujos sentidos vão se constituindo e reconstituindo constantemente em relações desiguais de contradição, podemos dizer que a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), assim como a Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) e a Formação Discursiva Empresarial (FDE) são alimentadas a partir de suas diferenças.

Nesse sentido, ressaltamos que os trabalhadores-associados inseridos em um empreendimento operário de autogestão são sujeitos históricos, que constroem e vivenciam relações de solidariedade, em uma determinada conjuntura histórico-social. Eles ora concordam ora se confrontam com o sentido dado às palavras, falando diferentemente, mas falando a mesma língua, conforme Courtine (1981). Eles são sujeitos da história porque eles escrevem com coragem e ousadia uma página que faz diferença nos manuscritos da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a autogestão não seja algo novo, visto que ela se faz presente em diferentes momentos da história da humanidade, a modalidade autogestionária tem sua (re)introdução na agenda do mundo do trabalho, nestas últimas décadas. Podemos pensar, como algumas razões para esse (re)surgimento de cooperativas autogestionárias, no Brasil e no América Latina, no aprofundamento dos índices de desemprego, no evidente aumento de fenômenos como micro e pequenas empresas, trabalho informal, instituições que têm seu foco central voltado para a busca de alternativas para o desemprego, a serem produzidas para e/ou com os próprios trabalhadores. Também somos levados a pensar nas várias ditaduras de Estado burgueses que se perpetuaram, durante décadas, na América Latina, deixando marcas em organizações operárias.

Considerando que o foco de nossa pesquisa são as práticas discursivas dos sujeitos autogestionários inseridos em empreendimentos de produção industrial de autogestão operária, que se constituem a partir de uma massa falida capitalista, desenvolvemos nossas reflexões e análises na perspectiva de uma leitura materialista histórico-dialética, que caracteriza a Teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Iniciamos este estudo com o propósito central de observar as manifestações da cultura e consciência de cooperação que caracterizam as práticas sociais autogestionárias, bem como os indícios de contradição, existentes no interior da autogestão, que revelam o atravessamento de concepções e práticas herdadas da gestão empresarial capitalista. A observação e a análise dos discursos dos sujeitos operários autogestionários têm por objetivo identificar se tais práticas discursivas constituem um

acontecimento discursivo e instauram uma nova Formação Discursiva: a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) – o que se confirmou.

Nossa pesquisa permitiu-nos chegar à conclusão de que a organização da autogestão operária configura o surgimento de uma nova forma-sujeito, na medida em que provoca profundas e definitivas rupturas em relação aos domínios de saberes da gestão empresarial, dando origem a novos sujeitos históricos e implementando novas relações de trabalho. Em outras palavras, as práticas discursivas autogestionárias representam um espaço de transformação, em que saberes e práticas são desarranjados e rearranjados, com a apropriação e transformação de saberes de outras formações discursivas. Assim, temos um acontecimento discursivo e, como tal, a instituição da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), cujos saberes e práticas dialogam com formações discursivas sindicais e políticas, norteadas por orientações ideológicas afins.

À luz de uma compreensão de que a organização operária autogestionária se instaura a partir do acontecimento de falência de determinada empresa capitalista e de condições históricas advindas de saberes produzidos, reproduzidos e transformados em face da luta de classes, articulamos concepções do quadro teórico da Análise do Discurso, como a Formação Social, as Condições de Produção, a Formação Ideológica, a Formação Discursiva. O desdobramento destes conceitos nos permitiu fazer reflexões e análises sobre a experiência autogestionária, com as características atuais, associada à história de organização dos proletários, os modos de produção e as relações de contradição.

Nesse sentido, a noção de Formação Social possibilitou-nos pensar acerca das relações que se estabelecem entre grupos sociais economicamente hegemônicos e grupos sociais subalternos, no interior de instituições civis e de órgão estatais, e a modalidade autogestionária com suas diferentes faces. Para tanto, no primeiro capítulo, trouxemos a discussão de questões marxistas fundamentais, como *infra-estrutura* (ou base econômica) e *superestrutura* do todo social. No segundo capítulo, pautamos nossas reflexões sobre a história de organização do movimento operário internacional e os desdobramentos na América Latina e no Brasil. Nestas reflexões, trouxemos questões sobre a experiência soviética e diferentes exemplos associativos / cooperativos, relacionando-os às concepções que orientam a recente organização de trabalhadores na modalidade de autogestão à luz da Economia Solidária – ou seja, empreendimentos sócio-

econômicos que se caracterizam por novas relações de trabalho. Registramos que as análises das práticas discursivas na e sobre as experiências de autogestão operária constituem o terceiro e último capítulo da presente tese.

Relativamente à concepção de Condições de Produção, ela nos permitiu pensar sobre as condições de reprodução e de transformação das relações de produção como processo em que há condições que possibilitam a propagação de determinadas concepções e práticas sociais já existentes e condições que promovem rupturas com tais concepções e práticas. Em nível discursivo, discutimos as condições de produção a partir das teorizações de Pêcheux (1969, 1975, 1997) e de Courtine (1981, 1982), em uma compreensão de que elas remetem às condições de formação de saberes que orientam e emergem nas práticas discursivas, constitutivamente heterogêneas. Assim, temos o que Courtine (*idem*) denomina de “as condições de formação da produção do discurso”. Acorados nesta compreensão, analisamos as práticas discursivas dos operários autogestionários, considerando que as condições de sua formação – da produção discursiva na autogestão – situam-se, por um lado, nas determinações históricas, cujos saberes estão associados a domínios de saberes anarquistas, socialistas e comunistas; e, por outro, na emergência do acontecimento da falência da empresa capitalista – da Metalúrgica Vogg. Em outras palavras, os discursos produzidos no processo de organização dos trabalhadores a partir da massa falida e de instituição jurídica da cooperativa vêm alicerçados em saberes historicamente produzidos e reproduzidos no interior do movimento operário. As condições de formação da produção de tais discursos mostram-se caracterizadamente heterogêneas, tendo em vista que as determinações históricas estão relacionadas aos processos discursivos na forma de ambigüidade e contradição. Da mesma forma, dizemos que a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), instituída a partir do desarranjo e rearranjo de saberes da gestão capitalista, está preta de contradições, uma vez que vem atravessada por saberes empresariais e, em maior medida, por saberes que rompem com estes saberes empresariais – assim como o contraditório se revela um princípio constitutivo de qualquer Formação Discursiva.

Considerando o imbricamento entre a base lingüística e os processos discursivos – constitutivamente ideológicos –, e tendo em vista que os sujeitos falantes estão inseridos em uma determinada conjuntura histórica com suas relações sociais e são interpelados ideologicamente, optamos por trazer, para nossas discussões, a reflexão sobre as formas de subjetivação do sujeito. Desdobramos a noção de sujeito em *Sujeito* com “S” maiúsculo, que é o Sujeito do saber da

Formação Discursiva (ou Sujeito Universal), e em *sujeito* com “s” minúsculo, que é o indivíduo interpelado em sujeito, para pensar no fato de o sujeito constituir-se pela sua sujeição; ou seja, pensar nos processos de interpelação dos indivíduos-trabalhadores em sujeitos-trabalhadores e estes como agentes na organização proletária, seja no interior da empresa capitalista (uma espécie de *conselhos de fábrica*), nas instâncias sindicais, políticas e outras. Esta abordagem permitiu refletir sobre as diferentes formas de *captura* do sujeito-trabalhador em um processo de *identificação* ou *desidentificação* com a forma-sujeito da gestão empresarial capitalista ou da autogestão operária. Em outras palavras, tratam-se das *modalidades discursivas do funcionamento subjetivo*, propostas por Pêcheux, que, em nosso corpus discursivo, se apresentaram como um processo não-linear e não-estável que passa da (a) *identificação* plena do sujeito-trabalhador com o Sujeito do saber capitalista, para a (b) *contra-identificação* deste sujeito em relação aos saberes da gestão empresarial – o que significa um processo de deslocamento/afastamento/descolamento do sujeito relativamente a tais saberes –, para, então, o trabalhador (c) se *desidentificar* com o Sujeito do saber capitalista, orientador das relações de dominação-subordinação patronal. Esta *desidentificação* do sujeito-trabalhador com os saberes que orientam a gestão da empresa tradicional capitalista significa que saberes são desarranjados e rearranjados de forma a promover rupturas (transformações) para que o operário possa se identificar com a forma-sujeito da modalidade de gerenciamento cooperativo autogestionário de trabalhadores, tornando-se sujeitos autogestionários.

Ressaltamos que nossas análises mostraram que as práticas discursivas dos sujeitos autogestionários caracterizam-se predominantemente por saberes da gestão coletiva operária, isto é, por saberes da autogestão operária, ainda que estas práticas discursivas sejam, por vezes, atravessadas por saberes herdados da empresa capitalista. Logo, nosso corpus discursivo revela-se permeado por relações de contradição, que se produzem e se reproduzem também no interior da autogestão.

Na abordagem sobre as condições de produção discursiva e sobre a interpelação ideológica dos sujeitos, acionamos ainda as concepções de *esquecimento 1* – lugar da conversão do indivíduo em sujeito – e de *esquecimento 2* – lugar da ilusão de autoria –, o que nos permitiu refletir sobre os posicionamentos, as escolhas, os atos dos sujeitos nas práticas sociais e discursivas da autogestão. Muitos dos discursos coletados em entrevistas com operários autogestionários, que constituem nosso corpus de análise, encontram ressonância histórica,

tratando-se, portanto, de escolhas e discursos com existência anterior às práticas discursivas destes operários, ainda que eles (sujeitos-enunciadores) tenham a ilusão de autoria destas escolhas e discursos, a ilusão de que é “dono” de seu dizer.

Em nosso percurso teórico-analítico, discutimos as noções da Formação Ideológica e da Formação Discursiva, que estão na centralidade da presente pesquisa. São concepções fundamentais da/na Análise do Discurso, cujos conceitos se constituíram a partir das formulações de Pêcheux (1969, 1975, 1997; 2002), Foucault (1997), Althusser (1999; 2003), Courtine (1981; 1982), permitindo-nos fazer uma abordagem acerca da instância ideológica, dos sujeitos e dos processos discursivos, com vistas a confirmar nosso entendimento de que o discurso dos operários autogestionário instaura uma nova formação discursiva – e não se trata apenas de uma nova posição-sujeito. Questões referentes ao interdiscurso, ao intradiscurso e, especialmente, à heterogeneidade discursiva foram amplamente discutidas em nosso capítulo inicial, permeando as abordagens referentes ao percurso histórico da organização operária, no segundo capítulo, e atravessaram incisivamente as análises de nosso corpus discursivo, no capítulo final, já que as práticas discursivas dos sujeitos operários, inseridos em empreendimentos de modalidade autogestionária, se orientam por saberes da autogestão, oriundos de formações discursivas que rompem com saberes capitalistas, com vistas à emancipação proletária. Nesse sentido, tecemos nossas reflexões e análises acerca do processo discursivo dos sujeitos da autogestão, ancorados na compreensão de que o interdiscurso se constitui uma instância de formação / repetição / transformação dos elementos de saber da formação discursiva, cujo domínio de saber funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações, ou seja, aquilo que pode e deve ser dito. Tendo em vista que a contradição permeia as formações discursivas e, aqui, reportamo-nos à Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), os dizeres produzidos pelos sujeitos da autogestão são afetados por dizeres de outras formações discursivas, seja reproduzindo saberes empresariais, seja transformando-os.

Considerando que nossa pesquisa sobre as práticas discursivas autogestionárias se caracteriza fortemente pelo viés sócio-histórico-político, articulamos às concepções da Formação Ideológica e da Formação Discursiva algumas reflexões althusserianas sobre os *Aparelhos Ideológicos de Estado*, para tratar dos processos de produção e reprodução de saberes nas diferentes instâncias do Estado e da sociedade civil, e algumas noções gramscianas referentes à *Hegemonia*, *Bloco Histórico* e *Intelectuais Orgânicos* para pensar, na perspectiva discursiva,

acerca das relações de poder de determinado(s) grupo(s) em posição de direção intelectual e moral sobre outros grupos subalternos e também acerca do papel dos sujeitos que se constituem os intelectuais orgânicos no processo organizativo dos trabalhadores em empreendimentos de autogestão operária.

Cabe observar que formulações leninistas e trotskistas perpassaram nosso texto, dada a importância, para nossa pesquisa, de questões colocadas por Lênin e Trotsky referentes ao processo de organização dos trabalhadores a partir da base, com vistas à promoção do bloco proletário (os soviets) no poder através de um novo modelo de sistema hegemônico criado a partir da Revolução Bolchevique. Salientamos que as concepções de mútua ajuda e autonomia, que são princípios norteadores da autogestão e que caracterizaram fundamentalmente nossas discussões, têm suas origens nos saberes anarquistas – por exemplo, nas formulações de Kropotkin. Além disso, registramos que o percurso histórico que fizemos foi para observar o/um processo organizativo dos trabalhadores até as formas atuais de organização, em especial as formas autogestionárias a partir de massas falidas capitalistas.

Relativamente à opção dos operários pelo modelo de autogestão, assumida diante das determinações sócio-econômico-administrativas em uma determinada situação de profunda crise de gestão empresarial, materializada no estado falimentar de determinada empresa capitalista, observamos que os operários deixam a condição de trabalhadores assalariados isolados para tomar a posição de sujeitos trabalhadores e gestores de um empreendimento coletivo, cujos saberes precisam se apropriar longo do processo. Como se trata de uma experiência bastante diferente daquilo que eles já vivenciaram ao longo de sua história no mundo do trabalho, há uma necessária desconstrução de saberes e práticas sociais capitalistas que são reconstruídos de acordo com saberes da autogestão, promovendo a transformação nas/das relações de trabalho da gestão empresarial, caracterizadamente desiguais entre os diferentes atores (empregados e empregadores), para novas relações de trabalho – solidárias e com gerenciamento coletivo/cooperativo dos trabalhadores.

Com a perspectiva de comprovar se a organização operária constitui uma nova formação discursiva, foi necessário pensarmos nas condições de formação desta Formação Discursiva, que nomeamos provisoriamente, ao longo de nossas reflexões e análises, e definitivamente nos encaminhamentos analíticos finais de nosso texto, de Formação Discursiva

dos Operários Autogestionários (FDOA). Observamos que os domínios de formação que contribuíram para a instauração da FDOA provêm de saberes anarquistas, anarco-sindicalistas, comunistas, socialistas sobre a autogestão operária, que nós designamos, em nossa pesquisa, de Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA). Trata-se de saberes que rompem com os saberes capitalistas e que orientam as práticas sociais de sujeitos inscritos em formações discursivas sindicais, político-partidários e outras instâncias proletárias – como a da organização autogestionária de trabalhadores.

Considerando o foco de nossa pesquisa – as práticas discursivas dos operários em empreendimentos de produção industrial autogestionária –, tomamos a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) como a Formação Discursiva de Referência (FDR) que estabelece relações de diálogo, de contradição ou até de antagonismo com outros domínios de saberes, aqui apresentados como Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) e Formação Discursiva Empresarial (FDE).

Procedemos à organização de nosso corpus discursivo de análise tendo em vista as condições de produção dos saberes dos operários industriais autogestionários ao longo de sua história e as condições de formação de saberes e de produção de processos discursivos no interior da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA). O corpus foi constituído, prioritariamente, por entrevistas que realizamos com sujeitos autogestionários e com representantes de instâncias apoiadoras da autogestão; mas também foi constituído por materiais de formação político-administrativa, utilizados em cursos e reuniões de trabalhadores cooperados, e por materiais de informação sobre a autogestão, alguns de circulação interna nos empreendimentos e sindicatos, e outros de circulação externa a tais instâncias.

Recortamos e analisamos Sequências Discursivas de Referência (SDRs – seqüências discursivas da Formação Discursiva de Referência: a FDOA), a partir de falas de operários inseridos em empreendimentos industriais de autogestão – especificamente, falas de trabalhadores-associados da Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas/ CTMC –, organizando-as em diferentes seções, de acordo com os saberes nelas acionados que fazem emergir ora saberes empresariais, herdados das relações de trabalho capitalista (empregado-patrão), e ora saberes autogestionários, com princípios solidários, democráticos, autônomos. As análises destas seqüências discursivas de referência (SDRs) mostraram que as práticas discursivas

dos operários autogestionários são profundamente marcadas pela contradição, pelo confronto de sentidos. Atribuímos a esta constatação, entre outras razões, o fato de se tratarem de sujeitos que, antes da autogestão do empreendimento, estiveram inseridos em uma empresa capitalista, cujas relações de trabalho estavam fortemente marcadas pela posição de subordinação dos empregados aos mandos patronais. Em outras palavras, está colocada a cultura de firma, segundo a qual os trabalhadores ocupam uma posição de inferioridade no interior da empresa, não tem capacidade de gerenciar os negócios, cabendo-lhes o trabalho braçal ou, no máximo, a função de auxiliares administrativos. Esta concepção precisa ser superada para que a gestão coletiva, solidária, democrática e igualitária dos operários possa se instaurar enquanto modalidade de gestão antagônica à gestão empresarial capitalista. Entretanto, essa superação implica a desconstrução dos saberes e práticas do mundo do trabalho capitalista, das relações de submissão/dominação, e a reconstrução destes saberes e práticas segundo os princípios autogestionários. Como não se trata de um processo simples e de curto tempo – pelo contrário, ele é extremamente complexo –, evocamos a concepção leninista da necessária *paciência histórica* que os fomentadores da autogestão, ou seja, os intelectuais orgânicos, precisam cultivar, o que significa a aposta e contribuição contínua no processo de desarranjo e rearranjo de saberes empresariais que teimam em emergir. É fundamental não esquecer que o empreendimento com relações solidárias e de mútua ajuda insere-se na dinâmica de mercado altamente competitivo e individualista e, para sobreviver, ele precisa tornar-se competitivo em relação às demais empresas capitalistas. Assim, a inserção da cooperativa no mercado, cujas relações são empresariais, associada ao fato de os trabalhadores terem ocupado o lugar de empregados na empresa capitalista, provocam freqüentemente ressonâncias de saberes e práticas, que são antagônicos aos da autogestão operária, nas discursividades dos sujeitos autogestionários.

Também fizemos recortes e análises de Sequências Discursivas (SDs), coletadas de depoimentos de representantes da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA), no interior da qual se situam instâncias de apoio à autogestão operária, responsáveis por instigar e contribuir na organização dos trabalhadores para a constituição de empreendimentos autogestionários. Trata-se de sequências discursivas recortadas de falas de representantes sociais, políticos e sindicais como do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMEC), da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos

Internacionais (SEDAI/1999-2002), da Bancada da Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL-AL/RS) na Assembléia Legislativa do RS. Elas nos permitiram tecer discussões acerca das práticas de divulgação dos princípios de autogestão e das importantes contribuições destas instâncias para que fossem viabilizados os empreendimentos de gestão operária.

Considerando que a organização de trabalhadores não se dá por geração espontânea mas resulta do trabalho constante de instigação e acompanhamento ao operariado por agentes que defendam interesses comuns, as instâncias inscritas nos domínios da Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) tiveram papel fundamental no processo de instauração da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) – o que pudemos observar de perto, especificamente, na constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) e nas suas relações de trabalho. Ressaltamos que foi a junção de diferentes forças orgânicas – Sindicato, Partido Político, ANTEAG, SEDA/RS e outros – que propiciou o surgimento desta cooperativa e de outras. Cabe ponderar que o processo não se conclui quando ocorre a criação jurídica do empreendimento coletivo e a aquisição dos meios de produção pelos trabalhadores. Pelo contrário, a efetiva instauração das relações solidárias na autogestão se dá na vivência cotidiana das práticas sociais e discursivas de participação de todos nas tomadas de decisão, seja nos planejamentos da produção, seja na distribuição dos resultados econômicos, seja nos investimentos da cooperativa, etc.

A articulação de complexas relações que se estabelecem entre diferentes formações discursivas, como a Formação Discursiva Empresarial (FDE) e a Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária (FDPPA) com a Formação Discursiva de Referência em nossa tese – a Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA) – fazem suscitar, em última instância, discussões acerca dos antagonismos entre capital e trabalho. A gestão coletiva de um empreendimento de produção industrial, assumida por trabalhadores a partir de uma massa falida capitalista, articulando relações solidárias de trabalho em seu interior e crescimento produtivo na dinâmica mercadológica, põe em pauta a questão da luta de classes, a contraposição capital X trabalho. Nesse sentido, remetemos à experiência autogestionária da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC) em que a cooperação caracteriza as relações de trabalho coletivo, desde o planejamento do processo produtivo – em equipes de trabalho, conselhos e assembléias gerais –, o desenvolvimento das tarefas (*o fazer* propriamente dito), até a avaliação do processo e distribuição dos resultados, bem como o processo de formação política e

técnica dos associados da cooperativa. Por um lado, as relações de mútua ajuda, democracia e autonomia devem caracterizar as práticas autogestionárias no interior da cooperativa, ainda que indícios de posturas individualistas e competitivas, herdadas da gestão empresarial, teimem em emergir; por outro, o empreendimento autogestionário precisa se viabilizar economicamente, o que significa estar em condições de oferecer produtos altamente qualificados e competitivos no mercado capitalista.

A constituição e viabilização econômica de empreendimentos autogestionários de trabalhadores, na verdade, contraria saberes historicamente defendidos por classes sócio-econômico-políticas hegemônicas, segundo os quais os trabalhadores não têm capacidade de gerenciar um empreendimento, uma empresa. Acerca disso, é pertinente retomar parte da fala de Osmarino sobre os sete (07) anos de criação da CTMC: “*Provamos que somos capazes quando, em maio de 2001, assumimos esta empresa com 101 trabalhadores e hoje com 140 sócios com vez e voz, expandindo os negócios (...)*”, apresentada como Sdr 2, na seção 3.1. *Breve Contextualização do Processo de Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)*. Afirmar e mostrar a capacidade de gestão operária, quando os antigos empresários não conseguiram evitar a falência da empresa, tem um significado muito importante para a organização das massas populares por romper com um conjunto de saberes empresariais – de suposta relação de capacidade patronal e incapacidade operária de gerenciamento –, profundamente impregnados na sociedade civil.

No empreendimento autogestionário, ainda que o processo de desarranjo e rearranjo de saberes – da gestão empresarial capitalista para a autogestão – se caracterize como um processo não-linear, que não está imune a contradições, a vivência das relações solidárias de trabalho revela que predominam os saberes e práticas sociais da autogestão operária em relação aos saberes da gestão tradicional capitalista. A grosso modo, é a transformação se sobrepondo à reprodução.

As análises das práticas discursivas dos sujeitos autogestionários permitiram pensar que, por exemplo, a participação coletiva nas instâncias de decisão, sobre o processo produtivo, passou a ser algo importante para o trabalhador quando ele começa a desconstruir a concepção de que é cabível a não-participação dos operários, dos empregados, e reconstruí-la para um saber segundo o qual cabe a tomada das decisões (*ter voz*) aos que promovem a transformação da

matéria-prima em mercadoria, que, na verdade, são os que geram sobras que, por sua vez, são apropriadas indevidamente pelos empregadores.

Relativamente à subjetividade dos sujeitos autogestionários, observamos que o operário deixa de ser apenas “funcionário” de alguém (patrão) e torna-se trabalhador e gestor – mentalidade / cultura que precisa ser incorporada pelo conjunto de trabalhadores para que o próprio processo autogestionário seja assegurado. Nesse sentido, lembramos da associação ilustrativa do trabalhador-associado da CTMC, João Henrique, que diz que um soldador, ao levantar a máscara protetora das faíscas da soldagem, já não é mais um profissional técnico (soldador), mas um sujeito agente do processo cooperativo autogestionário, co-responsável pela gestão do empreendimento industrial no qual está inserido.

Nosso percurso teórico-analítico permitiu observar que são diversas e contraditórias as faces que ora se mostram e ora se escondem nas práticas de autogestão operária. Reportando-nos a algumas questões que levantamos, no início do segundo capítulo, podemos dizer que seguramente as formas como os operários se colocam antes da massa falida e depois da instauração do empreendimento autogestionário revelam-se totalmente distintas. Se antes, na empresa capitalista, as posturas eram de submissão aos patrões, agora, na cooperativa, os trabalhadores são estimulados a opinar, planejar e avaliar sobre o processo produtivo nas instâncias deliberativas – grupos de trabalho, conselhos e assembleias. Ponderamos, no entanto, que ainda são percebidos traços das relações empresariais que teimam em emergir nas práticas dos sujeitos autogestionários, como, por exemplo, indícios de individualismo, de não-participação e de concepção/percepção de incapacidade operária quanto ao gerenciamento da produção. Diante disso, somos conduzidos a pensar que a transformação operada na experiência autogestionária supera muitas das práticas de reprodução das relações de exploração capitalista, mas não na sua totalidade.

A observação do processo de superação destas práticas deve vir associada à concepção de não-linearidade e não-estabilidade que caracteriza a desconstrução e reconstrução de saberes e práticas, processo constitutivamente contraditório – conforme já ponderamos reiteradas vezes. É fundamental, nas discussões acerca da autogestão operária, considerar o fato de que o empreendimento autogestionário não é uma “ilha”, visto que se insere na dinâmica mercadológica. As relações solidárias de trabalho caracterizam as práticas sociais e discursivas

para dentro do empreendimento – ou seja, nas relações estabelecidas entre seus associados –, estendendo-se a instâncias que dialogam com os saberes autogestionários. Estes empreendimentos de autogestão operária precisam também estabelecer relações de mercado – que implicam posturas/práticas competitivas – para fora dele, por uma questão de sobrevivência econômica. Nesse sentido, um dos grandes desafios colocados para os sujeitos autogestionários é instigar constantemente as discussões acerca dos princípios da autogestão para que sejam mantidas as relações de solidariedade, de democracia e de autonomia nas suas práticas sociais.

Diante disso, pensamos na categoria da contradição que é inerente às práticas sociais e políticas construídas historicamente no movimento proletário; e que, na perspectiva da Análise do Discurso, é constitutiva dos processos discursivos – que significa dizer que os discursos produzidos na e sobre a autogestão estão prenhes de contradições. É na ancoragem de teoria e prática que a produção, reprodução e transformação de sentidos, saberes, práticas, acontecem, trazendo o contraditório. Somos conduzidos ainda a pensar no atravessamento de outros saberes na formação discursiva (FD), cujas fronteiras são porosas e cujos sentidos, opacos. Cabe observar que as formações discursivas têm suas origens, não na materialidade da língua, mas na confluência com o real da história.

Ancorados em nossas leituras, reflexões e análises, apresentadas na presente tese, em relação à discursivização das práticas de gestão operária, trazemos ainda outra questão que diz respeito ao papel sócio-histórico-político e econômico das cooperativas de autogestão. O estabelecimento das relações solidárias e de mútua ajuda se constituem a principal característica dos empreendimentos autogestionários de trabalhadores, articuladamente ao fornecimento qualitativo dos resultados de produção. Tais práticas sociais devem propagar-se em redes solidárias de economia com outros empreendimentos autogestionários e grupos sociais proletários que se propõem a orientar suas práticas pelos princípios da solidariedade e mútua ajuda. Isso conduz a pensar a autogestão, em uma perspectiva sócio-histórica, como opção prática de agregar as massas populares de diferentes regiões e até nações, incluindo trabalhadores em redes solidárias e práticas sócio-político-ideológicas, alternativas às práticas de exploração capitalista, para fora do próprio empreendimento autogestionário.

Simultaneamente ao estabelecimento de relações solidárias com outras experiências de autogestão, o empreendimento autogestionário, muitas vezes, opta pelo seu ingresso na

dinâmica produtiva mercadológica, com vistas à obtenção de dividendos econômicos para a empresa de autogestão. Dessa forma, o empreendimento autogestionário operário se comporta, no mercado, como se fosse uma empresa capitalista. A questão que se coloca é se tal prática se trata de uma adaptação a novas formas de o capital se apresentar e, por consequência, a possibilidade de os sujeitos autogestionários reverem suas concepções e deixarem sucumbir os princípios da autogestão como norteadores de suas relações solidárias de trabalho. Ponderamos que se trata de uma questão que está colocada permanentemente em pauta nas discussões realizadas por instâncias promotoras e instigadoras da autogestão.

Diante disso, retomamos a questão segundo a qual determinadas “fraturas” no modo de produção das relações de produção propiciam “esfacelamentos” nos modelos de produção capitalista, abrindo “brechas” nas quais o proletariado pode se instalar, como é o caso da organização operária autogestionária. De modo semelhante à existência das contradições (“brechas”) da Formação Discursiva Empresarial (FDE) que permitiu o surgimento da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA), cujos saberes são antagônicos entre si, as contradições (“brechas”) da organização autogestionária podem propiciar o retorno a saberes que são próprios da gestão empresarial. Cabe, aos sujeitos da e na autogestão, a retomada e o debate contínuo acerca dos princípios autogestionários, negando/evitando com veemência a *cultura de firma* em favor do cultivo da *cultura da participação e da ajuda mútua*. Vale lembrar ainda que a autogestão operária, enquanto espaço da transformação, se faz no próprio processo de produção e reprodução de saberes e práticas solidárias, ao mesmo tempo em que saberes e práticas capitalistas são desarranjados e rearranjados.

Nesse momento em que tecemos o desfecho de nossas reflexões e análises, ainda que as discussões em torno das práticas discursivas dos sujeitos autogestionários estejam longe de serem esgotadas – se é que isto é possível –, ponderamos que a presente tese, mais do que um estudo acadêmico que se situa no campo dos Estudos da Linguagem, pretende dialogar e somar-se a outras pesquisas acadêmicas, desenvolvidas em outras perspectivas/campos do conhecimento científico; mas que, fundamentalmente, nossa pesquisa represente uma contribuição para as discussões dos intelectuais orgânicos e sujeitos agentes no e do processo sócio-histórico da organização operária autogestionária, no fomento dos princípios da autogestão e na superação de estrangulamentos do próprio processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre (Org.). **Papel da memória**. Campinas/SP: Pontes, 1999
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 9ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2003.
- _____. **Sobre a Reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.
- _____. A Filosofia como Arma Revolucionária. Entrevista realizada por Maria Antonieta, em Paris, e publicada em 01/02/68. *In*: SADER, Emir. **Vozes do Século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade Enunciativa. *In*: GERALDI, João Vanderlei. **Cadernos de Estudos Lingüísticos – 9**. Campinas: Unicamp / IEL, jul-dez, pp. 25-41, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. São Paulo: Pontes, 1988.
- _____. **Problemas de Lingüística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel Difusão Editorial; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: UDEC, 1992.

- BROUÉ, Pierre. Um escaldante inverno em Moscou. Tradução de Francine A. H. Roche. *In*: ACHÜLLER, F. (Org.). **A experiência do século**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura & Palmarica, 1992.
- BÚRIGO, F.; MAGALHÃES, R.; MICHELON, A.; PARENTE, S. **Guia para Constituição de Cooperativas de Crédito Rural Solidárias**. Série “Cadernos Coopersol”. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília, outubro/2006.
- CAMP-Centro de assessoria Multiprofissional. **Economia Popular Solidária – Pesquisa/Ação**. Porto Alegre: Ed. Evangraff, 2002.
- CARBONI, Florence. **Introdução à Lingüística**. Série 2 – Ciências Humanas. Coleção Biblioteca Universitária. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A Linguagem Escravizada: língua, história, poder e luta**. 2ª edição (revista e ampliada). São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.
- CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão – o nascimento das ONGs**. Tradução de Luiz R. S. Malta e de Mônica Ceolotto Galati. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CHAVES, Otávio Urquiza. A intercooperação de trabalho, crédito e habitação no Rio Grande do Sul. *In*: SINGER; SOUZA (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Coleção Economia. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 303-314.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos/SP: Claraluz, 2006.
- _____. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. *In*: INDURSKY, Freda; LEADRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Coleção Ensaios, nº 12. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. Définition d’orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *In*: **Philosophiques**. Vol. IX, nº 2, octobre, 1982.

- _____. Quelques problèmes et méthodologiques en analyse du discours; à propôs du discours communiste adressè aux chrétiens. *In: Langages* – n° 62 (9-127). Paris, juin 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours? *In: Materialités discursives*. Colloque des 24, 25 e 26 avril, 1980. Nanterre: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- DEUTSCHER, Isaac. **A Revolução Inacabada: Rússia 1917-1967**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Coleção Bases – 13. 9ª edição, São Paulo: Global, 1988.
- _____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de José Silveira Paes. Coleção Bases/45. São Paulo: Global, 1984.
- FARINA, Sérgio. **Referências Bibliográficas e Eletrônicas**. São Leopoldo: COOPRAC / UNISINOS, 1997.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 2000.
- FERRO, Marc. **Dos Soviets à Burocracia**. Porto Alegre/RS: Imprensa Evangraf, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976) Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. **A arqueologia do saber**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GADET, Fraçoise; HAK, Toni (orgs). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani (et al.). 3ª edição, Campinas/SP, Ed. UNICAMP, 1997.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível: O Discurso na História da Lingüística**. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas/SP, Pontes, 2004.

- GAVRÍLON, Vladimir. **Sobre a obra de Lênin “A revolução Proletária e o Renegado Kautsky”** Tradução de Maria Pais. Moscovo: Edições Progresso, 1986.
- GIEHL, Pedro Roque. **FUNDOPEM: instrumento público de descentralização ou reforço à concentração industrial no Rio Grande do Sul?** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- GIEHL, Pedro R.; ANDRIOLLI, Antônio I. **PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas.** Santa Rosa/RS: Cooperluz, 1987.
- GONÇALVES, Juarez (Entrevistador). **Leituras da Crise: Diálogos sobre o PT, a Democracia Brasileira e o Socialismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GONZÁLEZ, Paul (Org.). **Empresa Social e Globalização – Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente.** São Paulo: Edições ANTEAG / YANGRAF, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere.** Seleção e tradução de Noêmio Spínola. 3ª edição. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1987.
- _____. **Concepção Dialética da História.** 4ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 4ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 3ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **A Construção do Partido Comunista.** Turim: Edições Einaudi, 1923-1924.
- GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de Fábrica.** Tradução de Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA SOVIÉTICA. 2ª edição, Moscou: Editora Científica do Estado, 1956, v. 39.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos.** 2ª edição, São Carlos/SP: Claraluz, 2006.

- GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia**. Campinas: Unicamp, 2002.
- GRUPPI, Luciano. **O Pensamento de Lênin**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2004.
- _____. **Semântica do Acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002.
- HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET & HAK, **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: São Paulo, Editora da UNICAMP, 1992.
- HERNÁNDEZ, José Maria; CISNEROS, Rubio. Romantismo Político. *In*: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 1083-88.
- HORVART, **Socialismo Autogestionário: origens e evolução**. São Leopoldo / Rio de Janeiro: CECA / Centro de Cultura Socialista, 1990.
- IANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo – Ensaio sobre o Pensamento de Marx**. 3ª edição, Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.
- IANNI, Octávio (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Marx**. Karl Marx: sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais/10; 8ª edição, São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- INDURSKY, Freda. **A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação**. Anais da ANPOLL, 2000.
- _____. **A fala dos quartéis e outras vozes**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

- INDURSKY, Freda; LEADRO FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Coleção Ensaios, n° 12. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- KONDER, Leandro. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- KROPOTKIN, Piotr A. A ajuda mútua na sociedade moderna. *In*: TRATEMBERG, Maurício (Org.). **Kropotkin: textos escolhidos**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1987.
- LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.
- LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução: a doutrina marxista do estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Tradução de Javert Monteiro. Coleção Bases/51. São Paulo: Global, 1987(a).
- _____. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckrman. Coleção Bases/23. 4ª edição, São Paulo: Global, 1987(b).
- _____. **Obras Escolhidas. Tomo 1**. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1982.
- _____. **Obras Escolhidas. Tomo 2**. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1980(a).
- _____. **Obras Escolhidas. Tomo 3**. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1980(b).
- _____. Sobre a Cooperação. *In*: **Obras Escolhidas**. Tomo 3. Editora Alfa-Omega. São Paulo: 1980(b).
- LOPREATO, Cristina Roquette. **O Espírito de Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.
- LÖWY, Michael. **Marxismo e Religião na América Latina**. Tradução de Ricardo Rabelo. Coleção Democracia Socialista – Volume III. Porto Alegre/RS: Ed. Aparte Ltda, 1987.
- _____. Stalinismo. *In*: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 1179-0.
- _____. **Método Dialético e Teoria Política**. Tradução de Reginaldo Di Piero. Coleção Pensamento Crítico – Vol. 5. 3ª edição, RJ: Paz e Terra, 1985.

- LÖWY, Michael; BENSÂID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. Organização e apresentação de José Corrêa Leite. Tradução de Alessandra Ceregatti, Elisabete Burigo e João Machado. São Paulo: Xamã, 2000.
- MANCUSO, Eduardo. **Marxistas**. Porto Alegre/RS: Renascença, 2001.
- MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Ed. Aparte, 1987.
- _____. **Introdução ao marxismo**. Tradução de Mariano Soares. 4ª edição, Porto Alegre/RS: Ed. Movimento, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências da Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes / Ed. Unicamp, 1989.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Carlos Bruni [et al.]. Coleção Os Pensadores/12. 5ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política - Volume II**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R Kothe. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Manifesto do partido Comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Coleção Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.
- _____. **Salário, Preço e Lucro**. Tradução de Olinto Beckerman. Coleção Bases/28. 5ª edição, São Paulo: Global Editora, 1987.
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política - Volume I**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R Kothe. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. In: MARX; ENGELS. Obras Escolhidas – Volume 1, São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d, pp. 304-312.

- _____. **Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores.** *In:* MARX; ENGELS. *Obras Escolhidas – Volume 1*, São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d, pp. 313-321.
- _____. **Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores.** *In:* MARX; ENGELS. *Obras Escolhidas – Volume 1*, São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d, pp. 322-5.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas – Volumes I, II e III.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.
- MARTÍN, Francisco Alvira. Social-democracia. *In:* SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 1135-7.
- MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua.** Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1987.
- MIRANDA, Orlando (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Troski.** Leon Trotski: política. Coleção Grandes Cientistas Sociais/22. São Paulo: Ática, 1981.
- MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia – os Filósofos do Ocidente.** Tradução do italiano de Benôni Lemos. Revisão de João Bosco de Lavor Medeiros. Coleção Filosofia-3. 8ª edição, São Paulo: Ed. Paulus, 1981.
- MOYANO, Rosa. Materialismo Histórico. *In:* SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 728-0.
- NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. *In:* SINGER; SOUZA (Orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** Coleção Economia. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 65-80.
- NASCIMENTO, Cláudio; LÖWY, Michael. **Marxismo e Socialismo na América Latina.** Porto Alegre/RS: Imprensa de Evangraf, 1989.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 4ª edição, Campinas/SP: Pontes, 2004.
- _____. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso.** 4ª edição, Campinas/SP: Pontes, 2003.

- _____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 5ª edição, Campinas/SP: Pontes, 2003.
- _____. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3ª edição, Campinas/SP: Pontes, 2003.
- _____. **Entremeio e Discurso: interpretação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.
- _____. **Gestos de leitura**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1994.
- _____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise do discurso. *In: DELTA 2* (10), pp. 295-307, fev.1994.
- _____. **Discurso e Leitura**. Coleção *Passando a limpo*. 2ª edição, São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Ed. UEC, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3ª edição, Campinas/SP, Pontes, 2002.
- _____. Papel da Memória. *In: ACHARD, Pierre (Org.). Papel da memória*. Campinas/SP: Pontes, 1999.
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani (et al.). 3ª edição, Campinas/SP, Ed. UNICAMP, 1997(a).
- _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 3ª edição, Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1997(b) .
- _____. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In: ZIZEK Slavoj. Um Mapa da Ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. RJ: Contraponto, 1996, pp. 143-152.
- _____. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, Eni P. (Org.). Gestos de leitura*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1994.
- _____. La Sémantique et la Coupure Saussurienne: langue, language et discours (1971). *In: MALDIDIER, Denise (Org.). L'inquiétude Du discours*. Paris: Ed. Des Cendres, 1990.
- _____. Rémontémos de Foucault a Spinoza. *In: El discurso político*. Universidad Nacional Autónoma de México: Editorial Nueva Imagem, 1980.

- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas (1975). *In.*: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani (et al.). 3ª edição, Campinas/SP, Ed. UNICAMP, 1997.
- PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. *In.*: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Coleção Economia. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 31-48.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Que a união operária seja nossa pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria/RS: Ed. UFSM; Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A Classe Operária no Brasil: 1889-1930**. (Documentos) – Volume I – O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. **A Classe Operária no Brasil: 1889-1930** – Volume II – Condições de Vida e de Trabalho, relações com Empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PLATÃO. **Diálogos III – Apologia de Sócrates, Criton, Fédon**. Tradução de Fernando Meiro. Coleção *Livros de Bolso Europa-América*. 2ª edição, Portugal: Publicações Europa-América, LDA, S/d.
- POULANTZAS, Nicos. **Teorias das Classes Sociais**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- _____(1947) **Gramsci e a questão religiosa**. Tradução de Luiz João Galo. 2ª edição, São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- QUINTANA, Juan Blasco. Internacional. *In.*: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 631-2.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do romantismo até nossos dias**. Volume 3. Coleção Filosofia. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- RUSSEL, Bertrand. Sobre el denotar. *In.*; SIMPSON, Thomas Moro (Org.). **Semántica Filosófica: problemas e discusiones**. Buenos Aires: Siglo XXI de España Editores S.A., 1973.

- SADER, Emir (Org.). **Gramsci – Poder, Política e Partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. **Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. (Org.). **Vozes do Século**. Entrevistas da New Left Review. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. (Org.). **O mundo depois da queda**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SANTOS, Theotonio dos. **Conceito de Classes Sociais**. 5ª edição, Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, S/d.
- SÉRIOT, Patrick. Linguística Nacional ou Linguística Nacionalista. *In: Línguas e instrumentos lingüísticos – nº 6*. Campinas/SP: Pontes, 2001.
- SILVA, Benedicto (Coord. Geral); **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Coleção Economia. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOARES, Jeronymo Barbosa. **Gramática Philosophica da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.
- SOUZA, Herbert de. Gestando uma nova cultura: ANTEAG. **Autogestão – A Revista da Autogestão**. São Paulo: ANTEAG, 1997.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **Breve Análise do Marxismo**. São Paulo: Centro de Capacitação Cristã, 1988.
- SPINOZA, Baruch. **Tratado Político**. São Paulo: Ed. Ícone, 1994.

- _____. **Pensamentos Metafísicos; Tratado da Correção do Intelecto; Ética.** Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí. Traduções de Marilena de Souza Chauí [et al.]. Coleção Os Pensadores. 5ª edição, São Paulo: Nova Cultura, 1991.
- STACCONE, Giuseppe. **Gramsci: Bloco Histórico e Hegemonia.** São Paulo: CPV, 1987.
- TAUILLE, José Ricardo. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- TANAKA, Michiko. Maoísmo. In: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 718-1.
- TCHOUGOUNNIKOV, Sergeï. **O círculo de Bakhtin nos contextos soviéticos / russo europeu.** Curso Livre ministrado no PPGL/UFRGS, de 25 a 28 de outubro de 2006.
- TROTSKY, Lev. **Textos de Leon Trotski.** Seleção, tradução e revisão de Orlando Miranda [et al.]. Tradução de Monique Faleck [et al.]. Coleção Grandes Cientistas Sociais – 22. São Paulo: Ática, 1981(a).
- _____. **A revolução desfigurada.** São Paulo: Global Editora, 1981(b).
- _____. **A revolução traída.** São Paulo: Global Editora, 1980.
- _____. **As lições de outubro.** Coleção bases 14, São Paulo: Global, 1979.
- UTECHIN, S.V. Soviete. In: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 1179.
- VELHO, Otávio Guilherme. Hegemonia. In: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986, pp. 543-4.
- ZANDWAIS, Ana (Org.). **Mikhail Bakhtin: contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos.** Porto Alegre/RS: Sagra Luzzatto, 2005(a).
- _____. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Paulo: Claraluz, 2005(b), pp. 143-156.

_____. Dispositivo de luta política da classe operária brasileira na Primeira República: processo de interpelação do sujeito operário através da imprensa paralela. *In: Questões de Escrita*. Passo Fundo: UPF, 2005, pp. 12-29.

_____. Linguagem e Ensino: saberes lingüísticos e literários dominantes em compêndios escolares. *In: Organon*. Vol. 17, nº 35. Porto Alegre/RS: Revista do ILETRAS/UFRGS, 2003.

_____. **Saberes sobre o Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no Estado Novo: dos pressupostos do Plano Nacional de Educação às Práticas de Correção de Textos no Colégio Dom Pedro II**. Trabalho Apresentado na XVII ANPOL, 2002.

_____. **O Funcionamento da Orações Relativas: do deslizamento da Gramática de Port-Royal para a língua hebraica à condição de determinação em AD**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2001.

ZIZEK, Slavoz. **Às Portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917**. Tradução de Luiz Bernardo Pericás, Fabrício Rigout e Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____(Org). **Um Mapa da Ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos Modernos: discurso e representação política**. Coleção *Momento*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1997.

Bibliografia Eletrônica:

< www.cut.org.br > **Portal Mundo do Trabalho**. CUT / Brasil. Quem somos? Acessado em 10/07/2007.

< www.cgt.org.br > **Central Geral dos Trabalhadores**. CGT / Histórico. Acessado em 10/07/2007.

< <http://www.anteag.org.br/> > **Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão**. Quem somos. Educação/Assessoria. Notícias. Pesquisa. Acessado em 08/04/2006, 11/11/2006, 25/03/2007 e 20/06/2007.

- < <http://www.ctmc.ind.br/> > **CTMC**. A Empresa. Notícias. Novidades. Na Mídia. Acessado em 06/04/2006, 19/04/2006, 25/03/2007
- < http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores > **Partido dos Trabalhadores**. A Fundação. Ideologia partidária Oficial. Tendências Partidárias. Raízes Ideológicas. Governo Lula. Controvérsia. Acessado em 01/03/2007, 22/06/2007, 30/08/2007.
- < <http://www.psol.org.br/nacional/> > **Partido Socialismo com Liberdade**. Estatuto. Programa Tendências. Acessado em 01/03/2007 e 22/06/2007.
- < <http://www.vermelho.org.br/pcdob/> > **Partido Comunista do Brasil**. O que é e o que quer. Programa Socialista. Estatuto Fo PCdoB. Documentos Históricos. O que é ser comunista. Acessado em 01/03/2007.
- < <http://www.pcb.org.br/> > **Partido Comunista Brasileiro**. Partidos Comunistas. Notícias. Acessado em 02/03/2007.
- < <http://www.pstu.org.br/> > **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**. História. Programa. Acessado em 02/03/2007 e 22/06/2007.
- < <http://www.pco.org.br/> > **Partido da Causa Operária**. Conheça o PCO. Biblioteca Marxista Digital. IV Internacional. Acessado em 03/03/2007 e 22/06/2007.
- < <http://www.democraciasocialista.org.br/ds/> > **Democracia Socialista** – Jornal *Em Tempo*. Quem Somos. Boletim Eletrônico. Perspectiva Internacional. PT. Arquivo. Acessado em 03/03/2007, 10/03/2007 e 22/06/2007.
- < www.pvrs.org.br > **Partido Verde**. Histórico e Notícias. Acessado em 10/07/2007.
- < www.pv2.interjornal.com.br/filiese.kmf > **Partido Verde**. Notícias. Acessado em 10/07/2007

ANEXO I:

LISTA DE SIGLAS

Siglas	Detalhamento das Siglas
AAD	Análise Automática do Discurso
ACIS	Associação pela Cidadania e Inclusão Social Dom Helder Câmara
AD	Análise do Discurso
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AE	Articulação de Esquerda
AI-5	Ato Institucional nº 5
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
AL / RS	Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COB	Confederação Operária Brasileira
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
COOPERMETAL	Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma / SC
COPPE	Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos / UFRJ
CORAG	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
CP	Condições de Produção

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRDTR	Centros Regionais de Desenvolvimento Trabalho e Renda
CTMC	Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DS	Democracia Socialista
EAPS	Empresa Alternativa de Produção Socializada
ECOSOL	Economia Solidária
ECOPOPSOL	Economia Popular Solidária
EJA	Educação para Jovens e Adultos
FD	Formação Discursiva
FDAR	Formação Discursiva Anarquista Russa
FDE	Formação Discursiva Empresarial
FDPPA	Formação Discursiva Político-Pedagógica Autogestionária
FDOA	Formação Discursiva dos Operários Autogestionários
FDR	Formação Discursiva de Referência
FGTS	Fundo de garantia do Tempo de Serviço
FI	Formação Imaginária
FId	Formação Ideológica
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Formação Social
FSM	Fórum Social Mundial
FUNDSOL	Fundação Solidariedade de Formação e Capacitação de Trabalhadores
GERALCOOP	Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba Ltda
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / UFRJ
JUC	Juventude Socialista Católica
MP	Modo de Produção
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PV	Partido Verde
RENACI	Rede Nacional de Cooperação Industrial
RS	Rio Grande do Sul
SD	Seqüência Discursiva
SDR	Seqüência Discursiva de Referência
SEDAI	Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SETCAS	Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social
SHS	Sistema Habitacional Strategia
STIMMEC	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade Regional do Vale dos Sinos
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ANEXO II:

LISTA DE QUADROS

	QUADROS	Página
I -	Saberes da Gestão Capitalista e Saberes da Autogestão Operária	124
II -	Saberes da Formação Discursiva dos Operários Autogestionários (FDOA)	174
III -	Saberes da Formação Discursiva Empresarial	178
IV -	Saberes da Formação Discursiva Anarquista Russa (FDAR) e Saberes da ANTEAG	183

ANEXO III:

MATERIAIS DE ANÁLISE

I – CADERNOS DE FORMAÇÃO:

1. **Formação de autogestão: história, legislação e funcionamento.** Série: Economia Popular e Solidária; Responsabilidade: Anteag e Escola de Trabalhadores 8 de Março; Porto Alegre: CORAG, 2000/2001.
2. **O trabalho e o fluxo de produção.** Série: Economia Popular e Solidária; Responsabilidade: Anteag e Escola de Trabalhadores 8 de Março; Porto Alegre: CORAG, 2000/2001.
3. **Comunicação e autogestão.** Série: Economia Popular e Solidária; Responsabilidade: Anteag e Escola de Trabalhadores 8 de Março; Porto Alegre: CORAG, 2000/2001.
4. **Organização da empresa: produção e administração.** Série: Economia Popular e Solidária; Responsabilidade: Anteag e Escola de Trabalhadores 8 de Março; Porto Alegre: CORAG, 2000/2001.
5. **Faturamento.** Série: Economia Popular e Solidária; Responsabilidade: Anteag e Escola de Trabalhadores 8 de Março; Porto Alegre: CORAG, 2000/2001.
6. **Socioeconomia Solidária: construindo a Democracia Econômica.** Série: Semeando Socioeconomia – nº 2. Responsabilidade: PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul); Rio de Janeiro: Teatral, outubro/2000.
7. **Histórias de Socioeconomia Solidária.** Série: Semeando Socioeconomia – nº 3. Responsabilidade: PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul); Rio de Janeiro: Teatral, novembro/2000.
8. **Constituindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.** Série: Semeando Socioeconomia – nº 4. Responsabilidade: PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul); Rio de Janeiro: Teatral, 2000.

II – PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA:

1. **CTMC arremata área da Vogg em leilão.** Diário de Canoas, Geral, 18 de janeiro de 2005, p. 9.

2. **Seminário discute redes de economia popular.** Diário de Canoas, Geral, 18 de janeiro de 2005, p. 9.
3. **Experiências de economia solidária inspiram debate.** Diário de Canoas, Geral, 24 de janeiro de 2005, p. 5.
4. **Economia Solidária em discussão na Unilasalle.** Diário de Canoas, Geral, 16 de outubro de 2005, p. 7.
5. **Ministro venezuelano conhece trabalho realizado na CTMC.** Diário de Canoas, Geral, 19 de outubro de 2005, p. 9.
6. **União dos funcionários salvou antiga Geral.** Correio do Povo, Caderno *Economia*, 19 de fevereiro de 2006, p. 10.
7. **RS foi precursor no sistema.** Correio do Povo, Caderno *Economia*, 19 de fevereiro de 2006, p. 10.

III – PUBLICAÇÃO / LIVRO:

1. LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

IV – ENTREVISTAS:

1. **Edson Pilatti**, assessor liberado pela ANTEAG no RS, em 18 de abril de 2006.
2. **Elvino Bohn Gass**, Deputado Estadual (PT/RS), dirigente sindical e partidário, em 10 de maio de 2006.
3. **Flávio José Fontana de Souza**, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (STIMMIC) e vice-presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos/RS, em 29 de fevereiro de 2008.
4. **Pedro Roque Giehl**, supervisor do Programa de Crédito Fundiário no RS (MDA/IICA), professor universitário (UNIJUÍ), dirigente partidário (PT) e ativista social, em 22 de março de 2008.
5. **Operários autogestionários (CTMC):**
 - 5.1. Primeira rodada, em 26/10/2006, com João Paulo Nunes Aires e Luiz Freitas de Souza; e, em 08/11/2006, com Paulo Roberto da Silva Soares.
 - 5.2. Segunda rodada, em 10/09/2007, com Nicolau Barcelos dos Santos, Osmar Machado Barbosa, Márcio de Assis Mendes, Francisco Orlando dos Santos; e, em 11/09/2007, com João Henrique Barbosa da Silva (vice-presidente da CTMC)
 - 5.3. Terceira rodada em 12/05/2008 com João Henrique Barbosa da Silva (vice-presidente da CTMC)

ANEXO IV:

**QUESTÕES DIRIGIDAS AOS OPERÁRIOS AUTOGESTIONÁRIOS DA
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE
CANOAS DURANTE ENTREVISTAS EM 2006, 2007 e 2008**

Primeira Rodada de Entrevistas (26/10/2006 e 08/11/2006):

1. Você foi trabalhador da Vogg (Metalúrgica capitalista) antes da falência? Como foi?
2. Como é trabalhar aqui na cooperativa, na CTMC?
3. Por que você veio trabalhar aqui? E isso que você esperava?
4. Você é sócio do sindicato (STIMMEC)? Desde quando? Por quê?
5. Você participou da organização da CTMC? Se participou, conte como foi? E se não, o que ouviu falar sobre ela?
6. Como vocês decidem sobre os trabalhos, os contratos, a divisão dos lucros e todas as outras coisas da CTMC? Quem decide e quando?
7. Vocês têm jornal, boletim, mural (...) na CTMC para comunicação interna? Quem organiza isso?
8. Tem um programa de formação (de educação cooperativa) e cursos de qualificação técnica na cooperativa? Como funciona? Quem é responsável? Você acha necessário? Você participa?
9. Diga um ponto positivo e outro negativo da cooperativa (CTMC).

Segunda Rodada de Entrevistas (10/09/2007 e 11/09/2007):

1. Você foi trabalhador da empresa antes da falência? Como foi trabalhar nesta empresa e como foi o período falimentar dela?
2. Você é associado do sindicato? Desde quando? Por quê?
3. Você participou do processo de organização da cooperativa autogestionária? Se participou, conte como foi?
4. Alguns trabalhadores da antiga empresa foram procurar outra empresa, não permanecendo na autogestionária. Qual é o motivo? Na sua opinião, eles achavam que a cooperativa poderia não dar certo?

5. E você, por que optou em ficar na cooperativa? É isso que você esperava dela?
10. Na sua avaliação, o que mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa?
11. Como as decisões são tomadas? Quais as instâncias de decisão? Por quem? Com que frequência? E como funciona em caso de uma decisão importante para a cooperativa que precisa ser tomada imediatamente ou em curtíssimo prazo?
12. Como é a distribuição dos resultados econômicos? Como vocês lidam diante de períodos de dificuldades financeiras da/na cooperativa?
13. Como é a estrutura de comunicação? Quais são os meios de comunicação internos na cooperativa? Na sua avaliação, as informações passadas ao coletivo pela equipe/comissão responsável são transparentes e claras?
14. Há um programa de formação (de educação cooperativa) e/ou qualificação dos trabalhadores nesta cooperativa? Como funciona? Você acha necessário? Você participa?
15. Considerando os aspectos positivos e negativos na cooperativa de autogestão:
 - a. O que vocês elege/escolhe como ponto(s) positivo(s) e que deve continuar?
 - b. O que você aponta como ponto(s) negativo(s) e que precisa melhorar?

Terceira Rodada de Entrevistas (12/05/2008):

Obs.: Somente com o vice-presidente da CTMC

1. Fale um pouco de sua história de sindicalista e, enquanto tal, sobre o processo de organização da CTMC.
2. O que significou a opção por criar uma cooperativa autogestionária para você? Por quê?
3. A CTMC é atualmente o que você esperava no início, quando ela foi idealizada?

ANEXO V:

**QUESTÕES DIRIGIDAS AO ASSESSOR EDSON PILATTI, DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG), DURANTE
ENTREVISTA REALIZADA EM 18/04/2006**

1. Qual o foco central da assessoria da ANTEAG às empresas de produção industrial autogestionária?
2. Quais são as empresas acompanhadas/assessoradas pela Anteag na região metropolitana e Vale dos Sinos?
3. Quanto ao papel da Anteag (e o seu), é um papel de articulador do processo ou de educador?
4. Gostaria que você falasse das diferenças e semelhanças da ANTEAG e das ONGs.
5. Fale sobre a experiência de organização autogestionária num período de globalização, no seio do neoliberalismo.
6. Como funciona efetivamente o processo de autogestão? Há hierarquia? Como se lida com o poder interna e externamente (para dentro e para fora da empresa)?
7. Como se dá a questão da igualdade dos saberes (operários X lideranças)?
8. O cooperativismo autogestionário caracteriza-se pela cooperação/construção coletiva e o estabelecimento democrático e transparente de critérios da distribuição dos resultados econômicos (planejamento dos serviços; avaliações, distribuição dos resultados; estratégias de investimentos; desenvolvimento da empresa). Como se dá na prática a articulação destes elementos?
9. Nos empreendimentos autogestionários que a Anteag assessora, ainda existe a “cultura da firma”? Em caso positivo, como a Anteag lida/trabalha com esta cultura?
10. Cooperativas de produção, como instituição de natureza híbrida, no seio da economia capitalista, têm produção socializada (miniaturizada) numa troca capitalista. Comente.
11. Há autores que entendem que o processo de organização autogestionária tem origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários em reação ao neoliberalismo e que conduz à construção de uma sociedade pós-capitalista (viabiliza a expansão de redes solidárias na economia, política, cultura... em nível local, regional e internacional). O que você acha disso?

ANEXO VI:

QUESTÕES DIRIGIDAS AO REPRESENTANTE SINDICAL FLÁVIO JOSÉ FONTANA DE SOUZA, VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CANOAS (STIMMEC) E VICE-PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS METALÚRGICOS/RS, DURANTE ENTREVISTA EM 29/02/2008

1. Na época da falência da Metalúrgica Vogt e durante a criação da CTMC, você estava na direção do sindicato?
2. De que forma o sindicato teve participação no processo de organização dos trabalhadores e na constituição da CTMC?
3. Para você, o que significou a opção de criar uma cooperativa autogestionária, a partir de uma massa falida? E como você vê a CTMC hoje? Ela corresponde hoje ao que foi idealizada em 2000-2001?
4. Soubemos que os trabalhadores-associados da CTMC não podem ser sócios do sindicato. Por quê? Não é incoerente?
5. Há autores que entendem que o processo de organização autogestionária tem origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários em reação ao neoliberalismo e que conduz à construção de uma sociedade pós-capitalista (viabiliza a expansão de redes solidárias na economia, política, cultura... em nível local, regional e internacional). O que você acha disso?

ANEXO VII:

**QUESTÕES DIRIGIDAS AO REPRESENTANTE POLÍTICO-
PARTIDÁRIO PEDRO ROQUE GIEHL, DIRETOR DA SECRETARIA
ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
(SEDAI/1999-2002), DURANTE ENTREVISTA EM 22/03/2008**

1. Fale sobre sua concepção de cooperativa, as origens do cooperativismo e as experiências no Rio Grande do Sul.
2. Considerando sua experiência como gestor público, durante o Governo do Estado na gestão de Olívio Dutra (1999-2002) e durante o Governo Municipal de Alvorada (2002-2003), que estabeleceu diálogos com diversos segmentos sindicais e políticos e governos populares do ABC paulista sobre a Economia Popular Solidária, fale sobre as iniciativas do Governo Olívio Dutra para fomento de cooperativas autogestionárias.
3. Quanto ao papel das instâncias de assessoria aos empreendimentos autogestionários, o que o senhor considera mais importante: ser articulador do processo ou ser educador?
4. O que significa efetivamente a prática de organização autogestionária de operários em um período de globalização, no seio do neoliberalismo?
5. Qual sua avaliação sobre o funcionamento dos empreendimentos que surgiram a partir do Programa de Economia Popular Solidária e que persistem ainda hoje?
6. As cooperativas de produção como instituição de natureza híbrida no seio da economia capitalista têm produção socializada (miniaturizada) numa troca capitalista. Comente.
7. Faça um comentário sobre as chamadas “coper-gatos”. O que propicia seu surgimento? Quais as ações que devem ser tomadas para evitar sua efetivação?
8. O cooperativismo autogestionário caracteriza-se pela cooperação/construção coletiva e o estabelecimento democrático e transparente de critérios da distribuição dos resultados econômicos (planejamento dos serviços; avaliações, distribuição dos resultados; estratégias de investimentos; desenvolvimento da empresa). Como se dá na prática a articulação destes elementos?
9. Há autores que entendem que o processo de organização autogestionária tem origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários em reação ao neoliberalismo e que conduz à construção de uma sociedade pós-capitalista (viabiliza a expansão de redes solidárias na economia, política, cultura... em nível local, regional e internacional). O que você acha disso?

ANEXO VIII:

**QUESTÕES DIRIGIDAS AO DEPUTADO ESTADUAL ELVINO BOHN
GASS, COORDENADOR DA BANCADA DA ECONOMIA POPULAR
SOLIDÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS, DURANTE
ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2006**

1. Para o senhor, o que significa o cooperativismo e a autogestão?
2. Como a esquerda brasileira tem olhado, nas últimas décadas, para o cooperativismo e em que medida ela assume a concepção de iniciativas de cooperação como os empreendimentos autogestionários?
2. Quais são as causas para esse certo distanciamento entre a esquerda (e, especificamente, o PT) e as instâncias de autogestão operária?
3. O que poderia ser listado como “iniciativas” necessárias para trabalhar a articulação entre os partidos de esquerda e a Economia Popular Solidária?
4. Relativamente à legislação, o que o senhor considera que precisa avançar ou ser alterado para que a autogestão seja incentivada e facilitada no meio popular?
5. Gostaria que o senhor comentasse a afirmação de que as cooperativas de produção, como instituição de natureza híbrida, no seio da economia capitalista, têm produção socializada (miniaturizada) numa troca capitalista.
7. Há autores que entendem que o processo de organização autogestionária tem origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários em reação ao neoliberalismo e que conduz à construção de uma sociedade pós-capitalista (viabiliza a expansão de redes solidárias na economia, política, cultura... em nível local, regional e internacional). O que você acha disso?

ANEXO IX:

FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A {	I A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito Colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
	I A (R)	Ponto de vista de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B {	I B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito Colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
	I B (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Esquema adaptado a partir dos esquemas sobre as Formações Imaginárias apresentados por Pêcheux (1969: 83, 84).

*“Há homens que lutam um dia e são bons;
há outros que lutam um ano e são melhores;
há os que lutam muitos anos e são muito bons...
Mas há os que lutam toda a vida,
e estes são imprescindíveis.”*

(Bertold Brecht)